

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CAMILA CALADO LIMA

**OLIMPIADAS 2016 E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO RIO: O MARKETING
DO LEGADO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ESTRATÉGIAS
COMUNICACIONAIS EM TORNO DAS FAVELAS E DAS REMOÇÕES**

Rio de Janeiro, RJ
2013

CAMILA CALADO LIMA

**OLIMPIADAS 2016 E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO RIO: O MARKETING
DO LEGADO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ESTRATÉGIAS
COMUNICACIONAIS EM TORNO DAS FAVELAS E DAS REMOÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Dra. Liv Rebecca Sovik

Rio de Janeiro, RJ
2013

L732

Lima, Camila Calado.

Olimpíadas 2016 e a construção de um novo Rio: o marketing do legado, as políticas públicas e as estratégias comunicacionais em torno das favelas e das remoções / Camila Calado Lima. Rio de Janeiro: 2013.

171f.

Orientadora: Liv Rebecca Sovik.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, 2013.

1. Favelas – Aspectos sociais – Rio de Janeiro (RJ). 2. Olimpíadas. 3. Política pública. 4. Rio de Janeiro (RJ) – política social. I. Sovik, Liv Rebecca. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.

CDD: 307.3364

CAMILA CALADO LIMA

**OLIMPIADAS 2016 E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO RIO: O MARKETING
DO LEGADO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ESTRATÉGIAS
COMUNICACIONAIS EM TORNO DAS FAVELAS E DAS REMOÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Dra. Liv Rebecca Sovik

Aprovado em 28 de março de 2013.

Dra. Liv Rebecca Sovik - UFRJ
(Presidente/Orientadora)

Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz – UFRJ

Dr. Samuel Mello Araujo Junior – UFRJ

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha luz.

Aos meus pais, pelo amor, pela inspiração e por despertarem em mim o amor pelo conhecimento. Sem a presença e o apoio deles, a conclusão do mestrado não seria possível.

À minha orientadora, Liv, por me instigar a refletir sobre as questões que realmente interessam; sobre a leitura; sobre a escrita e sobre a docência. Agradeço ainda a atenção, a gentileza, a dedicação, a disponibilidade e o bom-humor, ao longo desses dois anos de pesquisa.

À minha irmã Daniela, minha grande amiga, pela presença, disponibilidade e amor. À Maria Luiza, meu amor maior, pelas brincadeiras e pela paz que me traz. Ao meu cunhado Pedro, pelo incentivo. Ao meu irmão Luis Filho, pelo apoio.

À minha família, especialmente minha Vó Naninha, minhas tias Vanda, Nadja, Sofia, meu tio Toinho, minhas primas Gigi, Niedja, Taciana, Viviane, Vanessa e meu primo Álvaro, pelo amor, carinho e incentivo. Ao meu primo Lima Neto, pela amizade e inspiração acadêmica. Aos meus anjos: vovô Clécio (*in memoriam*), Tia Niolene (*in memoriam*) e vovô Toinho (*in memoriam*), pela presença.

Aos melhores amigos que a escola me deu: Isa (a irmã que escolhi), Renata, Marília, Virna, Maria, Flaviane, Franciane e David, por enviarem de longe suas energias positivas e estarem sempre por perto. Ao meu anjo da guarda da academia, Valéria, pela amizade verdadeira, pelos ensinamentos sobre a vida e sobre a produção de conhecimento.

Aos amigos da ECO-Pós, pelos momentos compartilhados. Agradeço especialmente à amizade capixaba da Lia, à sensibilidade da Lena, à música da Sarah, ao bom-humor do Tarcísio, à leveza do conterrâneo Thiago, às provocações do Luiz, ao engajamento do Daniel, ao comprometimento da Zilda, e à querida Kelly (*in memoriam*), pelo prazer de ter ouvido seu sorriso e seu canto.

À minha família carioca, Paty, Dona Olga (*in memoriam*), Claudia, Tia Sandra, Tio Giovanni e Marcelo, que abriram sua casa na minha chegada ao Rio de Janeiro, sem, ao menos, me conhecerem, e pelo carinho, que faz eu me sentir em casa.

Aos professores Paulo Vaz e Samuel Araújo, por gentilmente aceitarem o convite para a discussão do trabalho, pelo comprometimento na leitura e pelas instigantes questões trazidas na banca de defesa da dissertação. Agradeço ainda ao Paulo pelas valiosas contribuições trazidas anteriormente no exame de qualificação e ao Samuel pela sensibilidade da sua leitura.

Aos professores Nízia Villaça, Giuseppe Cocco e Henrique Antoun (ECO), Renato Gomes (PUC-RJ) e Ricardo Freitas (UERJ), pelas discussões em sala de aula, e especialmente ao Kleber Mendonça (UFF), pelos valiosos diálogos estabelecidos ao longo da sua disciplina e no exame qualificação.

Aos professores-amigos piauienses da UFPI: Gustavo Said, pelos primeiros ensinamentos sobre o fazer científico, nas pesquisas de iniciação científica, pelos diálogos constantemente compartilhados sobre ciência e comunicação, e pelo apoio constante, ao longo da graduação e nessa primeira pós-graduação; Socorro Cordeiro, pela oportunidade de participar por vários anos de uma pesquisa de cunho marcadamente transdisciplinar e social, e por sua atuação inspiradora como docente; Paulo Fernando, pelo primeiro despertar para a reflexão sobre a comunicação. Às queridas professoras-amigas do CEUT: Maria Helena, pelo estímulo às reflexões sobre os diálogos entre publicidade e jornalismo, sobre o planejamento estratégico e as técnicas de persuasão; e Pollyanna Galli, pelo despertar para o *branding* e para o *design*. Agradeço também pelo apoio à distância de todos esses queridos mestres.

Ao Thiago Couto e à Marlene Bonfim, da secretaria da Pós, pela gentileza, atenção e solicitude.

A Capes, pelo financiamento da pesquisa.

RESUMO

LIMA, Camila Calado. **Olimpíadas 2016 e a construção de um Novo Rio: o marketing do legado, as políticas públicas e as estratégias comunicacionais em torno das favelas e das remoções.** 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

A pesquisa analisa a inserção da favela no atual projeto de remodelação do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, discutindo especialmente a construção dos discursos acerca das remoções de favelas. Parte das narrativas elaboradas sobre a favela no projeto de candidatura *Rio 2016, Live your Passion*. Passa pelas atuais políticas públicas envolvendo tais territórios, a saber: Unidades de Polícia Pacificadora, Morar Carioca e Porto Maravilha. Discute o discurso oficial do poder público municipal em torno das remoções, à luz da discussão do biopoder, por Foucault, para, enfim, refletir sobre as estratégias comunicacionais adotadas pelos setores que resistem às remoções. Diante do *marketing* do legado, construído na campanha de candidatura *Rio 2016*, do discurso da cidade integrada proposto pelas políticas públicas, e da ressemantização das remoções pelo poder público municipal como ações a favor da vida dos moradores de favelas, uma multiplicidade de atores une-se em torno da luta por um bem comum, ocupam as ruas e mobilizam-se pela rede. É neste cenário que se constitui o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, com produções de dossiês, relatórios, vídeos, eventos e criação de perfis em redes sociais. A análise, na dissertação, do material produzido pelo Comitê, a partir de março de 2011, lança mão da proposta, por Lafuente e Corsín, de *comunidades de atingidos* e a construção do comum.

Palavras chave: Rio de Janeiro; Jogos Olímpicos; estratégias discursivas; favela; remoções; políticas públicas.

ABSTRACT

LIMA, Camila Calado. **Olimpíadas 2016 e a construção de um Novo Rio: o marketing do legado, as políticas públicas e as estratégias comunicacionais em torno das favelas e das remoções.** 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

This MA thesis analyses the place of the favela in the current remodeling of Rio de Janeiro in preparation of the Olympic and Paralympic Games of 2016, focusing especially in the construction of discourses on the removal of *favelas*. It takes as its starting point narrative about the *favela* in the olympic candidacy project, *Rio 2016, Live your Passion* and discusses current public policy involving these territories: the Unidades de Polícia Pacificadora (a form of community policing), Morar Carioca (housing) and Porto Maravilha (the renovation of the port area). It discusses city government's discourse on the removal of favelas in the light of Foucault's concept of biopower. Finally, it reflects on communications strategies adopted by sectors that resist the removals. The marketing of the legacy, present in the *Rio 2016* candidacy campaign, focuses on the idea of a city integrated by public policy and the resemantization of removals by city government as action in defense of the lives of favela dwellers have led a number of actors to join forces, occupy the streets and mobilize on the internet. The *Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas* has been organized in this context and has produced dossiers, reports, videos, events and profiles on social media. The material produced by the Committee is analysed in the light of Lafuente and Corsín's notion of "communities of the concerned" that build the commons in a process of Maussian gift-giving that involves using communications technologies.

Keywords: Rio de Janeiro; Olympic Games; discursive strategies; *favela*; removal; public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

FIGURA 1 – Logomarca Rio 2016	38
FIGURA 2 – <i>Slogan</i> Rio 2016	38
FIGURA 3 – Dossiê – volume 1	44
FIGURA 4 – Dossiê – volume 2	45
FIGURA 5 – Dossiê – volume 3	46
FIGURA 6 – Carta Rio 2016.....	47
FIGURA 7 – Cadernos de Legado.....	48
FIGURA 8 – Relatório COI.....	48
FIGURA 9 – Mapa Remoções.....	127
FIGURA 10 – Ato pela cidade	132
FIGURA 11 – Cartazes do ciclo de debates	138
FIGURA 12 – Luta popular.....	142
FIGURA 13 – Deixa que eu chuto	145
FIGURA 14 – Moradores ameaçados	146

Frames

FRAME 1 – Vídeo <i>Passion</i>	38
FRAME 2 – Vídeo <i>Unity</i>	40
FRAME 3 – Vídeo <i>Celebration</i>	41
FRAME 4 – Vídeo Projeto Rio 2016.....	42
FRAME 5 – Mini doc Barbara.....	43

Fotografias

FOTOGRAFIA 1 – Escola de Vôlei Bernardino.....	63
FOTOGRAFIA 2 – <i>Control sobre las favelas</i>	87
FOTOGRAFIA 3 – Ocupação da favela.....	87
FOTOGRAFIA 4 – Comunidade Metrô Mangueira.....	115
FOTOGRAFIA 5 – Comunidade Estradinha	116
FOTOGRAFIA 6 – Comunidade Estradinha (2).....	116
FOTOGRAFIA 7 – Comunidade Restinga.....	117
FOTOGRAFIA 8 – Olimpíadas não justifica remoção	132
FOTOGRAFIA 9 – Manifestantes no ato pela cidade.....	133

Tabelas

TABELA 1 – Remoções	122
TABELA 2 – Tabela comparativa entre as propostas do Plano Popular da Vila Autódromo e da Prefeitura do Rio.....	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A CONSTRUÇÃO DO RIO OLÍMPICO	17
1.1 A CIDADE ENQUANTO TEXTO	17
1.2 RIOS MUDIÁTICOS: DE CIDADE MARAVILHOSA A SÍMBOLO DO NARCOTRÁFICO, DA FAVELA VIOLENTA À FAVELA <i>CHIC</i>	22
1.2.1 Rio Maravilhoso	23
1.2.2 Rio do caos e da desordem	26
1.2.3 A favela como zona de fluxos entre a paranoia e o espetáculo	28
1.3 O PROJETO <i>RIO 2016, LIVE YOUR PASSION</i>	33
1.3.1 Panorama geral da candidatura	33
1.3.2 Aspectos metodológicos	36
1.3.3 Breve apresentação das peças do projeto	38
1.3.4 Sentidos aguçados e discursos apresentados: a apresentação e a projeção do <i>Novo Rio</i>	49
1.3.4.1 O resgate do maravilhoso	49
1.3.4.2 A favela do <i>Rio 2016</i>	57
2 JOGOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA.....	66
2.1 O LUGAR DA FAVELA NAS REFORMAS URBANAS DO RIO DE JANEIRO: EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA	70
2.2 A CONSTRUÇÃO DO <i>NOVO RIO</i>	80
2.2.1 O Rio Olímpico e as políticas públicas a favor da vida	82
2.2.1.1 As Unidades de Polícia Pacificadora e a paz nas favelas	83
2.2.1.2 O Porto Maravilha e a revitalização da zona portuária	92
2.2.1.3 O Morar Carioca e a reurbanização das favelas cariocas	96
2.3 A CIDADE PLANEJADA E O DISCURSO PELA VIDA	99
3 OS FAVELADOS, O COMUM E A BATALHA PELO EMPODERAMENTO	106
3.1 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS	109
3.2 ANÁLISE	111
3.2.1 A constituição da comunidade	111
3.2.2 A construção do problema	113
3.2.2.1 Objeto jurídico.....	113
3.2.2.2 Objeto da ciência	128
3.2.2.3 Objeto midiático	131
3.2.3 Mobilização pela rede	141
3.2.4 A criação de narrativas	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS	157

INTRODUÇÃO

Em 02 de outubro de 2009, o Rio de Janeiro foi designado sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 pelo Comitê Olímpico Internacional. Para as concorrentes Madri, Tóquio e Chicago, o sonho olímpico chegava ao fim; mas, para o Rio, apenas começava. A vitória gerou imediatamente uma comoção nacional. Nas areias da praia de Copacabana, cerca de 50 mil pessoas, entre atletas, artistas, moradores da cidade e turistas de todo o Brasil, comemoravam a vitória do Rio de Janeiro, balançavam bexigas e bandeiras distribuídas pela prefeitura com a frase *É a vez do Rio*, movimentavam uma grande bandeira com o texto *Rio loves you*, e sambavam ao som do samba-enredo do Salgueiro *Peguei um Ita no Norte*, o célebre *Explode coração na maior felicidade* dos carnavais da cidade. Vibração, otimismo e esperança compunham o conteúdo de grande parte dos textos escritos, visuais e audiovisuais sobre a vitória do Rio.

As diversas coberturas jornalísticas nacional e internacional, bem como as propagandas produzidas em decorrência da eleição do Rio de Janeiro começaram a despertar meu interesse pelas representações construídas sobre o Brasil. O material midiático conduziu-me ao *marketing Rio 2016, Live your passion*. Partindo do entendimento de que o material não falava apenas sobre o Rio de Janeiro, mas sobre o país como um todo, eu buscava, neste primeiro momento, descrever as estratégias representacionais acionadas para a construção de um senso de pertencimento comum nas peças publicitárias e analisar as significações produzidas para construir a identidade do brasileiro na campanha *Rio 2016*. O objetivo de pesquisa deu origem a minha monografia de conclusão do curso de Jornalismo, na Universidade Federal do Piauí. Até aqui, entretanto, meu acesso ao material da candidatura ainda era limitado.

Continuando minhas leituras, agora para a elaboração do projeto da seleção de mestrado da ECO/UFRJ, me deparei com mais uma infinidade de materiais da candidatura: outros vídeos, Cadernos de Legado, Carta Rio 2016, viva sua paixão, Relatório de Avaliação do COI. A leitura do novo material, bem como a releitura aprofundada do Dossiê de candidatura, me levou a refletir sobre a candidatura de modo ampliado, considerando o Brasil e as dimensões políticas da eleição do Rio. Neste momento, comecei a pensar sobre o argumento, no *marketing Rio 2016*, do papel atual do Brasil como principal potência econômica da América do Sul, noção que suplantaria a ideia anterior de país com futuro promissor e, por sua vez, se relaciona com o segundo mandato do governo Lula, em que se

sobressaíam discursos e ações, especialmente vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC –, por sua vez, financiador do projeto Rio 2016 (IOC, 2009).

O pressuposto de que as estratégias representacionais da campanha *Rio 2016* ambientavam-se na gestão política do governo Lula foi reforçado pela informação obtida a partir de entrevista realizada com um dos criadores de parte do material digital da candidatura, que pediu para não ser identificado, de que todo o *marketing Rio 2016* foi pensado a partir da Marca Brasil/Plano Aquarela, do Ministério do Turismo. A partir daí, passei a pesquisar documentos do Governo Federal que ajudassem a refletir sobre a atuação do então presidente na candidatura. Além de um instrumento de divulgação, o *marketing* constituiu-se também num recurso de interpretação do Brasil ante os demais países, articulando atributos identitários às ações do governo.

O projeto do mestrado visava, assim, perceber essas relações entre as estratégias político-governamentais do governo Lula e o discurso identitário nacional da *Rio 2016*, e analisar como o discurso identitário proposto, por sua vez, articulado a interesses político-governamentais, esteve presente nos jornais *online Le Monde, The New York Times e El País* e dos impressos *Folha de S.Paulo e O Globo*.

Instigada pela orientadora a pensar além, impulsionada pelas discussões sobre favela e Rio de Janeiro de disciplinas do primeiro ano do mestrado, e estimulada pelos novos acontecimentos nas favelas inseridas no projeto do Rio Olímpico, novos interesses de investigação surgiram e cheguei a uma nova questão de análise.

A pesquisa, agora, propõe-se a discutir a inserção da favela no atual projeto de remodelação do Rio de Janeiro pré-Olimpíadas de 2016, com enfoque principal na construção dos discursos sobre as remoções de favelas, que estão ocorrendo em distintas partes da cidade, e o caráter controverso dos mesmos. Interessa refletir sobre (1) quais foram os discursos construídos sobre o Rio no material de candidatura às Olimpíadas, especialmente no tocante às favelas cariocas; (2) como o discurso oficial da remoção ressemantiza os discursos históricos sobre o tema, na tentativa de superar o tabu com o discurso da ação a favor da vida; (3) as disputas na batalha pela informação pública e pela produção de verdades acerca das remoções de favelados e, ainda mais especificamente, sobre as estratégias comunicacionais adotadas pela resistência para a construção e visibilização do seu problema.

Há diversas maneiras de narrar o Rio de Janeiro: pela sua topografia, sua cultura local, seus moradores, seus espaços, suas divisões, suas contradições e seus encontros. Nenhuma delas, todavia, é capaz de compreendê-lo em sua totalidade. Suas leituras contemplam olhares específicos sobre um Rio de Janeiro que foi, um Rio que é e/ou um Rio que quer ser. São

fragmentos de uma cidade compostos por símbolos diversos que narram um dentre os múltiplos Rios existentes. Inúmeras questões podem ser levadas em conta no momento de narrar a cidade, como a experiência do morador, o olhar do visitante, o projeto do urbanista ou interesses políticos. No momento em que a antiga capital do Brasil é colocada como candidata à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, inúmeros interesses políticos e econômicos entram em cena na escolha dos modos de escrevê-la.

No processo de definição das estratégias do *marketing Rio 2016, Live your passion*, foram levados em conta os principais relatos midiáticos sobre o Rio de Janeiro, daí a relevância de discutir, ainda no capítulo um, sobre o Rio maravilhoso, o Rio paranoico e a favela polifônica, que oscila entre o espetáculo e a desordem. Partiu-se, em seguida, para a análise do *marketing Rio 2016*, entendendo o mesmo como o início da construção do projeto discursivo do *Novo Rio* ou *Rio Olímpico*, que inclui propostas de transformação da cidade e, em decorrência, diversos casos de remoções de moradores de comunidades populares.

A análise do material de *marketing* visa identificar as imagens promovida e projetada para o Rio de Janeiro, os aspectos contemplados do cotidiano da cidade e os modos e as condições de presença da favela no citado material. Para tanto, selecionou-se o Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, a Carta *Rio 2016, viva sua paixão*, sete vídeos – *Passion, Celebration, Unity*, Projeto Rio 2016, mini doc Bárbara Leôncio e os discursos do ex-presidente Lula e do presidente do COB, Nuzman, na cerimônia de escolha da cidade sede, em Copenhagen-, os Cadernos Legado Brasil, Legado Social e Legado Urbano-ambiental e o *Report of the 2016 IOC Evaluation Commission*.

A leitura de tais textos foi guiada pelas seguintes fases: (a) identificação no texto dos principais temas presentes ou ausentes; (b) identificação dos padrões de aproximação ou contradição dentre os temas identificados; (c) enquadramento em categorias temáticas; (d) tentativas de explicação das presenças e de decifração dos silenciamentos dos textos. O percurso metodológico foi montado a partir de leituras prévias das diferentes técnicas de análises de dados: *close reading*, análise de conteúdo categorial e análise textual.

A análise revela o resgate do Rio maravilhoso por meio de narrativas das paisagens, do samba, do carnaval, da mestiçagem cultural, da paixão, da celebração, da cordialidade, do movimento dos corpos e da inclusão das categorias do país potência e da cidade tecnológica. Revela ainda um processo de ressemantização das comunidades populares como local de pessoas guerreiras e a construção do argumento do legado, isto é, das positivas transformações urbanas, sociais e ambientais que o megavento trará para a cidade, o que, mais

adiante, será acionado como discurso legitimador das remoções. Imagens do território das favelas são obliteradas dos vídeos da campanha e aparece apenas uma vez no material impresso da candidatura. A questão da violência é também contemplada em associação com a favela, enfatizando a experiência da cidade no combate à mesma. Estas escritas sobre a cidade tentam lidar com o imaginário da criminalidade urbana que se impunha internacionalmente. Entretanto, apesar das estratégias do maravilhoso terem sido contempladas por vários jornais após a vitória do Rio, os problemas sociais, como era de se prever, ainda se fizeram presentes na mídia e, de modo ainda mais enfático, a partir de acontecimentos violentos da cidade que desestabilizaram escritas produzidas.

O cenário oficial do Rio pré-olímpico é marcado por dois principais movimentos discursivos em relação à favela. De um lado, observa-se a favela como parte do projeto, a construção da mesma como marca da cidade e a sua reconfiguração arquitetônica e simbólica, associada ao projeto Novo Rio. Encontra-se, aqui, o projeto das *Unidades de Polícias Pacificadoras* (2008), com a proposta de levar a paz para as favelas e ampliar os diálogos entre morro-asfalto, por meio da valorização turística dos territórios; o *Porto Maravilha* (2009), com o argumento da revitalização da Zona Portuária e de investimentos em infraestrutura, cultura - incluindo a construção de museus -, entretenimento, comércio e indústria (RIO DE JANEIRO, 2009); e o *Morar Carioca* (2010), com a iniciativa de urbanizar todas as comunidades do Rio até 2020 e, assim, “acabar com a Cidade Partida” (CIDADE OLÍMPICA, 2011).

O principal discurso que começa a circular em torno desses projetos e das transformações urbanas por eles propostas é o da *integração* da cidade, compreendido como uma atualização do usual *cidade maravilhosa* que, agora, abarca a remodelação das favelas. O estrategista canadense Jeb Bruggmann (2012), assessor do Sebrae no projeto Porto Maravilha, percebe as favelas como “comunidades vibrantes” e aborda que é “preciso investir nelas, ao invés de fazê-las uma exceção da cidade”.

Paralelo a tais fluxos de interação com as comunidades, entretanto, encontram-se percepções da favela como território de desvalorização do projeto Novo Rio, como empecilho ao projeto – ao progresso –, sendo então eleitas para a remoção. A ambiguidade novamente se revela na medida em que, em torno dessas ações, circula o discurso da remoção para o bem do favelado, para a promoção de melhores condições habitacionais e de uma vida mais digna. Discursivamente, supera-se o tabu histórico da remoção como algo negativo, passa-se a ressignificá-la positivamente e a reconfigurá-la como ação a favor da vida do favelado. De prática autoritária, ela se transformaria em ação democrática. A ambivalência, todavia, se

revela com a inserção de tais ações no sistema de biopoder, proposto por Foucault (2005), tendo em vista que o *fazer viver* expõe favelados à morte, a riscos e à exclusão. Uma nova inversão: trataria-se de eliminar o adversário, o perigo, que gera riscos para a vida daqueles que o Estado deveria proteger.

Em comparação com reformas urbanas da história do Rio, percebe-se, portanto, uma mudança discursiva no tratamento conferido às favelas cariocas, pois o discurso das “aberrações” que não deveriam constar no mapa da cidade é substituído pelo discurso de prover melhores condições de vida para o favelado. A legitimação do discurso da remoção se dá a partir da violência, como principal problema social do Rio intimamente associado ao crescimento das favelas, e do legado das Olimpíadas. Por esta razão, foram retomados aspectos históricos referentes à origem da favela e às principais reformas urbanas do Rio de Janeiro, com vistas a discutir a inserção das favelas nos projetos oficiais e o embate informacional, impulsionado pela atuação da resistência, em torno dos planos. A pesquisa parte, assim, da primeira grande transformação e experiência de intervenção estatal sobre a cena urbana carioca, o popularmente conhecido *bota-abaixo* do prefeito Pereira Passos.

Ao longo da história, a favela aparece como sinônimo de carência, de irregularidade, de empecilho ao ordenamento público, local de “vagabundos e criminosos”, como inimigo da cidade maravilhosa, o Outro e a síntese dos problemas da cidade. Zaluar e Alvito (2006, p. 9) evidenciam que, apenas três anos após o Ministério de Guerra ter permitido a ocupação do Morro da Favela – atual Morro da Providência – por militares da Revolta de Canudos, este passou a ser “percebido pelas autoridades policiais como um ‘foco de desertores, ladrões e praças do Exército’” e ainda como um problema sanitário, policial e de moralidade pública, conforme carta de 1900 do delegado Enéas Galvão. Com se vê, a favela já nasce como problema.

Cabe lembrar, todavia, que apesar desta interpretação, as comunidades continuaram a crescer ao longo dos anos, fator intimamente associado à luta e organização social dos seus moradores. Deve-se também ter em mente que a favela não abarca apenas representações negativas, sendo também percebida como cenário de pujança cultural, comunidade autêntica, terreno do samba, do *funk*, do carnaval, cenário de inspiração de artistas diversos, de festas, de decorações de bares em Paris e *New York*, e de atração de turistas de todo o mundo. Neste sentido, a favela pode ser percebida como um “terreno de disputa numa batalha de representações” (JAGUARIBE, 2010, p. 12).

O projeto discursivo oficial do *Rio Olímpico* começa a ser delineado de modo mais enfático a partir de 2008, quando o Rio é eleito, pelo Comitê Olímpico Internacional,

candidata oficial à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. A partir dessa data, em contraponto à comunicação de caráter oficial, já começam a aparecer alguns questionamentos da sociedade civil sobre a real importância do evento para o país, sobre os problemas que podem aparecer atrelados ao mesmo, a exemplo da corrupção e do superfaturamento das obras, e sobre as prioridades do país.

A resistência aos planos oficiais passa a ganhar maior evidência, quando o prefeito Eduardo Paes, apenas três meses após a eleição do Rio como futura sede olímpica, em outubro de 2009, divulga uma lista de 119 comunidades a serem removidas até o ano de 2012. A partir daí, eclode o embate discursivo e a guerra pela informação em torno do que, de fato, estaria acontecendo nas favelas localizadas no cinturão olímpico. Após a exposição, no capítulo 2, dos discursos oficiais da prefeitura da cidade integrada e da remoção para o bem do favelado, a pesquisa parte para o discurso construído pela resistência.

Com base nos pressupostos teóricos de Lafuente e Corsín (2011), no capítulo 3, realiza-se a análise das ações e das narrativas criadas pelo Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas para lidar com as violações de direitos sofridas, diante das remoções, e com os discursos da cidade integrada e da remoção como ação a favor da vida do favelado. Para tanto, foram observadas, de março de 2011 a março de 2013, as publicações do *blog* e *facebook* do Comitê, o Dossiê Megaventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro, o relatório da Relatoria do Direito Humano à Cidade da Plataforma Dhesca Brasil, os vídeos Vozes da Missão Restinga, Vila Recreio 2, Morro da Providência e Favela Metrô e o vídeo O legado somos nós: a história da Elisângela. A análise do material foi guiada pela questão: Até que ponto e de que modo este coletivo configura-se como uma *comunidade de atingidos*, consoante as características do modelo de atuação proposto por Lafuente e Corsín (2011)?

Ao longo da pesquisa, também acompanhei uma plenária do Comitê Popular Rio; entrevistei a moradora da Vila Autódromo, Inalva Brito, a ex-defensora pública do NUTH, Adriana Britto, duas gestoras da Unidade de Polícia Pacificadora do Morro da Providência, que, entretanto, temeram a publicação do diálogo que estabelecemos; conversei com os membros do Comitê Popular Rio: Clara Silveira, também membro do Movimento Nacional pela Luta do Direito à Moradia, e com Erick Omena e Renato Cosentino (ambos pesquisadores do IPPUR/UFRJ), e com o ex-defensor do NUTH, Alexandre Magalhães; estabeleci breves diálogos com Jeb Brugmann, assessor do Sebrae no projeto Porto Maravilha, e com Sérgio Magalhães, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil/RJ; participei do debate do Comitê Popular: “Remoções, violência e direitos humanos: o lado do megavento que você não vê”, do Laboratório de Cartografias Insurgentes, da Audiência

Pública de 06 de dezembro de 2011, de reunião dos moradores dos Morros Chapéu Mangueira e Babilônia com o poder público, e de diversos seminários com discussões sobre o futuro do Rio de Janeiro, as reformas urbanas do Rio e o “devir-favela das cidades e o devir-cidade das favelas”. Esses contatos complementaram as percepções do material analisado.

1 A CONSTRUÇÃO DO RIO OLÍMPICO

1.1 A CIDADE ENQUANTO TEXTO

Múltiplos são os Rios de Janeiro e múltiplas são as formas de narrá-lo. Uma cidade é composta por diversas outras em seu interior: cidades contraditórias, complementares, concretas, sensíveis, sucessivas, polifônicas, visíveis e invisíveis. Cidades constituídas por discursos, símbolos, indivíduos, pedras, ruas e avenidas, memórias, fantasias, projetos políticos e urbanísticos. A cidade é composta por uma multiplicidade de vozes, ruídos, fragmentos, rupturas, lacunas, memórias, esquecimentos e rasuras, que se materializam em maneiras variadas de ver, ler e escrevê-la.

A cidade guia os modos de olhar, de andar e de narrar. O passeio por ela implica em um olhar sobre a mesma, a partir de seus símbolos, dos seus modos de definir-se e de falar sobre si. A legibilidade da cidade se dá a partir dos elementos de sua arquitetura, dos símbolos que apontam para coisas outras, que comunicam modos de comportamento – o que é permitido e o que é proibido – e que revelam traços dos modos de ocupação da cidade e dos modos de experimentá-la e vivenciá-la. A leitura da cidade se daria, assim, a partir dos textos que ela constrói sobre si mesma e apresenta para os diversos leitores que a visitam.

O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acreditar estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes (CALVINO, 2011, p. 18).

O leitor produz sentido sobre uma cidade particular, e constrói uma realidade específica, a partir de um olhar sensível que lida com a tensão entre, de um lado, a arquitetura e a racionalidade urbana e, de outro, os corpos humanos e as existências sensíveis. Marco Polo, personagem de Calvino (2011) e leitor das variadas *idades invisíveis* do império de Kublai Khan, descreve para o imperador, em breves relatos, um pouco do seu olhar tensionado sobre cada cidade visitada. Revela a existência de outra(s) cidade(s) dentro dos muros que tentam definir o espaço de cada uma delas, o caráter ambíguo das mesmas, a tensão entre geometria e cotidiano sensível. Para Marco Polo, descrever os aspectos materiais da cidade de Zaíra “seria o mesmo que não dizer nada”, pois, em seu entendimento, “a cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado” (p. 14). A cidade seria, assim, feita pelos acontecimentos, pelas histórias ambientadas em sua estrutura física. Uma rua comunica presenças e histórias, e não apenas

muros e pedras. O vidro quebrado de uma janela, por exemplo, pode produzir significação pela pedra da baladeira lançada pelas crianças que brincavam na rua, comunicando, com isso, práticas do cotidiano da cidade.

A descrição de uma cidade, para Marco Polo, deveria conter todo o seu passado. Um passado que não é narrado pela cidade, mas que está contido na mesma através desses vidros quebrados, dos ângulos das ruas, das grades das janelas, de “cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras” (CALVINO, 2011, p. 15). A descrição não daria conta, todavia, da verdadeira essência da cidade, que só poderia ser percebida a partir da sua experiência. No caso de Anastácia, por exemplo, a descrição da cidade “desperta uma série de desejos que deverão ser reprimidos”, enquanto a experiência no centro é circundada por “desejos que se despertam simultaneamente”. (CALVINO, 2011, p. 16).

Para visitar a cidade, ao que parece, seria necessário muito mais do que um simples passear por suas ruas; seria o caso de vivê-las plenamente, de perder-se nelas, experiência encontrada na figura do *flâneur*, de Benjamin (1994), personagem que perambula pelas *ruas-texto* parisienses, imerso na dispersão entre concretudes e abstracionismos urbanos. Move-se, descaracterizado, com extraordinária facilidade pela cidade, contracenando com a multidão e metamorfoseando-se – *dandy*, colecionador, detetive, homem-sanduíche, prostituta e vários outros – em torno do seu “vivo interesse pelo espetáculo” da cidade e da sua “disposição ao ócio e ao devaneio” (BOLLE, 1994, p. 366). Vive a rua com curiosidade, esperteza, inteligência, colecionando fragmentos, mapeando o espaço urbano e seus habitantes, guiado pelo desejo incompreensível e por um olhar que foge do hábito. Perambula com inteligência, vagabundeia e reflete, produzindo significações sobre o espaço público ou construindo a *alma encantadora das ruas* (RIO, 2012).

Oh! Sim, as ruas têm alma! Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, snobs, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes, que ficam sem pinga de sangue... (RIO, 2012, p.4).

A rua, para João do Rio, é como um “um ser vivo e imóvel [...] com vida e destinos iguais aos do homem” (RIO, 2012, p. 3). Encontrar a *alma das ruas* é tarefa para o *flâneur*, pois ela não se encontra previamente dada. “É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo” (RIO, 2012, p. 2), é preciso sair por aí, “ser vagabundo e refletir”, “ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem” (RIO, 2012, p.2).

Benjamim (1994, p. 122) reforça a figura do *flâneur* parisiense como o meio-termo entre o *homem da multidão* londrino (POE, 2012) e a antítese do mesmo: Nante, o “ocioso das esquinas”. De um lado, Nante, estático, instalado na rua; de outro, o homem guiado pela multidão, um *velho decrépito*, com semblante curioso e expressão enigmática que se destacava no meio da multidão de pessoas. Andava pela grande avenida, alcançava a travessa, atravessava a rua de modo repetido, encontrava a praça e repetia o circuito diversas vezes, ingressava em um beco, passeava por uma feira, visitava várias lojas. Caminhava lentamente, sem hesitação, por um momento; por outro, movia os olhos com inquietude, abrindo caminho com firmeza e perseverança no meio da multidão. O frio e a chuva intensa não eram suficientes para conduzi-lo para casa. Continuava caminhando pela cidade, seguindo a multidão. A avenida pouca habitada impulsionava sua ida ao teatro repleto de espectadores. Mergulhava na multidão, seguindo o fluxo de pessoas e, quando o número de transeuntes ia rareando, traçava outro percurso. Recusava-se a estar só (POE, 2012).

A singularidade do *homem da multidão* impulsionava o narrador do conto de Poe a caminhar pelas ruas da cidade na tentativa de decifrar aquela imagem que destoava do restante da turba. Diante de transeuntes “adaptados à automatização”, como se só pudessem “se exprimir reflexamente” (BENJAMIN, 1994, p. 50), e capazes de serem observados, classificados – “funcionários de firmas respeitáveis”, “jogadores”, “batedores de carteira”... – e compreendidos “mesmo no breve intervalo de um olhar”, o narrador se depara com a “absoluta idiossincrasia” da expressão do velho (POE, 2012, p.2). Decifrá-lo seria uma tentativa de ler o texto da cidade, como aborda Bolle (1994). O velho decrépito, porém, não se deixa ler, *es lässt sich nicht lesen*.

A busca pelo fio secreto que permita decifrá-lo é homóloga “à busca do fio secreto do discurso da cidade (a rede) cuja leitura é travessia” (GOMES, 2008, p. 79). Gomes (2008, p. 80) atenta que o próprio narrador, na busca pela legibilidade, transforma-se em outro *homem da multidão*, “outro enigma entre enigmas, outro signo ilegível da cidade [...] O homem da multidão reduplicado: ambos representam a própria cidade que não se deixa apreender, não permite ser lida, mas que impõe uma leitura do ilegível”. Como ler o ilegível, o indecifrável, aquilo que não se deixa ler? Como apreender a cidade, enquanto “rede de significados móveis” (GOMES, 2008, p. 24), em um texto?

A escrita da cidade é um relato específico e sensível da forma como o leitor a percebe. Tal visão pode provir de suas (a) experiências; (b) da observação à distância, como faz o *voyeur* (CERTEAU, 2003) que olha de longe, do alto, sem envolver-se corporalmente com a rua, nem com a massa, na busca pelo prazer de “ver o todo”; (c) de seus modos de apropriar-

se e de reinventar o espaço urbano, como fazem os *errantes* (JACQUES, 2008, p. 53), que experimentam a cidade de dentro e preocupam-se em “apreender e compreender a cidade por si só”; (d) das representações midiáticas da cidade, a partir de um olhar que privilegia tais construções de sentido em detrimento das experiências cotidianas; (e) dos imaginários urbanos. A cidade torna-se um texto diante dos olhos mais diversos, mas jamais pode ser compreendida em sua totalidade, de modo que o olhar e a escrita lidam apenas com partes da cidade-texto, são compreensões parciais, apesar de revestidas da ilusão da totalidade ou da realidade.

É impossível realizar uma leitura globalizante do *livro de registro da cidade* – o que a cidade produz e contém –, do seu presente e passado, em virtude dos pedaços, dos fragmentos, dos trechos apagados, das rasuras e das superposições de folhas durante a escrita de cidades sucessivas (GOMES, 2008). A leitura seria, assim, uma aproximação do real, uma tentativa de compreender o todo, um rascunho de um olhar do que é ou do que foi. A escrita seria uma “metáfora da cidade fragmentada” (GOMES, 2008), uma tentativa de produzir sentidos a respeito do labirinto confuso, caótico e heterogêneo, percepção que se acopla à associação da cidade a um quebra-cabeça e à arquitetura labiríntica de Borges (2012). Na busca por semantizar a cidade, podem ser adotadas estratégias de metaforização espacial, com vistas a compreender a cidade em termos visuais, a partir de representações de elementos da natureza; de metáforas orgânicas, que consideram a cidade como um todo funcionando ou um organismo doente que precisa de cura; de metáforas diagramáticas, que percebem a cidade enquanto átomo, com um núcleo e “elétrons-subúrbios”; e ainda de metáfora arqueológicas, que escavam os significados escondidos nas páginas superpostas da cidade ou, nos termos de Gomes (2008, p. 84), nas “camadas sucessivas de construções e ‘escritas’”.

O processo de metaforização são estratégias que buscam sustentar a leitura da cidade tal qual um texto cuja tessitura vai tornando-se cada vez mais volátil, rarefeita: o sentido da cidade como um lugar intimamente ligado aos obstáculos para dizer o que ela poderia significar (GOMES, 2008, p. 85).

A cidade escrita é “sempre simbolização e deslocamento, imagem, metonímia [...] pertence ao círculo da figuração, da alegoria ou da representação”¹. (SARLO, 2009, p. 145). Os discursos, como aborda Sarlo (2009) constroem ideias sobre a cidade, produzem “críticas,

¹ Texto original: “*siempre simbolización y desplazamiento, imagen, metonímia [...] pertenecen al círculo de la figuración, de la alegoria o de la representación*”. Todas as traduções realizadas no decorrer deste trabalho foram realizadas pela própria autora.

análises, figurações, hipóteses, instruções de uso, proibições, ordens, ficções de todo tipo”². A cidade escrita pode indicar o que a cidade deve ser, como consequência do que a sociedade pode ser (SARLO, 2009); pode ter como referência uma cidade real, “um composto de fragmentos de cidades vistas, vividas e recordadas”³(SARLO, 2009, p. 146), cidades fictícias ou ainda cidades projetadas por projetos políticos. A escrita, nesse último caso, seria projetada a partir da ordem física do espaço urbano e do composto de textos armazenados sobre a cidade, tendo em vista os interesses políticos em questão. As versões do Rio de Janeiro que estão sendo escritas oficialmente pelo poder público no atual momento de preparação da cidade para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, por exemplo, compreendem recortes do real na construção de sentidos sobre a cidade idealizada. Acontecimentos da cidade, todavia, irão a todo tempo vir à tona para ressaltar ou pôr em questão as significações construídas, conduzindo ao surgimento de novos textos que incorporem o acontecido em suas escritas específicas, em seus olhares sobre a cidade, guiados pelos interesses em jogo.

Diante de uma representação realista da cidade, segundo Sarlo (2009,), para além de pensar simplesmente sobre uma adequada representação, interessa refletir sobre o significado dos desvios realizados. Tais desvios podem indicar, por exemplo, o modo através do qual a cidade é pensada a partir de uma experiência ou de um ideal (SARLO, 2009). Pensando acerca da realidade específica do Rio de Janeiro, pode-se encontrar escritas diversas do poder público e dos moradores de favelas sobre as transformações urbanas que estão sendo implementadas nesses territórios. De um lado, escritas de violações de direitos e despejos forçados de pobres de suas casas; de outro, escritas sobre um Novo Rio, olímpico e integrado. O significado de tais desvios será discutido ao longo deste trabalho.

A cidade excede suas representações. Cada modo de apreendê-la significa a construção de uma cidade imaginária dentro da própria cidade. Esculturas de areia com o logotipo *Rio 2016* na praia de Copacabana, blusas *I love Rio* – apropriação do *branding I love NY* –, vídeos da cidade maravilhosa no *youtube*, siglas da *Secretaria Municipal de Habitação* pintadas em muros de casas em favelas, cartazes em passeatas da resistência, fotografias de casas demolidas, policiais das Unidades de Polícia Pacificadora compõem uma parte do contexto comunicativo urbano, criando leituras a partir de símbolos diversos, de sensibilidades variadas e, por conseguinte, construindo cidades imaginárias dentro da cidade Rio. “A cidade se nutre de tudo que serve de signo porque tudo é chamado a funcionar como

² Texto original: “*críticas, análisis, figuraciones, hipótesis, instrucciones de uso, prohibiciones, ordenes, ficciones de todo tipo*”.

³ Texto original: “*um compuesto de fragmentos de ciudades vistas, vividas y recordadas*”.

signo, de forma fugidia ou durável. Este sobreposto de signos e de suas potencialidades incomensuráveis passa a traçar as condições da aventura da percepção cotidiana da cidade”. (JEUDY, 2005, p. 82).

Aliando tais reflexões aos pressupostos da *cidade polifônica* de Canevacci (2004), que entende cidade e comunicação urbana como um “coro que canta com uma multiplicidade de vozes autônomas que se cruzam, relacionam-se, sobrepõem-se umas às outras, isolam-se ou se contrastam” (CANEVACCI, 2004, p. 17), esta pesquisa propõe ampliar os olhares sobre o Rio de Janeiro, sobre as vozes que circulam na cidade, as diferentes versões que estão eclodindo e os signos que estão sendo eleitos para comunicá-la, com vistas a melhor compreender o momento atual de construção do *branding* da cidade e de projeção internacional da sua imagem, nos anos que antecedem a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

1.2 RIOS MIDIÁTICOS: DE CIDADE MARAVILHOSA A SÍMBOLO DO NARCOTRÁFICO, DA FAVELA VIOLENTA À FAVELA *CHIC*

Os relatos urbanos, como comentam Certeau e Giard (2011, p. 200), “acrescentam à cidade visível as ‘cidades invisíveis’” de Calvino. A cidade, para os autores (2011), seria o “teatro de uma guerra de relatos”, noção que tanto aponta para a multiplicidade de relatos produzidos sobre a cidade, seja pelo poder público, pela mídia, por urbanistas ou pelas ruas, quanto para o fato de os ‘grandes relatos da televisão ou da publicidade esmagarem ou atomizarem os pequenos relatos de rua ou de bairro’ (p. 201). Os principais relatos que circulam sobre a cidade tanto em nível local, quanto internacional, foram levados em consideração no momento de definição das estratégias do *marketing* da candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. É por esta razão que se acredita ser útil refletir um pouco sobre algumas dessas escritas da cidade.

Villaça (2005) aborda que o Rio de Janeiro é exemplarmente o resultado das narrativas produzidas pelas ciências sociais, literatura, música e, especialmente pela mídia, em diálogo com as vivências cotidianas dos seus habitantes.

O Rio colonial e sua transculturação mal ajambrada, sua lascívia e excessos fora do padrão da metrópole; o imaginário do luxo cosmopolita da capital federal se promovendo nos salões; a construção e promoção dos encantos naturais da cidade maravilhosa; e, mais recentemente, a explosão dos discursos sobre o Rio violento, sobre a cidade esquartejada, atravessada pela miséria (VILLAÇA, 2005, p. 257).

Mesmo entendendo a dificuldade de reduzir o complexo *teatro da guerra de relatos* do Rio de Janeiro e de definir qual(is) relato(s) seria(m) mais preponderante(s), optou-se pela discussão dos dois relatos midiáticos com maior participação no imaginário internacional nas últimas décadas, quais sejam: a *cidade maravilhosa* e a *cidade do caos e da desordem*. Ambas narrativas, para além de constituírem-se como opostas, estão imbricadas e estabelecem um verdadeiro diálogo entre si e com inúmeros outros relatos midiáticos e do cotidiano da cidade. O *Rio Maravilhoso*, com suas paisagens exuberantes, energia vibrante e cartões-postais consagrados, que concentra uma infinidade de apelos para o turismo interno e externo, convive, deste modo, lado a lado, com a violência, o tráfico, as milícias e os problemas sociais, aspectos, por sua vez, intimamente vinculados à representação midiática da favela. “O imaginário da cidade do Rio desta forma fabrica tanto o medo quanto a fantasia”. (VILLAÇA, 2005, p. 259).

Para fins didáticos, as duas narrativas midiáticas serão pensadas de modo separado, mas, reitera-se que tais categorias, longe de estarem separadas, estão imbricadas, e podem apresentar elementos de livre circulação entre as mesmas. Seria a favela um desses elementos que passeiam pelo maravilhoso e pelo caos? Interessa pensar sobre essas *idades escritas*, que têm como referência realidades da cidade, com todas suas incongruências e desordem, e que são produzidas em virtude de interesses específicos. Trata-se, assim, de questionar: quais condições possibilitam a criação da cidade maravilhosa? O que estava em jogo, neste momento? Quais são as implicações da escrita do Rio violento para o cotidiano da cidade e, em um plano simbólico, para o imaginário internacional? Como a favela é inserida em tais escritas?

1.2.1 Rio Maravilhoso

La Ville Merveilleuse foi a expressão criada pela poetisa Jeanne Catulle Mendès para referir-se à cidade que visitava em 1912: o Rio de Janeiro (GOMES, 2008; LESSA, 2005). A inspiração dos “passeios a beiramar, [d]a beleza das árvores, flores e orquídeas [... da] cidade esplendorosa, [d]a beleza das paisagens da natureza, [d]a luz do céu azul claro, [d]o ar” e dos momentos de simples contemplação vividos pela francesa culminou na publicação, no ano posterior, de um livro, que tinha como título o epíteto criado para o Rio de Janeiro (ALMEIDA, NAJAR, 2012).

Anos depois, em 1934, André Filho compôs o samba *Cidade Maravilhosa*, exaltando a cidade “cheia de encantos mil [...] que a todos seduz” e enfatizando o maravilhoso, “enquanto

a qualidade do belo, encantatório e delicioso” (JAGUARIBE, 2011). No ano seguinte, em parceria com Aurora Miranda, gravou a marchinha de carnaval, que com o passar dos anos, tornou-se o principal hino popular da cidade, rememorado constantemente nos mais diversos tipos de celebração locais e evocado frequentemente pela mídia, (a) para referir-se positivamente às maravilhas da cidade, associando o *slogan* a marcas diversas de empresas, ou (b) para relembrar de modo nostálgico os aspectos de uma cidade, agora decadente, ponto que será abordado mais adiante. A referida música, nos termos de Gomes (2008, p. 112), é a celebração de um ideal e “a sacralização descontraída da alegria [... que] reveste a imagem do mito da cidade”.

A alcunha *cidade maravilhosa*, completa Gomes (2008, p. 112) “veio emblematicamente fixar a imagem da cidade inventada pelo projeto oficial da República recém-inaugurada, abrindo os tempos eufóricos de uma *Belle Époque* em edição brasileira”. A consolidação do regime republicano criou um cenário favorável para a remodelação da cidade, iniciando-se, assim, o processo de modernização do Rio, de transformação da imagem de uma cidade colonial, insalubre e insegura; de superação do anacronismo da velha estrutura urbana do Rio, evidenciado pelas demandas dos novos tempos; e de transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, sob os novos padrões do progresso – “versão prática do conceito homólogo de civilização” (SEVCENKO, 2003, p. 41). A “velha cidade, feia e suja,” como aborda um cronista da época, estava com os seus dias contados (SEVCENKO, 2003, p. 42).

A Avenida Central, a Lei da Vacina Obrigatória, a demolição de casarões do centro da cidade, a “negação dos elementos da cultura popular”, o “cosmopolitismo agressivo ligado à Paris”, a “dissolução da velha sociedade imperial”, “o aburguesamento da paisagem carioca” são algumas características do processo de transfiguração urbana do Rio de Janeiro, de regeneração da cidade e, em consequência, do país (SEVCENKO, 2003, p. 43). Tais transformações não abrangem apenas a estrutura física, mas também o plano simbólico da imagem da cidade e as experiências de seus moradores. A cidade “mudou e nós mudamos com ela e por ela”, ressalta um cronista do Jornal do Comércio (SEVCENKO, 2003, p. 49).

Pelegri (2011, p. 01) reitera que é na República que a “Cidade Maravilhosa começa a ser construída e representada”, que o Rio de Janeiro deixa de ser apenas um centro político brasileiro e passa a ser estimado internamente e reconhecido internacionalmente. À natureza magnífica, já exaltada desde a colônia e a monarquia, une-se a urbanização civilizatória do novo projeto da cidade moderna.

A imprensa escrita teve considerável atuação na implantação das mudanças na cidade, seja, por exemplo, através da condenação dos comportamentos tradicionais ou da demonstração de otimismo e felicidade com as mudanças implementadas na cidade e com a nova vida social urbana (SEVCENKO, 2003). O rádio⁴, especialmente na década de 1930, também exerceu um importante papel na disseminação das imagens do Rio de Janeiro, aspecto intimamente relacionado às suas características de meio massivo, com linguagem popular, de fácil compreensão, acesso pelas diferentes classes e com capacidade para produzir imagens na mente do ouvinte. Este é um aspecto bastante destacado em torno das características do rádio enquanto meio de comunicação: a sua capacidade de despertar a imaginação do ouvinte, conduzindo-o a criar imagens, por exemplo, de uma cidade maravilhosa. Pelegrini (2011), apoiada nas reflexões de Rezende (2004) e Santana (2000), destaca, por exemplo, que o samba de André Filho foi inspirado pelo programa de rádio *Crônicas da Cidade Maravilhosa*, pelo modo do jornalista Genolino Amado narrar o dia a dia do Rio de Janeiro, como aponta Rezende (2004), ou simplesmente pelo título do programa, conforme comenta Santana (2000). As narrativas midiáticas sobre a cidade, como se vê, influenciam o imaginário da mesma.

A nomeação *cidade maravilhosa* fala de uma beleza paradisíaca, “revisita simbolicamente o mito da terra exaltada” (GOMES, 2008, p. 112), compreende a praia, especialmente a de Copacabana que, como aponta Villaça (2005), tornou-se uma metáfora do maravilhoso; os corpos; o carnaval; a alegria; a cordialidade e a mestiçagem cultural, como atributos da cidade e do *carioca way of life*. Ser do Rio, diz Carlos Lessa (2005, p.13), “não dependeria da naturalidade mas de um estado de espírito e da adoção de seus modismos”. É esse estado de espírito singular do carioca que, em associação aos padrões cariocas de comportamento e às paisagens da cidade, são exaustiva e repetidamente divulgados nacional e internacionalmente como aspectos do maravilhoso.

Com a perda da condição de centro político para Brasília e sem a importância econômica de São Paulo, o Rio de Janeiro sedimenta seu repertório a partir das estratégias do maravilhoso, enfatizando a paisagem – a topografia vibrante – e o aspecto humano do carioca: sociabilidade, sensualidade, paixão e alegria. O repertório de invenção cultural e configuração mítica do Rio de Janeiro repisa, assim, “os clichês do exotismo e do hedonismo em paisagens exuberantes encharcadas de sol e de corpos deleitosos”. (JAGUARIBE, 2007, p. 127).

⁴ O rádio inicia sua trajetória em meio ao projeto de modernização do Rio de Janeiro.

1.2.2 Rio do caos e da desordem

Nos anos 90, uma série de eventos violentos na cidade contribuiu para desestabilizar o *status* de *cidade maravilhosa* e trazer à tona a narrativa da cidade violenta. Atos de violência praticados pelas “classes perigosas” ou pela polícia “a favor da ordem” ganham destaque na mídia, nas plataformas políticas de candidatos e nas discussões cotidianas, dividindo opiniões sobre as soluções para o problema da insegurança que se agravava ao longo dos dias. Uma primeira corrente, liderada pela polícia e apoiada por vários políticos, setores da grande mídia e parte da população, em especial da classe média, clamava pela segurança, pela manutenção da ordem e pela disciplinarização dos grupos de criminosos em potencial, as ditas “classes perigosas”: pobres negros favelados (LEITE, 2000). No Rio de Janeiro, comentam Vaz e Rony (2008), elementos como raça, etnia e índices de pobreza são entendidos como “marcadores de risco”. A percepção do crime, destacam os autores, “é uma representação sobre a cidade que associa a possibilidade de ser vítima a características de indivíduos e lugares”. (VAZ; RONY, 2008, p. 2).

As Chacinas do Acari - morte de 11 jovens favelados -, da Candelária - assassinato de sete menores que dormiam na porta da Igreja - e a do Vigário Geral - massacre de 21 favelados -, todas provocadas por policiais, eram compreendidas por parte da população como atos praticados para a manutenção da ordem e garantia da segurança. Alba Zaluar, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, destaca o apoio de 30% da cidade do Rio de Janeiro à Chacina da Candelária (LEITE, 2000). Leite (2000) complementa: na mesma época, 47% dos cariocas foram favoráveis aos tiros praticados por um policial militar contra um assaltante já subjugado, em frente a um *shopping* do Rio de Janeiro e perante o registro de câmeras de televisão. Posição semelhante foi assumida por quem apoiou o registro ao vivo, pela Rede Globo, de traficantes sendo baleados por policiais, durante a tentativa de fuga, na Operação Vila Cruzeiro-Alemão, em novembro de 2010. A cobertura televisiva da rede Globo rendeu o prêmio Emmy Internacional de reportagem ao *Jornal Nacional*.

O segundo grupo da população carioca, liderado pelas ONGs e intelectuais, com a adesão de alguns grupos da mídia e da população defendiam políticas de promoção da cidadania para jovens favelados e moradores da periferia. É neste sentido que as Chacinas da Candelária e do Vigário Geral levaram à fundação da Casa da Paz, Viva Rio e AfroReggae, no mesmo ano. A criação de projetos culturais aparecia, assim, com uma das reações à guerra que se instalava nas favelas (SOVIK, 2012).

No mesmo ano de 1993 e em 1994, o sentimento de pânico e insegurança na cidade é reforçado pelos arrastões nas praias e em ruas, o que culminava na sujeição criminal de jovens pobres negros ou mestiços, favelados ou suburbanos, por parte da polícia, e em atos de controle ou proibição do acesso dos mesmos às praias. Chegava-se a cogitar a alteração de rotas de ônibus e a instalação de portões e/ou guaritas para limitar o acesso dos grupos à praia (LEITE, 2000).

Vaz e Rony (2008) expõem que o medo do crime e a sensação de insegurança implicam em uma nova articulação entre os corpos e a cidade, afetando os modos de experimentar a cidade, a orientação de práticas cotidianas e modificando a aparência urbana, por meio, por exemplo, da evidenciação das diferenças entre bairros – classe média *versus* subúrbio –, dos *shoppings*, das grades e dos condomínios fechados (VAZ; RONY, 2008). Os autores destacam a participação dos meios de comunicação na constituição dos sentimentos de medo e insegurança, mostrando que as notícias sobre o crime “descrevem a cidade segundo o critério do risco de vitimização”, construindo narrativas sobre um crime que poderia atingir qualquer um e pode ocorrer novamente (VAZ; RONY, 2008, p. 3). Como “estratégias retórica de identificação da audiência com a vítima” ressaltam, a partir da análise de reportagens do telejornal *RJ TV 2ª edição*, no ano de 2004, (a) a seleção de moradores comuns da cidade para falar do medo que sentem, (b) o discurso dos âncoras ou repórteres de que o incidente é uma incidência, e (c) a sugestão de que até a polícia sente-se intimidada pela “violência urbana” (VAZ; RONY, 2008, p.5).

A sensação de insegurança pouco controlável, de caos e de desordem conduzem a classificação de Canclini (2008) do Rio de Janeiro como *cidade paranoica*. Tal noção foi criada por Canclini para referir-se às cidades “que se desconstroem”, que antes eram tidas como destinos desejados por turistas e investidores e, agora, passam a ser narradas pela mídia como “paisagens catastróficas, arruinadas por assaltantes, narcotraficantes, catadores de papel e sem-tetos. São as urbes do temor e da insegurança”. (CANCLINI, 2008, p. 23).

Várias produções cinematográficas das últimas décadas têm contribuído para a repercussão internacional do imaginário da paranoia e para a incorporação da categoria do *Rio da favela*, com imagens de violência e problemas sociais, no imaginário internacional. O filme *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles, o documentário *Ônibus 174* e, anos mais tarde, as duas edições de *Tropa de Elite*⁵ são exemplos de títulos do cinema nacional que atraíram

⁵ A produção audiovisual teve grande repercussão, mesmo antes de ser lançada nos cinemas, por meio da comercialização no mercado pirata e da disseminação na *internet*, tendo sido assistida por mais de 11 milhões de pessoas.

olhares estrangeiros para os problemas do Rio de Janeiro, por meio de narrativas realísticas sobre a violência, o narcotráfico, os problemas sociais e a incerteza da vida urbana carioca ou, nos termos de Jaguaribe (2007), do *choque do real*, ou seja, da utilização de estéticas realistas para “suscitar um efeito de espanto catártico”, um incômodo e a sensibilização do espectador, a partir da representação exacerbada e intensificada de situações cotidianas das metrópoles (JAGUARIBE, 2007, p. 100).

As narrativas negativas criadas em torno da cidade passam a confundir-se com a representação da favela de maneira mais evidente. A favela, historicamente, estigmatizada como o lugar da escassez, da desordem, é percebida como o território que sintetiza grande parte dos estereótipos da cidade: local da violência, do narcotráfico, da desordem e das desigualdades sociais. Tais questões serão contempladas mais detalhadamente no capítulo dois da dissertação. Para este momento, buscou-se apenas realizar breves comentários sobre o Rio violento, tendo em vista que as imagens da violência, do narcotráfico e das desigualdades sociais do Rio de Janeiro compunham o imaginário internacional no momento precedente à construção do conceito e da definição das estratégias do projeto *Rio 2016, Live your passion*. Neste sentido, uma das principais questões que se impunha era: como estabelecer estratégias para lidar com o imaginário internacional do Rio, *cidade paranoica*, do caos e da desordem?

1.2.3 A favela como zona de fluxos entre a paranoia e o espetáculo

No momento contemporâneo, a favela, como expõe Jaguaribe (2010, p. 12), tornou-se “um terreno de disputa numa batalha de representações”, de modo que as narrativas da violência, do narcotráfico, da escassez e da irregularidade alternam-se com a favela *cool*, comunidade autêntica, pujança cultural e criatividade. É neste sentido que se entende a favela como elemento que transita entre os relatos midiáticos do *Rio maravilhoso* e do *Rio do caos e da desordem*, sendo tanto atrelada positiva quanto negativamente à imagem da cidade.

Um exemplo enfático desta batalha de representações pode ser percebido na análise do filme *Cidade de Deus*, que exerceu papel de destaque na consolidação da imagem do Rio de Janeiro como cidade violenta. As novas formas de sociabilidade marcadas pela miséria humana e por novas sensações estéticas apresentadas pela produção cinematográfica, todavia, evidenciam tanto as estéticas do realismo (JAGUARIBE, 2010), quanto revelam “uma riqueza humana e artística extraordinárias”. (REUTERS apud SOVIK, 2009). De um lado, há o *choque do real* provocado pelo excesso de violência (JAGUARIBE, 2007); de outro, a diversificada expressão musical contribuiu para conferir ao filme ampla repercussão

internacional, culminando inclusive na utilização de sua trilha sonora pelas propagandas televisivas das empresas *Citroen, Nissan e Ikea* (LEU, 2004).

Mais recentemente, no ano de 2011, o filme *Rio* (2011), líder de bilheteria norte-americana por dois finais de semana consecutivos, também retratou esse jogo de narrativas em torno da favela, na medida em que ela foi representada como geradora de cultura, por meio do carnaval e, ao mesmo tempo, como cenário do “mal”, dos vilões do filme, no caso, os traficantes de animais. Carlos Saldanha, diretor e idealizador da animação, salienta: “Claro que a gente quer que o Rio seja conhecido pelas coisas boas. Em um filme para crianças, fica mais *light*. Mas a favela está lá, o tráfico de animais. E elas entendem tudo. A gente não pode fechar os olhos para os problemas”. (SCARPA, 2011). Como o próprio Saldanha explica, trata-se da construção de uma representação negativa para um público marcadamente infantil, para quem o esquema “bem *versus* mal” aparece comumente como a resposta mais simples para sua compreensão do mundo.

Uma infinidade de produções midiáticas e eventos culturais ressaltam as manifestações artísticas e culturais da favela e sua percepção como comunidade autêntica. Um exemplo a ser apresentado é a exposição *Brazil 40º*, realizada na loja *Selfridges*, em Londres, com apoio do governo federal⁶, que promoveu um mês de cultura brasileira na Inglaterra. O evento incluía a realização de uma mostra fotográfica com imagens de favelas e bailes *funk*, além da comercialização de materiais produzidos pelas artesãs da CoopaRoca – Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha – em parceria com os designers ingleses *Paul Smith* e *Tord Boontje* e com a grife de lingerie *Agent Provocateur* (LEU, 2004; ROCHA, PAFFARO, 2011).

Analisando a exposição brasileira, Fontes (2005) observa a percepção londrina do Brasil como *cool*⁷ e a reverberação desta imagem em diversos países, inclusive no interior do próprio Brasil. Esta classificação ultrapassa as usuais estereotípias do maravilhoso para compreender o sucesso dos bares *Guanabara*, em Londres, *Favela Chic*, em Paris, *Miss Favela*, em Nova York, e a grande popularidade dos filmes *Cidade de Deus* (2002), *Ônibus 174* (2002) e *Carandiru* (2003). A percepção *cool* atravessa, assim, o imaginário da favela,

⁶ O apoio do governo ao evento podia ser percebido logo na entrada principal da loja *Selfridges*, onde, além de manequins caracterizados com alegorias de carnaval, foi exposta uma obra de arte com o sorriso do presidente Lula, criada por Vik Muniz (ROCHA; PAFFARO, 2011).

⁷ Pesquisa realizada pela *Cool Brand Leaders*, em 2004, também revelou o Brasil como *cool place*, o terceiro destino mais *cool* para as férias, e o Rio de Janeiro como a quinta *coolest city* no mundo, de um total de dez selecionadas. Esta nova classificação do Brasil resultaria da negociação de poderes discursivos entre organizadores do evento, Embaixada Brasileira em Londres e intermediários culturais - na concepção de Bourdieu - residentes em Londres (FONTES, 2005).

expressando “a imagem contraditória de um ‘país pobre’ que tem um certo estilo” (SOVIK, 2009, p. 133).

A representação da favela como “geradora de cultura” e “lugar de diversão” é também notada na campanha *Improvise*, da marca de cerveja Brahma, realizada em Londres, no ano de 2006. O filme *Movimento* revela práticas esportivas nas favelas, “dançarinos de *funk* estilo charm”, “vistas aéreas dos morros, favela” e a comemoração do *Reveillon* “ao som de grupos de *funk* e rap”. (SOVIK, 2009, p. 131), enquanto o cartaz impresso apresenta dois jovens negros capoeiristas, o que pode ser visto como um “contraponto lúdico às favelas do Brasil” (SOVIK, 2009, p. 136). A autora argumenta que a referida campanha⁸ pode ser analisada com base no atual momento do discurso identitário brasileiro, marcado por uma nova percepção sobre as divisões raciais e pela apreensão em relação à violência urbana. O atual debate na mídia sobre a tradição – na acepção de Scott (1999) – popular brasileira compreende especialmente essas duas questões: a violência urbana e o racismo (SOVIK, 2009).

A grande mídia encontrou uma maneira de representar a situação de violência urbana racialmente marcada com a inclusão da favela como geradora de cultura, entendendo que o problema e sua solução se encontram entre os que mais sofrem os altos níveis de desigualdade do país. Assim, figuras como o rapper, o projeto cultural e o jovem negro e favelado que se integra à sociedade através de seu talento têm valor notícia. Essas figuras tornam-se rivais simbólicos do narcotráfico, enquanto elas também se interessam por ser objetos da cobertura da mídia (SOVIK, 2009, p. 137-138).

No interior desta compreensão, é que se pode avaliar a seleção do rapper MV Bill para a campanha publicitária da Nextel; a repercussão alcançada pelo projeto AfroReggae e seu coordenador José Júnior; o destaque midiático conferido ao ator Thiago Rodrigues, da rede Globo, por ser oriundo e ainda residir na favela Vidigal, do Rio de Janeiro; os projetos Taça das Favelas, Favela Festival e Parceiros do RJ, idealizados pela Globo Rio. “Hoje tá todo mundo querendo se envolver com a comunidade. Já tem bicicleta, já tem banco comunidade... Parece que a redescobriram. [... O Parceiros do RJ] foi um sucesso! A comunidade passou a se sentir parte do processo”, comenta Cláudio Paim (2012), da Globo Rio.

O *Parceiros do RJ* é um quadro do telejornal diário *RJTV*- 1ª edição, da emissora Globo, que se caracteriza especialmente por “dar voz” às comunidades, como destacou Paim (2012, informação verbal), através de reportagens produzidas pelos próprios moradores, que retratam aspectos do seu cotidiano, por vezes, incluindo a produção de matérias de caráter denunciante. “É ele quem apresenta o lugar em que vive, com um olhar que só ele tem,

⁸ A campanha incluiu ainda ações *online* (site e *mail marketing*), eventos musicais intitulados TrocaBrahma e distribuição de cds de música. Para maiores detalhes, ler: Sovik, 2009.

produzindo conteúdo para o telejornal” (G1RJ, 2012). Há de se ter em mente, entretanto, as mediações e intervenções presentes na publicação e/ou veiculação de tais narrativas de auto-representação. No caso do *Parceiros do RJ*, os dezesseis jovens selecionados para narrarem fatos do local em que vivem passaram por um treinamento da emissora, têm sua produção supervisionada pelos jornalistas da Globo e a edição final do material produzido é realizada na própria emissora.

Como se vê, ao mesmo tempo em que surgem os novos modos de representar as favelas cariocas para além dos estigmas usuais, elas passam também a ser narradas em produções escritas, visuais e audiovisuais, por autores da própria comunidade, assinalando, como aponta Jaguaribe (2010) a democratização da autoria no uso das estéticas do realismo. Como exemplos, cita-se também a exposição *Olhares do Morro*, parte das comemorações do *Ano do Brasil na França*⁹, que revelou a riqueza e a complexidade das favelas cariocas, por meio de imagens fotográficas e áudios de moradores, captados por residentes da própria favela exibida; a exibição de curta-metragens produzidos por jovens de favelas brasileiras, no festival *BrazilNoar*, de Barcelona (BRAZILNOAR, 2011); e o filme *Cinco vezes favela agora por nós mesmos*, que, como o próprio título sugere, traz à tona a voz dos próprios favelados.

Para Canclini (2008), “nos últimos anos, complicou-se o esquema maniqueísta que dividia o que nas cidades é deterioração ou espetáculo” e é no interior desta compreensão que podem ser analisados os *favelas tour*. Uma mescla de realidade e espetáculo é percebida nas experiências do *the real thing* vendidas por esses *tours*¹⁰, por meio da promoção de um olhar estetizado da realidade e da ressimbolização das favelas como *comunidades autênticas*, o que culmina na venda da imagem do *real Rio*, em associação ao “cartão postal consagrado”¹¹ (JAGUARIBE, 2007; 2010). A favela ganha visibilidade para olhares estrangeiros e a possível incompatibilidade entre turismo e favela é superada pelo *favela tour*, a partir da exposição realista da realidade social como aspecto da singularidade carioca, que foge da lógica dos *não lugares* de Marc Augé (1994), vez que não se insere na lógica dos receituários globais, com padrões facilmente identificáveis por todo mundo, como é o caso dos *shoppings centers* e os aeroportos, por exemplo.

⁹ Neste evento, a favela carioca também se fez presente através da exposição *Favelité*, organizada no metrô de Paris.

¹⁰ Medeiros (apud Jaguaribe, 2010) relembra a relevância do filme *Cidade de Deus* (2002) na criação de um desejo pela experiência realista desse tour.

¹¹ Jaguaribe (2010, p. 13) aponta que “as favelas que entram no circuito turístico são as favelas localizadas na Zona Sul da cidade e a maioria delas oferece não somente uma visita à comunidade de gente trabalhadora e simpática, não somente a experiência da cultura popular, mas também vistas arrebatadoras das praias e morros da cidade”.

A realidade tangível, que é vendida pelo passeio, todavia, torna-se intangível por toda a performance da proposta turística. O espaço é percorrido, estetizado e distanciado, ao invés de vivenciado. O olhar parte do confinamento do jipe, das lentes fotográficas e filmadoras, e mistura-se com as vozes do guia e com os imaginários midiáticos pré-existentes, no decorrer de um percurso previamente negociado e sob a constante vigilância dos guias. São visões parciais e instantâneas sobre o Outro (JAGUARIBE, 2007).

Em meio a cultura do medo e da violência, os *favela tours* tornam-se atrativos pela “confluência de imaginários contrários: os favelados trabalhadores na sua pobreza criativa e as guerras do narcotráfico” (JAGUARIBE, 2007, p. 126). A heterogeneidade da favela leva a apreensão de aspectos diversos: pobreza, criatividade, violência, comunidade, imaginários midiáticos, políticas de agenciamento, contato com a alteridade, autenticidade e exotismo. “A favela é o ícone que sintetiza os impasses da cidade”. (JAGUARIBE, 2007, p. 151).

Os passeios turísticos pelas favelas parecem na atualidade abarcar outros apelos de comunicação. Jaguaribe (2012)¹² chama atenção para o fato de não se tratar mais da venda do “*danger*” e das “aventuras *dark*”, que observou em suas pesquisas anteriores¹³. Os apelos atuais abrangem de modo mais evidente a questão da comunidade, do aspecto mais essencialista, atraindo turistas para botecos, sambas e *hostels*. Tal questão será melhor aprofundada nos capítulos seguintes, em uma discussão que abrange as novas políticas públicas que compreendem o território das favelas. Num momento em que as Unidades de Polícia Pacificadoras têm sido implantadas por diversas comunidades com o discurso de trazer a paz e o bem-estar para os moradores, como ainda vender a proposta do perigo - “Cuidado! Agora, entramos em uma nova zona! Não encarem os traficantes!” -, mesmo que controlado? Surgem, assim, novas estratégias de comunicação que colocam a favela como parte da cidade, mas de um modo peculiar, como espaço singular com o atrativo de ser uma comunidade autêntica, que, assim, promoveria outro tipo de experiência para turistas e/ou moradores da dita cidade formal. A favela, agora, pode ser frequentada e visualizada em suas particularidades, não mais do lugar de um *jeep* ou por uma lente fotográfica, mas pelo caminhar por suas ruas e bares.

A candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos de 2016 era um momento crucial de investimento simbólico na imagem da cidade e que, portanto, tornava necessário reforçar atributos positivos; estabelecer estratégias para lidar com relatos negativos sobre o Rio, que colocavam em dúvida as condições da cidade de sediar o megaevento esportivo; e projetar a

¹² Comentário realizado no curso “Massas, Mitos e Mídia”, em 27 de agosto de 2012.

¹³ Para maiores detalhes, ler: JAGUARIBE, 2007.

imagem futura da cidade. Se de um lado, havia a imagem da favela *cool*, como local de pujança cultural e de atrativos turísticos a ser explorada positivamente, de outro, fazia-se imprescindível estabelecer estratégias para lidar com a *cidade paranoica* (CANCLINI, 2008), urbe da violência e do narcotráfico, que se impunha internacionalmente, a fim de construir uma marca para o Rio a ser vendida para o Comitê Olímpico Internacional na disputa pela sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Diante da hipervisibilidade das favelas cariocas, tornava-se urgente o reforço da sua repaginação e dos símbolos do maravilhoso.

1.3 O PROJETO RIO 2016, LIVE YOUR PASSION

1.3.1 Panorama geral da candidatura

Em junho de 2008, o Rio de Janeiro tornou-se candidato oficial à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, juntamente de Chicago, Tóquio e Madri. De todas as concorrentes, Tóquio era a única cidade que já havia sediado os Jogos, no ano de 1962. Madri e Chicago, embora nunca tivessem sido eleitas, estão localizadas em continentes que, por algumas vezes, já foram selecionados para sediar o megaevento, como Los Angeles (1984) e Atlanta (1996), no caso dos Estados Unidos, Barcelona (1992) e Londres (2012), no caso da Europa. A América do Sul, o Brasil e o Rio, mesmo já tendo concorrido duas vezes, todavia, nunca haviam sido vitoriosos. Tal realidade transformou-se em forte argumento do projeto de candidatura: a oportunidade de expandir o Movimento Olímpico para um novo continente, que, ao longo das trinta edições dos Jogos, ainda não havia sido contemplado.

O argumento se uniu a diversos outros na construção do projeto *Rio da transformação – Rio da renovação, Novo Rio ou Rio Olímpico* –, a partir da ação conjunta do poder público, de urbanistas, de *marketeiros*, de investidores privados e de veículos de comunicação. É neste sentido que acordos políticos e investimentos privados integraram-se às projeções da imagem da cidade, à criação de novas significações em torno dos atributos negativos do *Rio do caos e da desordem* e à proposição de novas políticas públicas.

Desde a eleição do Rio a candidato oficial à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, ampliaram-se a circulação de vozes em torno da relevância da vitória não apenas para o Rio, mas para todo o Brasil, criando-se, de um modo geral, uma comoção generalizada em torno da candidatura. As três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) se uniram em torno do projeto *Rio 2016*; o então presidente Lula fez *lobby* com membros do Comitê Olímpico Internacional; o ex-jogador de futebol Pelé – eleito o atleta do século por todos os Comitês Olímpicos do mundo – e o escritor Paulo Coelho foram convocados como

“personalidades brasileiras”, em encontros diretos com membros do COI; para pensarem estrategicamente a candidatura, contratou-se Mike Lee, da equipe da candidatura Londres 2012, Michael Payne, marketing do COI por 20 anos, e Scott Givens, produtor executivo do sucesso da *Super Bowl*, nos Estados Unidos, e da cerimônia do Pan 2007; escolheu-se Fernando Meirelles – o consagrado cineasta de *Cidade de Deus* – para produzir a *cidade ideal* de 2016, através de um claro resgate da *cidade maravilhosa*. O presidente Lula (2009a) garantiu: “O Rio está pronto”, e o governador Sérgio Cabral (2009) completou: “Yes, we can!”

Para o Rio de Janeiro, a vitória da candidatura olímpica seria a oportunidade de superar os problemas de ordem socioeconômica que vinham se expandindo e se agravando pela cidade ao longo das últimas décadas; de recuperar o *slogan* de cidade maravilhosa, posto em questão, após repetidas aparições nas páginas policiais dos problemas da violência urbana e do narcotráfico na cidade; o momento de investir em segurança, em infraestrutura, em transporte, e em capacitação profissional. Seria também, para Lula (2009a), a ‘consolidação de conquistas recentes’, o reconhecimento da ascensão econômica do Brasil, como país de importante atuação na crise financeira, décima economia mundial, principal potência da América do Sul (BRASIL, 2009a), com aumento constante de oferta de emprego e ascensão social de 11% de brasileiros, em relação a 2002 (RIO2016, 2009). Seria ainda a oportunidade de dar continuidade às ações sociais atualmente desenvolvidas no Rio de Janeiro e no Brasil, daí a grande ênfase do referido presidente e do *marketing Rio 2016* no legado social dos Jogos para a cidade (BRASIL, 2009e). Nos termos do então presidente, “nenhum país hoje tem tanta certeza de seu futuro quanto o Brasil”. (LULA; NUZMAN, 2009). “É a hora e a vez do Brasil”. (LULA; NUZMAN, 2009).

Para os estrategistas de *marketing*, seria a união do mundo em torno da “paixão” do *povo brasileiro*¹⁴ e o momento dos outros países conhecerem os encantos da cidade maravilhosa¹⁵ – as paisagens, o samba, a praia – e o espírito guerreiro/trabalhador de seus habitantes. Seria a retomada do *Rio maravilhoso*, a implantação do *Rio da Renovação* e a superação do *Rio do caos e da desordem*. De modo geral, foi esse o tom dos principais textos que circularam nacional e internacionalmente em torno do significado da candidatura para a cidade. Freitag (2011) complementa: seria a oportunidade de o Rio de Janeiro recuperar a sua

¹⁴ Fala-se em *povo brasileiro* para fazer uma alusão aos pronunciamentos do presidente da época, Luis Inácio Lula da Silva, e aos textos do material impresso do projeto *Rio 2016, live your passion*.

¹⁵ Emprega-se o termo “cidade maravilhosa” não apenas em razão de o mesmo ter se tornado o principal *slogan* da cidade, mas também para fazer referência à estratégia do resgate do maravilhoso no *marketing Rio 2016*, ponto que será melhor aprofundado adiante.

capitalidade. O conceito, cunhado pelo arquiteto Giulio Argan, foi apropriado por Marly Motta para caracterizar o Rio como cidade-síntese do Brasil, sua evidência cultural e histórica, a “‘caixa de ressonância’ dos anseios, conflitos e soluções de vida do povo brasileiro”, mesmo após a transferência da capital política do país para Brasília (FREITAG, 2011). Freitag (2011), todavia, prefere a adoção do termo orfandade – em referência à “perda do pai” –, para caracterizar a situação da cidade após mudança da sede do governo, acreditando que a orfandade deixa a chance para o Rio refazer-se, “tornar-se autoridade em alguma outra coisa nova e mais importante função”.

Após a cerimônia que elegeu o Rio como cidade-sede dos Jogos de 2016, Carlos Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB –, declarou à imprensa: “essa é a maior vitória política do esporte brasileiro, não só brasileiro, do continente sul-americano em toda a história” (LULA; NUZMAN, 2009), afirmando que a eleição da cidade ultrapassa a questão esportiva. O periódico *El País* completou: a escolha da cidade deve “ser incluída também no plano político, como um gesto de um organismo internacional como o COI [Comitê Olímpico Internacional] para incentivar o crescimento de um país emergente”. (EL PAÍS, 2009). Inúmeros outros aspectos de ordens política, econômica e cultural são levados em consideração no momento da eleição pelo COI e da construção da candidatura de uma cidade.

A eleição de uma cidade pelo COI significa a transformação da mesma, em decorrência da dimensão do evento e das exigências por ele impostas, a começar por uma ampla infraestrutura com nível de excelência, que abranja as diversas modalidades esportivas, as acomodações dos atletas, treinadores, imprensa, espectadores – e suas necessidades básicas – transporte, alimentação. Investe-se grande quantidade de capital em um projeto de candidatura tendo em vista o retorno – financeiro, político, de visibilidade, turístico – que o mesmo trará para a cidade e para o país eleito. Não é à toa que Lula, o presidente da época, foi um ator de particular relevância em todo o processo verificado (BARÓN, 2009), tendo discursado na cerimônia de escolha da cidade-sede, feito *lobby* com os membros do COI (BARRIONUEVO, 2009a) e divulgado o projeto *Rio 2016* ao longo das reuniões internacionais que antecederam a eleição da cidade. Em declaração ao jornal *Folha de S. Paulo* (2009b, especial 9), após a vitória do Rio, Nuzman ressalta que “nada disso seria possível sem o presidente”, abordando que o então presidente trabalhava há dois anos no projeto *Rio 2016*, desde o fim do Pan-07.

Tendo em vista as discussões empreendidas no tópico anterior acerca das principais narrativas sobre o Rio de Janeiro e a presença das mesmas no imaginário internacional, busca-

se realizar a análise do projeto *Rio 2016, Live your passion*, a partir do material impresso e audiovisual produzido para a candidatura da cidade, com vistas a identificar os discursos construídos sobre o Rio nesse material, especialmente sobre as favelas cariocas. Compreende-se o projeto da candidatura como o início da construção discursiva do *Novo Rio*, que, atualmente, abarca os discursos sobre a transformação – ou regeneração – urbana, daí a crucial importância do panorama da candidatura para os propósitos da pesquisa de mestrado. Busca-se construir um panorama das relações de sentido que permeiam o projeto *Novo Rio*, o que, como dito, tem início com o *marketing* de candidatura para as Olimpíadas de 2016.

1.3.2 Aspectos metodológicos

Marcondes Filho (2011, p. 7) argumenta que as noções de ciência, de conhecimento compreendiam o domínio dos homens sobre o objeto “a ponto de esvaziá-lo de qualquer periculosidade”. Em contraponto a esta relação, o autor sugere uma reelaboração das posições do sujeito e do objeto, defendendo a “precedência do objeto sobre o sujeito” e, assim, considerando o pesquisador como “objeto do objeto”. As reflexões de ordem metodológica de Marcondes, apesar de não adotadas nesta pesquisa, parecem úteis para pensar sobre como lidar com o objeto, considerando ainda o fato de tratar-se de um objeto *em acontecimento*. A solução encontrada foi investir na capacidade observadora e na intuição sensível do pesquisador, deixando-se conduzir e surpreender-se pelo objeto, entendendo, entretanto, que tal condução é sempre atravessada pelas escolhas e interesses do pesquisador.

A aproximação do objeto levou também a outras questões: como manter o equilíbrio entre o envolvimento com o objeto e o distanciamento racional? Como escapar das principais leituras armazenadas mentalmente sobre o Rio de Janeiro, na condição de brasileira e de não carioca e, ao mesmo tempo, como aproveitar tais textos para pensá-los criticamente? Como lidar com o excesso de escritas e leituras produzidas atualmente sobre o Rio? Estas são algumas questões que irão perseguir todo o processo de execução da pesquisa e que, ao invés de exigirem uma resposta imediata, parecem conduzir a outra questão: quais são as perguntas que convém ser feitas sobre o objeto de análise?

Para o estudo do material da campanha *Rio 2016, Live your passion*, optou-se por uma leitura acurada, guiada pelo propósito de perceber os principais discursos produzidos sobre o Rio de Janeiro e como a população, especialmente, a favela aparecia neles, como que a indagar: no meio da “multidão fantasma de palavras, versos e fragmentos” (BENJAMIN, 1994) da cidade, quais leituras foram priorizadas, esquecidas ou renovadas? A leitura dos textos foi guiada pelas seguintes fases: (a) identificação no texto dos principais temas

presentes ou ausentes; (b) identificação dos padrões de aproximação ou contradição dentre os temas identificados; (c) enquadramento em categorias temáticas; (d) tentativas de explicação das presenças e de decifração dos silenciamentos dos textos. O percurso metodológico foi montado a partir de leituras prévias das diferentes técnicas de análises de dados: *close reading*, análise de conteúdo categorial e análise textual. Optou-se por tentar entender o texto, a partir de uma leitura atenta para, em seguida, pensar o texto no contexto de sua produção e buscar explicações sobre o mesmo.

Várias empresas de comunicação estiveram envolvidas no planejamento, criação, produção e veiculação das peças do projeto de comunicação. Os vídeos oficiais, por exemplo, foram produzidos pela *O2 Filmes*, do cineasta Fernando Meirelles, enquanto que o *design* da logomarca e do Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro foram criados pela empresa *Soter Design*. O primeiro passo para pensar sobre as estratégias adotadas para vender o Rio de Janeiro foi selecionar as peças da campanha a serem analisadas. Após extensa busca *online*, foram encontrados os seguintes materiais: logotipo, o Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, Carta *Rio 2016, viva sua paixão*, oito vídeos – *Passion, Celebration, Unity*, Projeto Rio 2016, mini docs sobre os atletas Bárbara Leôncio e Daniel Dias, e os discursos do ex-presidente Lula e do presidente do COB, Nuzman, na cerimônia de escolha da cidade sede, em Copenhagen, site *Rio 2016.org*, *stands* com telas interativas. Acrescenta-se ainda os Cadernos Legado Brasil, Legado Social e Legado Urbano-ambiental, o *Report of the 2016 IOC Evaluation Commission* e o *Host city contract*, produzidos após a vitória do Rio.

Findada a primeira leitura do material, optou-se por retirar os produtos interativos, criados pela *Be!Interactiv*, em razão de acreditar que as construções sobre o Rio presentes em tais materiais já estavam sendo contempladas pelo Dossiê de Candidatura e pelos vídeos. De modo semelhante procedeu-se em relação ao mini doc Daniel Dias e ao site *Rio 2016.org*, levando em conta também a extensa quantidade de material disponível para análise e os propósitos da pesquisa. Parte do material será contemplada também no próximo capítulo, tendo em vista as discussões que lá serão empreendidas.

1.3.3 Breve apresentação das peças do projeto

a) Logomarca



Figura 1. Logomarca Rio 2016
Fonte: RIO2016, 2010

O contorno do Pão de Açúcar compondo um coração foi a forma escolhida pela *Soter Design* para a logomarca da candidatura do Rio de Janeiro. Segundo a criadora Ana Soter (2007), a forma representa as riquezas naturais da cidade e “a incontestável paixão e vibração do brasileiro por esporte”. A exclamação incorporada ao número um, para a designer, “representa perfeitamente a expectativa e vibração da população pela oportunidade de sediar esta edição dos Jogos Olímpicos”. As cores escolhidas evidenciam a natureza e a vibração.

b) Slogan



Figura 2. *Slogan* Rio 2016
Fonte: RIO2016, 2010

c) Vídeos

- Vídeo *Passion*



Frame 1. Vídeo *Passion*
Fonte: *Passion*, 2009

Os versos da música *Cidade Maravilhosa*, popularmente conhecida como o hino do Rio de Janeiro, compõem a trilha do vídeo *Passion*, dirigido por Fernando Meirelles. As estrofes são interpretadas, em inglês e em português, por uma mulher jovem negra – personagem principal – e intercalada, no decorrer do vídeo, pelas vozes de outros personagens: um pescador negro idoso, um homem branco idoso, um motorista branco do bondinho de Santa Tereza, dois grupos de cantores de samba – um de idosos e outro de jovens, quase todos negros – e por um coral em *off*.

O vídeo registra um dia na *cidade maravilhosa*. O nascer do Sol demarca o contorno de uma mulher e um homem praticando exercícios físicos ao ar livre e de pescadores iniciando seu dia de trabalho, enquanto o pôr do Sol revela um luau de jovens nas areias da praia e dois amigos – um negro e um branco – em cadeiras de praia. O esporte faz parte do cotidiano da cidade, sendo praticado por pessoas de diferentes gêneros e idades, em variados lugares. Em relação aos personagens, encontra-se também as torcidas de futebol dos times Botafogo e Flamengo; a ala das baianas, em desfile de escola de samba; grupo de crianças pintando um mural; e um grupo de basquete paraolímpico. Destaca-se ainda a presença de categorias profissionais de baixos salários. Além dos mencionados pescador e motorista do bondinho, foram também selecionados um guarda de trânsito negro, um gari negro e um jardineiro de estádio de futebol negro.

A praia é presença constante no produto audiovisual, associada à prática esportiva e ao *carioca way of life*, a partir de planos abertos que evidenciam a paisagem e/ou a simples apreciação do espaço por públicos variados. Pontos turísticos do Rio também são contemplados, como o Pão de Açúcar, Cristo Redentor, Jardim Botânico, Parque Lage, pedra do Arpoador, praia de Copacabana, arcos da Lapa, Lagoa Rodrigo de Freitas e Maracanã.

O vídeo é finalizado com a cena de um grupo de homens negros com roupas brancas segurando velas, tocando tambores e dançando com um leve gingado, seguida da logomarca e *slogan* da campanha.

- Vídeo *Unity*



Frame 2. Vídeo *Unity*
Fonte: *UNITY*, 2009

Como o vídeo anterior, o *Unity* também inicia com a imagem do nascer do Sol. Segue com o registro de brasileiros caminhando de costas para a câmera em direção ao Cristo Redentor e *takes* de pessoas de diferentes países com expressões de alegria pelo Rio de Janeiro, simultaneamente à locução em *off* e *take* da protagonista, a atleta Bárbara Leôncio, em frente ao monumento do Cristo Redentor: “they come from countries, large and small, arriving at the promising shore of a new land. They come as olympians, carrying the dreams of nations, but together in Rio, they unite the world as never before”. O grupo de brasileiros da abertura do vídeo chega aos pés do Corcovado e segue com Leôncio para o encontro das outras nações.

Ao longo do vídeo, diferentes grupos étnicos passeiam por cenários singulares do Rio de Janeiro, como o Pão de Açúcar e o Teatro Municipal. Caminham pela cidade, se deparam com o *afeto* de diversos brasileiros que os cumprimentam, acenam com a mão e fazem gestos de “boas-vindas”. São também registrados os cumprimentos entre pessoas de diferentes países. Assim como no vídeo *Passion*, também aparecem aqui a capoeira, a roda de samba e as mulatas.

Os variados grupos de países se unem como em uma passeata, e descem juntos a Escadaria do Selarón (ou Escadaria do Convento de Santa Teresa), acenando para o aglomerado de pessoas que aguardava a chegada dos mesmos. Em seguida, um representante de cada nação pronuncia a mensagem “a paixão nos une”, em seu respectivo idioma, enquanto caminha com o grupo grande e abraça outros países. Juntos, chegam à praia de Copacabana, acenam para os brasileiros e, de mãos dadas, constroem as argolas olímpicas. A protagonista conclui: “the world will come together as never before, when passion unites us. Rio 2016”. O

vídeo finaliza com um grande plano geral da praia de Copacabana, registrando as argolas olímpicas formadas pelos personagens do vídeo.

- Vídeo *Celebration*



Frame 3. Vídeo *Celebration*
Fonte: *CELEBRATION*, 2009

Mais uma vez, o nascer do Sol introduz a narrativa audiovisual. A partir da repetição de algumas imagens utilizadas no vídeo *Passion* e da apresentação de novas, observa-se aqui a ênfase nos temas praia, paisagem e esporte. Este último aparece tanto em situações cotidianas, quanto ligado a competições profissionais, a partir de cenas de atletas brasileiros e estrangeiros em disputas dos Jogos Pan-americanos de 2007. Também ganham ênfase as emoções que tais competições despertam nos atletas e espectadores: a vibração, as lágrimas, o riso, a torcida coletiva, cujos sons irão acoplar-se ao instrumental da trilha sonora.

A música e a dança ganham espaço a partir do samba, de uma festa de caráter popular, de desfile de escola de samba, do show da cantora Ivete Sangalo e de cerimônia do Pan Rio 2007. Para trilha sonora, elegeu-se um vocal masculino e um feminino, com versos em inglês, seguidos de duas estrofes da música “Aquele Abraço”, de Gilberto Gil, cantadas em português. Segue a transcrição a trilha:

In Rio de Janeiro, they have sun and samba
In Rio de Janeiro, pictures like a dream
In Rio de Janeiro, it's a pretty scene.
It's nice to be there in Rio
and feel the magic
It's nice to be there and see how it's fantastic
The carioca loves parties and celebrations
And they touch into people from other nations

There's samba in Mangueira, samba in Portela
 They play guitar, cuica, tamborine and drums
 And share the love for life under the shining sun
 You can say sunlight in Rio is full of magic
 Every day and night in Rio can be so happy
 Hello, Carioca people!
 Aquele abraço!
 Boys and Girls from Ipanema
 Aquele abraço!

O Rio de Janeiro
 Continua lindo
 O Rio de Janeiro
 Continua sendo
 O Rio de Janeiro
 Fevereiro e março

Alô, alô, Realengo
 Aquele Abraço!
 Alô, torcida do Flamengo
 Aquele abraço

Alô, alô, Realengo
 Aquele Abraço!
 Alô, Rio de Janeiro
 Aquele Abraço!

Nota-se ainda a exploração de imagens e situações do Rio de Janeiro que ainda não haviam sido contempladas nos vídeos anteriores, como jantares em restaurantes sofisticados, culinária refinada, apresentação de uma orquestra musical, amigos na cobertura de um prédio com vista para o Morro Dois Irmãos, visita de crianças ao museu e mulheres brancas fazendo compras em shopping center. A penúltima cena é um grupo de amigos vestidos de branco brindando em um iate, com fogos de artifício em plano de fundo. Por fim, mostra-se os fogos de artifício em uma praia.

- Vídeo Projeto Rio 2016



Frame 4. Vídeo Projeto Rio 2016
 Fonte: PROJETO RIO 2016, 2009

O vídeo tem início com imagens variadas do Rio de Janeiro: praia, torcidas de futebol, o samba, o bondinho de Santa Tereza com os Arcos da Lapa, vistas aéreas da cidade e do estádio do Maracanã, durante a cerimônia dos Jogos Pan-americanos Rio 2007. Diferentemente das peças anteriores, esse vídeo aborda os detalhes do projeto Rio 2016, expondo a divisão da cidade em quatro zonas olímpicas – Barra, Deodoro, Maracanã e Copacabana –, conforme frame 04. A partir de imagens aéreas da maquete eletrônica do Rio Olímpico, a locução narra algumas particularidades de cada zona, referentes às instalações que serão construídas, como a Vila Olímpica e o Parque Olímpico, na Barra da Tijuca, e o legado “para os nossos jovens”, no caso do Parque Radical, em Deodoro. Aborda também os locais de realização das competições de cada modalidade esportiva, destacando as belezas naturais com as quais os atletas e espectadores de todo o mundo irão se deparar, como revela o trecho: “O remo e a canoagem terão lugar na Lagoa, no belo e deslumbrante coração da cidade, aos pés do Corcovado”.

O produto audiovisual é finalizado com um giro em 360 graus, em torno da estátua do Cristo Redentor, acompanhado da locução:

Imagine as cenas de tirar o fôlego que irão fascinar espectadores de todo o mundo. Tudo isso num lugar em que a paixão das pessoas torna todos os eventos inesquecíveis. Os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 irão transformar a cidade, inspirar nossos jovens e dar energia para os movimentos Olímpicos e Paraolímpicos por muitas gerações. Venha se juntar a nós no Rio de Janeiro e viva sua paixão. Rio 2016.

- Vídeo Bárbara Leôncio



Frame 5: Mini doc Barbara
Fonte: BARBARA, 2009

O mini doc, intitulado Bárbara Leôncio, retrata um pouco da sua trajetória de vida. Inicia com a imagem atual da atleta segurando um ursinho de pelúcia, fotografias de sua infância e registro de uma aula em sua escola, para, em seguida, mostrar um pouco do seu dia-a-dia como atleta, a partir de cenas do seu deslocamento da casa para o treino e de exercícios

do treinamento. Segue para a cena de Leôncio em estádio, fazendo alongamento, em pé na arquibancada e correndo na pista. Da imagem da corrida atual, corta para uma corrida em competição olímpica, registrando sua chegada em primeiro lugar, a vibração da torcida e a premiação no podium. Ao final, de volta para o estádio, um plano americano destaca a felicidade de Leôncio.

c) Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016

O Dossiê é um documento exigido pelo Comitê Olímpico Internacional para servir como base para a análise técnica do projeto de candidatura da cidade. Ao longo de 600 páginas, divididas em três volumes impressos, o material apresenta o projeto Rio 2016, a partir de informações específicas sobre 17 temas, como finanças, instalações, segurança, acomodações e transporte. O documento apresenta textos, manuais técnicos, fotografias de diversos ângulos da cidade e de variadas modalidades de práticas desportivas, mapas, tabelas e projetos arquitetônicos das instalações esportivas.

Um total de 100 cópias do Dossiê foi entregue na sede do COI, em Lausanne, na Suíça, pelo Superintendente de Operações do Comitê Rio 2016, Carlos Luiz Martins, e por dois jovens brasileiros que lá residem, Júlia Baena de Mesquita, de 15 anos, e Rafael Papini Ribeiro, de 13. O Superintendente Carlos Luiz Martins, em notícia publicada no site Rio 2016, reforça que “o Dossiê traz todas as garantias exigidas pelo COI e o apoio dos três níveis de governo. Isso mostra a viabilidade da realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e os benefícios que o evento trará para a cidade e para o país [...]” (RIO2016, 2012). Um dos benefícios, segundo Martins, será o legado do evento olímpico para os “mais de 65 milhões de jovens no Brasil e mais de 180 milhões em toda a América do Sul”, aspecto reforçado com a participação dos dois jovens na entrega do Dossiê ao COI.

- Dossiê de Candidatura - Volume 01



Figura 3. Dossiê – volume 1
Fonte: BRASIL, 2009a

O primeiro volume contempla, ao longo de 166 páginas, oito temas do Dossiê de Candidatura: a visão, o legado e a comunicação dos Jogos 2016; o conceito geral; o clima e a estrutura da política e da economia; os aspectos jurídicos; as formalidades de alfândega e imigração; meio ambiente e meteorologia; finanças; e marketing (BRASIL, 2009a).

Em razão de tratar-se do primeiro volume, é aqui que são introduzidos os primeiros argumentos da candidatura, enfatizando-se especialmente as vantagens de os Jogos serem sediados no Rio de Janeiro, tanto para o Brasil em sua totalidade, quanto para o movimento olímpico. A transformação da cidade e o legado sustentável dos Jogos são aspectos que alcançam grande visibilidade. Aborda-se, por exemplo, a “melhoria dos transportes públicos, graças à criação do Anel de Transporte de Alta Capacidade”, as “melhorias na segurança”, a “transformação da zona portuária” e a construção de “novos centros residenciais” (BRASIL, 2009a, p. 22).

São expostas também as características do Rio, em relação ao espírito dos cariocas e às paisagens naturais; os aspectos positivos da política e da economia do Brasil; e os detalhes da coordenação e da preparação da candidatura, incluindo o financiamento do projeto Rio Olímpico, grande parte garantido pelo governo federal, através do Programa de Aceleração de Crescimento (US\$ 240 bilhões) e o restante complementado pelos governos municipal e estadual (BRASIL, 2009a).

- Dossiê de Candidatura - Volume 02



Figura 4. Dossiê – volume 2
Fonte: BRASIL, 2009b

O volume dois do Dossiê, no decorrer de 251 páginas, aborda três temas: esporte e instalações; Jogos Paraolímpicos; e Vila Olímpica. A primeira parte apresenta o detalhamento por zona do Rio de Janeiro – Barra, Copacabana, Maracanã, Deodoro – de todas as estruturas

olímpicas em que serão realizadas as modalidades esportivas, explicitando o legado de cada uma delas e exibindo as simulações do projeto arquitetônico de cada instalação, devidamente sinalizadas em concordância com o conceito da comunicação gráfica da candidatura. O primeiro tópico abrange ainda as instalações, bem como o legado, das outras cidades do Brasil que irão sediar os jogos de futebol, quais sejam: Belo Horizonte, Brasília, Salvador e São Paulo.

A segunda parte do material contempla as características dos Jogos Paraolímpicos, tais como as instalações, acomodações e infraestrutura, enfatizando o caráter inclusivo e o legado social e físico dos mesmos para a cidade e seus moradores. O texto destaca a realização integrada dos Jogos Olímpicos e dos Paraolímpicos, abordando que “ambos os eventos serão planejados e operados pelo mesmo Comitê Organizador, garantindo o mesmo nível de comprometimento, [...] e utilizarão as mesmas instalações” (BRASIL, 2009b, p. 168).

A última parte apresenta o projeto da Vila Olímpica e Paraolímpica, no tocante à localização, aos detalhes da infraestrutura, a política de segurança, o financiamento e o legado do empreendimento para a cidade (BRASIL, 2009b).

- Dossiê de Candidatura - Volume 03



Figura 5. Dossiê – volume 3
Fonte: BRASIL, 2009c

O terceiro volume do Dossiê de Candidatura contempla seis temas: serviços médicos e controle de *doping*; segurança; acomodações; transporte; tecnologia e operações de mídia, ao longo das 197 páginas. São apresentados o planejamento de infraestrutura e os investimentos que serão realizados, com vistas a oferecer os serviços necessários para a família olímpica e para os espectadores, no tocante, por exemplo, à construção de acomodações – “um vetor de legado social, econômico e ambiental” (BRASIL, 2009c, p.48) –; ao desenvolvimento de sistemas e infraestrutura de transportes que apoiem o desenvolvimento urbano e deixem um

legado significativo; e à conectividade dos cidadãos “a qualquer hora, em qualquer lugar” (p. 152). Destaca-se também o projeto de revitalização da zona portuária e de transformação do Porto do Rio “em um atraente centro comercial, cultural e de entretenimento” (p. 74).

Outro aspecto contemplado é a segurança do evento, a partir de comentários sobre a experiência da cidade na garantia de proteção durante grandes eventos, como o reveillon e os Jogos Pan-americanos 2007, sobre as iniciativas de combate ao crime, o legado dos Jogos para os sistemas de segurança do Rio – “oportunidade real de transformação” (BRASIL, 2009c, p. 26) – e o compromisso das três esferas governamentais de realizarem mudanças na legislação, caso seja necessário para a garantia da segurança da família olímpica. Ao final, é apresentado um texto que reforça a capacidade da cidade sediar o evento, assim como a relevância do evento para o país (BRASIL, 2009c).

d) *Carta Rio 2016, viva sua paixão*

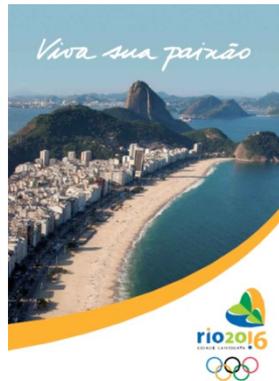


Figura 6 – Carta Rio 2016
Fonte: BRASIL, 2009d

A carta reafirma o apoio “total e firme” dos três níveis de governo à candidatura do Rio aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (BRASIL, 2009d, p. 2). Continuando o discurso do legado já apresentado pelo Dossiê, este material ressalta a percepção do evento como “ferramenta de promoção social” e o aspecto transformador dos Jogos para a cidade. Os investimentos realizados visam gerar um legado significativo e estão “alinhados com nossos planos de desenvolvimento a longo prazo” (p. 2).

e) Cadernos de Legado

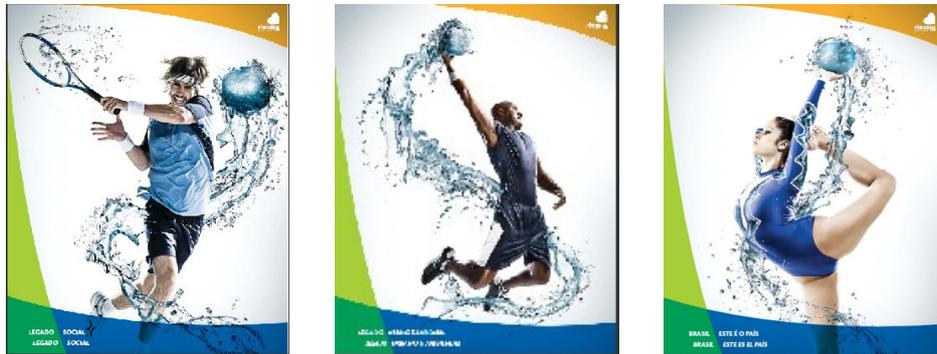


Figura 7 – Cadernos de Legado
Fonte: BRASIL, 2009e

Os Cadernos de Legado, divididos em Caderno de Legado Urbano e Ambiental, Caderno de Legado Social e Caderno Brasil, foram produzidos pelo Ministério do Esporte como complemento ao Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro. O material sintetiza os legados dos Jogos em dois eixos norteadores principais: inclusão social, juventude, esporte e educação; e regeneração urbana e meio ambiente. Ricardo Leyser, secretário nacional de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, destaca que a publicação dos Cadernos “é uma das inúmeras contribuições que o governo federal ofereceu à candidatura olímpica desde que o presidente da República decidiu assumir essa disputa como parte da estratégia brasileira de inserir-se cada vez mais no cenário internacional de grandes eventos”. (BRASIL, 2011).

f) *Report of the 2016 IOC Evaluation Commission*

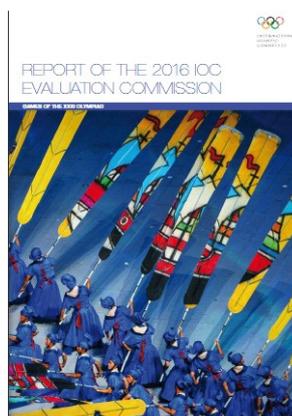


Figura 8 – Relatório COI
Fonte: *Olympic*, 2009

Report of the 2016 IOC Evaluation Commission é um relatório produzido pela Comissão de Avaliação do Comitê Olímpico Internacional 2016 sobre a candidatura das quatro cidades finalistas: Rio de Janeiro, Tóquio, Madri e Chicago, a partir das visitas realizadas em cada cidade e da análise do Dossiê de cada candidatura. Alguns tópicos de análise são visão, legado, comunicação e conceito global dos Jogos; clima e estrutura política e econômica; aspectos legais; finanças; marketing; segurança; transporte; acomodações e outros.

1.3.4 Sentidos aguçados e discursos apresentados: a apresentação e a projeção do *Novo Rio*

Quais são os discursos que estão sendo construídos sobre o Rio de Janeiro para sede olímpica? Quais são os argumentos eleitos? Qual é a imagem que se pretende promover da cidade? Quais são as realidades valorizadas e esquecidas sobre o cotidiano da cidade? A quem servem? Como a população aparece no projeto de candidatura? E as favelas? É possível projetar um único Rio de Janeiro ou as diversas cidades dialogam e contradizem-se ao longo da construção discursiva do *Novo Rio*? Estas são algumas questões que serão contempladas no presente tópico, com vistas a introduzir as discussões da pesquisa sobre a inserção da favela no discurso oficial do *Rio Olímpico* e sobre o embate comunicacional em torno de tais territórios.

1.3.4.1 O resgate do maravilhoso¹⁶

A campanha *Rio 2016* propôs narrativas para o Rio de Janeiro que mesclavam elementos culturais consolidados transnacionalmente, a atual presença do Rio no imaginário internacional e a nova inserção política e econômica do Brasil no mundo. Faz-se referência ao Brasil, porque, além da relação evidenciada entre cidade e país ao longo da história, em que o Rio é percebido como evidência cultural e histórica da nação, em um evento de tamanha grandiosidade, que ultrapassa o campo esportivo, coloca-se em foco não apenas a cidade, mas também o país. O próprio “Governo Federal afirma: não é apenas o Rio, e sim o Brasil que está nesse jogo” (BRASIL, 2009e, p. 6). “Não falta apoio nem identidade nacional ao Rio 2016”. (p. 98).

¹⁶ Para a construção desse tópico, recuperei algumas impressões minhas sobre o marketing *Rio 2016, Live your passion* apresentadas em Lima (2010a; 2010b).

Sendo assim, o processo de construção do Rio como cidade ideal para sediar as Olimpíadas de 2016 recupera os consagrados cartões-postais – Cristo Redentor, Pão de Açúcar, Santa Tereza, praia de Copacabana, Jardim Botânico, Lagoa Rodrigo de Freitas – em meio a narrativas do cotidiano da cidade e de práticas esportivas. Imagens do nascer do Sol, corridas e passeios de bicicleta no entorno da Lagoa, pesca e nado, vôlei feminino, futebol e luau nas areias das praias, cambalhotas para o mar, mãe correndo na orla com carrinho de bebê, bondinhos de Santa Tereza passando pelos Arcos da Lapa, práticas de rapel no morro Pão de Açúcar, roda de capoeira no Jardim Botânico, celebração do *reveillon* e fogos de artifício em alto mar, turistas nos bondinhos do Pão de Açúcar. A exaltação das paisagens naturais é comum em todos os vídeos analisados - com exceção do mini-doc de Bárbara Leôncio -, no Dossiê de Candidatura e na Carta Rio 2016, onde são eleitos enquadramentos que destacam o verde das árvores, o azul do céu e do mar e, em alguns casos, o laranja do pôr do sol. “A natureza não é somente parte do Rio de Janeiro, ela é a própria cidade” (BRASIL, 2009a, p. 86).

A paisagem como artefato cultural da cidade aparece na campanha desde a logomarca idealizada pela empresa *Soter Design*, tanto a partir da utilização das formas do Pão de Açúcar, quanto das cores azul, verde, branco e laranja. O Pão de Açúcar como um dos principais cartões-postais da cidade simboliza “as riquezas naturais das quais os cariocas tanto se orgulham” (RIO2016, 2007) e, aliado às citadas cores, representa uma celebração da natureza (LIMA, 2010a). Tais tonalidades são adotadas no *design* de todas as peças gráficas da campanha e nas simulações gráficas das instalações esportivas, exibidas nos vídeos *Passion* (2009) e *Unity* (2009).

O vídeo *Projeto Rio 2016* (2009), na medida em que apresenta os locais de realização das provas olímpicas, ressalta os cenários paradisíacos da cidade, por meio de imagens aéreas que destacam o verde e o azul do Rio, acompanhadas das locuções: “os esportes serão realizados [...] ao longo das *belas praias* da Zona Sul do Rio”; “As provas de vela irão acontecer na Marina da Glória, tendo como pano de fundo uma cidade vibrante e o *famoso Pão de Açúcar*”; “Ao longo da *bela Baía de Guanabara*, os cenários de ciclismo e de estrada, marcha atlética e maratona serão *dos mais belos já vistos*”; “O remo e a canoagem terão lugar na lagoa, *no belo e deslumbrante coração da cidade, aos pés do Corcovado*”; “Imagine as *ceias de tirar o fôlego* que irão fascinar espectadores de todo o mundo.” (grifos meu). Ao final, a câmera registra imagens da cidade a partir de um giro de 360 graus, tendo o Cristo Redentor como ponto de referência, novamente evidenciando a natureza do Rio. O volume 2 do Dossiê de Candidatura (BRASIL, 2009b) sintetiza: “os atletas terão as melhores

instalações para competir, localizadas em alguns dos cartões postais mais conhecidos do mundo, como o Maracanã, a Praia de Copacabana e o Sambódromo”. Até mesmo o projeto da Vila Olímpica e Paraolímpica foi idealizado de modo a “garantir a melhor atmosfera possível para todos os seus residentes”, sendo cercado pela Lagoa de Jacarepaguá, emoldurado pelas montanhas do Parque Nacional da Pedra Branca e com a proposta de que “todos os quartos tenham vista para a Lagoa, para a praia da Barra ou para o Parque”. (BRASIL, 2009b, p. 192).

Além das paisagens naturais do Rio de Janeiro terem grande participação no imaginário internacional, parece haver também razões estratégicas na utilização das mesmas. Além de as instalações estarem “estrategicamente localizadas para aproveitar a natureza, o Rio, com sua beleza,” e, com isso, hipnotizar os membros da Família dos Jogos (BRASIL, 2009a, p. 86), busca-se aproveitar tais belezas para “ampliar o interesse pela transmissão dos Jogos” (BRASIL, 2009b, p. 8). No mais, ao evidenciar que as competições olímpicas serão realizadas “em cenários de tirar o fôlego” (BRASIL, 2009a, p. 10), destaca-se uma vantagem competitiva em relação a outras cidades que demandam a construção de locais para sediar as modalidades esportivas. Nos Jogos Olímpicos de Atenas, por exemplo, foi necessária a construção de um lago artificial no valor de 217 milhões de reais, enquanto que no Rio de Janeiro, as competições de remo irão acontecer na Lagoa, com um custo de 4,5 milhões de reais (VEJA, 2009). Deste modo, além dos atletas se depararem com belezas paradisíacas, haveria uma considerável economia nas instalações esportivas.

No material da candidatura, são também exaltados os símbolos da *paixão* e da *celebração* como características da cidade. O *slogan Live your passion* convida os outros países a vivenciarem intensamente sua paixão pelo esporte e a conhecerem um pouco mais da “paixão do rio pela vida” (BRASIL, 2009a, p. 38) e da “atmosfera de celebração tipicamente brasileira” (BRASIL, 2009b, p. 8) por meio do samba, do carnaval, da caipirinha, da praia e do futebol. “Celebração, festa e lazer são parte essencial da vida no Rio de Janeiro, a capital cultural do Brasil. [...] Os botequins, os Cafés, as praças e a orla são a epítome do estilo de vida da cidade – intensa e apaixonada, com uma diversidade de ritmos e sabores” (BRASIL, 2009a, p. 38).

Uma cidade que canta, que vibra, que dança e esbanja alegria naturalmente no seu dia a dia, seja através da torcida pelo seu time (Passion, 2009), da competição esportiva de futebol por meio do semblante de Ronaldinho Gaúcho (BRASIL, 2009b, p.132), no show de Ivete Sangalo ou no baile *funk* (Celebration, 2009), nos sambas dos botequins (Unity, 2009) ou na labuta diária do motorista do bondinho de Santa Tereza (Passion, 2009). Tal conceito evidencia-se no símbolo da logomarca: o coração, a cidade sensível, “coração do meu Brasil”,

o “altar dos nossos corações que cantam alegremente”, como fala o samba de André Filho, trilha sonora do vídeo *Passion* (2009). O presidente Lula (LULA; NUZMAN, 2009) reitera: “nós apresentamos o coração, a alma, a paixão que é pertinente e do povo brasileiro” e Pedro Bassan (2009), em reportagem para o Jornal Nacional, acentua: “vai ganhar quem falar com o coração”.

A paixão é revelada no movimento dos corpos das mulatas¹⁷ que sambam e dos homens e mulheres de trajes de banho na praia, o que parece reforçar a representação da “natural sensualidade ou vivência superior do corpo dos brasileiros”. (SOVIK, 2008, p.8), imagens bastante exploradas pela mídia transnacional e motivo de reconhecimento interno e externo. Sovik (2008, p. 7) ressalta o entendimento do Brasil “como um país de corpos” e apresenta a hipótese de que tal associação pode ser entendida como parte da história colonial do país. A partir da análise de Adèle Toussaint-Samson sobre a presença e o comportamento das negras na rua Direita, no Rio de Janeiro, Sovik (2008) compreende que a incorporação dos traços e trejeitos comportamentais dessas mulheres ocorre devido à liberdade sexual que tinham e ao desejo que provocavam nos estrangeiros. Neste sentido, a autora propõe que a “sensualidade brasileira seja estudada a partir das relações raciais, interculturais, de gênero e classe das quais parece ser fruto”. (SOVIK, 2008, p.13).

De fato, a *brasilidade* e o *plenamente brasileiro* aparecem historicamente ligados ao corpo, à sensualidade e até mesmo ao gingado dos quadris. A análise do *marketing Rio 2016*, entretanto, parece indicar uma suavidade no reforço de tal estereotipia, especialmente ligada ao gênero feminino. A protagonista do vídeo *Passion* (2009) usa vestido branco levemente transparente; as mulatas que sambam ao ar livre ou em botequins usam roupas curtas, mas sem exageros (*Passion*, 2009); as imagens de desfiles de escola de samba, ao invés de registrarem sambistas seminuas, revelam as fantasias pomposas da ala das baianas (*Passion*, 2009). Enfatiza-se ainda a íntima associação entre os trajes de banho e a prática esportiva, na medida em que são filmadas mulheres de biquini completamente expostas, mas na categoria de jogadoras de vôlei de praia. As demais garotas de biquini que apenas circulam pelas areias têm seu sorriso registrado, a partir de um enquadramento que sequer revela a barriga das

¹⁷ De acordo com Mollica (2005), a imagem da mulata como sinônimo de beleza, sensualidade brasileira e síntese da identidade nacional começa a ser construída no início do século XX, através das obras de alguns caricaturistas, a exemplo de Seth. Na metade do século, essa figura é reforçada com a entrada no *show business* para turistas, que teve Carlos Machado como precursor, e, posteriormente, com a introdução da mesma nas narrativas televisivas. Dois acontecimentos relevantes são a vitória de Vera Lúcia Couto no concurso de Miss Brasil, em 1964, e a consagração da mulata como símbolo do carnaval da TV Globo, em 1993, através da criação da personagem da “Globeleza”, interpretada por Valéria Valenssa (LIMA, 2010b).

mesmas. Corpos naturalmente expostos com sensualidade intrínseca, mas sem os apelos sexuais dos cartões-postais que exibem as bundas empinadas das garotas de Ipanema.

Destaca-se aqui a publicação no Diário Oficial, no período de candidatura do Rio de Janeiro, ainda em 2008, da desapropriação da boite *Help*, ícone do turismo sexual, localizada no bairro de Copacabana. No lugar da boite, será erguida a nova sede do Museu da Imagem e do Som. A substituição da prostituição pela cultura faz parte da vasta agenda de transformação urbana do Rio, em torno das Olimpíadas de 2016. Acredita-se, assim, que a suavidade na exposição dos corpos no material da campanha esteja atrelada à imagem que se pretende promover da cidade, de um Rio menos *sexual*, em que a sensualidade dos corpos compõe o cotidiano, mas não de modo exacerbado. Além disso, há também a clara relação com a questão esportiva. Nos vídeos, corpos com pouca roupa ou mais expostos aparecem ligados à prática de diferentes modalidades esportivas. Gumbrecht (2007) destaca que, em um evento esportivo, o olhar do espectador diante de corpos atléticos oscila entre a percepção da beleza da forma física e a interpretação dessa forma conforme as regras de um jogo específico. O esporte legitima a exposição; o olhar é outro, pois há uma lógica para tal exposição.

A categoria da paixão está ainda interligada aos símbolos de *cordialidade*¹⁸, *mestiçagem* e *convivência pacífica* com as diferenças culturais. O que se percebe é que no momento em que os contatos culturais e étnicos tornam-se comuns a grandes cidades¹⁹, o Rio aproveita ainda mais para associar seu aspecto identitário de eclosão cultural a esse modelo de urbanidade circulante em fluxos globais. Deste modo, é representado como cidade ideal para sediar um megaevento caracterizado por uma infinidade de diálogos culturais, em razão destes diálogos raciais, étnicos e culturais estarem presentes no cotidiano da cidade. A locução do vídeo *Unity* (2009) enfatiza: “unindo o mundo como nunca antes. A paixão irá nos unir” e o presidente Lula (2009a) reitera, durante a apresentação em Copenhague, a mestiçagem como

¹⁸ O conceito de “homem cordial”, discutido por Sérgio Buarque de Holanda (1995), entretanto, é mais ambivalente do que essa característica afetiva e hospitaleira, presente no senso comum e difundida pelos meios de comunicação, como lembra Sovik (2009). Quando emprega a expressão criada por Ribeiro Couto, Holanda (1995) considera a etimologia da palavra, que deriva do latim *cor*, ou seja, coração. Neste sentido, o termo “cordial” não se refere apenas a sentimentos positivos, “a inimizade bem pode ser tão cordial quanto a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração”. (p.205). Posto isso, o autor explica que “a lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade” (p.146), aspectos reconhecidos e valorizados pelos estrangeiros, representam um traço do caráter nacional brasileiro, na medida em que retomam as relações sociais da sociedade agrária e patriarcal. Essas virtudes, todavia, não representam civilidade, doçura ou boas maneiras, indicam “um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”. (p. 147).

¹⁹ Interessante mencionar aqui os *slogans* das campanhas de Chicago - *Let friendship shine* - e o de Tóquio - *Uniting Our Worlds* - que apontam para este mesmo aspecto (MACUR, 2009).

‘verdade cultural’ da identidade brasileira: “povo misturado, povo que gosta de ser misturado. Isso é que faz nossa identidade”.

No vídeo *Unity*, as interações entre pessoas distintas, além de apontarem claramente para o lado acolhedor e receptivo dos brasileiros, também remetem para as argolas olímpicas, que simbolizam a união, a amizade e a coexistência pacífica, representando o esporte como um laço de fraternidade entre as nações. Os diferentes grupos étnicos que passeiam pelo Rio de Janeiro, ao longo do vídeo, unem-se, ao final, na praia de Copacabana formando o símbolo das argolas olímpicas. Na cerimônia de Copenhague, o ex-presidente Lula (2009a) discursa: “Olhando para os cinco aros do símbolo olímpico, vejo neles meu país: o Brasil de homens e mulheres de todos os continentes”. Afinal, no Brasil, a “a heterogeneidade é regra, não exceção” (BRASIL, 2009e, p. 42).

Destaca-se aqui a instituição, no ano de 2009, do Ato Olímpico, pelo Governo Federal, estabelecendo 64 garantias e regras especiais para realização do evento olímpico, como “a adoção de ações afirmativas para garantir a reprodução da diversidade étnica brasileira nas diversas atividades relacionadas aos Jogos Rio 2016” (BRASIL, 2009f) e benefícios na concessão e aposição de visto aos estrangeiros e na emissão de permissão de trabalho para os mesmos, reforçando a característica acolhedora do país, avaliada positivamente em relatório do COI (2009). O Rio de Janeiro é vendido como uma cidade célebre não apenas pelas suas praias e atrações icônicas, mas também pela “cordialidade e simpatia do seu povo”. (BRASIL, 2009a, p.10). Os Jogos Rio 2016 “aproveitarão ao máximo [...] a hospitalidade dos cariocas para organizar uma festa que irá atrair e empolgar o mundo inteiro”. (BRASIL, 2009a, p.18).

As referidas cordialidade e hospitalidade podem ser entendidas como uma metáfora para lidar com as questões raciais do país. A imagem do país mestiço é, neste sentido, reforçada nos produtos audiovisuais a partir da escolha dos personagens, tanto em relação às protagonistas mulatas dos vídeos *Unity* (2009) e *Passion* (2009), quanto sobre a opção pelos diferentes biotipos e diferentes cores ao longo das narrativas, em cenas rotineiras da cidade, nos grandes eventos do carnaval e do futebol, ou em passeatas de acolhimento dos visitantes estrangeiros.

A logomarca da campanha, nas palavras de Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, também revela a “característica de ser acolhedora sem distinção de raça ou cultura, como é o próprio brasileiro”. O slogan *Live your passion*, por sua vez, traduz essa “maneira aberta e democrática com que o país recebe e convive com as diferentes culturas, raças, religiões e comportamentos.” (UOL, 2008). Uma vez eleita como cidade sede, o logotipo das Olimpíadas Rio 2016 recuperou este aspecto a partir do abraço entre três pessoas, “uma

representação muito poderosa e muita simbólica dessa dimensão do acolhimento, do encontro”. (TÁTIL, 2011).

O conceito da cidade que acolhe e respeita é associado também ao Movimento Paraolímpico, não se reduzindo, assim, apenas às usuais questões étnicas e de raça. “A filosofia Rio 2016 para os Jogos Paraolímpicos é a de adotar a motivação e a mudança através da igualdade.” Os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 serão planejados e operados pelo mesmo Comitê Organizador, garantindo o mesmo nível de comprometimento e a utilização das mesmas instalações esportivas por ambas as competições. “Políticas comuns a ambos os eventos irão garantir acessibilidade para todos, [...] novos ídolos e novas lideranças com deficiência irão surgir para educar e motivar [...], o Rio receberá de braços abertos novos turistas de todo o mundo.” (BRASIL, 2009b, p. 158).

A campanha *Live your passion*, ao mesmo tempo em que elege elementos da dita especificidade cultural carioca, explora símbolos que garantem a internacionalização da cultura brasileira, estabelecendo, assim, uma inter-relação entre o discurso de autenticidade e o transnacional. No material de comunicação, o caráter global da cidade é revelado nos vídeos *Passion* (2009), através do registro da capoeira²⁰ sendo praticada por brasileiros e estrangeiro, e *Celebration* (2009), a partir de cenas de gastronomia refinada, confraternizações em restaurantes sofisticados, orquestras, visitas de crianças a museu e mulheres em compras no *Shopping Center*. Se o samba é característico da cidade maravilhosa, as orquestras estão presentes em países de todo o mundo. Os *Shopping Centers* são espaços que obedecem a receituários globais, são facilmente identificáveis, com características de organização espacial e padrões de comportamento – modos de usar – comuns a toda parte do mundo. São exemplos dos *não lugares* da supermodernidade, estudados por Marc Augé (1994, p. 87), “constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços”.

“Como todas as cidades contemporâneas, o Rio de Janeiro precisa do não lugar”, reitera Jaguaribe (2011), e a Barra da Tijuca, o bairro com maior número de não lugares da cidade, será o “coração dos Jogos” de 2016, o local em que o *branding* global se realizará.

²⁰ Sovik (2009), analisando a presença de capoeiristas nos cartazes da campanha *Improvise*, da Brahma, ressalta que a capoeira consegue ser projetada como “valor cultural disponível para todos porque, de fato, é praticada em cidades de todo o hemisfério Norte [...] Antes a autenticidade encontrava-se *in situ*”. Agora, entretanto, a cultura brasileira é desterritorializada e consegue reconhecimento, projeção e identificação para além da nação (p. 132).

A Barra será o coração dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. A região que mais cresce no Rio de Janeiro será um belíssimo palco para as competições, recebendo atletas, espectadores e todos os clientes dos Jogos com a natureza exuberante do bairro, cercado por lagoas, montanhas e parques. A Vila Olímpica e Paraolímpica, o Parque Olímpico do Rio, o Riocentro, o IBC/MPC e a Vila de Mídia da Barra estão todos localizados na Zona Barra, onde metade dos atletas irá competir. Muitos desses locais serão entregues através de adaptações ou ampliações temporárias nas instalações do Centro Olímpico de Treinamento, o principal projeto de legado esportivo da candidatura Rio 2016 (BRASIL, 2009b, p. 35).

As principais atividades dos Jogos Olímpicos serão concentradas na Barra da Tijuca e na Zona Portuária²¹. Com isso, tem-se a proposta de revitalização das áreas degradadas do centro e de realização de investimentos na área mais valorizada da cidade, o que aponta para os fluxos entre local e global, a partir da ênfase nas singularidades cariocas e na competitividade global. O empreendimento da Vila Olímpica e Paraolímpica confirma tal percepção na medida em que propõe a construção da Rua Carioca, “uma atmosfera tipicamente carioca [...] com Cafés, restaurantes e lojas”, no centro deste “projeto residencial de alta qualidade”, com infraestrutura de alto nível (BRASIL, 2009b, p. 190). O evento propõe uma combinação única entre a celebração e a paixão carioca, a excelência técnica e o aspecto de transformação da cidade (BRASIL, 2009c).

O atual *branding urbano* do Rio de Janeiro reapropria as mitologias da cidade maravilhosa, a partir da retomada dos usuais símbolos do maravilhoso – da cidade inigualável – e da inserção de novos elementos, que contribuem para a projeção do Rio no cenário global e para um novo nível de reconhecimento internacional para o Brasil. É a oportunidade de reinventar a imagem da cidade e consolidá-la no imaginário internacional como uma “cidade verdadeiramente global”. (BRASIL, 2009d, p. 6). Deste modo, o material da candidatura insere as categorias que poderíamos chamar de *país potência* e de *cidade tecnológica* no interior das estratégias do maravilhoso, enaltecendo a nova condição econômica do país de importante potência e a excelência técnica na realização dos Jogos.

O Brasil é o maior mercado da América Latina, tem a quinta maior população do planeta e é a décima economia do mundo, com um PIB de US\$ 1,3 trilhões. As projeções do Banco Mundial mostram que o Brasil se tornará a quinta maior economia do mundo até 2016. A economia brasileira está estabilizada há mais de 20 anos e atingiu crescimento sustentável, com projeções de inflação abaixo dos 4% no médio prazo e um sólido superávit fiscal. Com um setor privado extremamente dinâmico e empreendedor, [...] grande superávit da balança comercial brasileira. O país vem atraindo constante investimento estrangeiro, atingindo US\$ 33,7 bilhões em 2007. (BRASIL, 2009a, p. 48)

²¹ O projeto Porto Maravilha, que propõe a revitalização da Zona Portuária, será estudado no capítulo seguinte da dissertação.

É uma das economias que mais cresce no mundo, permanece estável diante da incerteza econômica global, reduz desigualdades sociais e tem possibilitado a ascensão de milhões de brasileiros à classe média (BRASIL, 2009a). Tais argumentos econômicos aparecem intimamente associados à gestão político-governamental de Luis Inácio Lula da Silva, enfaticamente tipificada pela valorização do crescimento econômico do país e seu fortalecimento como potência da América do Sul e de destaque mundial, no segundo mandato, além da exaltação da diversidade e da integração – *Brasil, um país de todos* –, no primeiro mandato. Desta maneira, destaca-se que a campanha constituiu-se num recurso de reeleitura do Brasil – e não apenas da cidade – ante os demais países, articulando atributos culturais às ações do governo. Cabe aqui mencionar o Decreto de Criação do Comitê de Gestão da Candidatura Rio 2016, que destaca a participação do governo brasileiro no desenvolvimento e na promoção da candidatura da cidade, ressaltando que as medidas e ações de promoção internacional do projeto Rio 2016 devem estar “em consonância com as estratégias de promoção do Brasil no exterior” (BRASIL, 2008).

A categoria da *cidade tecnológica*, por sua vez, pretende contemplar o discurso construído no projeto de candidatura sobre excelência técnica, infraestrutura modernizada, novas tecnologias na transmissão de imagens, cidade conectada e inclusão digital, padrão de alto nível das instalações olímpicas, do sistema de transporte e das habitações.

Neste tópico do resgate do maravilhoso, abordou-se acerca das novas estratégias de gestão da imagem do Rio de Janeiro, entendendo que a reafirmação de símbolos consolidados no imaginário internacional pode ser um modo de reinventar a cidade, por meio, do diálogo com outros aspectos que permitam a atualização das mitologias. Em outras palavras, a reafirmação pode ser uma nova posição assumida. Neste contexto e, tendo em mente as discussões sobre a favela como espaço polifônico e que circula entre os imaginários do encanto e da paranoia, parte-se para a análise sobre a presença e/ou ausência da favela no projeto de candidatura.

1.3.4.2 A favela do *Rio 2016*

O primeiro olhar sobre os produtos audiovisuais do projeto *Rio 2016* conduz à concordância com Jaguaribe (2011) de que as favelas são cuidadosamente obliteradas das imagens aéreas das paisagens da *cidade maravilhosa*. O olhar do cineasta Fernando Meirelles, que contribuiu consideravelmente para a inserção da favela no imaginário internacional parecia agora silenciar esses espaços.

Tem-se em mente, entretanto, que os modos de presença da favela na comunicação persuasiva podem ser diversos e não precisam incluir necessariamente imagens da concretude desses espaços. Ao contrário do jornalismo que trabalha com fatos e narrativas sobre a realidade, a publicidade tem maior liberdade para brincar com as sensações, com a fantasia, as emoções, através da adoção de artifícios diversos, dentre os quais se destaca: o uso de símbolos variados para a construção de representações.

Partindo deste entendimento, acredita-se que os vídeos *Passion* (2009) e *Celebration* (2009) ressignificam a imagem das favelas, construindo narrativas sobre a mesma como espaço habitado por pessoas trabalhadoras e “guerreiras”. Tal percepção está atrelada à seleção dos personagens nos materiais audiovisuais. Em *Passion* (2009), podem ser observados um guarda de trânsito negro soando seu apito; um pescador negro que canta a cidade, enquanto prepara sua rede de pesca; um gari negro que dança, enquanto varre a cidade, ao som da música tocada e improvisada pela batida de uma caixinha de fósforo; um motorista de ônibus branco que segue cantando a maravilha do Rio rumo à Santa Tereza; e um jardineiro de estádio de futebol que assobia no ritmo da *cidade maravilhosa*, enquanto exerce seu trabalho. Em *Celebration*, encontra-se um *concierge* de hotel batendo palmas no ritmo da música *Aquele Abraço*. Esta seria, portanto, a primeira estratégia para lidar com o imaginário negativo da favela.

Não há nenhuma comunicação explícita de que os personagens mencionados são favelados. Tal percepção, entretanto, deriva da experiência do mercado publicitário, adquirida anos anteriores ao ingresso no mestrado, tanto na área de criação, quanto de produção de vt's, no que diz respeito à escolha de personagens para a composição de peças de cunho institucional-governamental. Fala-se isso tendo em mente que a candidatura do Rio é um projeto de uma cidade, de um país e, ainda, de uma gestão político-governamental, como acenou-se anteriormente acerca da participação da gestão Lula na candidatura. A comunicação institucional da imagem da cidade não poderia deixar de lado as camadas mais populares dos seus moradores, ainda mais se tratando de um país que se divulga mestiço e acolhedor, de um governo que se promove como beneficiador de todos e de uma gestão municipal que projeta a integração da cidade²². O Rio de Janeiro e o Brasil seriam, deste modo, o local de pessoas guerreiras, que, mesmo diante das dificuldades socioeconômicas, não esquecem o sorriso e brindam a cidade.

²² A construção do discurso da cidade integrada pela gestão Paes será contemplada nos próximos capítulos.

O anúncio de oportunidade²³ da marca de cerveja Brahma, veiculado na revista *Veja* (2009), logo após a vitória do Rio à sede dos Jogos de 2016, reforça esta representação:

O Brasil trouxe o sonho olímpico.
 Porque ninguém é mais olímpico que o brasileiro.
 Ser olímpico é ser guerreiro.
 E o brasileiro é o atleta do dia-a-dia, que sua a camisa, que corre atrás.
 E que na reta final, ganhando ou perdendo, nunca perde o sorriso.
 Porque a batalha é nosso esporte.
 Somos uma nação guerreira.
 Vamos brindar este sonho. O Brasil vive um momento de ouro (VEJA, 2009, p. 18-19).

A propaganda do SporTV (2009) complementa: “simpatia que supera barreiras” e, em discurso proferido ao Comitê Olímpico Internacional, o presidente Lula (2009a) enfatiza: “a superação de dificuldades é o que marca a história recente do Brasil e a trajetória de milhões de brasileiros”. Percebe-se, com isso, a inserção de uma imagem positiva no repertório negativo de representação da favela ligada à insegurança e à violência, o que implica no aumento da diversidade de maneiras de representação deste grupo, mas, como lembra Hall (1997), “não necessariamente desloca o sentido negativo”.

Voltando para a análise dos produtos audiovisuais da campanha, destaca-se a participação da atleta Bárbara Leôncio como protagonista do vídeo *Unity* e do mini doc, intitulado com seu próprio nome. No primeiro vídeo, Leôncio narra a união do Rio em torno da paixão, enquanto passeia pela cidade com a delegação brasileira. Em seguida, integra-se às delegações de outros países e, a partir de abraços afetuosos, constroem as argolas olímpicas na praia de Copacabana. O que se observa, portanto, é que a produção audiovisual claramente construída em torno do discurso da convivência pacífica dos brasileiros com as diferenças é protagonizada por uma atleta que alcançou vitórias esportivas, mesmo diante de suas dificuldades socioeconômicas – enredo do mini doc –, como que a reiterar que no Brasil ou, mais especificamente, no Rio de Janeiro, o afeto e a cordialidade – em sentidos adotados pelo senso comum – fazem parte do cotidiano e, com isso, projetar-se mais uma vez como cidade ideal para sediar o megaevento marcado pelos diálogos com os diversos Outros.

O segundo vídeo descreve a história da atleta moradora de Curicica, sugerindo que, apesar da simplicidade e das dificuldades, Leôncio foi campeã de atletismo de menores em 2007 e entrou para a história do esporte nacional como a primeira brasileira a conquistar título

²³ Nomenclatura adotada para peças publicitárias criadas e veiculadas em função de um fato específico que tenha provocado mobilização popular. A eleição do Rio de Janeiro à futura sede olímpica gerou comoção nacional e mobilizou diversas empresas a divulgarem suas marcas em associação ao acontecimento. A fins de exemplificação, cita-se o encarte especial publicado na Revista *Veja* e os mais de 100 anúncios de oportunidade veiculados no jornal *O Globo*, também na edição de 04 de outubro de 2009.

mundial em uma prova feminina de atletismo. A atleta não apenas participou da cerimônia de escolha da cidade sede, em Copenhagen, sentada ao lado do presidente Lula, como também recebeu, acompanhada de Carlos Nuzman (COB), o diploma pela candidatura do Rio das mãos de Jacques Rogge, presidente do COI. Leôncio ganha destaque na imprensa – por exemplo: *Folha de S. Paulo* (2009a) – pela emoção despertada no presidente Lula (LULA; NUZMAN, 2009): “Quando eu vi aquela menina, a Bárbara, na mesa ao meu lado, com lágrimas nos olhos, e eu fui falar, eu estava emocionado, eu estava com um orgulho imenso de estar defendendo o Brasil”. Na coletiva de imprensa realizada para todos os países, logo após a vitória, o então presidente também fez referência ao choro de Bárbara que o emocionou (LULA, 2009b). A atleta Bárbara Leôncio também foi tema das narrativas jornalísticas produzidas em virtude da vitória do Rio de Janeiro. E ainda recebeu a alcunha da imprensa nacional de o “principal símbolo do Rio 2016” e “símbolo da vitória”. (UOL, 2009). Em *El País*, Alfageme (2009) menciona a presença da atleta na cerimônia de Copenhagen, como “a menina que corria descalça e estava a frente de todas as crianças”²⁴.

A participação de Leôncio contribui também para reforçar a importância dos Jogos de 2016 para os milhões de jovens brasileiros que sonham e/ou têm talento, mas enfrentam inúmeras dificuldades para realizar o treinamento, no tocante à infraestrutura, treinador e incentivo financeiro. A superação já marca a história do país, como ressaltou o então presidente Lula (2009a). A expansão do movimento olímpico seria a oportunidade de unir o espírito guerreiro às melhores condições de treinamento, oriundas das transformações que seriam implementadas na cidade, uma vez eleita futura sede olímpica e, com isso, alavancar o esporte nacional e o futuro desses milhões de jovens.

Dentro deste cenário, constrói-se um conceito que permeou toda a campanha: o legado dos Jogos para a cidade. O conceito *Rio da renovação* abarca ações de transformação da cidade e de inserção social, por meio de projetos de melhorias do transporte público, de segurança, de preservação ambiental e de infraestrutura, como a transformação da zona portuária e a construção de novos centros residenciais e de entretenimento, além da criação de empregos temporários e permanentes. “Serão os Jogos da celebração e da *transformação*, os Jogos da paixão e da determinação”. (BRASIL, 2009a, p. 10, grifo meu). O resultado dos Jogos serão anos de mudança social, o reforço do tecido social e ambiental do Rio e do país, a contemplação de necessidades a longo prazo dos habitantes, a “concretização das aspirações globais para o futuro da cidade, da região e do país, com uma visão de longo prazo”

²⁴ Texto original: *la niña que corría descalza y aventajaba a todos los chavales*.

(BRASIL, 2009a, p. 18), e, com tudo isso, a oferta da perspectiva de um futuro melhor, “de vantagens e oportunidades para todos” (BRASIL, 2009a, p. 18).

Os Jogos Rio 2016 serão uma celebração que servirá ao mesmo tempo como fonte e acelerador de transformações, garantindo um legado sustentável para a cidade, para o Brasil e para os Movimentos Olímpico e Paraolímpico. Os Jogos serão fundamentais para antecipar a realização de aspirações de longo prazo do Rio de Janeiro, aprimorando o tecido social, físico e ambiental da cidade, um processo que já está em andamento graças à própria candidatura aos Jogos de 2016 (BRASIL, 2009a, p.18).

O desenvolvimento do conceito de legado olímpico também contempla ações que envolvem as comunidades, através dos ganhos sociais oriundos da transformação das instalações esportivas e da infraestrutura, visando a integração de jovens e das comunidades carentes (BRASIL, 2009a). No caso do Centro Olímpico de Treinamento²⁵, localizado na Zona Barra, por exemplo, além de ser utilizado para a preparação dos atletas olímpicos, também “apoiará programas organizados nas comunidades vizinhas, para promover a participação esportiva e hábitos de vida saudável, destinados à população carente e aos jovens”. (BRASIL, 2009a, p. 22). A reforma do Sambódromo, por sua vez, possibilitará a revitalização do seu entorno, “trazendo benefícios importantes e imediatos para as comunidades locais” (BRASIL, 2009b, p. 104). As tabelas de uso das instalações esportivas pós-Jogos revelam, todavia, apenas dois casos, de um total de 63 instalações, em que está previsto o uso pós-jogo para fins comunitários (BRASIL, 2009b).

A edição da *Folha de S. Paulo* do dia 03 de outubro teve um caderno especial sobre a vitória do Rio às Olimpíadas de 2016. A matéria de capa (COELHO; RANGEL; MATTOS, 2009, especial 1) evoca o discurso do legado ao final do texto: “Aos membros do COI, foi pedida a primeira Olimpíadas na América do Sul. O argumento, a transformação do país”. Mário Magalhães (2009) acredita no citado argumento, apostando em um legado positivo de segurança, transporte e intervenções urbanas, “especialmente para os mais pobres”, em suas palavras. Na sessão *Tendências/Debates*, o sociólogo Maurício Murad²⁶ (2009), no decorrer de seu texto “Uma grande oportunidade”, também refere-se positivamente ao legado dos Jogos, mostrando acreditar que a cidade e os segmentos mais necessitados podem beneficiar-se em diversos aspectos com o evento. Ítalo Nogueira (2009, especial 10) destaca, entretanto, que apenas parte da cidade será beneficiada com as transformações dos Jogos, como no caso

²⁵ No entorno da área prevista para a construção do COT, está localizada a Vila Autódromo, uma das favelas ameaçadas de remoção, situação a ser discutida nos capítulos seguintes.

²⁶ Para os fins desta pesquisa, não estão sendo realizadas distinções entre os gêneros jornalísticos de informação e opinião, por acreditar que ambos os materiais são válidos para os propósitos da pesquisa. Apesar das narrativas jornalísticas produzidas em virtude da eleição do Rio à sede olímpica não comporem o objeto central da pesquisa, acredita-se ser válido trazer alguns desses textos para dialogar com o *marketing Rio 2016*.

das obras de transportes na Barra da Tijuca, que não irão contemplar aéreas da Zona Oeste, onde vivem mais de 2 milhões de pessoas, de um total de 6 milhões.

A supervisão do legado do megaevento será realizada pelo Comitê de Legado Olímpico Rio 2016, composto pelo “Governo, por empresas, pelo Comitê Olímpico Brasileiro e por grupos e organizações da comunidade”; e pelo Comitê de Legado Urbano, sob a direção das autoridades municipais, “para estudar as instalações escolhidas para os Jogos e garantir o alinhamento completo do Plano Mestre dos Jogos aos objetivos de longo prazo da cidade, trazendo assim vantagens para todos”. (BRASIL, 2009a, p. 20). Em diferentes trechos do Dossiê, reforça-se a proposta de inserir toda a cidade no projeto dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, beneficiando as comunidades também através de programas de licenciamento e de incentivo à prática esportiva. O Comitê Organizador Rio 2016 se compromete a adquirir serviços e equipamentos para o evento nas comunidades locais e a apoiar programas de licenciamento de produtos (BRASIL, 2009a), aspecto contemplado posteriormente pelo Caderno Legados Brasil (2009e), ao expor de modo mais detalhado o interesse pela integração de promoção de artefatos artesanais produzidos por comunidades carentes no programa de licenciamento Rio 2016. As comunidades participantes receberiam comissões pelas vendas e microcréditos para as produções locais.

Em relação à prática esportiva, são citados o *Programa Segundo Tempo* (PST), com a proposta de, entre 2009 e 2016, abranger 3 milhões de crianças brasileiras de escolas públicas no acesso ao esporte; o *Mais Educação*, com a previsão de um investimento de mais de US\$400 milhões, no mesmo período de tempo, em infraestruturas esportivas de escolas públicas; o *Rio Olímpico*, que aumentará os investimentos em novos programas e infraestrutura esportiva, o que possibilitará “o acesso das comunidades às instalações dos Jogos, ajudando assim milhares de pessoas a viver sua paixão pelo esporte” (BRASIL, 2009a, p.24).

Acompanhando a versão em espanhol do texto acima, no Dossiê de Candidatura vol. 1, é percebida a fotografia de vários garotos jogando vôlei em quadra de uma comunidade. Não há qualquer legenda ou texto que faça referência específica à fotografia, mas a análise da foto conduz ao entendimento de que se trata do registro do projeto social da Escola de Vôlei Bernadinho, desenvolvido na Comunidade Tavares Barros, no bairro Catete, no Rio de Janeiro. Esta seria a primeira presença explícita do espaço físico da favela no material da candidatura. A mesma fotografia é também publicada na Carta Rio 2016 (2009d).



Fotografia 1. Escola de Vôlei Bernardinho.
Fonte: BRASIL, 2009a, p. 25

As favelas são, mais adiante, contempladas pela sua característica de ocupação desordenada. No tópico “Riscos naturais em potencial” é abordada a histórica ocupação desordenada dos morros e das encostas do Rio de Janeiro: “A expansão urbana em muitos casos invadiu o ecossistema das planícies e das encostas, aumentando os riscos de deslizamentos, de assoreamento dos sistemas de água, e de inundações causadas pelas chuvas de verão (de dezembro a março)”. (BRASIL, 2009a, p. 86). Tal aspecto que aparece pontualmente no Dossiê de Candidatura será mais adiante adotado como um dos argumentos para desapropriações de favelados: o argumento do risco ambiental, do risco de vida para o favelado, como será demonstrado no decorrer desta pesquisa. Vale ainda citar aqui trecho referente à construção do Centro Olímpico de Treinamento expondo que a “região se beneficiará de ganhos consideráveis durante o desenvolvimento do Parque Olímpico do Rio. A transferência das acomodações ilegais nas margens da Lagoa de Jacarepaguá para um novo local e a integração de um parque ajudarão a renovação e o acesso do público nesta região protegida”. (BRASIL, 2009a, p. 100). Como se vê, as desapropriações são aqui mencionadas como aspecto positivo para a cidade. É no projeto de candidatura, no ano de 2009, em que começam, portanto, a ser delineados os primeiros discursos em torno das remoções de favelados em virtude do novo projeto urbanístico a ser implementado na cidade pré-Olimpíadas de 2016.

Quando for necessário o assentamento de famílias, especialmente daquelas provenientes de comunidades carentes sujeitas aos projetos de regeneração, serão oferecidas casas populares, o que irá melhorar consideravelmente a sua qualidade de vida [...] Os Jogos Rio 2016 darão a oportunidade de revitalizar regiões da cidade e melhorar a estrutura de comunidades específicas ao redor da cidade (BRASIL, 2009b, p. 144).

As vantagens dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos abrangeriam, seguindo esse raciocínio, até mesmo aqueles que estão sendo desapropriados de suas casas.

Outra presença da favela no material impresso da candidatura é notada através do tema da segurança.

A redução da criminalidade foi e continua sendo um dos principais objetivos das autoridades policiais no Rio de Janeiro. Iniciativas de combate ao crime são tomadas em conjunto com estratégias de redução da criminalidade nas comunidades, como o PRONASCI, um programa de redução da criminalidade do Governo Federal com investimentos de US\$ 3,35 bilhões (BRASIL, 2009c, p. 28).

Retoma-se a experiência da cidade na manutenção da paz e na redução da criminalidade durante grandes eventos, como o Reveillon, o carnaval e os Jogos Panamericanos Rio 2007, aspecto contemplado também na Avaliação do COI (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009), e evidencia-se que os programas de gerenciamento de crime serão baseados em avaliações detalhadas de todas as instalações dos Jogos e de áreas de possível visitação da família olímpica. “As áreas de maior incidência de crimes serão identificadas e planos de redução da criminalidade específicos para essas áreas serão traçados”. (BRASIL, 2009c, p. 28).

O relatório de Avaliação do COI da candidatura do Rio de Janeiro (2009) destaca os avanços recentes na segurança pública e nas reduções de crime na cidade, através de uma mudança de abordagem, incluindo programas de policiamento nas comunidades e programas sociais com atividades esportivas que promovam a integração de *disadvantaged areas of Rio* (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009, p. 58), reduzam crime e aumentem a participação de jovens no esporte.

O Caderno Legados Brasil (2009e), material produzido após a eleição do Rio de Janeiro, também assume o problema da violência urbana, mas, no momento em que o faz, estabelece comparativos com grandes cidades do mundo, com o propósito de lembrar que não se trata de uma realidade enfrentada – e que deve ser combatida – apenas pelo país, mas de “males que desafiam todo o mundo contemporâneo” (BRASIL, 2009e, p. 96). “Hoje, a maior cidade do Brasil [São Paulo] ostenta média de crimes violentos ainda preocupante, mas já semelhante à de grandes centros americanos como Dallas e Houston. E 35% melhor que a de Washington, por exemplo”. (p. 88). No tocante ao Rio, salientou-se a visibilidade mundial alcançada pela violência urbana, assim como a dificuldade em “reverter ambas, tanto a realidade quanto a imagem consolidada. Entretanto, a queda do índice de ocorrências foi de 40% nesta década”. (p. 90).

A hipervisibilidade internacional do Rio de Janeiro ligada à cultura da violência impunha a necessidade de construção de novas narrativas simbólicas sobre as favelas, em consonância com a repaginação das mesmas, a fim de reinserir a cidade no circuito de turismo e de investimentos globais. Parece ter sido esse o ponto de partida para a construção das narrativas da população guerreira, o discurso do legado e as novas ações de combate à violência. Tem-se, assim, a construção de novos sentidos sobre um grupo e a apropriação de um discurso valorizado pelo Comitê Olímpico Internacional como estratégia de promoção positiva da cidade. Se os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos têm como uma de suas características o legado que deixará para as cidades sede, o Rio de Janeiro torna-se uma candidata importante, em virtude de ter problemas sociais a serem resolvidos. Já têm sido adotadas medidas para solucioná-los e, segundo a comunicação oficial, têm ocorrido avanços, logo o megaevento seria a oportunidade de dar continuidade e, mais do que isso, de alavancar os projetos desenvolvidos na cidade. Como se trata de uma comunicação de caráter persuasivo, os problemas da cidade são apresentados de modo mais suave – não há como escondê-los, mas não há a razão para supervalorizá-los – e estrategicamente narrados de modo a reforçar as escritas de um Rio que se pretende mais maravilhoso.

As representações negativas da favela apontavam, assim, para a necessidade de construção e execução de um eficiente programa de gestão da marca favela no cerne da atual (re)programação arquitetônica e do imaginário do Rio de Janeiro. É neste cenário que se pode refletir sobre as atuais políticas públicas que visam a minimização das discrepâncias sociais da cidade, com vistas à integração, e sobre a incorporação do *branding favela* pelo *branding urbano* do Rio. O atual *branding* se manifesta a partir da invenção e ação integrada entre “autoridades administrativas e políticas, empresários do setor privado, arquitetos, urbanistas e agências de publicidade” (JAGUARIBE, 2011). Tal processo, indissociável da espetacularização das cidades contemporâneas, se manifesta pela busca por turistas, investimentos estrangeiros e visibilidade. São “estratégias autoconscientes, instrumentais e pragmáticas” (JAGUARIBE, 2011, p. 3) de reapropriação das mitologias da cidade, de renovação de antigos repertórios e de criação de novos cenários urbanos para consumo global.

2 JOGOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA

“Não vamos ficar sentados, vendo casas caírem.”. A suposta indignação foi manifestada pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. A frase foi pronunciada durante o lançamento do projeto Morar Carioca, quando Paes ressaltou a necessidade de remoção de algumas moradias do Morro da Providência, em razão de se encontrarem em áreas de risco (BRITTO, 2011). A matéria restringia-se a posicionamentos oficiais, desconsiderava vozes da comunidade, críticas ou posturas contraditórias. As ações planejadas para a comunidade foram abordadas como um gesto de atenção e ‘bondade’ da prefeitura e da iniciativa privada (BRITTO, 2011).

As remoções são ressaltadas como ações a favor da vida dos moradores de favela e, assim, anunciadas por autoridades municipais, reforçadas pelo saber de arquitetos, urbanistas e engenheiros, e acolhidas por distintas instituições. O que se observa, todavia, é o exercício de poder sobre a vida e a liberdade dos favelados, por meio da imposição de mudanças no território, sem o prévio estabelecimento de diálogos com os grupos diretamente atingidos, ação prevista no Estatuto da Cidade. Tal realidade estabelece relações com a tecnologia de dominação sobre a vida, pensada por Foucault: o biopoder.

O poder, para Foucault (2010), pode ser pensado a partir do cruzamento de práticas, saberes, discursos e instituições. Não é entendido como modo de sujeição, como sistema de dominação exercido por um grupo sobre outro, como simples oposição entre dominados e dominadores. Não é algo que possa ser adquirido ou compartilhado. O poder está em toda parte, “provém de todos os lugares”, se produz “em toda relação entre um ponto e outro”, “é o suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis”. (FOUCAULT, 2010, p. 103). Ele se exerce em meio a relações desiguais e móveis e em função da “multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão”. (FOUCAULT, 2010, p. 106). Onde há poder, há resistência. A resistência se exerce no interior do poder, e não no seu exterior.

Nos séculos XVII e XVIII, apareceram técnicas de poder centradas no corpo individual. Tratava-se de assegurar a “distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade” (FOUCAULT, 2005, p.

288). O comando social era exercido através das instituições disciplinares, que direcionavam a produção de subjetividades, produzindo corpos dóceis – corpos que só agem quando solicitados – e economicamente úteis. A prisão e a fábrica são exemplos de instituições disciplinares que agem sobre o homem-corpo, com vigilância e treinamento.

Durante a segunda metade do século XVIII, apareceria outra tecnologia de poder, que não exclui a técnica disciplinar, pois é de outro nível, mas, ao invés disso, a embute e a integra. Foucault (2005) desenvolve suas reflexões sobre o biopoder, retomando inicialmente aspectos da teoria clássica da soberania que tinha como um de seus atributos fundamentais o direito de vida e morte. Vida e morte não seriam fenômenos naturais, localizados fora do campo do poder político. O súdito não teria o pleno direito de estar vivo, nem morto. A “vida e morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana”. (FOUCAULT, 2005, p. 286). O exercício de tal direito, entretanto, se daria de forma desequilibrada, pendente para o lado da morte, tendo em vista que o soberano só exerceria o direito sobre a vida porque pode matar. Foucault (2005, p. 287, grifo meu) enfatiza: “Não é o direito de fazer morrer ou de fazer viver. Não é tampouco o direito de deixar viver e de deixar morrer. É o direito de *fazer morrer ou de deixar viver*”.

A nova técnica do biopoder se dirige ao homem ser vivo, ao homem-espécie, à multiplicidade dos homens, não resumidos em corpos, mas como uma massa global, afetada por processos próprios da vida. É uma tomada de poder massificante, uma “‘biopolítica’ da espécie humana”. (FOUCAULT, 2005, p. 289). Não lida com a sociedade, nem com o indivíduo-corpo, mas com um novo corpo: um corpo múltiplo, a população.

A vida cai no campo de controle do saber e de intervenção do poder. A biopolítica “faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana”. (FOUCAULT, 2010, p. 155). Este poder irá implantar mecanismos para otimizar um estado de vida, irá regulamentar para *fazer viver*. Não se trata de considerar o indivíduo-corpo, nem o treinamento individual, mas de levar em conta mecanismos globais, a totalidade da vida, os processos biológicos do homem-espécie, e de assegurar uma regulamentação sobre eles, visando o equilíbrio global. É a série “população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado”, é a “bio-regulamentação pelo Estado”. (FOUCAULT, 2005, p. 298). Alguns alvos de controle são a natalidade, a mortalidade e a longevidade.

Ora, agora que o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no “como” da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder. [...] Isso sobre o que o poder tem domínio não é a morte, é a mortalidade (FOUCAULT, 2005, p. 295-296).

Quando Foucault (2005) aborda que o poder incumbiu-se da vida, pretende, com isso, expor que o poder compreendeu toda a superfície que se estende do corpo à população, mediante o jogo das tecnologias da disciplina e da regulamentação. Daí a referência a um poder que se incumbiu da vida em geral: do polo do corpo e do polo da população. O poder de gerir a vida desenvolve-se, assim, sob duas formas: (a) corpo como máquina – poder disciplinar; e (b) corpo-espécie – “*intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população*” (FOUCAULT, 2010, p. 152). Um exemplo citado por Foucault (2005) refere-se à cidade operária, no século XIX, que articula mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo pela localização das famílias – casas específicas – e dos indivíduos – cômodos individuais –, pela visibilidade dos indivíduos e pela normalização de comportamentos; com mecanismos regulamentadores de seguro-saúde, seguro-velhice, regras de higiene, comportamentos de poupança, escolaridade e outros.

A norma é o elemento que circula entre a disciplina e a regulamentação. “Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (FOUCAULT, 2010, p. 157). Isto porque um poder encarregado da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Não se trata de separar os súditos obedientes dos inimigos do soberano, mas de distribuir em torno da norma, de impor um sistema de normatização dos comportamentos e dos modos de vida, classificando o que está dentro ou fora da norma. A lei passa a funcionar cada vez mais como norma e a instituição judiciária passa a se integrar a aparelhos médicos, administrativos e outros, com funções especialmente reguladoras. (FOUCAULT, 2010).

O biopoder “foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”. (FOUCAULT, 2010, p.153). É neste sentido que se observa a gestão e a regulação de todo o espaço de existência, dos modos de alimentação, da moradia, da saúde e da higiene, nas estratégias econômicas do capital.

Mas, como um poder que objetiva *fazer viver* possibilita também o *exercício do direito de matar*?

O racismo pode ajudar a responder tal indagação, pois separa parte da população cujas condições de vida levam à morte. Em primeiro lugar, o racismo introduz um corte, no interior do domínio biológico, entre o que deve viver e o que deve morrer, por meio da distinção, da hierarquização, da qualificação e da classificação. O racismo faz funcionar, de maneira compatível ao biopoder, uma relação do tipo: “se você quer viver, é preciso que o outro morra”. (FOUCAULT, 2005, p. 305). A morte do outro se daria pelo bem da vida coletiva, pela longevidade da população, pela limpeza étnica.

quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar (FOUCAULT, 2005, p. 305).

O racismo é a condição para que o Estado exerça o direito de matar - morte aqui entendida também como assassinato indireto: exposição à morte, multiplicação de riscos, exclusão, rejeição (FOUCAULT, 2005). A morte do outro, complementa Foucault (2005, p. 305), “não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal”; a morte da raça “inferior” é o que vai deixar a vida da “superior” mais sadia e segura. Seria a lógica de poder expor à morte para poder viver. No sistema do biopoder, é admissível tirar a vida, em nome da eliminação do perigo biológico e do fortalecimento da própria espécie. A função mais elevada deste poder não seria, neste sentido, matar, mas investir sobre a vida (FOUCAULT, 2010). A morte a favor, entretanto, da vida de apenas parte da população.

A mesma lógica se aplica aos moradores de favelas, a partir dos processos de classificação, isolamento e assassinio – direto e/ou indireto. Os favelados são aqui mencionados tendo em vista o olhar dominante-estereotipado sobre os mesmos como negros, marginais, criminosos e “espertos” – por viverem na ilegalidade, sem pagamento de tributos exigidos do restante da população. As práticas remocionistas em favelas cariocas, inseridas no sistema de biopoder, expõem favelados à morte, a riscos e à exclusão pelo bem da vida da cidade. Separa-se a boa da má circulação na cidade. Elimina-se o adversário – o perigo – que coloca em risco a vida daqueles que o Estado deveria proteger.

Esta é a situação verificada ao longo da história das transformações urbanas do Rio de Janeiro e que parece se repetir no atual momento de remodelação da cidade diante dos preparativos para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Além de ser válido observar

as sequências históricas dessas práticas, convém ainda atentar para os discursos evocados pelo poder público e para as ações da resistência, a fim de refletir, mais adiante, se há uma mudança discursiva no tratamento conferido às favelas, diante das atuais práticas remocionistas, por sua vez, imbricadas a remodelações urbanas.

2.1 O LUGAR DA FAVELA NAS REFORMAS URBANAS DO RIO DE JANEIRO: EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA

A transformação urbana do Rio de Janeiro, no início do século XX, buscava, segundo Abreu (2008), resolver as contradições coloniais-escravista da cidade, o que implicava em eliminar as características coloniais, a associação da imagem do Rio à febre amarela e às condições anti-higiênicas. O resultado foi a demolição de casas da população pobre, a desapropriação de prédios, além do número necessário para a realização das obras – a prefeitura visava a venda dos mesmos após sua valorização imobiliária –, a proibição do exercício da mendicância e da venda de produtos pelos ambulantes. Tudo em nome do progresso, da estética e dos problemas de higiene.

A Reforma Passos (gestão 1902-906) foi “o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, reorganizado agora sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais condiziam com a presença de pobres na área mais valorizada da cidade”. (ABREU, 2008, p. 63). Nesse período, o Rio de Janeiro passou por um momento de higienização com as propostas de Oswaldo Cruz e a implantação da Lei da Vacina Obrigatória, um exemplo de poder que usa “sua dimensão ‘bios’ para discriminar os pobres”. (COCCO, 2010). As regras de higiene garantem a longevidade da população. A discriminação dos pobres *faz viver* e, ao mesmo tempo, *deixa morrer*.

Abreu (2008) atenta que o período Passos é um exemplo de como a resolução das contradições sociais – destaca-se aqui: a suposta resolução – geram novas contradições. A aparente superação da pobreza devido à destruição dos cortiços acabou evidenciando a favela como nova forma de moradia popular. Diante da expulsão dos cortiços, os morros do centro da cidade, como o da Providência, até então pouco habitados, passaram a ser rapidamente ocupados, pois se tornaram a única alternativa de habitação da população pobre que necessitava residir próximo ao trabalho. O restante da população expulsa instalou-se nos subúrbios, como Engenho Novo e Inhaúma.

O período Passos, conclui Abreu (2008), representa a superação das contradições colonial-escravista e o início da transformação do Rio em espaço urbano em conformidade

com o modo de produção capitalista. Para tanto, foi fundamental, completa Abreu (2008), a atuação do Estado com intervenções urbanísticas e incentivo à reprodução de variadas unidades do capital. Talvez por isso, as intervenções de Passos servem como inspiração para o atual prefeito Eduardo Paes, que menciona seu desejo de ser lembrado como um “urbanista à la Pereira Passos” (TABAK, 2012): “Sob o ponto de vista da modernização da cidade, de grandes intervenções que possam melhorar e recuperar o Rio, acho que tem muita coisa acontecendo como aconteceu no governo Passos”, ressalta Paes (apud TABAK, 2012). A resistência, todavia, aproxima os dois prefeitos pelas semelhanças nas práticas de deslocamentos forçados dos pobres.

Valladares (2000) assinala que a problematização da favela se dá no período Passos, mesmo diante da não generalização do processo de favelização pela cidade. Tal associação da favela como problema deve-se enfaticamente ao saber de (a) médicos higienistas, que percebiam a favela como doença, deficiência do “corpo urbano”, “patologia social que precisava ser combatida” (VALLADARES, 2000, p. 14), e de (b) engenheiros que, seguindo a postura dos profissionais da saúde, defendiam a resolução dos males “do organismo enfermo – a cidade – imprimindo-lhe uma direção ordenadora”. Everardo Backheuser foi um importante representante da engenharia.

A partir de Passos, inúmeras outras datas em diversas outras gestões governamentais seguiram com ações de realocação dos pobres no território da cidade. O período subsequente que se destacou a este respeito foi a administração de Carlos Sampaio (1920-1922), que tinha como meta principal a preparação do Rio de Janeiro para as comemorações do primeiro Centenário da Independência do Brasil, em 1922. Era preciso construir a imagem de uma cidade – e, por conseguinte, de uma nação – cosmopolita, moderna, europeizada, para, com isso, atrair olhares estrangeiros. Para tanto, ordenou-se o desmonte do Morro do Castelo, o desaparecimento do bairro da Misericórdia – duas áreas residenciais proletárias que haviam sobrevivido à Reforma Passos –, a remoção de populações pobres para a abertura da Avenida Rui Barbosa e a retirada das habitações proletárias das margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, que passaria a perder suas características proletárias e adquirir um caráter cada vez mais elitista (ABREU, 2008). Aproveitava-se a situação política favorável, devido a proximidade das comemorações do centenário, para o afastamento dos pobres, situação semelhante aos atuais preparativos da cidade para as Olimpíadas. A postura adotada em relação à população pobre culminou no apelido de prefeito “bota-abaixo” ou período “bota-abaixo”, título recentemente recuperado pela resistência para fazer referência à gestão de Eduardo Paes, em virtude da grande quantidade de remoções, comuns às duas gestões municipais.

As ações implementadas na gestão de Passos representavam o fim dos aluguéis baratos ou das residências gratuitas para as populações pobres e, ao mesmo tempo, a liberação de terrenos valorizados e a conseqüente maior valorização imobiliária das áreas. Para exemplificar, recupera-se as palavras de Sampaio (apud ABREU, 2008, p. 77): “A Avenida do Contorno deixa entre ela e a encosta do morro uma larga faixa de terreno próprio para a construção [sic] de grandes edifícios ..., que, vendidos mais tarde, darão para cobrir completamente o custo da avenida”. O discurso do próprio prefeito para justificar as mudanças urbanísticas era construído em torno dos argumentos da higiene, da areação, do embelezamento e da economia. O período Sampaio “nada mais é do que uma outra etapa do processo de depuração da área nobre da cidade de usos e populações não desejadas”. (ABREU, 2008, p. 78). Ao Centro que já vinha sendo reconfigurado na época de Passos, somavam-se as ações na Zona Sul.

Nos anos 20, destaca-se a atuação de João Augusto de Mattos Pimenta, apresentado ora como médico sanitário, ora como engenheiro e jornalista. Entre 1926-1927, ele empreende a primeira grande campanha contra a favela, denunciando-a, à imprensa e aos poderes públicos, como um problema para o projeto de remodelação do Rio de Janeiro. O argumento mesclava os discursos médico-higienista, reformismo progressista e o pensamento urbanístico em ascensão. Mattos Pimenta amplia os discursos higienistas já existentes sobre a favela, inserindo também noções estéticas e arquitetônicas. A favela aparecia nos principais jornais do Rio como “lepra da esthetica” - termos de Mattos Pimenta -, num momento em que a lepra era percebida como a pior das doenças existentes. Defendia, assim, uma barreira profilática contra a “infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro” e contra a sujeira e a miséria que enchia “preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais prodiga de bellezas” (MATTOS PIMENTA, 1926 apud VALLADARES, 2000, p. 15).

Além da atuação junto à imprensa, Mattos Pimenta visava adquirir apoio também do diretor da saúde, do prefeito e do chefe de polícia. Para tanto, distribuiu o folheto “Casas Populares” em que propunha, como o próprio título já sugere, a construção de casas populares, como parte das medidas para solucionar o problema das favelas. Propunha ainda a contenção da expansão das favelas, com impedimento da construção de novos casebres e fiscalização da prefeitura (VALLADARES, 2000).

Este “importante ator social na história da favela”, como define Valladares (2000, p. 16), pareceu influenciar as percepções e proposta do urbanista francês Alfred Agache, que aterrissou em 1927 no Rio de Janeiro, como responsável pelo Plano de Remodelação da cidade do Rio de Janeiro, a convite do prefeito Prado Junior. Valladares (2000) lembra que Agache

desembarcou no Rio de Janeiro no período em que a campanha de Mattos Pimenta em prol da estética estava em pleno vigor e conta que o engenheiro Godoy confirmou sua visitas com Agache e Mattos Pimenta, ao Morro da Favella. “Tudo indica ter sido este [Mattos Pimenta] o introdutor do urbanista francês ao universo desconhecido das favelas” (VALLADARES, 2000, p. 17).

Agache retomou a imagem da lepra vinculada à favela e, assim como Mattos Pimenta, construiu um discurso baseado em parâmetros higienistas, estéticos e urbanistas. Elaborou sua definição de favela, a qual sinaliza a proximidade com Mattos Pimenta.

Construídas contra todos os preceitos da hygiene, sem canalizações d’agua, sem exgottos, sem serviço de limpeza publica, sem ordem, com material heteroclitto, as favellas constituem um perigo permanente d’incendio e infecções epidemicas para todos os bairros atravez dos quaes se infiltram. A sua *lepra* suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe os morros do seu enfeite verdejante e corroe até as margens da matta na encosta das serras (AGACHE, 1930 apud VALLADARES, 2000, p. 17).

Agache definiu ainda os moradores da favela como uma população “avêssa a toda e qualquer regra de hygiene”. Não se limitou, todavia, a apenas tratar a favela como um problema, mas busca também entender as causas de tal fenômeno. Percebia que elementos exteriores à pobreza explicam a composição da favela: os trâmites burocráticos na construção de casas na cidade e a indiferença dos poderes públicos em relação às habitações da população pobre. Neste sentido, ele propunha a construção de habitações para os moradores da favela, expondo que a simples expulsão implicaria na instalação dos mesmos em outras habitações com condições similares. Em seus termos: “destruir barracões sem oferecer nada em troca seria apenas transferir o problema de lugar”. (AGACHE, 1930 apud VALLADARES, 2000, p. 18). Recomendava ainda que os poderes públicos se esforçassem para impedir a construção estável e definitiva das favelas.

Diretrizes semelhantes foram propostas, em 1937, pelo Código de obras da cidade. Suas intenções eram impedir a formação de novas favelas, a construção de novos casebres e a realização de melhorias nos já existentes, procedendo com a demolição das novas construções erguidas ou melhorias realizadas, bem como providenciar a extinção das favelas da época e a criação de “núcleos de habitação do tipo mínimo”. (VALLADARES, 2000, p. 19). Valladares (2000) assinala que a favela, “uma vez oficialmente reconhecida, passa gradativamente a ser vista como um problema a ser administrado”. O próprio Código, ela complementa, “que pode ser lido como a primeira política formal de governo relativa à favela, apresenta medidas puramente administrativas”. (VALLADARES, 2000, p. 19).

No início dos anos 40, período de maior proliferação desses territórios (ABREU, 2008), a partir da orientação do Código de Obras, surgem os parques proletários. Consideradas “aberrações”, não deveriam constar no *mapa da cidade*, muito menos no Centro do Rio. A solução encontrada foi a construção de habitações proletárias (BURGOS, 2006). Começam, assim, a serem implementadas as primeiras políticas públicas nas favelas cariocas.

A concepção da favela enquanto problema surge do “incômodo que causava à urbanidade da cidade”. (BURGOS, 2006, p. 27). A abordagem sanitaria sugeria o controle da entrada de indivíduos de baixa condição social; o retorno dos mesmos para seus estados de origem; a promoção de campanha de reeducação social entre os favelados, entre outras ações que garantissem a “pedagogia civilizatória” necessitada para o *bem viver* na cidade. Os parques eram cenários de lições de moral, mas também de festas e eventos políticos, característicos da gestão populista do “pai dos pobres”. No tocante ao discurso oficial, exemplifica-se que a construção dos parques da Gávea e do Leblon foi acompanhada das promessas de transferência para urbanização, e posterior retorno dos transferidos para áreas próximas das usuais habitações, que, agora, estariam urbanizadas. A realidade, entretanto, foi a permanência nos parques, seguida, adiante, de nova expulsão, em virtude da valorização imobiliária dos bairros (BURGOS, 2006).

Desde o surgimento das primeiras favelas, a política oficial, segundo Perlman (2002, p. 239), “tem sido uma indisfarçada repressão dos migrantes e a prevenção da melhoria ou expansão das favelas”. A autora lembra que, no ano de 1947, foi criada uma comissão oficial para a erradicação das favelas, visando devolver os favelados aos seus estados de origem, enviar os idosos aos asilos e expulsar as famílias, cuja renda ultrapassasse um valor específico.

As ações oficiais de cunho civilizatório e remocionista foram, todavia, acompanhadas da resistência dos favelados. Já em 1945, foram criadas as comissões de moradores para reagir contra o suposto plano municipal de remoção e transferência de todos os favelados para os parques. Um pouco adiante, as comissões formularam, pela primeira vez, uma pauta de direitos sociais sobre os problemas de infraestrutura de seus territórios. Os favelados começavam, assim, a se constituírem como atores políticos (BURGOS, 2006).

No ano seguinte, despertadas pelo “temor da sedição”, a Arquidiocese do Rio de Janeiro e a prefeitura da cidade criaram a Fundação Leão XIII para fornecer “assistência material e moral” aos favelados, influir nas associações de moradores e na formação de lideranças, e desenvolver ações de melhorias de infraestrutura. A atuação da Fundação, entretanto, não foi suficiente para impedir uma articulação entre moradores das favelas e

outros segmentos da sociedade, de modo que, a partir dos anos 50, estabeleceram-se ligações mais sólidas entre favela e política, abrangendo inclusive vínculos com os partidos políticos (BURGOS, 2006, p. 29).

Em 1955, a Igreja criou a Cruzada São Sebastião para atuar de modo mais incisivo e concreto na urbanização das comunidades e na pedagogia cristã dos moradores das mesmas. Propunha uma atuação mais direta que a Fundação Leão XIII, “posicionando-se, em alguns momentos, como interlocutor dos moradores das favelas junto ao Estado”. (BURGOS, 2006, p. 30). Já, em 1956, o governo municipal criou, em 1956, o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas (Serfha) com o intuito de apoiar as duas instituições da Igreja. Nada disso, entretanto, impediu que, no ano posterior, os favelados criassem a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal, uma entidade autônoma para lutar pelos seus interesses o que, claramente, começava pela reivindicação de melhores condições de vida.

A organização dos moradores das favelas sinalizava a ineficiência da pedagogia cristã no controle dos favelados. A partir daí, a Igreja passou a ser criticada e acusada de assistencialista e paternalista pela sua atuação contra a remoção de favelas. A solução encontrada pelo poder público foi a revitalização do Serfha, que buscou uma aproximação das favelas, por meio do estímulo à formação de associações de moradores nas comunidades que não possuíam. Apesar do aparente objetivo do Serfha de capacitar o morador das favelas a ter independência para lidar com o Estado – ao invés de depender de favores políticos –, o que ocorria de fato era a subordinação política dos favelados. Burgos (2006) apresenta o acordo assinado pelas associações com o Serfha como uma exemplificação do tipo de relação estabelecido entre os dois. O acordo estabelecia diversos compromissos para as associações, dentre os quais se destaca aqui (a) o impedimento de construção de novos barracos, solicitando apoio policial do Serfha, quando necessário; e (b) a contribuição para a “manutenção da ordem e o respeito à lei nas favelas, garantindo, ainda, o cumprimento das determinações da coordenação e do governo”. (BURGOS, 2006, p. 32). Tinha-se a promessa de urbanização, em troca do controle político das associações pelo Estado. A cooptação de lideranças aparecia, assim, como estratégia do Estado.

Com a mudança de gestão do governo, a atuação do Serfha foi interrompida e houve a criação da Companhia de Habitação Popular (Cohab), com o propósito de implementar uma nova política habitacional, apoiada no planejamento, na construção e administração de moradias para os pobres. Os recursos para tais fins provinham do Banco Nacional de Habitação, instituição criada em 1964, durante a gestão de Carlos Lacerda, para “dirigir,

disciplinar e controlar o financiamento de um sistema habitacional destinado a promover a casa própria para as famílias brasileiras, especialmente entre os grupos de rendas inferiores”. (PERLMAN, 2002, p. 241). Uma de suas prioridades era construir conjuntos habitacionais para erradicar as favelas e outros aglomerados suburbanos.

Aliada a esta ação, o Estado realizou a reforma da Fundação Leão XIII, que deixou de estar vinculada à Igreja para tornar-se autarquia do Estado, buscando, com isso, uma maior vigilância e controle político das favelas, a partir do reconhecimento das associações e da designação de uma comissão para coordenação e fiscalização das eleições das diretorias das mesmas, dentre outras ações. A iniciativa da Fundação sucedeu a criação da Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), uma entidade focada especialmente nas condições de habitação. “A destinação, pela Assembléia [sic] Legislativa, em 1963, de 3% da arrecadação estadual para obras de melhoramento em favelas denotava a capacidade de articulação política já alcançada por esse segmento”. (BURGOS, 2006, p. 33). Outro exemplo apresentado por Perlman (2002) refere-se à derrota nas eleições para Governador da Guanabara de Flexa Ribeiro, sogro de Carlos Lacerda, que apoiava as remoções. A situação foi alcançada especialmente em virtude dos votos dos bairros pobres. A resistência da população fora, assim, evidenciada nas urnas.

Em virtude da falta de coordenação dentre os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1968, foi criada a Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam), com a proposta de erradicar as favelas como forma de moradia até 1976. O foco era a remoção, mais especificamente, um número de 100 famílias por dia. Até o final de 1973, um total de 62 favelas haviam sido destruídas parcial ou totalmente e 35.157 famílias (175.785 pessoas) haviam sido transferidas para conjuntos habitacionais. A justificativa fornecida era a recuperação humana: a recuperação econômica, social, moral e higiênica das famílias faveladas como primeiro objetivo, conforme o texto da própria Chisam. Tal recuperação se sucederia à reabilitação física e, assim, garantiria a integração à sociedade (PERLMAN, 2002). Mas as ações também foram justificadas pela estética e pelo planejamento urbano racional. Nas palavras oficiais da Chisam,

[...] o programa visa a mudar a posição da família favelada, que ocupa ilegalmente propriedade alheia, com toda a insegurança que isso representa, pela de donos de casa própria. Tais famílias tornam-se, então, completamente integradas na comunidade, especialmente quanto à maneira de viver e de pensar [...] a paisagem urbana, desfigurada pelos aglomerados de submoradias, seria refeita pela substituição dos barracos por construções dignas, obras públicas e parques (CHISAM, 1971 apud PERLMAN, 2002).

Perlman (2002) observa que, na verdade, uma das maiores motivações para as remoções é a liberação de terrenos no centro da cidade, tal qual ocorrera em outros períodos da história urbana do Rio de Janeiro e vem ocorrendo nas atuais intervenções urbanas, especialmente na Zona Oeste.

Logo após a criação da Chisam, em 1968, a Fafeg – Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara – manifestou-se vigorosamente contra a política de erradicação das favelas em relatório oficial e imediatamente mobilizou-se para impedir a remoção da primeira favela marcada, a Ilha das Dragas, localizada no lado oposto da Lagoa Rodrigo de Freitas. Os líderes da Fafeg, entretanto, foram presos, mantidos incomunicáveis por vários dias e ameaçados, o que culminou no fim dos protestos abertos por parte da Federação. Em 1969, na mesma noite em que os moradores da Praia do Pinto recusaram-se a sair da favela, ocorreu um incêndio supostamente acidental na comunidade. Os bombeiros, mesmo solicitados, não apareceram no local e os líderes da manifestação desapareceram (PERLMAN, 2002). Por essas e outras, Burgos (2006) ressalta que a história das remoções, “ocorrida sobretudo entre 1968-1975, representa um dos capítulos mais violentos da longa história de repressão e exclusão do Estado brasileiro”.

Perlman (2002) destaca as respostas dos favelados da Catacumba, da Nova Brasília e de três favelas de Caxias acerca de suas reações anteriores e futuras diante das ameaças de remoções. A pesquisadora iniciou seu estudo em 1968-1969, momento em que a maioria dos entrevistados já havia enfrentado ameaças e também lutado pela permanência em sua moradia. As respostas à questão revelam, entretanto, uma redução geral de respostas ativas²⁷ e um aumento de reações de colaboração com o governo, opinião inexistente no primeiro conjunto de respostas. Tudo isso é uma clara reação à intensificação da repressão aos favelados. O que se vê são muitas associações de moradores passando a trabalhar para o Estado, pela remoção, e não mais a representar os moradores. Perlman (2002, p. 267), estudando o caso da favela Catacumba, conta, por exemplo, que Waldevino, presidente da Sociedade dos Moradores e Amigos da Catacumba, que inicialmente havia elaborado, com os demais membros da diretoria, um plano para urbanização da favela, posteriormente, diante dos acontecidos, entregou a sede da Sociedade para o Serviço Social, ‘vestiu o uniforme’ e “assumiu o comando da comissão local de vigilantes encarregados de ‘manter a ordem na favela’ [...] A liderança foi, assim, completamente desfigurada, num clássico exemplo de co-optação”.

²⁷ Perlman (2002, p. 251) considera como *respostas ativas*: reunir pessoas, protestar, fazer abaixo assinado, recorrer ao governo, pedir intervenção, resolver o problema através de pistolão ou pessoa influente.

Mesmo diante de toda a repressão, em 1972, a Fafeg organizou o III Congresso de Favelados do Estado da Guanabara, que contou com a participação de 79 associações defendendo a urbanização das favelas.

Tal resistência tornou o programa de remoções bastante custoso politicamente, e se não foi essa a razão determinante para o seu esvaziamento a partir de 1975, é preciso levá-la em conta se se quer entender como foi possível a permanência de 52 favelas em bairros tipicamente ocupados pelos setores médio e alto da sociedade carioca, como Copacabana e Tijuca, entre outros (BURGOS, 2006).

Nos casos de remoção, a Chisam divulgava a manifestação de alegria e confiança por parte dos favelados, diante da chegada do caminhão de mudanças que os levariam para os conjuntos habitacionais. As evidências, todavia, revelavam arbitrariedade e falta de transparência na atuação, no tocante à escolha do apartamento, à divulgação de informações sobre custo total e prazo de pagamento, à diferença entre a residência mostrada no papel e a habitação real e à comunicação das remoções na véspera. As remoções provocavam prejuízos econômicos para os favelados que passavam a ter que pagar prestações mensais da hipoteca da casa e a residir distante do local de trabalho, aspecto que gerou o desemprego de muitas mulheres que atuavam como domésticas, tanto em virtude da distância, quanto pela dificuldade de encontrar alguém para cuidar dos filhos – rompimento da comunidade e da rede de ajuda mútua –, o que gerou uma grande queda em várias rendas familiares. A consequência foi elevada taxa de inadimplência no pagamento dos novos apartamentos ou casas, por parte dos antigos favelados, o que, posteriormente, culminou na construção de novas moradias para os inadimplentes. Sem dinheiro para pagar, a insegurança de vida que, teoricamente, seria resolvida com a remoção para os conjuntos habitacionais permaneceu e, mais ainda, se agravou. A inadimplência, nesse momento, aparecia também como reação de alguns às imposições sofridas tanto no tocante à remoção, quanto à habitação de locais de qualidade ruim (PERLMAN, 2002).

Diante de suas usuais restrições econômicas, a favela sempre aparecera como solução extremamente funcional para os moradores, em decorrência da localização, especialmente as da Zona Sul, que possibilitava emprego nos melhores mercados de trabalho, a realização de biscates e o acesso facilitado a serviços urbanos; e do caráter de comunidade, que permitia favores recíprocos entre parentes e vizinhos, como cuidar da criança, por exemplo, e compras a crédito – o dito “fiado” – em comércios locais; e da gratuidade da moradia. Por essas e outras razões, Perlman (2002) destaca que não era de espantar que menos de um quarto dos

favelados da Catacumba, da Nova Brasília e da Caxias desejassem a remoção, mesmo com os argumentos do poder público de estilo de vida moderno, da posse legal da terra e do ambiente saudável para as crianças.

O objetivo da integração dos favelados à sociedade, proposto inicialmente pela Chisam, também não foi alcançado com as remoções. Pela “obediência a conceitos errôneos sobre os favelados, o governo sem querer criou exatamente a espécie de indivíduos marginalizados, não integrados, que enganadamente presumira viverem nas favelas” (PERLMAN, 2002, p. 264). A autora defende que os favelados não são marginais dos pontos de vista econômico, social, político e cultural, que estariam integrados à sociedade, mas de modo desfavorável: são explorados, estigmatizados e marginalizados. As remoções e, por conseguinte, a realocação dos favelados em locais mais distantes, entretanto, contribuíram para o afastamento dos mesmos dos serviços urbanos e para desestabilizar seus modos de integração à dita cidade formal.

Os *mitos da marginalidade*²⁸ – conjunto de estereótipos do favelado como estigma da desorganização social, da desordem urbana e da violência – contribuem para a legitimação de políticas e justificativa de ações de remoções. Tais práticas remocionistas, por sua vez, criam a população marginalizada que se pretendia eliminar. A remoção da favela não é apenas reflexo dos mitos, mas constitui “nítida expressão do fenômeno geral da ideologia da marginalidade, que age como uma força material no sentido de diminuir o poder de barganha de certos setores populares, isolando-os do resto do povo”. (PERLMAN, 2002, p. 236).

Os mitos da marginalidade facilitam a aceitação e justificam a implementação de *qualquer* política oficial que se refira direta ou indiretamente aos setores populares da sociedade urbana. A remoção das favelas foi aceita como parte de reestruturação do sistema urbano precisamente porque os favelados eram considerados marginais e, portanto, dispensáveis. [...] Como marginais, porém, não tinham direitos ou exigências a fazer ao sistema, sendo, portanto, mais fáceis de manipular (PERLMAN, 2002, p. 292).

Os *mitos* servem, assim, como instrumentos de controle social, contribuem para a perpetuação social, política e econômica do papel dos favelados a serviço do sistema e permitem que a história da cidade seja contada a partir de um olhar específico que coloca os favelados como bode expiatório dos problemas sociais, da criminalidade e da desordem urbana.

²⁸ A marginalidade é um mito que serve como fundamento para interesses da sociedade e é também a descrição de uma realidade de problemas sociais (PERLMAN, 2002).

O breve panorama traçado até aqui revela diversas semelhanças com as atuais ações do poder público em relação às favelas, por sua vez, inseridas na nova transformação urbana do Rio de Janeiro. A pergunta que decorre, a partir daí, é o que, de fato, difere das iniciativas anteriores do poder público. Haveria uma mudança discursiva no tratamento atual conferido às favelas cariocas?

2.2 A CONSTRUÇÃO DO *NOVO RIO*

Nas últimas décadas, as cidades têm alcançado um protagonismo inegável (a) na vida cotidiana, no tocante à recuperação do patrimônio, promoção de grandes transformações urbanísticas e criação de empregos, etc, e (b) nas relações internacionais, através da atração de investimentos, da promoção do turismo e de grandes eventos, etc (CASTELLS, BORJA, 1996). As cidades, enquanto atores sociais, realizam a articulação entre instituições políticas e a sociedade civil. Tal articulação, manifestada através da ação coletiva e conjunta, pode responder a objetivos diversos, dentre os quais, destaca-se “grandes projetos de desenvolvimento urbano vinculados a um evento”. (CASTELLS, BORJA, 1996, p. 153).

Na década de 90, diante da sensação de crise, as grandes cidades latino-americanas emergiram como atores políticos e econômicos, mas tal consolidação dependia do estímulo a projetos de cidade com a participação ativa de agentes públicos e privados e com a conquista de amplo consenso público. Em seu processo de concepção, alguns desses projetos evoluíram para “uma proposta global de desenvolvimento urbano pactuado” (CASTELLS, BORJA, 1996, p. 155), a exemplo da candidatura do Rio de Janeiro às Olimpíadas em 2004, com impacto em seis grandes áreas urbanas, como destacam os autores.

O projeto de candidatura do Rio teve a participação de Jordi Borja, um dos autores desse texto, e de Manoel de Forn, que conduziram as transformações da cidade de Barcelona para as Olimpíadas de 1992. A candidatura do Rio foi apresentada como projeto para a promoção do desenvolvimento do primeiro Plano Estratégico da cidade – Rio Sempre Rio, em 1996. Um Plano Estratégico, dizem Castells e Borja (1996, p. 166), “é a definição de um Projeto de Cidade que unifica diagnósticos, concretiza atuações públicas e privadas e estabelece um marco coerente de mobilização e de cooperação dos atores sociais urbanos”. O resultado do Plano Estratégico é um “contrato político entre as instituições públicas e a sociedade civil”. (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 166).

Para a implementação de um projeto de transformação urbana, os autores citam três fatores: (a) a percepção de crise aguda – não a crise em si, mas a percepção da mesma,

evidencia Vainer (2000); (b) “a negociação entre os atores urbanos, públicos e privados, e a geração de liderança local (política e cívica)” (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 156), daí a importância de uma liderança personalizada para realizar essa articulação; e (c) a vontade conjunta e o consenso público para o desenvolvimento da cidade. Em algumas cidades, a consciência da crise é facilitada pela “capacidade de conseguir e utilizar um grande evento internacional” (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 156). A este respeito, Barcelona converteu-se em paradigma, destacam os autores. “Provavelmente, o plano estratégico não seria o marco de um ambicioso projeto de transformação urbana – já parcialmente realizado – sem os Jogos Olímpicos de 1992”. (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 156).

A reestruturação de Barcelona motivada pelas Olimpíadas impulsionou o prefeito Eduardo Paes a assinar acordo com o prefeito de Barcelona, Jordi Hereu, para que o Rio tenha acesso aos projetos detalhados e a ajuda de técnicos que ajudaram na transformação da cidade espanhola. Paes comenta:

“O caso de Barcelona é muito parecido com o do Rio: havia uma área do Porto degradada, uma cidade deprimida, num baixo astral onde as coisas começaram a mudar. O ponto de virada para eles foram as Olimpíadas. Nós queremos aproveitar ao máximo a mesma oportunidade. O sonho do Rio é ser Barcelona amanhã” (PAES apud IG, 2009).

Ambas as cidade adotam o modelo de gestão empresarial competitivo e, assim, acionam as mesmas ferramentas. Gaffney e Oliveira (2010) mencionam algumas delas:

flexibilidade regulatória, parcerias público-privadas (PPPs), as intervenções urbanas pontuais em áreas com alto potencial de valorização, os projetos de revitalização de áreas centrais e portuárias e a construção de um pacto consensual em torno da busca do desenvolvimento econômico.

A percepção da crise também é evocada nas duas cidades para a criação do pacto consensual. O megaevento olímpico é, assim, legitimado em torno dos discursos da superação da crise, do desenvolvimento da cidade e do legado, discutido no capítulo anterior. Com isso, consegue silenciar - em parte - a discussão política de assuntos ligados ao projeto olímpico, e adotar estratégias excepcionais de gestão, como a criação de parâmetros urbanísticos sem atender às disposições constitucionais, em nome do cronograma olímpico a ser cumprido.

Os casos de Barcelona e do Rio de Janeiro exemplificam a utilização de um megavento como catalisador da transformação urbana. As cidades, entretanto, apresentam suas particularidades.

Se, em Barcelona, a realização dos Jogos Olímpicos foi utilizada para catalisar projetos já inseridos em seu plano de reestruturação urbana, no Rio de Janeiro o planejamento da cidade e a prioridade dos investimentos públicos é que passam a ser determinados pelo projeto do evento. Com ênfase exacerbada ao mercado, o conjunto de intervenções proposto no projeto Rio-2016 não apresenta um objetivo claro de reestruturação global e articulada da cidade nem contempla a possibilidade do uso racional dos recursos públicos para o benefício do conjunto de seus habitantes (OLIVEIRA, GAFFNEY, 2010).

A Barra da Tijuca, área valorizada da cidade e privilegiada pelos investimentos públicos, será a grande beneficiária dos investimentos previstos para a cidade, mas os mesmos não contemplam a população pobre que lá reside e, inclusive, está sendo solicitado o deslocamento de parte dela, enquanto a comunidade Vila Autódromo, por exemplo, solicita a urbanização da área, ao invés da remoção. Oliveira e Gaffney (2010), dando continuidade à comparação entre os modelos de gestão das duas cidades destacam que, enquanto em Barcelona, a condução do projeto foi designada a urbanistas e planejadores, no Rio de Janeiro, a tarefa foi delegada ao presidente do Comitê Olímpico, Carlos Nuzman.

2.2.1 O Rio Olímpico e as políticas públicas a favor da vida

Desde junho de 2008, com a seleção do Rio de Janeiro como candidato oficial à sede dos Jogos de 2016, as políticas públicas desenvolvidas na cidade da ordem de todas as esferas administrativas passaram a estar vinculadas ao seu projeto de candidatura (BRASIL, 2009e). A partir desse momento, o Rio passou a ser palco de uma série de intervenções no espaço urbano e na vida de seus moradores, com vistas a reinventar a imagem da cidade. Nesse processo de reinvenção, o combate à violência e a manutenção da ordem apareceram como principais linhas de ação dos governos municipal e estadual, afetando os grupos mais pobres da cidade, especialmente os favelados.

Logo após sua eleição para prefeito, Eduardo Paes implantou o Choque de Ordem, como estratégia de recuperação do ordenamento e de manutenção da disciplina na cidade, por meio da repressão de atividades urbanas tidas como irregulares, a exemplo do comércio de ambulantes. Iniciou-se, assim, a vigilância e a perseguição sobre todos aqueles que, aos olhos do poder municipal, infringiam a ordem. Moradores de rua foram levados para abrigos, materiais de barraqueiros e camelôs foram apreendidos, especialmente daqueles que trabalham na orla da Zona Sul (GRANJA, 2009), prédios de estabelecimentos comerciais e apartamentos tidos como irregulares foram demolidos. Tais ações se estenderam por todo o ano de 2009 e, até nos momentos antes da virada do ano, não houve trégua. O reveillon em

Copacabana foi marcado pela mobilização de mais de mil guardas municipais e 300 policiais para apreensão de materiais de vendedores ambulantes (GRANJA, 2010a).

No mesmo ano, em março, o governo estadual, com o apoio da prefeitura, apresentou o projeto de construção de muros em diversas favelas com a justificativa de prevenir a expansão das mesmas. O início das obras, com custo total de 40 milhões de reais, ocorreu na favela Santa Marta, com a justificativa de conter a expansão da mesma para proteger a floresta nativa restante. Destaca-se, todavia, a pesquisa do Instituto Pereira Passos com o dado de que, entre os anos de 1998 a 2008, houve redução de 0,99% do terreno ocupado pela comunidade (ZAHAR, 2009a), o que contraria o argumento da expansão. Aliada à construção dos muros de 3 metros de altura²⁹, foram divulgadas as remoções de inúmeras famílias: um total de 415 apenas na favela da Rocinha, conforme Zahar (2009c).

Os primeiros dias de 2010 seguiram com as operações do Choque de Ordem nas praias da Zona Sul, através de repressões à venda e apreensão de mercadorias de ambulantes, e condução de moradores de rua para abrigos. No dia 03 de janeiro, por exemplo, 88 adultos, 35 crianças e adolescentes e 02 flanelinhas foram retirados das ruas do Leblon. Do mesmo modo, tiveram continuidade as demolições de habitações em diversas favelas, justificadas pela localização em áreas de risco (GRANJA, 2010a).

Pereira (2012) destaca a relevância do apoio do jornal *O Globo*, principal impresso da cidade e terceiro maior do Brasil em venda de exemplares, e da parceria com o governo estadual para a ocorrência de tais iniciativas. É neste contexto que surgem as Unidades de Polícia Pacificadora e, mais adiante, o Morar Carioca e o Porto Maravilha, com ações de repressão à violência, ordenamento urbano e revitalização de áreas degradadas.

2.2.1.1 As Unidades de Polícia Pacificadora e a paz nas favelas

Em novembro de 2008, ocorreu a implantação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora, primeira experiência da Secretaria de Segurança dentro da política de polícia de proximidade, na favela Santa Marta, localizada no bairro Botafogo, na Zona Sul da cidade. A proposta do novo modelo de Segurança Pública, implantado pelo Governo Estadual, é recuperar os territórios dominados há décadas por traficantes e milicianos e, assim, levar a paz e a inclusão social para as comunidades (ASCOM SEGEG, 2012). Além disso, propõe uma atuação nas comunidades a partir dos princípios da Polícia Comunitária, baseados na

²⁹ A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, de acordo com Zahar (2009b), propôs a construção de muretas de tijolo ecológico com até 60 cm de altura e com um alambrado de até 1,60m sobre elas, mas esta proposta foi descartada e permaneceram as dimensões eleitas pelo governo do Estado do Rio.

aproximação entre polícia e população, “aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades”. (ASCOM SEGEG, 2012).

Em contraponto ao argumento oficial de um novo modelo de segurança pública, Pereira (2012, p. 51) recupera a criação do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais, no ano 2000, na gestão de Garotinho. Os GPAEs, assim como as UPPs, baseavam-se no modelo de Polícia Comunitária para a repressão do tráfico de drogas nas comunidades, prevenção de delitos e a manutenção da ordem em tais territórios. A ação dos Grupamentos propunha-se preventiva - e, eventualmente, repressiva - e parceira da comunidade. Recuperando dados estatísticos da Polícia Militar, Pereira (2012) destaca que as ocorrências de homicídios e balas perdidas nas comunidades beneficiadas pelos GPAEs foram reduzidas a zero. A eleição de Sérgio Cabral como governador do Estado do Rio de Janeiro, em 2007, entretanto, culminou no fim dos GPAEs e, mais adiante, na substituição dos mesmos pelo projeto das UPPs, que traz a assinatura da nova gestão governamental.

A segurança pública aparece como uma das questões fundamentais do processo de reinvenção da cidade em virtude dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Diante do impacto da violência no imaginário internacional e da produção do medo no imaginário nacional, fazia-se urgente o estabelecimento de estratégias para o enfrentamento dessa questão que, no momento da candidatura, aparecia como forte aspecto negativo da cidade e, no momento pós-vitória, ressurgia como compromisso a ser cumprido diante do Comitê Olímpico Internacional.

Ana Alfageme (2009), em matéria do periódico *El País* publicada logo após a escolha do Rio como cidade sede, teceu comentários sobre a presença, na cerimônia de Copenhagen, da capitã de polícia Priscila, “encarregada de personificar um programa de segurança baseado na inclusão e que compromete três milhões e meio de dólares para ‘entregar os jogos mais seguros’, nas palavras do governador Sérgio Cabral”³⁰. *The New York Times* (2009), por sua vez, destacou a tentativa do presidente Lula de dissipar “a noção de que os persistentes problemas econômicos e sociais do Brasil significam que o país não pode sediar os Jogos”.³¹

A questão também foi contemplada pelo jornalismo nacional. Se, de um lado, algumas primeiras reportagens da grande mídia destacaram a emoção dos brasileiros com a eleição do Rio, a festa realizada nas areias de Copacabana, as lágrimas do presidente Lula, a vitória do

³⁰ Texto original: “encargada de personificar un programa de seguridad basada en la inclusión y que compromete tres millones y medio de dólares para “entregar los juegos más seguros”, en palabras del gobernador, Sergio Cabral”.

³¹ Texto original: “Mr. Lula also tried to dispel the notion that Brazil’s persistent economic and social problems mean the country can’t host the Games.”

mesmo em relação a Obama e o legado dos Jogos para a cidade. De outro, em meio a ressalvas positivas sobre a economia do país e as usuais estereotípias da cidade, vieram à tona os problemas sociais do país, a corrupção e o descaso político. A oportunidade de melhorias para a cidade gerava esperanças para alguns, mas, para outros, preocupações com as explosões de custos, os atrasos de obras, a corrupção, os benefícios temporários, o possível desuso das obras que serão construídas e o enviesamento de prioridades. Dentre os benefícios temporários, encontra-se enfaticamente a segurança pública:

A realização dos Jogos [...] deveria ser encarada como motivador para atacar, no Rio, as diversas causas da violência urbana. Não basta coordenar um esquema eficiente de segurança, como foi feito nos Jogos Pan-americanos em 2007, apenas para que os visitantes se sintam confortáveis na cidade durante o evento esportivo. A forte redução dos índices de delitos deveria ser um legado definitivo para a população carioca (FOLHA DE S. PAULO, 2009, A2 opinião).

Na mesma edição da *Folha de S. Paulo*, na seção *Tendências/Debates*, Alberto Murray Neto (2009) considera a escolha do Rio à sede olímpica “uma grande hipocrisia”, em razão dos inúmeros problemas sociais e carências da cidade, e do argumento das Olimpíadas como a solução de todos os problemas. Recupera ainda as mortes por bala perdidas e enfatiza:

Se alguém acha que daqui a sete anos o Rio estará livre dos traficantes de droga e dos tiroteios [...] escolha uma bela praia e espere deitado. Disseram aos brasileiros e aos cariocas que os Jogos Olímpicos seriam a solução dos seus problemas. “Olimpiator Tabajara”, seus problemas acabaram. O Nuzman agora vai virar o “Seu Creysson”³² (MURRAY NETO, 2009).

Era com este cenário de descrença em torno da resolução da violência e com a visibilidade da mesma para além dos limites da nação que o Comitê Olímpico Brasileiro, o poder municipal e o poder estadual precisavam lidar. A criação de estratégias para o combate à violência urbana tornava-se ainda mais urgente no momento em que acontecimentos violentos envolvendo traficantes nas favelas repercutiram internacionalmente pouco tempo após a vitória do Rio à sede olímpica, suscitando preocupações sobre as condições de a cidade sediar as Olimpíadas. Situações da dita desordem urbana, relacionadas ao narcotráfico e práticas violentas, parecem ter maior visibilidade/exposição, em virtude da nova posição assumida pela cidade como sede dos principais megaventos esportivos dos próximos anos.

³² Murray Neto (2009) menciona, em seu texto, “Olimpiator Tabajara” e “Seu Creysson”, fazendo referência ao personagem de mesmo nome e às Organizações Tabajara, criados pelo grupo humorístico Casseta & Planeta, da Rede Globo.

Basta lembrar da cobertura jornalística internacional a respeito das ações de violência ocorridas no Rio, em 17 de outubro de 2009, quinze dias após a eleição da cidade sede. Na citada data, um helicóptero da polícia foi derrubado por traficantes e dez ônibus foram queimados nas proximidades do Morro dos Macacos. O jornal *The New York Times* (BARRIONUEVO, 2009b) destacou o fato dos eventos terem ocorrido poucos dias após a vitória em Copenhague e a proximidade geográfica da derrubada do helicóptero do estádio do Maracanã, local em que serão realizadas as cerimônias de abertura e de encerramento das Olimpíadas de 2016.

Tudo isso ocorria em um “momento particularmente inoportuno”, como evidencia Barrionuevo (2009b), tendo em vista que líderes brasileiros viajavam o mundo em busca de investidores para as obras de infraestrutura requeridas pelos megaeventos. “Com programas televisivos de entrevistas e jornais brasileiros repletos de comentários sobre o efeito da violência na imagem do Rio, líderes da cidade e do estado estão subitamente sendo forçados a defender sua candidatura olímpica mais uma vez”.³³

No meio de dados da violência do Rio de Janeiro, das ações adotadas para o combate à violência nas favelas cariocas e de informações sobre os ataques dos traficantes, Barrionuevo (2009b) apresenta informações sobre as UPPs, mas sem assim nomeá-las, referindo-se apenas ao policiamento comunitário e a uma nova abordagem de entrada nas favelas, que difere da anterior de cunho mais militarista. (BARRIONUEVO, 2009b). A resposta do poder público, como ressalta Jaguaribe (2011), foi deslanchar as Unidades de Polícia Pacificadora por diversas favelas da cidade e ocupá-las territorialmente com medidas repressivas e com intervenções urbanas.

No ano seguinte, novos episódios de violência colocaram em questão o futuro da sede das Olimpíadas de 2016. No mês de novembro, a cidade foi palco de arrastões, queimas de veículos, ataques a forças de segurança, pessoas feridas no combate entre polícia e criminosos, mais de 100 ônibus fora de circulação, escola fechada e moradores assustados. O cenário de “guerra”, para fazer alusão à grande parte das coberturas jornalísticas, ficou conhecido como *Novembro Negro* ou *operação Vila Cruzeiro-Alemão*.

A imagem da cidade, todavia, pareceu contornada de modo positivo. A ação do Estado e a atuação da polícia no combate ao narcotráfico e à violência foram contempladas por diversas matérias jornalísticas, que também conferiram destaque ao fato dos ataques

³³ Texto original: “With Brazil’s television talk shows and newspapers filled with commentary about the effect of the violence on Rio’s image, city and state leaders are suddenly being forced to defend their Olympic bid all over again”. (BARRIONUEVO, 2009b).

empreendidos pelas facções serem uma resposta à ocupação das Unidades de Polícia Pacificadoras.

O Estado deu a sua mensagem:



Fotografia 2. *Control sobre las favelas*
Fonte: El País, 2010



Fotografia 3. *Ocupação da favela*
Fonte: Folha.com, 2010

A operação “começa a mostrar à cidadania quem tem o poder nas cidades, se o tráfico ou o Estado”³⁴ (ARIAS, 2010). Tratava-se da liberalização do território. O governador Sérgio Cabral reforçou que finalmente o Rio recuperou seu “estado democrático”.³⁵ (ARIAS, 2010,). A ocupação policial das favelas era, assim, percebida como ação positiva para a cidade e de cunho democrático.

Analisando a cobertura jornalística da TV Globo sobre esses episódios de “O Rio contra o crime”³⁶, Mendonça (2012, p. 133) destaca o apoio da emissora às ações das autoridades no combate ao crime, por meio (a) da “produção de evidências discursivas de que

³⁴ Texto original: “*La operación [...] empieza a mostrar a la ciudadanía quién tiene el poder en las ciudades, si el tráfico o el Estado*”. (ARIAS, 2010).

³⁵ Texto original: “*Río ha recuperado por fin su estado democrático*”.

³⁶ Nomenclatura adotada pela TV Globo para sua cobertura – os flashes ao vivo, as ações da polícia e a força tarefa – dos episódios das favelas Vila Cruzeiro e Complexo do Alemão (MENDONÇA, 2012).

vivíamos em período de exceção, como uma guerra”, a partir, por exemplo, do uso de metáforas bélicas; (b) da produção de “consensos sociais”, legitimando a adoção de atitudes repressivas contra os criminosos; (c) e do silenciamento, da não-legitimação, da limitação da visibilidade de vozes dissonantes. As vozes da comunidade selecionadas como fontes nos telejornais são estrategicamente afinadas com o tom da cobertura jornalística da emissora Globo, são “pessoas do bem” que apoiam a “luta contra o mal” e “pedem paz” acenando bandeiras brancas das janelas de suas casas (MENDONÇA, 2002).

Em ambos os exemplos mencionados, a estratégia das UPPs vem à tona. No primeiro caso, aparece no jornal como uma medida inovadora que vem sendo adotada, e como solução do poder governamental para os ataques empreendidos. No segundo evento, o projeto aparece como motivo que desencadeou os episódios violentos, estratégia que tem obtido sucesso no combate ao tráfico e, por esta razão, provocou represália dos traficantes. Seria uma resposta do “mal” aos propósitos do projeto pacificador, de retomada do poder sobre os territórios. A UPP trata da manutenção da ordem pelo poder disciplinador da polícia, da regulamentação urbana para garantir o bem viver na cidade, conforme os parâmetros estatais.

De 2008 até hoje, houve uma expansão das Unidades de Polícia Pacificadora por diversas comunidades do Rio de Janeiro, abrangendo, atualmente, 27 favelas. A mensagem simbólica das UPPs: um outro Rio é possível. São elas:

- (I) *Zona Sul* – Santa Marta (2008), Babilônia/Chapéu Mangueira (2009), Pavão-Pavãozinho/Cantagalo (2009), Tabajaras/Cabritos (2010), Vidigal (2010), Rocinha (2012);
- (II) *Centro* – Providência (2010), Salgueiro (2010), Coroa/Fallet/Fogueteiro (2011), Escondidinho/Prazeres (2011), São Carlos (2011);
- (III) *Zona Norte* – Andaraí (2010), Borel (2010), Formiga (2010), Macacos (2010), Mangueira/Tuiuti (2011), São João/Matriz/Quieto (2011), Adeus/Baiana (2012), Nova Brasília - Complexo do Alemão (2012), Chatuba (2012), Fé/Sereno (2012), Morro do Alemão/Pedra do Sapo (2012), Parque Proletário (2012), Vila Cruzeiro (2012); e
- (IV) *Zona Oeste* – Jardim Batam (2009), Cidade de Deus (2009).

A instalação das UPPs nas comunidades é sucedida da implantação de uma UPP Social em cada uma delas. A UPP Social é um programa realizado pela Prefeitura, com a coordenação do Instituto Pereira Passos e o apoio da ONU-Habitat – Programa das Nações

Unidas para os Assentamentos Humanos³⁷ – visando promover a integração urbana, social e econômica das comunidades com UPP (UPPSOCIAL, 2012). Além disso, objetiva também “contribuir para a consolidação do processo de pacificação e a promoção da cidadania local nos territórios pacificados; e efetivar a integração plena dessas áreas ao conjunto da cidade”. Para tanto, desenvolve ações integradas com os governos estadual e federal, a sociedade civil e a iniciativa privada.

A UPP Social atua na gestão territorial, institucional e de informações. As equipes de gestão territorial “dedicam-se à interlocução cotidiana com organizações e lideranças de cada comunidade, identificando demandas e criando novos canais de participação e diálogo com o poder público”. (UPPSOCIAL, 2012). Além disso, buscam aprofundar informações sobre infraestrutura urbana e equipamentos nas comunidades, e acompanhar a execução das ações da prefeitura, estreitando a cooperação entre agentes públicos, moradores e sociedade civil. A marca da UPP Social, nos termos de Ricardo Henriques (2011)³⁸, é participação com resultado. Há o intuito de aumentar o diálogo entre poder público e comunidade, de dissolver as fronteiras para uma cidade integrada e de produzir autonomia, ao invés de subalternidade.

A unidade de gestão da informação “promove a análise contínua das informações quantitativas e qualitativas disponíveis, qualificando as demandas identificadas nas interações locais e avaliando a oferta de serviços em cada território, em face das suas características demográficas e sociais”. (UPPSOCIAL, 2012). Já o núcleo de gestão institucional é responsável pela coordenação de uma rede composta por técnicos das secretarias e empresas públicas municipais, responsáveis pelas agendas em cada órgão. A partir da identificação dos programas e serviços disponíveis na prefeitura, a equipe da UPP Social estabelece com os representantes de cada área compromissos adequados às demandas principais de cada comunidade (UPPSOCIAL, 2012).

Em janeiro de 2010, o Instituto Brasileiro de Pesquisa Social realizou uma pesquisa com 600 moradores de comunidades com UPP sobre a percepção dos mesmos acerca da implantação do modelo de segurança pública. O estudo, solicitado pelo jornal O Globo, foi realizado com favelados da Cidade de Deus, Batan, Cantagalo, Santa Marta, Pavão-

³⁷ Em maio de 2011, a Prefeitura do Rio de Janeiro e a ONU-Habitat firmaram um acordo de cooperação para a execução da UPP Social. A ONU-Habitat auxilia o Instituto Pereira Passos no gerenciamento global do programa e na produção de dados, análises e monitoramento de cada comunidade da UPP Social. “A aliança entre a Prefeitura do Rio e a ONU-Habitat permite que a gestão da UPP Social se beneficie da expertise amplamente reconhecida da organização internacional no tema de assentamentos humanos e gestão urbana”. (UPPSOCIAL, 2012).

³⁸ Comunicação oral realizada no II Seminário Internacional Cidades, Futuros Possíveis, em 10 de agosto de 2011.

Pavãozinho, Babilônia e Chapéu Mangueira e está disponível no site oficial da UPP. O primeiro ponto que desperta atenção refere-se aos padrões de definição da amostragem, isto é, os critérios de seleção das comunidades e, mais ainda, o número de entrevistados de cada favela, pois nota-se uma profunda discrepância entre a aplicação das entrevistas nos Morros Cantagalo (6%), Santa Marta (5%), Pavão-Pavãozinho (5%), Babilônia (4%) e Chapéu-Mangueira (2%), em comparação com os moradores da Cidade de Deus (44%) e do Batan (33%). Note-se, por exemplo, que a soma dos entrevistados das cinco primeiras favelas aqui expostas totaliza 22 pessoas, um número menor do que a quantidade de pessoas ouvidas em cada uma das comunidades Cidade de Deus e Batan. Não foi fornecida qualquer explicação para tal fato no documento publicado sobre a pesquisa.

De modo geral, os resultados revelam satisfação dos moradores com a segurança (76% dos entrevistados julgaram a comunidade como segura e 17% como muito segura), que acreditam ter havido uma melhoria em relação ao ano anterior (86% acreditam ter havido uma melhoria na segurança do território e, desse total, 29% opinaram que a situação atual é muito melhor) e ter ocorrido uma redução – para alguns, uma redução total de 100% – da circulação de homens com armas, da venda e do consumo de drogas na rua, dos tiroteios e das execuções. Questionados sobre quem comanda na comunidade, 75% responderam ser a polícia/UPP.

Em relação ao caráter violento ou não da ocupação dos policiais do BOPE, apenas 10% acreditam ter ocorrido de modo violento, enquanto 80% apresentaram opinião contrária e, em alguns casos, ainda julgaram cordial a postura dos policiais. Sobre isso, convém mencionar a realização de denúncias de moradores de favelas, noticiadas, algumas vezes, por veículos de comunicação, sobre violência, o abuso e o desrespeito da atuação dos policiais junto à comunidade. Como exemplo, cita-se que, desde a instalação da UPP da Cidade de Deus e de outras da zona sul, o jornal *A Nova Democracia* tem publicado, a cada mês, depoimentos de moradores “sobre a rotina de medo instalada”. (GRANJA, 2010b). Um morador da Cidade de Deus manifesta-se:

Eles [PMs] chegam gritando para deitar no chão se não ‘vai para a vala’. Poucos são os que não apanham. Isso sem fazer nada, porque se você for pego na infração é capaz de morrer de tanto apanhar. Eles já andam com um porrete ou uma barra de ferro para fazer essas maldades. E não tem diferença entre os policiais. Falam que a UPP recebe treinamento especial. Mentira. Tanto os policiais da UPP, quanto os do 18º batalhão agem da mesma forma. Seu filho não pode ir jogar bola na rua, seu filho não pode ir a uma praça, então você fica preso dentro de casa com medo da PM. Nem com o tráfico era assim - denuncia o rapaz (GRANJA, 2010b).

Ainda de acordo com a pesquisa, a imagem da Polícia Militar piorou depois da instalação da Unidade apenas para 1% dos favelados. Chama atenção o fato dos números percentuais a esta perguntas não totalizarem 100%. Este reduzido percentual de favelados foi, em seguida, indagado sobre o porquê de suas respostas. Novamente, a atenção é atraída, desta vez em razão de haver sete tipos diferentes de respostas (autoritários, violentos, corruptos, preconceituosos, corretos, outras, ns/nr – não sabe/ não responde) realizados, ao que parece, por seis pessoas (1% dos 600 entrevistados). Destaca-se ainda que 50% do 1%, ou seja, três pessoas responderam “ns/nr”, restando apenas outras três para as seis respostas restantes. Mesmo que os entrevistados pudessem responder mais de uma alternativa para a pergunta realizada, os percentuais são absurdamente incorretos: como calcular 2% de 6 pessoas?

A pesquisa foi encomendada pelo jornal *O Globo* e publicada no site oficial do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora, soando, assim, como comunicação oficial com assinatura do governo, afinal não soaria normal a publicação de um material de pesquisa que não fosse aprovado pelo poder municipal. É por esta razão que pareceu relevante conferir atenção a esta pesquisa, como modo de evidenciar a pergunta: como aceitar que uma pesquisa publicada em órgão oficial apresente os desvios e as irregularidades ressaltados nos parágrafos anteriores? Destaca-se, ainda, que a pesquisa deixa claro a avaliação positiva de membros das comunidades entrevistadas em relação as UPPs. Para os internautas mais desatentos seria esta a impressão deixada em relação às implantações das UPPs: benefícios consideráveis para as comunidades, percebidos pelos próprios moradores. Diante das incongruências expostas sobre a pesquisa, indaga-se: até que ponto, de fato, os resultados seriam avaliações da comunidade ou desvios da pesquisa?

Um dos principais discursos que circulam em torno do projeto das UPPs e UPP Social é o da integração. Apesar disso, a prática das remoções, que iniciam nas ações do Choque de Ordem do prefeito Paes, parecem ter episódios também relacionados à instalação da UPP. A este respeito, Granja (2010c) denuncia ação empreendida durante instalação de Unidade no Morro do Cantagalo:

[...] ao invés de construir um prédio para abrigar a nova Unidade de Polícia Pacificadora - como aconteceu nas outras favelas militarizadas - Sérgio Cabral preferiu retirar 26 famílias de um prédio no alto do morro para transformá-lo em outra fortaleza policial e incrementar o regime de terror na favela. As famílias receberam propostas de indenizações irrisórias, ou senão uma habitação provisória em outra localização do morro do Cantagalo. O apartamento que elas ocupariam fica no suspeito prédio construído pelo Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC de Luiz Inácio (GRANJA, 2010c).

E aqui começam as primeiras ambivalências discursivas do poder público: integração ou exclusão?

2.2.1.2 O Porto Maravilha e a revitalização da zona portuária

No início de 2009, o Comitê Rio 2016 entregou ao Comitê Olímpico Internacional o Dossiê de Candidatura (BRASIL, 2009a, p. 36), que, dentre outros aspectos, abordava a transformação da cidade como um dos quatro pilares³⁹ do conceito dos Jogos Rio 2016. A transformação compreenderia (a) a modernização do porto, a partir da revitalização da Zona Portuária e de “importantes obras no setor de habitação, transporte e serviços públicos [que] darão uma nova vida ao porto”, possibilitando sua reintegração ao centro da cidade (BRASIL, 2009a, p. 36); (b) a inserção social, através dos “programas de criação de empregos, de educação, com ações de alcance social, como os programas de voluntários, de formação e de reciclagem profissional” (BRASIL, 2009a, p. 36); e (c) o desenvolvimento sustentável a longo prazo, com base na aceleração de projetos ambientais relevantes, com benefícios diretos para as comunidades locais, como a renovação de espaços urbanos.

Os três volumes do Dossiê são bastante enfáticos na abordagem do *legado* dos Jogos Olímpicos para a cidade, pensado a partir (a) das instalações esportivas e da utilização das mesmas, após o megaevento esportivo, seja para treinamento esportivo, fins comunitários – Centro Olímpico de BMX e o Estádio Olímpico de Canoagem Slalom – ou residenciais – Vila Olímpica; (b) da revitalização do entorno de algumas instalações, como o Maracanã e o Sambódromo; e (c) do legado tangível dos Jogos Paraolímpicos no tocante à acessibilidade das instalações, por exemplo (BRASIL, 2009b).

A iniciativa de revitalização da Zona Portuária, que aparece no Dossiê da Candidatura, foi apresentada, em junho de 2009, como discurso principal do projeto Porto Maravilha. A proposta é atender três bairros completos (Santo Cristo, Gamboa e Saúde) e três setores de bairros (São Cristovão, Centro e Cidade Nova), a partir da recuperação completa da infraestrutura urbana, de transportes e do meio ambiente da região, de melhorias habitacionais para os atuais residentes, e visando também a atração de novos moradores, de turistas e de sedes de grandes empresas.

³⁹ Os demais pilares são: (a) excelência técnica nas instalações, nas acomodações, no transporte, na segurança e na garantia financeira; (b) experiência memorável, a partir das apresentações esportivas, das parcerias com clientes e dos estádios cheios; e (c) apoio aos Movimentos Olímpico e Paraolímpico, por meio da integração da juventude e Live Sites, do desenvolvimento esportivo para além da América do Sul, e do impacto das marcas Olímpica e Paraolímpica (BRASIL, 2009, vol. 01, p. 34).

De modo mais específico, o projeto inclui a reurbanização do Bairro da Saúde e do Morro da Conceição, a construção do Museu do Amanhã, do AquaRio e da nova sede do Banco Central, a urbanização do Píer Mauá, a revitalização da Praça Mauá, a demolição do Elevado da Perimetral, a instalação de uma UPP no Morro da Providência – primeira favela do Rio –, a criação de um novo Polo Turístico para o Rio de Janeiro, obras de infraestrutura básica – iluminação pública e energia elétrica, redes de água potável, esgoto sanitário e de drenagem de águas pluviais –, obras de transporte – implantação de via de mão dupla, construção de túnel e de rampas –, dentre diversas outras ações (RIO DE JANEIRO, 2009). No tocante às transformações previstas para as favelas da região, além da urbanização e da instalação de uma UPP na Providência, o projeto inclui a ampliação do túnel ferroviário sob a referida comunidade, para receber tráfego de automóveis.

Uma área total de aproximadamente 5 milhões de m² será revitalizada a partir de uma Operação Urbana Consorciada, o que, conforme o Estatuto da Cidade, implica no fato de que as transformações urbanas coordenadas pelo Poder Público municipal tenham a participação de proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados (RIO DE JANEIRO, 2009). Todavia, pelo volume de capital disponível, a iniciativa privada assume um papel de destaque nas operações urbanas consorciadas.

A lei que regulamenta e institui este instrumento da política urbana prevê:

- I – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;
- II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente (BRASIL, 2001).

Com isso, pode haver a concessão do município para a liberação de construção de pavimentos adicionais nas construções, que devem ser vendidos em leilões, e a verba deve ser empregue na transformação da área da Operação Urbana Consorciada. A lei específica pode prever ainda a emissão de Certificados de Potencial Adicional Construtivo – CEPACs – que possibilitam a construção de prédios acima do índice de aproveitamento básico. Os recursos arrecadados com a venda dos CEPACs devem ser integralmente investidos na área. Toledo (2012) acredita que, se de um lado, os recursos captados com os leilões dos CEPACs garantem a execução do projeto, de outro, contribuem para a especulação imobiliária. A segunda fase do Porto Maravilha foi viabilizada com os recursos das vendas dos CEPACs, enquanto a primeira fase havia sido financiada com recursos da própria prefeitura (RIO DE JANEIRO, 2009).

A Prefeitura decretou e sancionou Lei garantindo benefícios com incentivos fiscais para as empresas e os moradores que se instalarem na área delimitada da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto. Como exemplo, cita-se a isenção do pagamento do IPTU por dez anos para os imóveis situados na região em que forem erguidas novas construções (RIO DE JANEIRO, 2009).

De acordo com o Projeto Oficial do Porto Maravilha, assinado pela prefeitura, a participação da sociedade na execução do mesmo é constante, através de três reuniões com a comunidade da área – média de 100 interlocutores do porto –, da apresentação ao Conselho Municipal de Política Urbana (CONPUR), de audiência na Associação Comercial do Rio de Janeiro e de audiência na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Inúmeras críticas, entretanto, têm acompanhado o desenrolar do Porto Maravilha, especialmente no tocante à falta de transparência na divulgação de informações pelo Poder Público.

Tal realidade abrange as reuniões da CDURP – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro –, criada para o acompanhamento das obras e serviços da revitalização, que, oficialmente, teriam o propósito de garantir o maior envolvimento da população. As desapropriações e as alternativas dos moradores perante a ordem de deixar sua casa constituem um dos tópicos das reuniões. Toledo (2012), no entanto, expõe a dificuldade de descobrir as datas desses encontros da CDURP, uma vez que tais informações não estão presentes nos principais canais de circulação de dados sobre o Porto Maravilha – *site, blog, Twitter e Facebook*. A autora menciona ter se deparado com uma matéria na revista *Porto Maravilha* n. 5, disponível no site oficial do projeto, que abordava a segunda rodada de reuniões, citando o local de ocorrência, bem como os participantes dos encontros, mas sem divulgar os dados das próximas reuniões. A divulgação, segundo Toledo (2012), acontece nos próprios encontros, o que claramente limita a possibilidade de participação de um público maior. Dentre as atividades de competência da CDURP, ressalta-se ainda o desenvolvimento dos programas sociais Porto Maravilha Cultural e Porto Maravilha Cidadão, visando promover o desenvolvimento socioeconômico da comunidade local e garantir o atendimento social dos diretamente afetados (TOLEDO, 2012).

Outros pontos criticados do projeto Maravilha são (1) a valorização imobiliária da área portuária, que, por sua vez, gerará movimentos especulativos, e (2) a tendência à gentrificação, ao deslocamento indireto dos moradores locais de baixa renda, residentes de aluguel ou proprietários de pequenas propriedades, em decorrência do aumento do custo de

vida⁴⁰, da renovação de moradias - elevação do preço dos imóveis e, em consequência, dos impostos, ainda que, no caso dos pequenos proprietários, haja uma valorização do terreno - e da infraestrutura. Sobre isso, Lobo (2011) critica o Estudo de Impacto de Vizinhança do Porto Maravilha por ignorar tais questões e aponta que “uma medida mitigadora que está sendo reivindicada pelas associações de moradores é o congelamento do IPTU para os domicílios de famílias com renda até 3 salários mínimos ou com renda a partir de 5 salários mínimos, como é o caso do programa Novas Alternativas”.

Tais processos migratórios não implicam em uma possível queda populacional, pelo contrário, estima-se um incremento populacional de 301.610 habitantes, segundo dados apresentados por Lobo (2011), “englobando a população residente, usuária e a flutuante, num prazo de 15 anos”. A socióloga-urbanista analisa:

No que diz respeito à habitação social, o projeto Porto Maravilha prevê apenas 500 moradias para famílias com renda acima de 5 salários mínimos a serem providas pelo programa da Secretaria Municipal do Habitat, Novas Alternativas (restauro de casario do século 19 em estado de ruínas) e a realocação de moradores em área de risco para construções do programa do governo federal Minha Casa Minha Vida, em terrenos bastante ruins. Ocorre que na região portuária predominam as famílias com renda até 3 salários (72,4%), faixa praticamente invisível para o mercado imobiliário. Em 2002, 51% dos moradores ocupavam domicílios alugados (LOBO, 2011).

Lobo (2011) avalia, por fim, que a Operação Consorciada do Porto não assume compromisso com os direitos sociopolíticos de participação, saúde, educação, moradia, alimentação e assistência social, mas adota como prioridade os direitos culturais e ambientais, “a oferta de sofisticados equipamentos culturais e projetos paisagísticos”.

[...] a tremenda discrepância entre zero investimento em educação e saúde, quase zero em moradia e 565 milhões de reais em cultura e lazer para turistas exige uma reorientação por parte da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP (LOBO, 2011).

É evidente o caráter turístico do projeto, entendido, como lembra Lobo (2012), apenas em seu aspecto positivo, ignorando a criminalidade e os movimentos especulativos que o acompanham. Jaguaribe (2011) reflete sobre a inserção do Porto Maravilha no atual *branding* urbano do Rio de Janeiro, que reúne a estratégia de recauchutar o antigo, inventar o novo – simbolizado pelo Museu do Amanhã – e valorizar o centro como local de consumo cultural –

⁴⁰ Tal aumento tem acontecido também em outros morros pacificados em decorrência da regularização dos serviços de luz e TV a cabo – fim do gato Net e do gato de luz.

simbolizado pelo Museu do Rio Mar. No projeto, ela completa, o “*local color* segue as orientações do receituário global sobre os espaços públicos re-inventados como arenas de consumo”. (JAGUARIBE, 2011, p. 13).

Além do potencial turístico da área, De Melo e Gaffney (2012) destacam que a escolha para a execução de um projeto de tamanha magnitude na região portuária também se deve ao tipo de estrutura fundiária da área, tendo em vista que 75% dos terrenos pertencem ao Estado - só a União detém mais de 60% do total -, o que parece um facilitador para a realização de negociações com os moradores, para os processos de desapropriações e para a redução da resistência dos mesmos.

2.1.3 O Morar Carioca e a reurbanização das favelas cariocas

Em junho de 2010, foi lançado o projeto Morar Carioca, que integra o Plano de Legado Urbano dos Jogos 2016. Desenvolvido em parceria com escritórios de arquitetura, através de convênio assinado com o Instituto de Arquitetos do Brasil – seção Rio de Janeiro, o projeto visa “promover a inclusão social, através da integração urbana e social completa e definitiva de todas as favelas do Rio até o ano de 2020” (RIO DE JANEIRO, 2012a). Disso deriva a proposta de urbanizar as favelas, a partir de melhorias de infraestrutura, habitação, equipamentos e serviços, e da incorporação de conceitos de sustentabilidade ambiental, moradia sustentável e acessibilidade. O desafio, expresso no site Cidade Olímpica (2011), é “*acabar com a Cidade Partida, integrar, levar dignidade à população*”. (grifo meu). Para tanto, seria empregue uma verba de 8 bilhões de reais.

O então Secretário Municipal de Habitação Jorge Bittar (RIO DE JANEIRO, 2011) enfatizava que o “programa tem uma meta ousada para transformar, de fato, as nossas comunidades em bairros. Nosso principal objetivo é realmente melhorar a vida das famílias que moram nessas áreas, com a presença efetiva dos serviços públicos”. O projeto é, assim, defendido como um avanço para a cidade, que, nos termos de Paes, irá permitir “criar a cultura de que comunidade urbanizada faz parte da cidade”. (RIO DE JANEIRO, 2011).

O programa Morar Carioca substitui o Favela-Bairro da gestão anterior do prefeito César Maia. A política habitacional proposta pelo Favela-Bairro – um dos seis programas habitacionais do Grupo Executivo de Assentamentos Populares, criado por Maia – fora norteada pela representação da favela e pelos princípios democráticos inscritos no Plano Diretor da Cidade, sancionado em 1992. O Plano coloca a favela como objeto de ampla discussão, privilegiando a via urbanizadora e a regularização fundiária das mesmas e

prescrevendo para elas uma nova identidade: bairros populares. Burgos (2006) expõe que a noção de favela expressa no Plano Diretor não abarca características morais, nem culturais, restringindo-se a questões espaciais e de carências de infraestrutura. O programa Favela-Bairro propunha a construção e a complementação da estrutura urbana, com um mínimo de intervenção possível nos domicílios, visando especialmente a recuperação das áreas e equipamentos públicos e prevendo um reassentamento mínimo. À semelhança do Morar Carioca, o Favela-Bairro também realizou um concurso público para seleção de propostas urbanísticas, realizadas pelos escritórios de arquitetura inscritos, a serem implementadas nas favelas.

As obras de urbanização do projeto Morar Carioca levarão em conta o porte e a condição das comunidades – urbanizáveis ou não. Nas áreas classificadas como urbanizáveis, haverá implantação de redes de abastecimento de água, esgoto sanitário, drenagem pluvial, iluminação e pavimentação. Destas, as comunidades que possuem entre 100 e 500 domicílios serão ainda beneficiadas com áreas de lazer e paisagismo. Já nas comunidades com número superior a 500 domicílios, classificadas como parcialmente urbanizadas, haverá equipamentos públicos, ampliação da acessibilidade, desadensamento parcial e regularização urbanística. Para aquelas que ainda não foram urbanizadas, estão previstas, além das intervenções do projeto, a construção de novas moradias (RIO DE JANEIRO, 2012a).

Para as comunidades não urbanizáveis, diagnosticadas como áreas de risco ou inadequadas para moradia residencial, prevê-se um cadastramento e reassentamento dos moradores em habitações do programa Minha Casa, Minha Vida. As áreas de risco identificadas nas comunidades tidas como urbanizáveis, por sua vez, serão eliminadas e haverá regularização urbanística.

O planejamento das ações nas favelas cariocas inclui a implantação de um sistema de manutenção e conservação das obras, monitoramento e ordenamento da ocupação e uso do solo. Serão elaboradas normas urbanísticas dos territórios beneficiados com definições dos locais, modo e período de construção de casas. A fiscalização do cumprimento da referida legislação será feita por uma equipe de engenheiros, arquitetos, assistentes sociais e agentes comunitários dos Postos de Orientação Urbanística e Social – POUSSOS, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU.

Em evento de divulgação do Morar Carioca, em março de 2011, o presidente do IAB/RJ, Sérgio Magalhães (2011), afirmou: “Nós estamos tratando de uma das questões mais significativas para o nosso futuro, que é uma cidade integrada, uma cidade de oportunidades democraticamente distribuídas”. O mais importante do projeto, para o presidente do IAB/RJ,

seria poder dizer “que todas as comunidades são Rio de Janeiro, que vivemos numa *cidade integrada*”, pois, para o prefeito Eduardo Paes, “não pode ter um tratamento para a favela e outro para o restante da cidade”. (PAES apud CASTRO, 2011, grifo meu). O projeto planeja intervenções urbanas para além das comunidades, beneficiando também o seu entorno, a partir de parcerias com os governos federal e estadual, ONGs e sociedade civil.

No Morro da Providência prevê-se o beneficiamento de cerca de 5.500 moradores em 1.720 domicílios por meio das usuais obras de infraestrutura e da construção de um teleférico e um plano inclinado, com vistas a, segundo o discurso oficial, facilitar a circulação e a acessibilidades dos moradores. O teleférico irá interligar a Providência à Central do Brasil e à Cidade do Samba e terá capacidade para transportar uma média de mil pessoas por hora. O Morar Carioca da Providência pretende lidar também com o problema de moradia da comunidade, por meio do desadensamento de áreas de intensa ocupação ou percebidas como insalubres, e do reassentamento de moradores de regiões de risco, através da construção de cerca de 800 novas moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida (RIO, 2012b).

Apesar da ampla divulgação do caráter positivo de tais mudanças urbanísticas para a Providência, vozes dissidentes têm sido percebidas no interior da comunidade. Parte delas critica a opção pela construção de teleféricos, em um momento em que se vivencia necessidades mais urgentes a serem solucionadas, o que esbarra na crítica ao interesse turístico do projeto. De modo complementar, o lançamento da segunda fase do Morar Carioca evidencia a opção por favelas próximas às áreas olímpicas, o que se aplica à Providência, localizada no “raio de interferência do Maracanã, onde serão realizadas as cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos e as provas de atletismo”. (BASTOS, 2011). As reivindicações dos moradores abarcam também a participação na elaboração e implementação do projeto de reurbanização proposto pela Prefeitura, o reassentamento na própria comunidade e o fornecimento de maiores informações sobre as obras que serão realizadas.

O planejamento de ações para a Providência inclui ainda a construção de um Centro Histórico e Cultural, uma praça com anfiteatro, um Espaço de Desenvolvimento Infantil para 170 crianças, um Centro Esportivo e um Centro de Trabalho, Emprego e Renda e a reforma da Praça Américo Brum (RIO DE JANEIRO, 2012b). Meses depois da divulgação oficial da reforma da Praça, entretanto, a mesma passou a integrar o percurso do teleférico. A atitude desencadeou um protesto organizado pelos moradores na própria praça, reivindicando a preservação do único espaço de lazer do morro, a divulgação de informações sobre o traçado do teleférico e a participação da comunidade na definição do trajeto (GERBASE, 2011). A matéria de *O Globo* revela a imagem de crianças segurando cartazes: “Meus avós e meus pais

brincaram aqui. E eu? Não vou ter esse direito?”. (GERBASE, 2011). De acordo com Gerbase (2011), “os operários chegaram à praça acompanhados pela Polícia Militar”, não houve “tumultos durante o protesto” e a “quadra da praça, onde é feito o trabalho de sondagem, foi cercada e sinalizada com placas de interdição”.

Ao que parece, a jornalista de *O Globo* estaria ignorando outros fatos. O blog *Pela Moradia* (2011) revela que o café da manhã programado pelos moradores e por integrantes de movimentos sociais como sinal de protesto contra a demolição da praça e remoções foi suspenso quando, “com a ajuda de policiais da UPP local, os responsáveis pelas obras invadiram a praça e a cercaram, impedindo a entrada dos moradores”.

2.3 A CIDADE PLANEJADA E O DISCURSO PELA VIDA

A construção do *Novo Rio* envolve projetos de reconfiguração arquitetônica e simbólica de favelas cariocas com o discurso de que o novo projeto urbanístico será um avanço para a cidade, que trará benefícios sociais e culminará na superação da dicotomia morro-asfalto. Para além do discurso oficial da integração e da inclusão social, entretanto, têm-se observado remoções de algumas famílias que residem em comunidades inseridas no projeto olímpico.

Três meses após a eleição do Rio como sede olímpica, a prefeitura divulgou uma lista de 119 comunidades marcadas para remoção até 2012, em virtude de estarem localizadas em áreas de risco, de proteção ambiental ou destinadas a logradouros públicos. Gaffney e Melo (2012) chamam atenção para o dado de que mais de um terço das favelas selecionadas estão localizadas na Barra da Tijuca e em Jacarepaguá, “o coração dos Jogos” (BRASIL, 2009a), a região que mais se beneficiará com os investimentos ligados ao megaevento.

Discursivamente, as principais justificativas que circulam em torno das remoções são: (a) risco de vida; (b) proteção ambiental; (c) megaeventos. Em relação à problemática do risco de vida, destaca-se as palavras do prefeito Eduardo Paes:

“não podemos continuar vendo, todos os anos, vidas sendo perdidas na época das chuvas [...] Por isso, podem me xingar, mas quem vive em área de risco no Rio terá que sair de casa. Vamos dar uma alternativa digna. Ninguém vai ser mandado para muito longe de seu bairro”. (PAES apud BRITTO, 2011).

Enquanto o discurso oficial da prefeitura defende as remoções das casas que se situam em áreas de risco ou em áreas de preservação ambiental, a Secretaria Municipal de Habitação

marca casas e contribui para a redução da pobreza e o desenvolvimento turístico dos territórios. O projeto do *Novo Rio* visa transformar a cidade com vistas a atrair novos investimentos privados e alavancar o turismo. A questão esportiva é o discurso inicial das transformações urbanas, mas a questão, como se sabe, é bem mais abrangente. Não é de se surpreender, portanto, que o atual projeto de resgate das maravilhas do Rio, de projeção de uma cidade integrada e pacificada, tenha como ações a retirada/exclusão de pobres. Trata-se da gestão do lugar do pobre na cidade. É neste sentido que Clara Silveira⁴¹, membro do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas e do Movimento Nacional pela Luta do Direito à Moradia, denuncia casos de ocorrências de remoções, mesmo em situações em que a comunidade não esteja localizada em área de risco, nem em terreno eleito para construção de determinada instalação esportiva. O propósito seria a valorização imobiliária da área.

Gaffney (2012, p. 2) denuncia a condução autoritária do projeto olímpico e critica o fato de o planejamento da cidade e a prioridade dos investimentos públicos passarem “a ser determinados pelo projeto do evento”. Adriana Britto⁴², ex-defensora pública do NUTH, reforça o fato dos projetos serem impostos pelo poder público, de não levarem em conta as reais necessidades das comunidades afetadas e de envolverem “quase sempre a remoção de famílias de forma ilegal, pois não consideram o impacto da remoção e não se buscam alternativas para resguardar o direito à moradia das pessoas”. Em alguns casos, a comunidade nem chega a ser notificada e só adquire conhecimento sobre a remoção, quando o caso é noticiado por veículos de comunicação. Em outros, as indenizações não são pagas e há ainda casos em que o valor, mesmo quando pago, é irrisório e, portanto, incapaz de garantir nova moradia. “Enfim, são muitas as violações, e o perigo é admitir um estado de exceção onde tudo seja permitido com a desculpa das Olimpíadas, tema que é simpático à sociedade em geral”, finaliza Britto.

Magalhães (2012) argumenta que, a partir de 2009, o cenário estaria favorável para a implementação de uma política oficial de remoção de favelas cariocas. A ideia de caos e desordem urbana associada ao crescimento das favelas se aliará à preparação da cidade para sediar os megaeventos esportivos. Estes fortes argumentos se acoplam ao risco de vida, à proteção ambiental e ao progresso num processo de reconfiguração das remoções como ação a favor da vida dos favelados. Observa-se, todavia, que as remoções utilizam a dimensão *bios*

⁴¹ Comentário registrado durante minha participação da Audiência Pública, ocorrida na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 06 de dezembro de 2011.

⁴² Entrevista cedida a autora em 15 agosto de 2011.

para renovar o poder sobre a vida dos favelados, para atualizar mecanismos de gestão e controle dos pobres.

Em janeiro de 2009, *O Globo* (2009a) divulgou: “Geo-Rio identifica 373 casas em 32 áreas de risco em favelas e recomenda remoção urgente”. A matéria ressalta a urgência das intervenções nas favelas e a dificuldade de conseguir verba suficiente para execução dos projetos. O secretário de Obras, Luiz Antonio Guaraná afirma: “Conseguir esses recursos é muito difícil. Mas este ano vamos tentar consegui-los no Ministério das Cidades e com recursos do Tesouro Municipal”. A aparente preocupação com a vida dos favelados que estava em risco é, mais adiante, superada pela real preocupação com a cidade que se quer ter e com a vida dos cidadãos que realmente interessam. As favelas, como território de desvalorização da cidade e causa dos principais problemas sociais, não podem continuar expandindo-se pela cidade maravilhosa e não se pode concordar com o desrespeito às regras urbanísticas constantemente realizado pelos moradores desses locais marginais.

Uma pesquisa do Instituto Pereira Passos (IPP), divulgada pelo GLOBO na semana passada, revelou que o Rio já tem 968 favelas, ou seja, 218 a mais que em 2004. Os dados mostram ainda que as comunidades cresceram cerca de três milhões de metros quadrados entre 1999 e 2008. [...] ao contrário do que afirmava o governo Cesar Maia, que dizia ter havido crescimento apenas vertical, as favelas passaram a ocupar agora 3,7% do território do município. O prefeito Eduardo Paes já anunciou uma série de medidas para conter a expansão das favelas. Na segunda-feira passada, o Diário Oficial trouxe quatro decretos, um deles autorizando a Secretaria da Ordem Pública a demolir casas em áreas de risco ou que desrespeitam as regras urbanísticas. Outra medida autorizou a Secretaria de Urbanismo a firmar convênio para criar parâmetros para a ocupação do solo nas 968 favelas e também construir Postos de Orientação Urbanística e Social (Pousos) nas comunidades (O GLOBO, 2009a).

Pensando especificamente o discurso do risco, pela lógica do biopoder, o que se vê é a geração do risco – de desmoroamento – pelo saber técnico, a limitação da liberdade individual no tocante à localização de sua moradia, a expansão do medo por meio do risco de vida – se você permanecer na casa, poderá morrer –, a criação de mecanismos reguladores de ocupação – por meio de legislação e fiscalização –, e mecanismos corretivos – quem tiver em área de risco e/ou em situação irregular, terá que sair!

Em abril do mesmo ano, *O Globo* publicou que a “Remoção de favelas tem o apoio dos leitores do Globo na internet” (O GLOBO, 2009b). A reportagem aborda que o tema, ‘antes considerado tabu’ e ‘estigmatizado como prática autoritária’, agora, alcança 95,22% de aprovação entre os eleitores do veículo. Com intuito de enfatizar tal aspecto, apresenta a

declaração de Sérgio de Paulo Pacheco, favorável à remoção e à manutenção da ordem urbana, e a de Walther Souza: “Eu sou contra favela em qualquer lugar da cidade [...] Adoro a Zona Norte, que tem lugares lindos, mas que estão se acabando devido à favelização”. (O GLOBO, 2009b).

Tentando reforçar o mito da imparcialidade, o jornal traz a declaração da leitora Anastácia Monteiro com posição contrária: “Remove-se a favela da Zona Sul e cria-se uma na Zona Oeste. Aí, não interessa mais removê-la porque está longe dos olhos do prefeito. Mais fácil fabricar um tapete gigante e varrer as pessoas para debaixo dele!” Além da declaração ter impacto reduzido perante posturas tão enfáticas dos leitores citados anteriormente - especialmente a de Souza, que manifesta tamanho desprezo em relação ao grupo de favelados -, o jornal, rapidamente, contornou a opinião de Anastácia com o posicionamento de Canagé Vilhena. O criador da ONG Centro de Defesa das Cidades expôs que as remoções passadas não podem ser tidas como exemplo, pois “na verdade o que o prefeito afirma é o que está estabelecido na Lei Orgânica. Remoção apenas para favelas em áreas de risco”. (O GLOBO, 2009b).

Grande parte dos leitores favoráveis às práticas remocionistas, todavia, ressaltam “que é preciso oferecer condições dignas de moradia e infraestrutura de transporte para os moradores que forem transferidos”. Apoiam o projeto pelo bem da vida na cidade e defendem a vida dos favelados. Como exemplo, vale citar trecho de outra matéria de *O Globo* (2009c):

Pezão reiterou que é insano ver centenas de famílias morando em situações insalubres, como alguns barracos nas comunidades da Providência e Mineira, na área do Centro, por exemplo, quando existem terrenos da União, estado e município na parte baixa, com infra-estrutura, que poderiam ser usados para a construção de unidades habitacionais para esses moradores.

É imprescindível destacar a afirmação do vice-governador e secretário de Obras, Pezão, de que as comunidades apoiam as remoções (O GLOBO, 2009c), mais que isso, que são “totalmente favoráveis” ao projeto.

“As comunidades são as primeiras a querer a remoção para áreas com infraestrutura [sic]. Não queremos afastar ninguém da área onde se encontra, mas, não é tolerável ver casas invadindo rios e florestas. Temos de fazer esse trabalho de remoção e melhorar a fiscalização, para que outras invasões não ocorram” - afirmou o vice-governador.

Tal apoio, entretanto, foi mensurado a partir da pesquisa referenciada anteriormente com internautas do *Globo* e de outra realizada com leitores da *Folha de S. Paulo*. Impossível não questionar: seriam os moradores das comunidades afetadas os principais leitores dos citados veículos? Que parcela dentre os leitores de *O Globo* e *Folha de S. Paulo* é, de fato, composta por moradores de favelas?

As casas, segundo a compreensão do autor do texto, só foram construídas em áreas de risco por falta de oportunidade. As ações estaduais de compra assistida de um imóvel ou de remoção para uma unidade habitacional e o pagamento de indenização conseguiriam, nos termos do jornalista, “atender a todos os anseios dos moradores”. (O GLOBO, 2009c). Pezão complementa: “Oferecemos opções para que ele possa escolher a que achar melhor. Queremos dar mais qualidade de vida à população e transformar a realidade dessas comunidades”. (O GLOBO, 2009c).

Os exemplos parecem sinalizar uma mudança discursiva no tratamento conferido às práticas remocionistas que passam, em parte, a serem justificadas como ações a favor do favelado, pelo bem dos mesmos. Eis que consiste a ambiguidade da inserção de tais práticas no sistema do biopoder. Favorece-se a vida da cidade em detrimento do morro. Escolhe-se a *morte* da favela, lembrando aqui as noções de Foucault (2005) de que o assassinio pode ser direto ou indireto, ou seja, a periferização dos favelados e o processo de gentrificação são ações do lado da morte. Mas, simultaneamente, circula o discurso de que tais ações visam aumentar a qualidade de vida dos favelados, especialmente articulado ao argumento do risco. De prática autoritária, ela se transformaria em algo benéfico para os favelados.

Nesta construção, ninguém poderia ser contra a retirada de pessoas que estivessem em áreas de risco. A remoção expressaria uma preocupação com a vida daqueles que vivem nestas áreas e, portanto, não poderia ser compreendida como autoritária. Os críticos, portanto, seriam ‘demagogos’ e aproveitadores que não se preocupariam com a vida dos moradores destas localidades (MAGALHÃES, 2012, p.50).

Para Magalhães (2012), a mobilização de um repertório discursivo que justifica e, por conseguinte, legitima a prática remocionista é sintomático da tentativa de reconstruir a remoção como um problema público.

A postura de Paes, em entrevista à BBC, é denunciativa:

“Quando chegarmos a 2016, as mudanças farão do Rio uma melhor cidade para se morar e trabalhar, mais igualitária e mais gentil com sua população. Você vê as favelas. Qual é a razão de alguém ir parar no alto de um morro, em um lugar perigoso, em uma casa horrível e pequena? Isso acontece porque se ele for viver em uma casa melhor um pouco mais afastada, ele vai precisar de três ou quatro horas (de transporte) para chegar lá. Então seriam seis horas de ônibus todo dia. Melhor viver mais perto de onde você trabalha. Quando falamos que vamos aumentar (a capacidade do transporte de massa) de 15% da população para 60%, o que estamos dizendo é que haverá uma boa alternativa para que pessoas pobres não precisem morar ao lado do trabalho, eles podem morar um pouco mais longe, em lugares melhores e mais seguros, e chegar rapidamente ao trabalho. É assim que a cidade vai melhorar [...] O que está sendo feito na cidade é principalmente para o carioca médio, o carioca mais pobre”. (PAES apud CARNEIRO, 2012).

A erradicação das favelas justificada pelo discurso da higiene, do embelezamento, por se tratarem de “aberrações”, que não deveriam constar no mapa da cidade do Rio de Janeiro, é suavizada pelo discurso da melhoria de vida para o favelado. Ao invés das históricas tentativas de erradicação, há também outro polo de reconfiguração da imagem das mesmas e do desenvolvimento do potencial turístico. Discursivamente, há um movimento de ressignificação das remoções como ação pelo bem do favelado, e de associação da marca favela à imagem do Rio de Janeiro, ou seja, de integração à cidade formal. A mudança, todavia, parece restringir-se ao plano discursivo; na prática, o tratamento conferido às favelas é muito semelhante ao histórico *deixar morrer*.

As ações do poder municipal não têm o intuito de atingir um ponto de perfeição no ordenamento urbano, ao invés disso, visariam a minimização do inconveniente e do risco à boa circulação e à vida na cidade, bem como a maximização dos elementos positivos. Seria o planejamento da cidade tendo em vista a segurança dos moradores, a partir da redução dos riscos de episódios violentos e do tráfico de drogas – interesse intimamente relacionado à implantação das UPPs –; o progresso, vinculado ao embelezamento urbano, por meio das obras que seriam realizadas no território das casas removidas; e a valorização imobiliária das regiões.

É no interior das práticas de poder que emerge também a resistência. O poder que deixa morrer pela preservação da vida de uns é também o poder que produz resistência, a expressão da potência da vida dos outros. A resistência luta pelo mesmo ponto de exercício do poder: a vida. Como objeto político, a vida voltou-se contra “o sistema que tentava controlá-la. Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito” (FOUCAULT, 2010, p. 158), direito à vida, ao corpo, à saúde, à moradia... As ações municipais pelo bem viver na cidade

culminam, assim, na emergência da luta dos pobres pela sua vida. A vida que, discursivamente, pretendia-se proteger com as ações de remoções é objeto de luta pela sua real proteção por parte dos diretamente atingidos, os moradores de favelas.

3 OS FAVELADOS, O COMUM E A BATALHA PELO EMPODERAMENTO

O ar, a água, a língua, a rua e o Sol são bens de todos e, ao mesmo tempo, de ninguém. Bens que foram doados para sempre. Bens comuns, necessários para fazer negócios, para construir comunidades, para a constituição de humanos e para a fundação da sociedade. Não são bens patrimonializáveis, alguns são inesgotáveis e outros não são exclusivos (LAFUENTE, CORSÍN, 2011). Todos os dias, entretanto, surgem novas possibilidades de *cercar o de abusar* um bem e, a partir da ameaça deste bem, diz Lafuente (2013), começamos a valorizá-lo.

Ninguém ligava que tivéssemos um genoma, mas o dia em que se tornou acessível às nossas tecnologias – e não só às palavras e emoções – compreendemos que se abria um novo mundo para os negócios, o conhecimento e, claro, a política. Porque, entre outras coisas, podia ser privatizado e ameaçar a velha (ou talvez novíssima) convicção de que a herança biológica era patrimônio da humanidade (LAFUENTE, CORSÍN, 2011, p. 2).

Neste sentido, haveria uma profunda relação entre novas tecnologias e novos patrimônios. As novas tecnologias podem converter em esgotáveis ou em exclusivos os bens comuns. É possível patentear uma terapia indígena ou apropriar uma canção tradicional, por exemplo, e, com isso, ameaçar os bens, que eram de todos, em proveito próprio.

A degradação de um bem, explicam Lafuente e Corsín (2011, p. 12), “implica no enfraquecimento de uma comunidade”, pois comum e comunidade, para os autores, teriam uma relação estrutural, de modo que não existiria um sem o outro. Sendo assim, diante de uma empresa que se apropria dos mares, da atmosfera para eliminar o lixo que produz ou que descobre uma maneira de modificar os genes de uma espécie e patentear novas formas de vida, “a humanidade em conjunto tem o direito de sentir-se ameaçada” e, ainda, o direito de “reclamar a condição do *procomún*” para o ar e o genoma (LAFUENTE, 2013, p. 2). Tais comunidades que criam e são criadas pelos novos *procomunales* são definidas por Lafuente como *comunidades de afectados*.

São comunidades que se mobilizam para não renunciar seus direitos enquanto cidadãos e seres vivos. Comunidades de “estranhos, emergentes e em luta”, de pessoas que se sentem ameaçadas e sentem falta de algo que consideram crucial, desde que lhes foi retirado. (LAFUENTE, CORSÍN, 2011, p. 13). De “um lado, a todos lhes aperta o sapato no mesmo lugar e, de outro, decidiram lutar contra o que consideram uma agressão [...] comunidades de

atingidos que tentam ser de empoderados e, até, em caso extremo, de afetos”. (LAFUENTE, CORSÍN, 2011, p. 13).

O funcionamento dessas comunidades é regulado por uma economia em que circulam dons que empoderam os destinatários, sem, todavia, reduzir as capacidades do doador. Valoriza-se quem mais dados contribui ou quem compartilha os melhores argumentos. Isto porque, quanto mais fluída for a circulação, mais rapidamente será encontrada uma solução para o problema da comunidade e, assim, será retomado o bem-estar. Nas economias do dom, os objetos não circulam para fomentar negócios, como ocorre nas economias de mercado, mas para o fortalecimento de vínculos internos. Cada ciclo de troca é também “um ciclo de empoderamento”. (LAFUENTE, CORSÍN, 2011, p. 6) e o que está em jogo não é uma acumulação individual, mas ciclos de empoderamento coletivo. O que circula só tem sentido se favorecer o *comum*, se lubrificar essa maquinária redistributiva, se atualizar a memória compartilhada da comunidade, se premiar aquele que mais presenteia – quanto mais doa, mais é valorizado – e se reconfigurar-se cada vez que algo se mobiliza. As economias do dom são “formas de coordenação idealizadas *ad hoc* para regular localmente os intercâmbios e interações em uma comunidade que constitui e é constituída por um bem comum”. (LAFUENTE, CORSÍN, 2011, p. 21).

Os bens comuns vêm se convertendo, e isso tende a aumentar a cada dia, em objetos jurídicos, midiáticos, históricos, científicos ou culturais, “que são olhados, configurados, interpretados e mobilizados por todos os meios conhecidos, desde o Congresso e o fanzine até os sindicatos e Twitter”. (LAFUENTE; CORSÍN, 2011, p.12). Eles não são apenas o símbolo de aspiração de um mundo mais justo, “mas também uma trama de nós, onde converge o melhor de nossas tecnologias e nossas políticas”. (LAFUENTE; CORSÍN, 2011, p. 12). Um bem comum seria, assim, um problema de ordem política e do conhecimento.

O comum se constituiria a partir da ação colaborativa de uma comunidade que, por meio das tecnologias da comunicação, alcançaria a visibilização das suas práticas e reivindicações, por um processo de “contrafetuar o ditame, o instituído, o consensual e, com certeza, o que é imposto”. (LAFUENTE, CORSÍN, 2011, p. 8) ou, em outros termos, de trazer à tona e por em relevo o problema da comunidade, a partir da exposição do seu contexto de produção. Tais comunidades são, assim, convidadas a ser epistêmicas, tendo em vista que o empoderamento das mesmas dependerá da capacidade de se apropriarem do conhecimento e das novas tecnologias (LAFUENTE, CORSÍN, 2011). Quanto mais periférica e marginal for a *comunidade de atingidos*, maior será o esforço empreendido para visibilizá-la.

Para se tornarem visíveis, para que seu mal seja reconhecido como tal, terão que provar sua capacidade de identificar a natureza do problema, desenhar as variáveis que permitem rastreá-lo, objetivar o conflito que denunciam, enquadrá-lo em narrativas verossímeis, mobilizá-lo pelas redes pertinentes, abrigá-lo sob o manto do jurídico, conceituá-lo, buscando ressonâncias e aproximá-lo da linguagem dos aliados (LAFUENTE, CORSÍN, 2011, p. 13).

Os atingidos que residiam ao lado do aeroporto internacional de Minneapolis aproximaram-se do conhecimento técnico específico das ciências do ruído para reforçarem seu argumento de que os técnicos que os acusavam de queixosos, na verdade, estavam defendendo interesses empresariais para além do bem-estar da comunidade. Os irrigadores autóctones, associados com ONGs internacionais e com o conhecimento científico de engenheiros e antropólogos, demonstraram que as forma tradicionais de gestão da água são mais eficientes e justas que as novas formas que empresários da água desejavam introduzir. Os eletrosensíveis, por sua vez, lutaram para construir sua identidade enquanto portadores de uma doença e, com isso, terem sua patologia reconhecida pelos sistemas de saúde e recuperarem a condição de cidadãos que devem se beneficiar dos privilégios concedidos a doentes e incapacitados (LAFUENTE, CORSÍN, 2011, p. 15).

As *comunidades de atingidos* produziram estratégias de visibilidade, por meio da criação de provas, da circulação de fatos, da criação de autoridade e da produção de argumentos, “baseados na economia de uma espécie de dom expandido. Criaram um patrimônio compartilhado de dados, práticas, conceitos e relações que os tornou visíveis e os deu potência” (LAFUENTE, CORSÍN, 2011, p. 15). Lutaram pela construção de uma identidade própria que divergia da imagem instituída e que se formava a partir de experiências diversas que, somadas, produziam novos saberes. Ao saber científico dos acadêmicos somava-se a experiência do cotidiano dos irrigadores autóctones, “expertos em experiência” (LAFUENTE; FERNÁNDEZ-SAVATER, 2011). A identidade pública das comunidades se constituía, assim, a partir da construção do seu problema.

Como se vê, Lafuente e Corsín apresentam um modelo de atuação de comunidades diante da escassez ou da ameaça de um bem. Tendo como base esse modelo, busca-se refletir sobre a atual situação das comunidades populares que estão sendo atingidas pelas práticas de remoções do poder municipal, tendo que lidar com os discursos oficiais da cidade integrada e da remoção como ação a favor da vida do favelado. Até que ponto elas podem ser classificadas como *comunidades de atingidos*? Como constroem seu problema? Como constituem sua identidade pública? Quais são as estratégias de visibilidade adotadas? E de

empoderamento? De que modo produzem conhecimento? De que modo se apropriam das novas tecnologias? Até que ponto convertem o problema em objeto jurídico, midiático, histórico, científico e/ou cultural? Como enquadram o conflito denunciado em narrativas verossímeis? Em que medida desenham as variáveis que permitem rastreá-lo?

3.1 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Ao longo deste trabalho, discorreu-se sobre a favela e concentrou-se especialmente nas discussões sobre esse espaço em virtude da visibilidade simbólica e material do mesmo no imaginário da cidade. Quando se pensa no local do crime no Rio de Janeiro, a associação mais rápida construída por aqueles que não residem na cidade é a favela. Do mesmo modo, a favela desperta a curiosidade do visitante pela cultura local e pela ideia de comunidade autêntica, questões contempladas no primeiro capítulo. De outro modo, vale ainda lembrar que as políticas públicas atualmente desenvolvidas na cidade – UPP, Morar Carioca e Porto Maravilha – concentram suas atuações no território das favelas.

Se o olhar da pesquisa é concentrado especialmente nas favelas, o acompanhamento das práticas de remoções e do discurso dos atingidos sobre as mesmas poderia ser novamente restrito a tais territórios. Todavia, as ações têm ocorrido em espaços outros para além das favelas. As noções de favela, periferia e habitação popular renderiam uma ampla discussão teórica, tendo em vista a vastidão de material produzido a respeito. Cabe aqui apontar o modo de apropriação das mesmas para pensar o fenômeno em questão.

A aproximação da comunicação da resistência conduziu ao entendimento de que não há uma diferença perceptível no tratamento conferido pela prefeitura em relação aos grupos de favelados e suburbanos, nem no discurso construído pela multiplicidade de atores. São ações realizadas sobre os pobres, sobre a vida dos mesmos. São violações de direitos, seja em relação à vida de favelados ou de suburbanos. São ações, de um modo ou de outro, direcionadas para territórios percebidos como antítese do ordenamento urbano, como assentamentos precários.

Do outro lado, o da resistência, são comunicações dirigidas ao poder público, a entidades internacionais, ao jurídico e à cidade. Falas de atingidos, daqueles que sentem seu direito violado, que se sentem ameaçados. Favelados, suburbanos, moradores da periferia, todos sentem-se vítimas do atual projeto Rio olímpico. As reivindicações, tendo em vista que são vítimas das mesmas ações, são similares. Com isso, não se pretende, de modo algum, ignorar as especificidades e diferenciações internas de cada um destes territórios. O foco,

como dito, é sobre a comunicação e, sendo assim, outros espaços tidos como assentamentos precários, mas não classificados como favelas, também parecem válidos para a discussão.

Para este trabalho, valeria as aproximações entre os conceitos de periferia, favela e habitação popular no tocante à precariedade no acesso aos serviços básicos de direitos humanos – educação, saúde... – e dos investimentos do mercado formal – especialmente imobiliário, financeiro e de serviços –, a assistência limitada por parte do poder público, a expressiva presença de negros, a deficiência de infraestrutura básica, a violência e criminalidade, mas também, a solidariedade e o caráter de coletividade. Uma das principais diferenças entre os termos residiria na localização geográfica, pois a periferia estaria em áreas mais afastadas da cidade.

Tais entendimentos somam-se ainda à percepção de que o olhar ampliado sobre tais comunicações, sem a classificação favela *versus* subúrbio ou periferia, enriqueceria a compreensão sobre as estratégias de visibilidade e as tentativas de empoderamento adotadas por esse público. Seriam informações acumuladas, sobrepostas, que ajudariam na compreensão mais aprofundada deste cenário. Ao longo da discussão, a classificação do local poderá aparecer naturalmente no momento da exposição do nome da comunidade, por exemplo, Favela Providência e Vila Autódromo. Mas, o poder de tal classificação/distinção só aparecerá quando for evidente e de importância para a pesquisa, por exemplo, no caso das remoções intimamente vinculadas a fins turísticos e, por sua vez, específicas do território das favelas.

Uma boa definição, diz Gondim (2009, p.54), “deve ser ampla o suficiente para abranger o fenômeno que se quer definir, em todas as suas dimensões e manifestações relevantes para os objetivos do pesquisador”. Deve ainda, complementa ela, ser delimitada, a fim de demarcar a fronteira entre fenômenos que, mesmo semelhantes, se afastam dos propósitos. Para a análise do material produzido pela resistência como oposição às práticas remocionistas, interessa mais do que classificar as comunidades removidas em favela ou periferia, pensar que se tratam de assentamentos precários e que, pelas semelhanças socioeconômicas, estão se tornando alvo de intervenção do poder municipal.

Acrescenta-se, ainda, que o material de resistência, a exemplo do Dossiê do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, revelou o uso do termo comunidades para referir-se a todos os tipos de habitação popular que estão sendo atingidos pela Copa. O uso da palavra comunidade em substituição à favela, expõe Paiva (2012, p. 11), traz implícito o sentido de pertencimento “a uma série de fatores além do territorial”, “a uma forma de existência, a uma turma, a uma tribo, ao encontro daquilo a que se refere o sociólogo francês Michel Maffesoli,

isto é, convivência e convivialidade”. A mesma compreensão caberia para os outros tipos de habitação popular? Ao que parece, semelhanças podem ser notadas no cotidiano desses diferentes espaços no tocante aos modos de relacionar-se com o outro.

Feito isso, partiu-se para o seguinte ponto a ser avaliado: o material selecionado para a análise. Ao longo dos dois anos de pesquisa, foi possível se deparar com uma vasta gama de materiais produzidos: matérias em jornais, *blogs* e *sites* de ONGs, vídeos do *Youtube*, postagens no *Facebook*, dossiês e relatórios de violações de direitos, charges, fotografias, eventos acadêmicos, atos de protesto, mobilização nas ruas e plenárias. Simultaneamente a isso, deparou-se com as diversas vozes desses materiais. A partir da aproximação desses materiais e dos produtores dos mesmos, optou-se por concentrar-se na produção do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, de março de 2011 à primeira quinzena de março de 2013. Foram observadas as publicações do *blog* e *facebook* do Comitê, o Dossiê Megaventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro, o relatório da Relatoria do Direito Humano à Cidade da Plataforma Dhesca Brasil, os vídeos Vozes da Missão Restinga, Vila Recreio 2, Morro da Providência e Favela Metrô e o vídeo O legado somos nós: a história da Elisângela.

3.2 ANÁLISE

3.2.1 A constituição da comunidade

Trecho do Dossiê da Candidatura do Rio de Janeiro às Olimpíadas de 2016 (2009a, p. 60) afirma que “o projeto [Rio 2016] não enfrenta qualquer oposição pública organizada” (p. 60), que “82% dos entrevistados no estado do Rio de Janeiro apoiam a candidatura Rio 2016” (p. 58) e 82% dos brasileiros indicam “acreditar que os Jogos trarão benefícios econômicos e sociais”. Se, neste primeiro momento, o cenário da cidade era de apoio e comoção popular em torno da candidatura, após a vitória do Rio e, especialmente, após a divulgação da lista das favelas selecionadas para serem removidas, a realidade altera-se de modo significativo.

Uma multiplicidade de atores passa a manifestar-se a respeito das irregularidades nos processos de remoções de comunidades do Rio de Janeiro. Corpos moventes em uma mesma direção através de um desejo comum. Expressam-se por si mesmos, partem do uno e constituem-se a partir de uma vontade comum, da luta por um bem comum. Não há homogeneidade em torno de classe, idade, categoria profissional ou qualquer outra classificação. É o reino da heterogeneidade. Às diversas comunidades afetadas, unem-se diversas entidades, compostas por acadêmicos, advogados, jornalistas, arquitetos, urbanistas e outros, num movimento de luta por justiça. Reúnem-se, ocupam as ruas, reivindicam direitos de cidadão e exibem suas vozes no ambiente *online*.

A noção *comunidades de atingidos* (LAFUENTE, CORSÍN, 2011), num primeiro momento, parece útil para fazer referência às pessoas que estão sendo ameaçadas ou que já sofreram remoção. Neste sentido, englobaria residentes de favelas e periferias que estejam sendo afetados no quesito moradia, em virtude dos atuais processos de reconfiguração do Rio de Janeiro. Os pressupostos teóricos de Lafuente e Corsín (2011), entretanto, parecem ser mais abrangentes do que apenas o sentimento de comunhão e a vontade de luta, diante da escassez ou da ameaça de um bem.

A noção dos espanhóis, ao que se entende, também abarca as ações e as estratégias adotadas por essa comunidade. *Comunidades de atingidos* daria conta, portanto, do perfil do grupo – ameaçados em luta por direitos – e dos seus modos de atuação, daí a exposição de um modelo, quase um tipo ideal de atuação, pelos autores. Sendo assim, a análise das ações da resistência no Rio de Janeiro será guiada pela indagação: a noção de *comunidades de atingidos* é, de fato, válida para a classificação dos grupos afetados em questão?

A noção de comunidade⁴³, para esta pesquisa, está relacionada ao compartilhamento de interesses comuns, de valores e práticas. Uma instância fluida que aparece e desaparece consoante à transformação do objeto que gerou a união. Laços transitórios criados em torno de um objeto de luta, sem o estabelecimento de vínculos ou de compromissos a longo prazo. Há a preocupação com a existência comum pelo viés dos aspectos legais e da cidadania, pelo dever para com o outro, mas o afeto e a igualdade de interesses também definem o desejo de estar-junto. As subjetividades não seriam de todo expropriadas e dissipadas num comum. Não se trataria simplesmente de um abandono da identidade individual por uma identidade comum. O comum prevalece sobre o individual, mas, ao invés de esvaziá-lo, o evoca para a busca de um bem comum, mas que considera as singularidades. Haveria, assim, lutas coletivas de todos os grupos afetados, lutas particulares de cada localidade e de cada família atingida. Partindo deste entendimento, o Comitê Popular do Rio pode ser compreendido como comunidade que se constituiu em torno de lutas por interesses comuns.

O Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas propõe a articulação de diferentes atores, além dos moradores das diversas comunidades afetadas, nas ações de resistências aos projetos desenvolvidos para a cidade. O Comitê é formado por ONGs, instituições acadêmicas, movimentos sociais, lideranças populares e pelos atingidos pelas ações da prefeitura que estão se mobilizando para “resistir à construção de uma cidade de exceção e pressionar para

⁴³ Cada forma de denominação carrega, em si, a força de um nome, de uma classificação, de uma cisão, de um enquadramento. Ao mesmo tempo, a nomeação evoca as reflexões teóricas já produzidas: o caráter complexo, controverso e específico das mesmas. Por esta razão, faz-se necessário posicionar-se em relação ao que se diz, marcar território – para usar uma metáfora espacial, já que o tema aqui é a terra.

estabelecer um processo amplo e democrático de discussão sobre qual deve ser o real legado dos Megaeventos” (COMITEPOPULARIO, 2011a). O Comitê Popular Rio, com o intuito de fortalecer as lutas sociais, realiza plenárias quinzenais com seus membros, cursos para a formação de lideranças populares, atos públicos, produz material informativo, de divulgação e denúncias (COMITEPOPULARIO, 2011b). No caso do Comitê Rio, a luta por um bem comum gerou a coesão de diferentes grupos: acadêmicos, ONGs, movimentos sociais e comunidades afetadas.

3.2.2 A construção do problema

3.2.2.1 Objeto jurídico

Notícia publicada no *blog* do Comitê Popular Rio da Copa e Olimpíadas aborda a problemática das remoções no Morro da Providência, localizado na Zona Portuária, apontando que, independente de assinarem ou não qualquer documentação de concordância, alguns moradores foram informados de que deveriam sair do imóvel no prazo máximo de 10 dias. A abordagem da prefeitura foi realizada “sem entregar aos moradores nenhum documento oficial com garantias, compromissos, prazos, identificação funcional da pessoa responsável pelo atendimento, etc.” (COMITEPOPULARIO, 2012) e culminou inclusive, segundo um morador, em estímulo para uma criança assinar os documentos de remoção. A justificativa dada para a remoção das famílias residentes em frente à praça Américo Brum foi de que “o projeto do plano inclinado e do teleférico, não será mais pelo lado direito da Ladeira do Barroso, e sim pela esquerda”.

A remoção foi construída como problema, pelo viés da legalidade, a partir da evocação da ocorrência de violações de direitos. A moradia, enquanto objeto de luta, foi construída como objeto jurídico, por meio da evocação das leis que a regulamentam. O discurso da resistência foi enfaticamente produzido em torno dos direitos dos moradores, como cidadãos, e das ilegalidades dos atos cometidos pela prefeitura.

Em abril de 2011, a partir das visitas realizadas a comunidades atingidas pelas ações de remoções da prefeitura, o Comitê apresentou um dossiê com denúncias de violações ao direito à moradia para Raquel Rolnik, Relatora Especial das Nações Unidas para o direito à moradia adequada. A Relatora encaminhou às autoridades federal, estadual e municipal uma carta solicitando o fim das remoções planejadas até o estabelecimento de um canal de diálogo e negociação com as comunidades. Não houve, entretanto, nenhum retorno. Apesar disso, a ação gerou repercussão midiática, com publicação de matéria no Portal Estadão (2012).

No mês seguinte, a partir de denúncias realizadas pelo Comitê e de notícias veiculadas na imprensa, a Relatoria do Direito Humano à Cidade da Plataforma Dhesca Brasil, na representação do relator Orlando Júnior e do assessor Cristiano Muller, realizou uma missão especial no Rio de Janeiro, que contou com a visita de algumas comunidades atingidas. Além do Comitê Popular Rio, também participaram da missão diversas outras entidades: Fórum Nacional de Reforma Urbana, a Pastoral de Favelas, Conselho Popular do Rio de Janeiro, Central de Movimentos Populares, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Comissão de Direitos Humanos da Alerj, Grupo de Trabalho – GT Conflitos do Conselho das Cidade, Rede contra a violência, Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza – ETTERN – IPPUR/UFRJ, o Observatório das Metrôpoles, também do IPPUR/UFRJ, e Witness.org. A Relatora Especial da ONU para o Direito à Moradia, Raquel Rolnik, também participou da Missão de visita à comunidade Metrô Mangueira, e o deputado estadual Marcelo Freixo participou da visita à Comunidade da Estradinha.

A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – Plataforma Dhesca Brasil – é uma articulação nacional de 34 movimentos e organizações da sociedade civil, com vistas ao desenvolvimento de ações de promoção, defesa e reparação dos direitos humanos, para o fortalecimento da cidadania. As Relatorias de Direito Humanos fazem parte de um projeto desenvolvido desde 2002 pela Plataforma Dhesca Brasil e estão entre as principais atividades desenvolvidas por esta organização. No âmbito da referida Relatoria, situa-se a Relatoria do Direito Humano à Cidade, que tem como atribuições:

- a) Receber denúncias de conflitos fundiários urbanos, violações ao direito à moradia, do direito ao saneamento ambiental e do direito à mobilidade, e do direito a gestão democrática da cidade, a serem investigadas e/ou encaminhadas aos órgãos públicos competentes, ao Ministério Público Federal e Estadual de cada região e, em especial, aos conselhos e comissões de direitos humanos dos respectivos municípios e Estados; b) Realizar missões *in loco* para investigar situações de violação ao direito à cidade, ouvindo as vítimas e violadores e organizando audiências públicas para a mediação dos conflitos, mobilizando a sociedade e chamando a responsabilidade dos órgãos públicos competentes (DHESCA BRASIL, 2011, p. 2).

No caso da Missão do Rio de Janeiro, ela teve como objetivos específicos: a) fortalecer os movimentos sociais e suas articulações para a defesa do direito à moradia e à cidade; b) denunciar casos de violação do direito à cidade; c) propor a criação de um espaço institucional na Prefeitura para a mediação de conflitos ligados às intervenções urbanísticas da

Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Motivadas por denúncias de violações de direito à cidade, as visitas foram realizadas na Comunidade do Campinho, Vila Autódromo, Vila Harmonia, Restinga, Recreio II, Estradinha, ocupações na Rua do Livramento e na Rua Machado de Assis, Comunidade do Morro da Providência e Comunidade do Metrô Mangueira.

A situação verificada nas comunidades visitadas é bem semelhante no tocante à atuação do poder municipal na violação de seus direitos. O relatório da Missão revela: pressões, ameaças, violência, coação de moradores para aceite da negociação; derrubada das casas antes do pagamento das indenizações e, em alguns casos, antes mesmos da realização de um acordo entre as partes; negociações realizadas com base apenas no boca a boca; deslegitimação das organizações comunitárias e negociações realizadas individualmente com as famílias, visando enfraquecer a capacidade de negociação com o poder público; negociações arbitrárias; ausência de divulgação de informações e de envolvimento da comunidade na construção do projeto; ausência de diálogo sobre a remoção e de discussão de alternativas às mesmas; falta de diálogo sobre o reassentamento; indenizações de valor irrisório; divulgação de informações falsas nos processos de remoções. Em certos casos, houve a demolição de parte das comunidades, sem a retirada dos escombros, colocando em risco a vida dos ainda moradores, em virtude das possibilidades de ocorrência de infiltrações e da manifestação de doenças. Na Comunidade Metrô Mangueira tem ocorrido a ocupação de parte das casas destruídas por usuários de crack e drogas (DHESCA BRASIL, 2011).



Fotografia 4: Comunidade Metrô Mangueira
Fonte: Dhesca Brasil, 2011

O problema dos entulhos também tem atingido a comunidade Estradinha, uma das favelas visitadas pela Missão. A este respeito, a Relatoria toca ainda no aspecto simbólico que incide sobre a autoestima e a vida da comunidade, que altera sua configuração urbana estética

para a desorganização, o caos. A Defensoria moveu ação contra a Prefeitura para a retirada dos entulhos, mas, mesmo após decorrido o prazo estipulado pela justiça, nada foi feito. O presidente da Associação dos Moradores, Reinaldo, afirma que “dá a impressão que a prefeitura está esperando uma tragédia, promovida por ela mesma através dos entulhos, para justificar o seu argumento de que a área seria de risco”. (DHESCA BRASIL, 2011, p. 15).



Fotografia 5: Comunidade Estradinha
Fonte: Dhesca Brasil, 2011



Fotografia 6: Comunidade Estradinha (2)
Fonte: Dhesca Brasil, 2011

Ainda sobre o Metrô Mangueira, o relatório menciona a presença da Relatora Especial da ONU para o direito à moradia, Raquel Rolnik, na Missão e destaca a transferência das famílias da então comunidade para os conjuntos habitacionais Mangueira I e II como uma conquista da resistência dos moradores, uma vez que esta alternativa não estava inicialmente prevista. Há de se mencionar, entretanto, que a construção da Mangueira II encontrava-se paralisada no momento de produção do relatório e que alguns moradores criticaram o aumento do custo de vida, em virtude do preço do condomínio e das taxas da nova moradia.

Sobre a comunidade Restinga, a Relatoria da Dhesca Brasil identifica o direito dos moradores solicitarem indenização por danos morais, julgando que o processo de remoção e demolição das habitações e estabelecimentos comerciais foi marcado pelo descaso e pelo desrespeito aos preceitos que asseguram os direitos humanos, destacando ainda ser inaceitável a ocorrência de despejos durante a noite. As obras da Transoeste foram iniciadas diante da permanência de algumas unidades habitacionais.



Fotografia 7: Comunidade Restinga
Fonte: Dhesca Brasil, 2011

No tocante ao pagamento das indenizações, a Comunidade do Campinho apresentou uma peculiaridade: parte das indenizações dos moradores seriam pagas pelas empreiteiras responsáveis pelas obras. Foram ainda oferecidas vantagens para os moradores em troca do silêncio dos mesmos.

O clima de medo e insegurança era generalizado entre os moradores que ainda resistiam as [sic] remoções. O sentimento manifestado era ser desrespeitado como cidadão e ser humano pelo Poder Público Municipal. Esse sentimento fica explícito na fala de um dos moradores, Igor, lembrando que um dos engenheiros da secretaria de obras, fazendo referência ao projeto de urbanização, em uma reunião, teria dito que não se faz omeletes sem quebrar os ovos: “os ovos somos nós”, e ainda acrescenta: “eles estão acabando com a gente”. (DHESCA BRASIL, 2011, p. 5 -6)

Além das usuais reivindicações por parte das comunidades do pagamento de indenizações justas, o estabelecimento de diálogos e o envolvimento da comunidade na discussão dos projetos urbanísticos, a Vila Autódromo reivindica projeto de urbanização e regularização fundiária da comunidade, tendo em vista que parte das famílias tem concessão de direito real de uso da terra, adquirida na gestão do governador Leonel Brizola. Além disso, questionam qual o critério adotado pela SERLA – Superintendência Estadual de Rios e Lagos

– para definição dos 25 metros da faixa de proteção ambiental da lagoa de Jacarepaguá, e denunciam a presença de condomínios na mesma faixa de terra marcada para desocupação. Esta comunidade tem uma reconhecida atuação na defesa dos seus direitos, lutando contra possibilidades de remoções desde os preparativos do Pan 2007.

As visitas às comunidades Restinga, Vila Recreio 2, Morro da Providência e Favela Metrô foram registradas em produtos audiovisuais. O vídeo gravado no Morro da Providência, a primeira favela do Rio de Janeiro e, como exposto no capítulo anterior, território de implantação dos projetos Porto Maravilha e Morar Carioca, registra o depoimento de alguns moradores sobre as intervenções propostas para a comunidade. O morador Luis evidencia a falta de informações acerca da desapropriação da sua casa: “marcaram, não me deram papel, não escreveram, não me deram comunicação nenhuma, só marcaram. E eu tenho até o final do mês. E aí? O que eu vou fazer?”. Luis avalia o projeto urbanístico que será implementado na favela como “maquiagem”. Segundo ele, “obra não é pra pessoa que mora na comunidade, é pra gringo vir ver”, o que ilustra a clara percepção dos favelados em relação aos interesses turísticos das obras de revitalização da Zona Portuária.

Em reunião com os moradores, o relator da Dhesca, Orlando, questiona os mesmos se eles foram convidados para discutir os projeto que seriam implementado na comunidade, informando que esse é um direito previsto no Estatuto da Cidade e que o governo não pode fazer nenhuma intervenção urbanística sem escutar previamente os residentes. A opinião é consensual: nunca ouviram a opinião do morador e nem mostraram o projeto, “desse desenvolvimento que eles dizem ser”, nas palavras da moradora Rosiete. O último levantamento registrou 805 famílias ameaçadas de remoção, pelas obras do teleférico e do plano inclinado ou por se encontrarem em áreas de risco.

A Vila Recreio II também recebeu a visita da Missão Dhesca. As imagens revelam “o que sobrou da Vila Recreio II”, nas próprias palavras do morador Jorge, expondo os destroços das casas e o alagamento que invadiu o terreno e as casas que ainda resistem. Jorge é o personagem principal – e único – do vídeo, ao contrário dos demais registros audiovisuais que revelavam uma pluralidade de vozes. O morador constrói seu discurso em torno dos direitos que tem, enquanto cidadão, e que estão sendo violados pelo empreendimento da prefeitura. “Nós temos direitos. O artigo 429 da Lei Orgânica Municipal diz que ele pode reassentar, não remover. Remove é lixo; gente não remove, gente reassenta. E no espaço de no máximo 7km”. Reivindica a exibição do projeto da obra, a participação das comunidades na elaboração do projeto, justiça e dignidade no tratamento conferido às pessoas que estão sendo despejadas. É enfático:

Eu não sei até quando minha casa vai ficar de pé, isso eu não sei, mas eu to querendo ir até o extremo dos meus direitos. Se possível, vou até o Supremo Tribunal Federal. O cara da prefeitura falou que eu estou explorando o dinheiro público. Não estou explorando o dinheiro público. Eu to querendo fazer valer o meu direito. Eu tenho direito e tenho que buscar isso, senão a constituição brasileira, essas leis ficam letras mortas. Eu tenho que dar vida àquele livro. Eu tenho que dar vida à essas leis. Se eu não der vida a eles, eles vão continuar letras mortas.

Jorge constrói seu discurso de luta pela evocação do Direito, para além de apenas lamentações, são reivindicações fundamentadas legalmente. Ao fim, ele expõe as dificuldades enfrentadas pelas famílias que foram removidas: a) filhos sem escola - escolas superlotadas na nova morada e antigas escolas muito distantes, b) desemprego, c) tempo despendido no deslocamento diário para o trabalho.

Na audiência final da Missão da Relatoria, os relatores se depararam ainda com as denúncias de remoções nas comunidades Vila Laboriaux, no alto da Favela Rocinha, Parque Colúmbia-Acari, Morro da Viúva e da Vila Arroio Pavuna, além da Comunidade União da Barra, que tem o indicativo de remoção sem pagamento de indenização “pelo fato da comunidade não se tratar de área de “favela””. (DHESCA BRASIL, 2011, p. 25). Haveria um tratamento diferente conferido às favelas, em relação às demais habitações populares? A que isso se deveria?

Em seguida, o relatório parte para dois tópicos de exposições das violações de direitos identificadas a partir da observação das ações do poder público, ao longo da realização da Missão, e a partir dos diálogos estabelecidos com as comunidades e das histórias coletadas dos moradores. Em geral, no momento de implementação da política de reassentamento ou de indenização não é levado em conta o direito de posse da terra, o direito à moradia no local de residência, considerando apenas a indenização por benfeitorias. O beneficiário da indenização por desapropriação é o proprietário que consta na matrícula do registro de imóveis. Por essa lógica, destaca a Relatoria (DHESCA BRASIL, 2011), o morador residente há vários anos com sua família é percebido como invasor desprovido de direitos. Essa “racionalidade jurídica implementada não o reconheceu e, como consequência, lhe negou direitos”. (DHESCA BRASIL, 2011, p. 29), apesar da posse de terra ser atestada por documentos internacionais como elemento central do direito à moradia.

No entanto, é preciso dizer urgentemente, que sim, essas pessoas atingidas por essas remoções e deslocamentos têm direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro e internacional. [...] Nesse sentido, nos termos da legislação internacional reconhecida e firmada pelo direito brasileiro, é preciso se constatar que os despejos são uma grave violação aos direitos humano. [...] Por isso, faz-se necessária a proteção jurídico-processual de famílias, grupos ou comunidades ameaçadas de despejo antes e durante o curso da ação judicial. O Estado, os juízes e promotores públicos devem adotar o princípio da precaução nas ações de despejo, reintegrações de posse, desapropriações com pedido de imissão de posse e reivindicatórias de propriedade, que envolvam comunidades pobres e grupos vulneráveis. (DHESCA BRASIL, 2011, p. 29).

É realizada uma consistente e detalhada discussão em torno da legislação dos direitos humanos e da aplicação – ou não aplicação – da mesma no atual cenário do Rio de Janeiro. A discussão inclui as diretrizes do direito internacional a serem seguidas pelos governos diante da realização de obras em localidades sedes de megaeventos, onde são recorrentes as questões dos despejos e dos deslocamentos, em virtude das obras realizadas. As diretrizes abrangem a participação das comunidades e dos grupos ameaçados nos projetos a serem executados e que, por sua vez, venham a acarretar a remoção das mesmas. As autoridades devem ainda fornecer todas as informações necessárias para a compreensão do projeto e a possibilidade de dialogar sobre alternativas que não atinjam as comunidades selecionadas (DHESCA BRASIL, 2011).

Assim, conclui-se que o ordenamento jurídico internacional optou seguramente pela garantia do direito à moradia digna das comunidades atingidas por obras de grande impacto. Isto porque, todos os documentos citados elevam como última alternativa a remoção, quando garante a possibilidade de discussão do projeto a ser realizado, entre outras medidas, sendo que no caso da remoção está [sic] somente deverá acontecer quando existir local digno para reassentamento das pessoas atingidas ou indenização justa e que garanta direito á [sic] moradia digna (DHESCA BRASIL, 2011, p. 32-33).

No caso em que o reassentamento e o deslocamento sejam necessários, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CG n. 7, item 16) defende a adoção das seguintes proteções processuais:

- a) Realização de consultas à população afetada para discutir todas as demais possibilidades que permitam evitar ou ao menos minimizar a utilização do recurso da força;
- b) Concessão de prazo razoável e suficiente de notificação a todas as pessoas afetadas, com antecedência à data prevista para o despejo;
- c) Facilitar a todos os interessados as informações relativas ao despejo, dentro de um prazo razoável;
- d) Assegurar a presença de representante do órgão governamental competente pela política habitacional e fundiária, de promotores e

defensores públicos e de Conselheiro Tutelar no local do despejo, para assegurar a prestação de assistência humanitária;

- e) Identificação exata de todas as pessoas afetadas;
- f) Não realizar despejos durante mau tempo, à noite, nos finais de semana, dias festivos ou santos, salvo com o consentimento das pessoas afetadas;
- g) Apontar possibilidades de recursos jurídicos e assegurar que a assistência jurídica gratuita continue a ser prestada mesmo após a efetivação do despejo, com vistas a assegurar o devido processo legal e a possibilidade de recurso (DHESCA BRASIL, 2011, p. 35).

O relatório, apoiado nas legislações, comprova e enfatiza o desrespeito ao Direito Humano à Cidade, especialmente ao direito à moradia, mas abrangendo também a violação de outros direitos humanos sociais e individuais: “direitos à educação, segurança, proteção à criança e ao adolescente, assistência aos desamparados, saúde, água, saneamento e ao meio ambiente e outros”. (DHESCA BRASIL, 2012, p. 36). Ao final, realiza recomendações gerais e específicas sobre a situação de cada comunidade visitada na Missão.

Todo o discurso do relatório é construído com base nos direitos dos cidadãos, direitos previstos por lei e que estão sendo violados. É uma luta por direito, uma luta por justiça. São inscritos de uma realidade do que é e do que deveria ser. A luta por novas posições, novas relações e pela ressignificação do espaço. Não se trataria de um local de marginais, nem de invasores, mas de cidadãos, de moradores da cidade que, como todos os outros, têm os seus direitos.

No ano seguinte, o Comitê Popular Rio lançou o Dossiê *Megaventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro*, que contempla “diversas situações de nítido desrespeito aos Direitos Humanos e ao Direito Coletivo à Cidade, envolvendo o direito à moradia, à mobilidade, ao meio ambiente, ao trabalho, à participação, entre outros”. (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 4). O material complementa algumas informações fornecidas pelo Relatório da Dhesca Brasil.

O Dossiê denuncia o processo de violação do direito à moradia e fala do desrespeito, pelas autoridades, do direito dos cidadãos e cidadãs de terem acesso à informação e a participar nos processos decisórios. Fala da subordinação dos interesses públicos aos interesses de entidades privadas (entre as quais destacam-se o Comitê Olímpico Internacional e grandes corporações), fala do desrespeito sistemático à legislação urbana e aos direitos ambientais, aos direitos trabalhistas e ao direito ao trabalho, fala do desperdício dos recursos públicos, que deveriam estar sendo destinados às prioridades da população. Enfim, fala da violação do direito à cidade (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p 5)

Tabela síntese do número de famílias removidas ou ameaçadas de remoção por comunidade

Comunidade	Tempo da ocupação	Nº de famílias removidas	Nº de famílias ameaçadas	Total de famílias	Justificativa
1. Largo do Campinho / Campinho	1980	65	Totalmente removida	65	1ª fase BRT Transcarioca – Barra a Penha
2. Rua Domingos Lopes (Madureira)	Sem informação	100	—	100	BRT Transcarioca
3. Rua Quáxima (Madureira)	1970	27	—	27	BRT Transcarioca
4. Comunidade Vila das Torres – (Madureira)	1960	300	Totalmente removida	300	Construção de parque municipal
5. Comunidade Arroio Pavuna /Jacarepaguá	1938	—	28	28	Construção de viaduto / BRT Transcarioca
6. Restinga / Recreio	1994	150 (além de 34 pequenos comércios)	Totalmente removida	150	BRT Transoeste – Barra da Tijuca - a Santa Cruz
7. Vila Harmonia / Recreio	1911	118	2 famílias e 2 centros espíritas	120	BRT Transoeste
8. Vila Recreio II / Recreio	1996	235	Totalmente removida	235	BRT Transoeste
9. Vila Autódromo / Jacarepaguá	1985	—	500	500	BRT Transcarioca e Transolímpica
10. Asa Branca - Curicica	1986	—	2000	2.000	Desapropriação – Transolímpica – Barra da Tijuca a Deodoro
11. Vila Azaleia – Curicica	1990	—	100	100	Desapropriação – Transolímpica
12. Vila Taboinha	1990	—	400	400	Reintegração de posse
13. Comunidade do Metrô Mangueira	1980	350	350	700	Estacionamento para o estádio do Maracanã
14. Ocupação Aldeia Maracanã	2006	—	20	—	Inclusão dessa área na privatização do estádio do Maracanã
15. Favela do Sambódromo	Sem informação	60	Totalmente removida	60	Alargamento do Sambódromo para os Jogos Olímpicos
16. Favela Belém-Belém / Pílares	1972	—	300	300	Construção de novo acesso para o Estádio João Havelange (Engenhão)
17. Favela Barreira do Vasco – São Cristóvão	Sem informação	Em fase de estudos e projetos			Melhorar o acesso ao estádio São Januário
18. Ocupação Machado de Assis	Sem informação	—	150	150	Projeto Porto Maravilha – revitalização da zona portuária
19. Ocupação Flor do Asfalto	2006	—	30	30	Projeto Porto Maravilha – revitalização da zona portuária
20. Rua do Livramento e Adjacências	Sem informação	—	400	400	Projeto Porto Maravilha – revitalização da zona portuária
21. Ocupação Boa Vista	1998	35	—	35	Projeto Porto Maravilha – revitalização da zona portuária
22. Morro da Providência	1897	—	835	835	(1) Implantação de teleférico e plano inclinado; (2) área de risco
23. Comunidade Tabajaras (Estradinha)	1986	120	230	350	A Prefeitura alega que a área é de risco
24. Comunidade do Pavão-Pavãozinho	1930	300	—	300	A Prefeitura alega que a área é de risco
TOTAL	—	1.860	5.325	7.185	—

Tabela 1: Remoções
Fonte: Comitê Popular Rio, 2012

O Comitê Popular Rio defende a existência de um padrão de atuação do poder público municipal diante das famílias de baixa renda residentes de assentamentos informais e destaca as diversas fases e modalidades de violações do direito humano à cidade:

a) Violação do direito de acesso à justiça

A prefeitura municipal trata as famílias residentes em assentamentos populares como desprovidas de direitos e, por esta razão, julga que não deveriam aparecer nos processos de desapropriação. A ação desapropriatória movida na justiça cita os pseudo-proprietários, aqueles que constam no Registro Geral de Imóveis, mas que já faleceram ou reconhecem que não são mais proprietários das terras, uma vez que o tempo de ocupação das comunidades já supera os cinco anos, sem contestação de posse. O resultado do processo é a não localização dos proprietários e a facilitação da ação de desapropriação, pois a não manifestação do proprietário permite a transferência da propriedade para o poder público mediante o pagamento de 80% do valor do imóvel.

É nesse jogo de faz-de-conta que a Prefeitura tem ganhado as ações e derrubado as liminares impetradas pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro contra as remoções. Esse procedimento é ilegal, pois não reconhece o preceito constitucional que assegura o direito à posse. (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 18).

O direito à indenização independe da comprovação de posse registrada no cartório imobiliário. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro destaca que, além da posse da terra, os moradores já teriam também direito à titularidade do bem, por isso não haveria razões para o impedimento de indenizações.

O Comitê ressalta a “violação da justiça pela própria ‘justiça’”, que tem derrubado todas as liminares da Defensoria Pública que solicitavam a paralisação da desapropriação, mesmo sem ter escutado os moradores dos assentamentos populares. O processo judicial de desapropriação por interesse público da Procuradoria Geral do Município estaria, com isso, ferindo o direito básico da população de acesso à justiça. “As remoções aconteceram e estão acontecendo sem que a Justiça tenha se posicionado sobre as Ações Cíveis Públicas impetradas pela Defensoria Estadual do Rio de Janeiro e sem que os moradores tivessem, ao menos, a oportunidade de serem escutados”. (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 18).

b) Quando a área é de propriedade pública municipal, não há processo judicial pelo município

Nos casos em que a área visada é de propriedade pública municipal, não há sequer processo judicial pelo município, pois, segundo o entendimento do mesmo, este não estaria obrigado a pedir imissão na posse via judicial. O Tribunal de Justiça argumenta que

a área ocupada, por ser de natureza pública, não caracteriza posse e sim mera detenção. Isso legitima ao município, segundo a decisão, a usar o poder de polícia para realizar a desocupação, já que o município nos termos da Constituição seria o responsável pelo ordenamento do solo urbano (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 20).

Nestes casos, não tem ocorrido indenização por benfeitorias, nem pela posse exercida pelas famílias e nem havido programa assistencial para as mesmas. Os moradores têm sido expulsos com o uso de força e aparato policial. A Constituição Brasileira, o Estatuto da Cidade e o Novo Código Civil Brasileiro, lembra o Comitê Popular Rio (2012), reconhecem legalmente a posse de área público como direito real. Sendo assim, os moradores teriam o direito de indenização pela posse.

c) A violência e o terrorismo para os que procuram a justiça

Como todos os procedimentos adotados pela Procuradoria Geral do Município - seguindo as orientações do Prefeito Eduardo Paes e visando a remoção das famílias - estão amparados na Justiça, todo um exército de funcionários segue o mesmo procedimento: o de afirmar aos moradores que eles não têm direito pelo fato da propriedade não estar legalizada, devendo apenas optar por uma das modalidades oferecidas. (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 21).

O discurso da ausência de direitos perpassa vários órgãos da Prefeitura. Grande parte das ameaças e do temor em relação aos moradores foi produzido pelas Sub-prefeituras, encarregadas do contato político com os populares e da apresentação das regras de remoção. Conversas individuais e pressões por acordos, com o argumento de que a demolição ocorreria de qualquer modo e ameaçando o não recebimento da oferta da Prefeitura é o modo corrente de atuação das sub-prefeituras⁴⁴.

⁴⁴ Durante minha participação de uma reunião dos moradores dos Morros Chapéu Mangueira e Babilônia com o poder público, ali representado pelo Território da Paz, pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro e pelo Núcleo de Terras e Habitação, em março de 2012, ouvi os relatos do caso da moradora Fernanda. O discurso circulante era o de que sua casa era um empecilho ao desenvolvimento, que ela estava “atrapalhando o progresso e o desenvolvimento do morro”, sendo ainda acompanhado das ameaças: “vivo

O Comitê chama atenção para o poder de decisão da Procuradoria nos processos de remoção, citando como exemplo as ordens de derrubada imediata das casas, logo após a obtenção de parecer favorável da Justiça para a desapropriação, em decorrência da derrubada das liminares da Defensoria que solicitavam paralisação das remoções. Antonieta, da comunidade Campinho, relata sua experiência: “um oficial de justiça chamado Carlos afirmou que eu deveria deixar as minhas coisas arrumadas, pois a minha casa poderia ser demolida a qualquer momento”. (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 22). Aguardavam apenas a derrubada da liminar e a ação de imissão de posse, beneficiando a prefeitura, para a derrubada das casas. O resultado foi famílias desabrigadas, com seus objetos na rua, crianças acordadas no meio da noite e violência policial.

As decisões judiciais favoráveis às desapropriações por interesse público não estabelecem nenhuma exigência a ser cumprida pela prefeitura e nem manifestam preocupação em relação à situação dos moradores. As “decisões judiciais permitiram que o desespero e o terror fossem a tônica dos processos de remoção das famílias que não concordavam com as opções oferecidas pela Prefeitura”. (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 22). O dossiê recupera ainda os casos mencionados anteriormente no relatório da Plataforma Dhesca de demolição de parte das casas da comunidade e da não retirada dos entulhos, e de outros casos em que a derrubada das casas ocorreu sem o pagamento prévio das indenizações.

d) Ausência de informações

As remoções têm ocorrido sem o acesso dos moradores às devidas informações sobre a ocorrência e sem o estabelecimento de diálogo com os moradores das comunidades sobre o projeto de urbanização a ser implementado. Há casos em que o comunicado das remoções só é realizado horas antes de ocorrerem ou até no próprio momento de ocorrência.

O Comitê Popular defende que “os debates deveriam ocorrer amparados por estudos de impacto ambiental e de vizinhança a fim de contribuir com alternativas à remoção e mitigação dos impactos e de garantia do direito à moradia dessas famílias”. (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 22). A realidade, entretanto, denuncia que não foram apresentados estudos de impacto, nem o projeto escrito de urbanização, nem os motivos de remoção e as opções dos moradores, diante da desapropriação. O Estatuto da Cidade, lembra o Dossiê (COMITÊ POPULAR RIO, 2012), determina a realização de audiências públicas e do estudo

de impacto da vizinhança, bem como a participação da comunidade nas decisões dos projetos de intervenção do poder público na área.

Outro ponto criticado pelo Dossiê diz respeito aos sites criados pelo governo federal e municipal supostamente para disponibilizar as informações de interesse da população. No entanto, a iniciativa parece visar mais a criação de “uma imagem de transparência” do que “fornecer dados relevantes para o correto entendimento do planejamento e dos processos a eles atrelados”. (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 59).

No caso do site www.transparenciaolimpica.com.br, por exemplo, a principal informação disponibilizada é parte da legislação pertinente. Já as informações relacionadas aos projetos são insuficientes, pois são resumidas em dados gerais, sem um detalhamento mais preciso de fatores como: as áreas exatas ocupadas pela nova infraestrutura (traçados detalhados dos BRTs, por exemplo), valores orçamentários para além do valor total das obras, contratos realizados com as empresas responsáveis pelas obras, número de desapropriações e remoções já efetuadas e a serem levadas a cabo e identificação dos atingidos, valores detalhados dos gastos com indenizações, justificativas para todas as ações, etc. (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 59).

e) Expulsão dos moradores

Diante da desapropriação forçada, são oferecidas três opções para os favelados: (a) pagamento de indenização, calculada apenas pelas benfeitorias realizadas no imóvel pelo morador, sem o reconhecimento de posse; (b) pagamento de indenização na modalidade compra assistida; ou (c) assentamento pelo programa Minha Casa Minha Vida. O valor das indenizações oferecidas, entretanto, tem sido irrisório, impedindo a compra de outro imóvel próximo à antiga moradia, situação agravada ainda mais pela valorização do local decorrente dos investimentos realizados pelo poder público. Mesmo com o instrumento de compra assistida, que provoca um aumento em torno de 30% no valor das indenizações, as famílias têm tido dificuldades para a aquisição de um imóvel na mesma localidade. Trecho do Dossiê do Comitê Popular Rio (2012, p.23) aborda que:

Segundo a própria Secretaria Municipal de Habitação, em balanço realizado em torno da gestão habitacional, de janeiro de 2009 a agosto de 2011, apenas 11% dos casos de remoções optaram (ou conseguiram comprar outro imóvel na localidade com o valor ofertado) por esta modalidade de indenização.

No caso dos reassentamentos pelo programa Minha Casa Minha Vida, há o aspecto negativo da localização dos conjuntos habitacionais a cerca de 40km da comunidade de origem, em lugares distantes de ofertas de emprego e de serviços de saúde, e em áreas que já

são carentes, realidade que será ainda mais agravada com a sobrecarga de contingentes populacionais. Além do problema da distância, é mencionado o fato do reassentamento para o conjunto habitacional ter que ser pago “pelo morador nas condições estabelecidas para as famílias com rendimentos de até 3 salários mínimos”. (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 24). Decreto municipal de outubro de 2011 admite o auxílio financeiro para a liquidação antecipada do parcelamento do contrato de compra e venda do imóvel apenas nos casos de a relocação de famílias desabrigadas ou moradoras da área de risco. O Comitê Popular Rio conclui: “as famílias que levaram décadas para construir seu imóvel não teriam nenhuma contrapartida, apenas a garantia de estarem sendo selecionadas”. (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 24).

Para o Comitê Popular Rio (2012, p. 8), a transferências de famílias de áreas que serão beneficiadas com os investimentos dos megaeventos esportivos para regiões periféricas da cidade “completa o quadro da política de reorganização do lugar dos pobres na cidade”. O mapa abaixo, produzido pelo Comitê Popular, ilustra a transferência das comunidades removidas, até janeiro de 2011, bem como aponta as comunidades ameaçadas de remoção.

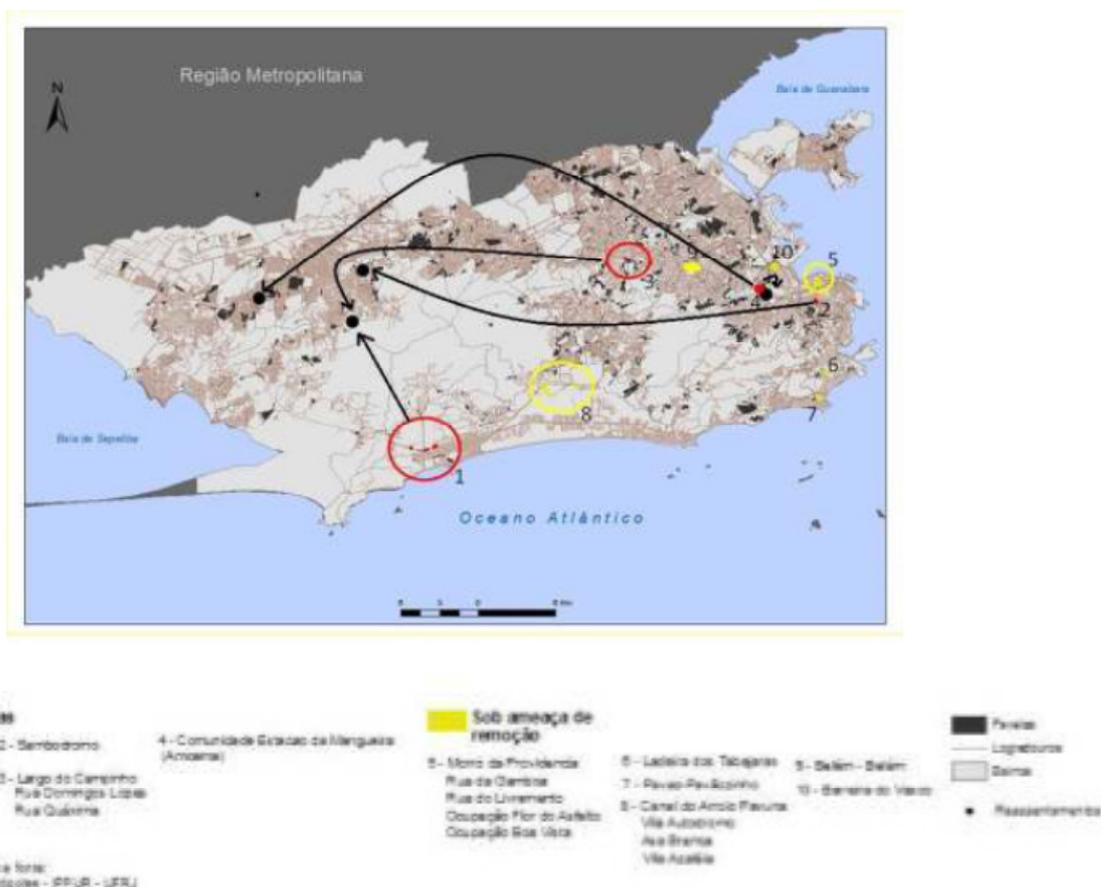


Figura 9: Mapa remoções
Fonte: Comitê Popular Rio, 2012

Os modos de construção do problema da moradia enquanto objeto jurídico pelo Comitê Popular Rio revelam-se satisfatórios, tendo como parâmetro o modelo de Lafuente e Corsín (2011), no âmbito discursivo. É bastante claro o modo de abordagem do Comitê sobre a remoção como uma prática que, pelas características de sua ocorrência, viola direitos do cidadão. São narrados casos específicos da realidade de cada comunidade que está sendo afetada pelas remoções e, em seguida, soma-se a voz do morador à narrativa jurídica, às leis que vigoram municipal, nacional e internacionalmente. Com tal procedimento, o Comitê consegue retirar sua reivindicação de um plano de simples lamentação para inseri-lo como um desrespeito às leis e ao ser humano. São reivindicações embasadas juridicamente.

3.2.2.2 Objeto da ciência

Além da aproximação do campo jurídico, os moradores também aproximaram-se do campo científico. O Comitê Popular Rio é composto por pesquisadores que adicionam seus conhecimentos técnico-científicos ao discurso dos moradores, seja por meio de assessoria técnica a respeito da produção de laudos sobre as áreas marcadas para remoção, ou da elaboração de projetos de urbanização, que excluam a necessidade de remoção das comunidades, garantindo a permanência das mesmas.

Laudo técnico

As remoções marcadas para ocorrer na comunidade Metrô Mangueira, por exemplo, foram oficialmente justificadas a partir do argumento do risco de vida. Há de se expor, todavia, que (a) um laudo técnico independente sustenta a alegação dos moradores de que parte das casas marcadas não se encontrariam em áreas de risco; (b) não houve envolvimento da comunidade na elaboração do laudo técnico do poder público; e (c) ocorreu a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora, por parte do governo, em uma das áreas apontadas como de risco (DHESCA BRASIL, 2011).

A Vila Laboriaux, no alto da Favela Rocinha foi selecionada para remoção total e imediata, em decorrência dos deslizamentos ocasionados pelas chuvas de abril 2010. A localização das moradias foi identificada como de alto risco. Mais uma vez, a comunidade solicita um laudo técnico, com elaboração acompanhada pelos moradores e verificação dos locais passíveis de urbanização. Situação semelhante foi identificada no Parque Colúmbia-Acari com as remoções justificadas por conta do risco, após as mesmas chuvas de abril de 2010 e, entretanto, sem apresentação de laudo técnico para a comunidade (DHESCA BRASIL, 2011).

A comunidade da Estradinha, localizada na Ladeira dos Tabajaras, em área nobre de Botafogo, está, segundo os moradores, marcada para remoção devido a alegação da Prefeitura de que a comunidade está situada em área de risco. Membros da Associação de Moradores afirmam, todavia, que a maior parte das casas não está situada em área de risco – restrita a uma pequena parte do morro – e sugerem reassentamentos em outras partes, que não sejam classificadas como regiões de risco. O argumento dos moradores é sustentado por laudo técnico independente, que, ao mesmo tempo, contesta o laudo do órgão técnico da prefeitura (COMITÊ POPULAR RIO, 2012).

A comunidade do Pavão-Pavãozinho tem 300 famílias marcadas para remoção também pelo risco geotécnico ou estrutural. A prefeitura já marcou as casas com spray, mas ainda não havia apresentado o laudo comprovando que as áreas selecionadas são realmente de risco. Também não houve discussão com a comunidade sobre a possibilidade de realização de obras que garantissem a segurança dos moradores (COMITÊ POPULAR RIO, 2012).

Projeto de urbanização

Os moradores da Vila Autódromo, juntamente da Defensoria Pública do Estado, obtiveram uma liminar de suspensão da licitação da parceria público-privada do Parque Olímpico, até que houvesse a garantia do direito à moradia das famílias da comunidade. Contrariando as informações divulgadas pela prefeitura, a procuradoria do município afirmou, em resposta, que a remoção prevista não iria ocorrer em virtude do Parque Olímpico, mas das obras de mobilidade da Transcarioca e Transolímpica que cortariam a área. O Comitê Popular destaca que os estudos técnicos elaborados e divulgados pela prefeitura revelam que as vias de transporte apenas tangenciam a área, contrariando, assim, a informação da procuradoria, revelando a não necessidade de remoção e, segundo o Comitê (2012, p. 12), confirmando “a hipótese de que a principal motivação para a remoção é o interesse imobiliário”.

A Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA), em conjunto com o Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ETTERN/IPPUR/UFRJ) e o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF), elaboraram um projeto de urbanização que demonstra a viabilidade da regularização fundiária para toda a comunidade e a compatibilidade com a implantação dos equipamentos esportivos e das obras de mobilidade urbana, previstas para a região (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 12). O documento comprova ainda que a urbanização custaria apenas 20% do valor previsto para os custos com

a remoção e ainda preservaria “os vínculos sociais construídos no local há décadas sem prejudicar a realização dos Jogos Olímpicos”. (COMITEPOPULARIO, 2013).

Tabela comparativa entre as propostas do Plano Popular da Vila Autódromo e da Prefeitura do Rio

Plano Popular da Vila Autódromo	Remoção e Reassentamento dos Moradores
Planejamento Popular: O Plano é resultado da organização dos moradores da comunidade, com assessoria das universidades. Para sua elaboração, foram realizadas 3 oficinas de trabalho, 6 Assembléias com ampla participação dos moradores, além de reuniões com grupos de moradores, e do Conselho Popular do Plano, instaurado em janeiro de 2012.	A notícia da remoção chegou para os moradores através da mídia, sem contato anterior ou informações da Prefeitura direta para os moradores. Em reuniões com os moradores, a Prefeitura reafirmou que estava certa a remoção, sem possibilidade de diálogo ou apresentação de alternativas. A proposta de reassentamento foi apresentada aos moradores em uma reunião, e foi questionada pela maioria dos presentes. http://youtu.be/lrc8AtSFpEo Não houve audiência pública sobre o empreendimento proposto para reassentamento das famílias.
Custo do Terreno: R\$0,00 Moradores possuem direito de posse do terreno - Concessão de Direito Real de Uso para Moradia, concedido pelo Governo do Estado, desde a década de 1990.	Custo do Terreno: R\$19,9milhões Estão previstas 920 unidades no terreno adquirido, considerando que são 450 famílias da Vila Autódromo (as demais viriam de outras comunidades removidas), a fração da área do terreno para o reassentamento da Vila Autódromo corresponde ao valor de R\$ 9.733.695,60 de terreno. Terreno que está sendo adquirido pela Prefeitura, pertencente a duas empresas que fizeram doações à campanha do Prefeito Eduardo Paes de pelo menos R\$245mil, e que se beneficiam com a remoção da comunidade com novos lançamentos imobiliários vizinhos à área.*
Custo estimado da Urbanização e Reassentamento na própria comunidade: 13.526.000,00 (Inclui estimativa de custo para urbanização, produção de 82 novas unidades, recuperação ambiental da faixa marginal da Lagoa de Jacarepaguá, e áreas de uso comunitário, esporte e lazer)	Custo estimado** da Produção Habitacional para o Reassentamento no novo terreno: 58.300.000,00 (baseado em notícia publicada no jornal Extra online, que divulga o valor total do empreendimento, considerando a proporção destinada às famílias da Vila Autódromo)
Moradores que permanecem em suas casas: 368 Reassentamentos na mesma comunidade: 82	Moradores que permanecem em suas casas: 0 Reassentamento em nova área: 450
Novas Unidades Habitacionais: 82 Área média: 76m ² Unidades variando de 58m ² a 95m ² , com 1 a 3 quartos, com tipologias diferenciadas considerando as características das famílias que serão reassentadas. As unidades de 58 m ² são sobrados e casas unifamiliares, com possibilidade de ampliação para 72 m ² e 93 m ² , respectivamente. O menor apartamento, de 1 quarto tem área de 66m ² . Área de reestruturação para produção de novas moradias: 5.710m ²	Novas Unidades Habitacionais: 920 Área média: 43m ² Unidades variando de 40m ² a 55m ² 50 blocos de 5 pavimentos, com 720 apartamentos de 2 quartos, e 200 de 3 quartos (não é possível identificar quais serão destinados à Vila Autódromo)
Equipamentos sociais, comunitários e áreas de lazer: creche comunitária, praça com áreas de lazer e estar, churrasqueira comunitária, parquinho infantil, academia da 3ª idade, trilha ecológica, campo de futebol.	Equipamentos sociais e áreas de lazer: quadra esportiva, escola, trilha ecológica.
Recuperação Ambiental: O Plano prevê área de recuperação ambiental de Faixa Marginal da Lagoa e Beira de Córrego: 23mil m ² Atende à Resolução CONAMA no. 369/2006, que dispõe sobre a regularização fundiária sustentável em área urbana nos casos de interesse social, para faixas de APP – Área de Preservação Permanente, definidas no Código Florestal.	Fragilidade Ambiental: O terreno adquirido era antiga área de mineração, e a maior parte de sua área está qualificada como de alto e médio risco, segundo mapa de suscetibilidade ao escorregamento da GeoRIO. A implantação das novas unidades, segundo projeto apresentado pela prefeitura desconsidera as fragilidades ambientais do terreno, e não foi apresentado para licenciamento ambiental.

*Fonte: “Rio para R\$19,9mi por área de doador de Paes”, O Estado de São Paulo, 6 de outubro de 2011. **

Fonte: “Vila Autódromo: remoção só em 2014”, Extra online, 17 de janeiro de 2013.

Tabela 2: Quadro comparativo planos da Vila Autódromo
Fonte: ComitêPopulaRio, 2013

Em agosto de 2012, a AMPAVA entregou o Plano Popular ao prefeito Eduardo Paes, que se comprometeu a responder os moradores com uma avaliação técnica do Plano Popular no prazo de 45 dias, mas isso não aconteceu. A AMPAVA tomou a iniciativa de convidar entidades profissionais para realizarem a avaliação das duas propostas, a de urbanização e a da remoção, para a comunidade. A reunião está marcada para acontecer no dia 11 de março de 2013 e já tem a presença confirmada de arquitetos e urbanistas do Instituto de Arquitetos do Brasil, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo e do Sindicato de Arquitetos e Urbanista do Rio de Janeiro; planejadores urbanos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; engenheiros do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, do Sindicato de Engenheiros e do Clube de Engenharia; cientistas sociais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais; antropólogos da Associação Brasileira de Antropologia; assistentes sociais do Conselho Regional de Serviços Sociais e geógrafos da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

O Comitê Popular constrói a moradia como objeto da ciência na medida em que faz uso de conhecimentos científicos para reforçar o seu discurso de luta. A ciência aqui é evocada como conhecimento respaldado. Como julgar uma área como de risco, se um laudo técnico informa o oposto? Qual argumento usar para justificar uma remoção, diante de um estudo que comprova que a área necessária para a construção das vias não compreende a comunidade e, além disso, revela que os gastos com a urbanização da mesma seria consideravelmente menores?

A construção da moradia como objeto da ciência compreende também a discussão sobre o direito à moradia, intimamente vinculado à sua construção como objeto jurídico; sobre a remoção, enquanto prática histórica da cidade do Rio de Janeiro (objeto histórico); sobre a relação dos megaventos com intervenções urbanas e violações de direitos; sobre planejamento urbano e valorização imobiliária. Todos estes são temas recorrentes nos discursos dos atingidos.

3.2.2.3 Objeto midiático

A construção do objeto de luta das comunidades como produto midiático abarca a criação de *blog* e perfis em redes sociais (*Facebook*, *Twitter* e *Youtube*), a produção de Dossiê de violação dos direitos e o lançamento do mesmo, a realização de eventos na academia e de mobilizações populares. As estratégias de comunicação são, aqui entendidas, como ações pelo bem comum.

As primeiras reuniões da resistência tiveram início logo após as primeiras informações divulgadas sobre as remoções de comunidades cariocas, em janeiro de 2010. Já no mês seguinte, foi organizado o evento “Olimpíadas não justifica remoção”, o primeiro de caráter mais público a ser realizado. Dezesseis representantes de favelas marcadas e cerca de 200 pessoas protestaram em frente à sede da Prefeitura. O acontecimento teve considerável repercussão em diversos sites.



Fotografia 8: Olimpíadas não justifica remoção
Fonte: Vírus Planetário, 2010

Em março de 2011, o Comitê Popular Rio organizou a Mobilização pelo Direito à Cidade, pela Democracia e Justiça Urbana, por meio de uma passeata no centro do Rio de Janeiro, com a presença de movimentos sociais e de comunidades atingidas. O direito à cidade e à moradia apareciam aqui como reivindicação, aliados ao grito de democracia e justiça urbana.



Figura 10: Ato pela cidade
Fonte: ComitêPopularRio, 2011a



Fotografia 9: Manifestantes no Ato pela cidade
Fonte: ComitêPopularRio, 2011b

No mês de maio, nos dias 11 e 12, realizaram o Ato por uma Defensoria realmente pública, chamando atenção para o papel da defensoria pública no acesso à justiça da população, na promoção dos direitos humanos e na contribuição para a consolidação democrática no Estado de Direito Brasileiro. O movimento foi idealizado em resposta às intervenções realizadas pelo Defensor Geral com vistas ao enfraquecimento do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública.

No dia 30 de março, o Comitê (2011c) publicou matéria expondo que as comunidades estão vendo seus direitos serem reduzidos com a mudança de gestão do Núcleo de Terras e Habitação, “única instituição estatal que se dedica a defender e a buscar minorar os impactos da perda da moradia promovida pela prefeitura em razão da construção de vias e outras obras que prepararão a cidade para os lucros da Copa do Mundo e das Olimpíadas”.

O novo Defensor Geral, Nílson Bruno, foi eleito com o slogan: Defensoria para os Defensores, com a pretensão de aumentar o distanciamento com os assistidos e com os movimentos sociais e aumentar a intimidade com as autoridades. Parece que deseja amarrar os núcleos mais produtivos como o NUT e o Núcleo de Direitos Humanos (NDH), ferindo de morte o princípio da independência funcional dos Defensores, que se dedicam a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais, objetivo primeiro determinado no Estatuto dos Defensores Públicos (Lei Complementar nº 80/1994). [...] Foi realizada uma Resolução DPGE n.º 569 que cria o Comitê Extraordinário no período de execução da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, que ao nosso entender terá o objetivo de enfraquecer mais o NUT e o NDH, além de fazer acordos com as autoridades estatais em detrimento dos interesses dos assistidos, pois não contempla a participação da sociedade como desejamos e nem de Defensores historicamente comprometidos com a defesa dos cidadãos (COMITÊPOPULARIO, 2011c).

No dia 04 de maio, Adriana Britto, Alexandre Mendes, Eliete Costa Silva Jardim, Marília Corrêa P. Farias e Roberta Fraenkel, publicaram no blog do Comitê Popular (2011d)

uma Carta aberta às comunidades, às entidades e aos movimentos parceiros do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública (RJ):

Nós, Defensores Públicos signatários, informamos a todos que decidimos coletivamente deixar o Núcleo de Terras e Habitação, onde, com muito orgulho, atuamos até abril de 2011, em razão de não compactuarmos com a atual diretriz imposta pela Administração Superior a este núcleo especializado. Além de milhares de famílias distribuídas em cerca de 260 comunidades, em toda a cidade do Rio de Janeiro, muitas parcerias foram fundamentais para o êxito de nossa atuação, e aqui queremos destacar o Conselho Popular, a Pastoral de Favelas, o Coletivo Técnico de Arquitetos, Engenheiros e Urbanistas; a Anistia Internacional; a Relatoria Especial para Direito à Moradia da ONU; a Plataforma Nacional de Direitos Humanos; a Rede Contra a Violência; a COMCAT (Comunidades Catalisadoras), a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ; o Ministério das Cidades, o Ministério da Justiça; e instituições de ensino, como UFRJ, UNI-RIO e IBMEC. Queremos agradecer profundamente a todas as comunidades e parceiros com quem construímos uma relação de respeito e colaboração ao longo desses anos, pois foi um aprendizado inesquecível para todos nós, impossível de ser traduzido em palavras. Temos certeza de que comunidades, conhecedoras do modelo democrático construído ao longo dos últimos quatro anos, poderão impulsionar o Núcleo de Terras e Habitação a dar continuidade a esta linha de atuação consagrada institucionalmente. Assim, orientamos a todos que continuem procurando o Núcleo de Terras e Habitação, pois o serviço público em questão continuará sendo executado pela nova equipe coordenada pelo Dr. Francisco Horta Filho, a quem já nos colocamos à disposição para auxiliar no que se fizer necessário. Por fim, reafirmamos a importância da Defensoria Pública para garantir o acesso à justiça da população carente, promover os direitos humanos e contribuir para a consolidação democrática no Estado de Direito Brasileiro. (COMITÊPOPULARIO, 2011d).

A este respeito, Adriana Britto⁴⁵, ex-defensora pública do NUTH, explica que a coordenadora Roberta Frankel foi exonerada do cargo pelo defensor geral e, depois, retirada do Núcleo. Além disso, todos os estagiários foram exonerados, “sem qualquer justificativa plausível, sem processo administrativo para garantir contraditório e ampla defesa, nada!”, além de mais outras duas funcionárias, “só pelo fato de terem trabalhado conosco, como se fôssemos uma doença!!!!”. Por isso e “por vários outros motivos”, ela completa, Britto e os outros quatro defensores do NUTH concluíram que não tinham condições de continuar o trabalho que vinham realizando, pois a “Administração Superior da DPGE não estava apoiando o mesmo, ao contrário, estava minando a cada dia [...] Pedimos pra sair”. A ex-

⁴⁵ Entrevista cedida a autora em 15 agosto de 2011.

estagiária de direito do NUTH, Thaís Justen⁴⁶ (2011), expôs que a substituição dessa gestão teria sido realizada por outra coadunada com os interesses do estado.

O Comitê Popular também marcou presença nas Audiências Públicas de 21 de junho e de 6 de dezembro. Na primeira audiência, realizada pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, as comunidades apresentaram vídeos e denúncias sobre os processos das remoções: truculência, ausência de informação, as comunidades que estão ameaçadas e as remoções previstas, o valor insuficiente das indenizações, a distância dos reassentamentos da comunidade de origem, e o desrespeito à Lei Orgânica do município e à Constituição Federal. Na ocasião, o então secretário de habitação, Jorge Bittar, admitiu a possibilidade de excessos e arbitrariedade na atuação de funcionários da prefeitura, mas não respondeu as denúncias realizadas.

O acontecimento gerou publicação de matéria no UOL Esporte: “MP compara Prefeitura a nazistas na desapropriação de imóveis para Copa e Olimpíada” (COIMBRA, 2011). A reportagem aborda as críticas sobre a atuação do poder público em relação às desapropriações – truculência e pressão dos agentes da prefeitura -, baixo valor das indenizações, realocação em locais distantes –, a referência do MP aos métodos nazistas em suas abordagens sobre os métodos que estão sendo adotados pelo poder público municipal de marcar casas com tinta spray, cita comentário de Eliomar Coelho sobre a tentativa de criar a CPI das Remoções e o “bate boca”, nos termos de Coimbra (2011), entre um morador de comunidade popular e o secretário Jorge Bittar.

Na audiência de 6 de dezembro, organizada pela Comissão Externa sobre Legado da Copa e dos Jogos Olímpicos da Câmara dos Deputados e a Comissão Especial de Habitação e Direito à Moradia Adequada, o Comitê Popular foi representado por Clara Silveira, também membro do Movimento Nacional pela Luta do Direito à Moradia. Silveira⁴⁷ denunciou as violações de direito à moradia na cidade, citou casos de ocorrências de remoções, mesmo a comunidade não estando localizada em área de risco, nem em terreno eleito para construção de determinada instalação esportiva, pediu transparência e mais informação sobre a realização das obras e expôs que o real legado que está sendo construído para a população mais pobre diverge do discurso oficial da prefeitura.

Em novembro, o Comitê conseguiu entregar carta e DVD sobre as remoções para os membros do Comitê Olímpico Internacional. A proposta inicial era conseguir o agendamento

⁴⁶ Comentário realizado na Mesa-redonda: Devir-cidade das favelas e devir-favelas das cidade. Rio de Janeiro, julho, 2011

⁴⁷ Pronunciamento realizado em Audiência Pública, ocorrida na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2011.

de uma reunião com o COI, em virtude da visita ao Rio de Janeiro, com a participação de diversos grupos da sociedade civil do Rio de Janeiro, incluindo o Comitê Popular Rio. Diante da negação do COI, membros das comunidades afetadas mobilizaram-se e foram ao encontro da entidade internacional, conseguindo entregar o material que expõe casos de desrespeito à moradia. “Esse ato teve uma grande importância simbólica, uma vez que o governo tem muitas vezes utilizado como justificativa para a violação de Direitos humanos os compromissos assumidos com o COI”. (COMITÊPOPULARIO, 2011b).

O DVD traz os vídeos *Vozes da Missão*, produzidos em virtude da visita da Relatoria da Dhesca Brasil às comunidades Restinga, Vila Recreio 2, Morro da Providência e Favela do Metrô. A carta, por sua vez, comenta a realidade observada nas mesmas comunidades Restinga, Vila Autódromo e ainda na Vila Harmonia, e solicita uma atuação do COI diante dos despejos forçados que estão acontecendo, mais especificamente que a entidade internacional

1. Reafirme pública e inequivocamente o seu compromisso com os direitos humanos, condenando todo e qualquer despejo forçado realizado em nome das Olimpíadas e pedindo que o governo brasileiro garanta que os despejos sejam realizadas [sic] apenas como último recurso, e depois de todas as outras alternativas ao despejo serem devidamente exploradas em consulta genuína com as comunidades atingidas. Todos as remoções precisam cumprir com os padrões nacionais e internacionais de direitos humanos.
2. Solicite que as autoridades no Rio de Janeiro fundamentem suas alegações de que todos os despejos estão sendo feitas [sic] dentro dos limites da lei e liberem, para a Defensoria Pública, os nomes, valores indenizados, e locais de reassentamento de todas as famílias que já foram removidas por causa dos projetos de construção relacionados às Olimpíadas. Exija que as autoridades garantam que todos os reassentamentos sejam feitos em conformidade com as normas internacionais que definem o que constitui moradia adequada.
3. Peça ao governo brasileiro garantir que todas as pessoas que já foram removidas forçadamente sejam oferecidas reparações eficazes, incluindo moradias alternativas adequadas que mantenham ou melhorem suas condições de vida.
4. Peça às autoridades municipais para realizar consultas genuínas com as comunidades que estão sendo atingidas por obras ligadas à infraestrutura Olímpica com o objetivo de avaliar, minimizar e resolver impactos sobre os direitos humanos dessas comunidades.
5. Peça às autoridades que honrem os compromissos feitos no dossiê de candidatura e – em conformidade com a Carta Olímpica e o Código de Ética – garantam que os Jogos Olímpicos promovam um legado positivo para a cidade-sede e para o país, aumentando a disponibilidade de moradias de baixa renda e melhorando as condições de vida de comunidades pobres. (COMITÊPOPULARIO, 2011)

Como exemplo, cita-se o caso da Vila Autódromo, narrado pela moradora Inalva Brito⁴⁸. A comunidade, como já exposto, enfrenta uma situação delicada em virtude das atuais intervenções urbanas, tendo sido, estrategicamente, retirada da lista de Áreas de Especial Interesse Social⁴⁹. Inalva Brito brinca que a situação deles é “quase um jogo de sete erros”, fazendo referência às diversas justificativas já apresentadas, ao longo dos 20 anos de ameaças de remoção. Antes da criação do projeto olímpico, as justificativas foram: área de preservação ambiental – apesar de condomínios de luxo ocuparem áreas próximas e equivalentes, destaca o dossiê do Comitê Popular (2012, p. 58) –, área de risco – apesar de a favela estar localizada em local plano e sem registro de enchentes (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 58) –, e obras dos Jogos Pan-americanos. Após a vitória do Rio 2016, segunda a moradora, os argumentos foram outros. Inicialmente, abordou-se que a comunidade atrapalhava as obras de construção do Centro de Mídia Independente, depois, do Parque Olímpico e, mais recentemente, das obras da Transolímpica. Brito comenta que, após os questionamentos da Vila sobre o projeto do Parque Olímpico, a prefeitura informou que se tratava de uma exigência do Comitê Olímpico Internacional. A comunidade e o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria do Rio de Janeiro, especialmente representado pelo defensor Alexandre Magalhães, enviaram uma notificação para o COI, que negou a informação da prefeitura e solicitou maiores esclarecimentos sobre o caso.

A moradora apresentou o Manifesto “Vila Autódromo: um bairro marcado para viver”. O texto narra a história de luta da comunidade, os interesses do mercado imobiliário em relação ao território da mesma, as diversas justificativas fornecidas para a remoção, a resistência da comunidade com a elaboração do Plano Popular e o convite à luta.

Seus moradores aprenderam a resistir, afirmando seu direito à moradia diante do poder do mercado imobiliário aliado aos sucessivos governos [...] Convidamos todos os cidadãos e cidadãs a dizer: PAREM AS REMOÇÕES! Apelamos à sensibilidade e responsabilidade das autoridades governamentais, da Prefeitura do Rio de Janeiro, da FIFA e do Comitê Olímpico Internacional para que as medalhas entregues aos atletas da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 não sejam cunhadas com o sofrimento e a dor de milhares de famílias expulsas de suas casas e de suas vidas. Viva a Vila Autódromo! Vivam todas as comunidades populares da Cidade do Rio de Janeiro!

⁴⁸ Entrevista cedida a autora, em 04 de junho de 2012.

⁴⁹ Além da Vila do Autódromo, outras favelas, como a Beira do Canal e a Canal do Cortado, também foram retiradas da lista de Áreas de Especial Interesse Social e, por conseguinte, deixaram de ser áreas prioritárias para urbanização, em novembro de 2009. “Não por coincidência”, como Melo e Gaffney (2012, p. 24) enfatizam, boa parte das comunidades excluídas da lista “passaram a compor a relação das favelas escolhidas para desalojamento em janeiro de 2010”.

Meu contato com Inalva Brito foi estabelecido, após debate “Remoções, Violência e Direitos Humanos: O lado do megaevento que você não vê”, que contou também com a fala de Erick Omena, pesquisador do Observatório das Metrôpoles/IPPUR/UFRJ e membro do Comitê Popular Rio. Omena comentou que comparando as remoções atuais com as anteriores, ele acreditava que atualmente a resistência está bem mais organizada, há uma maior articulação e maiores possibilidades de visibilização da luta. longo de 2011 e 2012, o Comitê realizou diversos encontros semelhantes a esse, contando sempre com a presença de acadêmicos e, em alguns casos, de vozes das próprias comunidades atingidas.

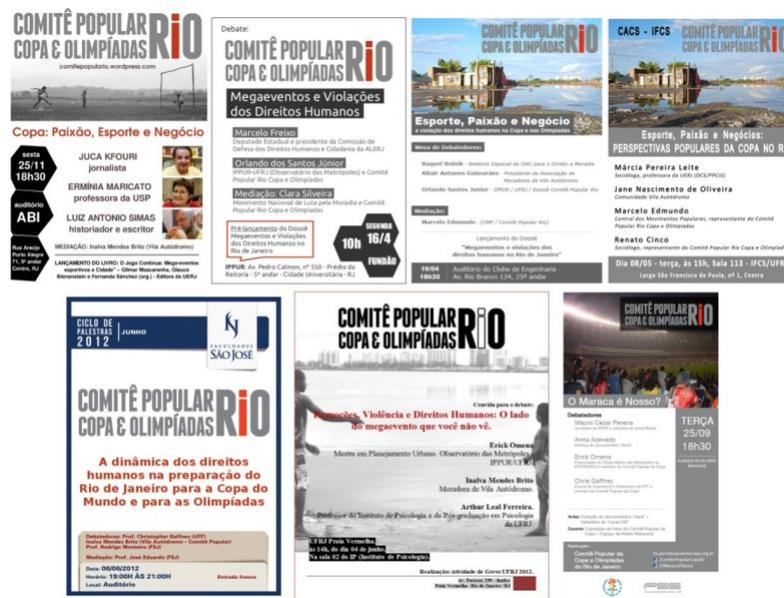


Figura 11: Cartazes do ciclo de debates
Fonte: ComitêPopularRio, 2012

Tais práticas contribuem para a maior visibilização das reivindicações dos atingidos e da realidade que têm enfrentando e, ainda, abrangem outro público: universitários. Além de reforçar o contato com a academia, estimulando a produção de materiais sobre o tema e a assessoria técnica para as comunidades, contribui para a divulgação da situação dos atingidos e da atuação da prefeitura, na medida em que se entende o aluno como multiplicador.

O tema é discutido em aulas da graduação e pós-graduação e também em postagens do *Facebook*, que fazem circular cartazes de eventos, fotos e materiais audiovisuais. O acompanhamento das postagens do perfil do Comitê Popular Rio no *Facebook* e outras páginas de entidades de militância permite não apenas a visualização do material publicado, mas ainda a visualização do perfil daqueles que efetuaram compartilhamento da postagem,

bem como o comentário – se houver – realizado na publicação da página daquele que compartilhou o material.

Além do ciclo de debates e outros eventos citados, foram também organizados os lançamentos dos dossiês de violação dos direitos. Em dezembro de 2011, houve o Ato Nacional de Lançamento do Dossiê e do Portal Popular da Copa, nas 12 cidades-sede da Copa e Olimpíadas. No Rio de Janeiro, o Comitê local entregou para a prefeitura o dossiê e ainda um símbolo do legado dos megaeventos, representado por entulhos de demolição de casas removidas. “O Dossiê e os atos de entrega tiveram grande repercussão na sociedade, incluindo notícias nos principais jornais em circulação no país (O Globo, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo), e diversas notícias e menções em blogs”. (COMITÊPOPULARIO, 2011b).

Em abril de 2012, foi lançado o Dossiê de violações dos direitos humanos especificamente do Rio de Janeiro. Seu objetivo é chamar atenção para o verdadeiro legado das Olimpíadas: “uma cidade mais desigual, com a exclusão de milhares de famílias e a destruição de comunidades inteiras, e a apropriação da maior parte dos benefícios por poucos agentes econômicos e sociais”. (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 5). Sendo assim, o Dossiê

pretende mobilizar os movimentos populares, sindicatos, organizações da sociedade civil, defensores dos direitos humanos, cidadãos e cidadãs comprometidos com a justiça social e ambiental, a se somarem ao Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro na luta por outro projeto olímpico, resultado do debate público e democrático, com a garantida de permanência de todas as comunidades e bairros populares situados nas áreas de intervenção em curso (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 5).

No evento de lançamento do Dossiê, foram organizadas palestras com Altair Guimarães, presidente da Associação de moradores da Vila Autódromo, Orlando Junior, do Comitê Popular e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, e a relatora da ONU, Raquel Rolnik. A presença de Raquel Rolnik foi uma estratégia bastante interessante de garantir visibilidade, tendo em vista a relevância mundial deste nome. Uma estratégia que desperta atenção para o acontecimento e consegue ter visibilidade em outros veículos, a citar, por exemplo, o blog da Relatora da ONU, que tem visitação internacional.

A exposição do real legado social que as Olimpíadas estão trazendo para o Rio só será possível mediante a articulação das comunidades. Apesar de ainda haver desconhecimento sobre os reais fatos, importantes passos já têm sido dados. As informações sobre os acontecimentos nas comunidades têm alcançado um número cada vez maior de ouvintes e

leitores, em nível internacional. Não é à toa que no dia 04 de março de 2012, o *The New York Times* (2012) publicou matéria de capa, com o título *Slum Dwellers are defying Brazil's Grand design for olympics*. A consequência foi a visita imediata de membros do COI ao Rio de Janeiro.

A articulação de ações desenvolvidas na rua, na rede e nos espaços acadêmicos é interessante pela multiplicidade de públicos que são expostos a elas. O espaço físico da rua atinge transeuntes diversos e chama atenção pela mobilização organizada, que destoa do fluxo natural do cotidiano. Além disso, gera pauta em veículos de comunicação, se nem tanto na grande mídia, em veículos alternativos que acabam tendo considerável circulação pela rede. O espaço acadêmico, como já comentado, permite a circulação das informações em lugares outros. E as ações na rede possibilitam o fluxo de informações para limites indefinidos, como será abordado no tópico seguinte.

Algumas críticas, entretanto, acompanham a produção de informações nos perfis sociais *online* criados para o Comitê Popular. Acredita-se que as atualizações das notícias no *blog* não acompanham a velocidade dos acontecimentos referentes às práticas de remoções e, muitas vezes, a cobertura em relação a fatos entendidos como importantes é insuficiente ou inexistente. Antes da publicação do dossiê de violações de direitos, era difícil ter acesso a real situação, em sua complexidade, das remoções que estavam acontecendo ou estavam previstas para acontecer. O dossiê é bastante claro e específico em sua abordagem sobre cada comunidade atingida, os direitos que estão sendo violados e o que deve ou já está sendo feito. Antes de sua publicação, todavia, o acesso a informações completas sobre a situação de uma ou outra comunidade especificamente era difícil e, às vezes, inexistente. Pode-se exemplificar a partir do caso da manifestação dos moradores da Providência em relação à demolição da praça Américo Brum para a construção do teleférico. O *blog* noticia a data e horário do ato de resistência, mas não realiza a cobertura do acontecimento.

Em setembro de 2011, participei do Laboratório de Cartografias Insurgentes, no Morro da Conceição, encontro que visava a articulação de militantes, pesquisadores, ativistas, comunicadores artistas e movimentos sociais para a produção de mapas políticos, que ajudem a melhor contextualizar os conflitos territoriais, que vem ocorrendo em torno das remoções e dos despejos de comunidade, e se somem às demais formas de resistência ao projeto dos megaprojetos. Na ocasião, que teve a participação de representantes do Comitê Popular Rio, discutiu-se sobre a possibilidade de construção de uma plataforma que agregasse a contribuição das diferentes entidades, ali presentes e envolvidas na luta pelos direitos das comunidades atingidas. Opiniões divergentes acreditavam na importância da variedade de

comunicações, de manifestações individuais que dessem conta da singularidade de cada coletivo envolvido no debate. O mesmo raciocínio, no entanto, não se aplica ao Comitê Popular. Na medida em que se apresenta como um coletivo composto por diferentes organizações: lideranças populares, moradores das comunidades, pesquisadores da academia, movimentos sociais, propõe-se a dar conta da complexidade e abrangência dos eventos da cidade e assim deveria fazer.

3.2.3 Mobilização pela rede

As visitas às comunidades Restinga, Vila Recreio 2, Morro da Providência e Favela Metrô, realizadas pela Plataforma Dhesca com o Comitê Popular Rio e outros, foram registradas em produtos audiovisuais e publicadas no *YouTube*, passando a ter considerável circulação nas redes sociais, em eventos da militância e da academia. O Ato de *Mobilização pelo Direito à Cidade, pela Democracia e Justiça Urbana*, realizado em março de 2011, teve transmissão online. Os vídeos das palestras dos ciclos de debates são disponibilizados no blog do Comitê.

Charges⁵⁰, fotografias de militantes carregando faixas em movimentos organizados, cartazes de divulgação de eventos de resistência e produtos audiovisuais registrando a atuação do poder público municipal e o sofrimento dos atingidos circulam em *blogs* e redes sociais evidenciando a potência dos atingidos contra os dispositivos de poder. As manifestações são potencializadas através do ambiente online, ampliando, assim, as possibilidades de mobilização e a circulação de discursos. As tecnologias digitais potencializam a luta biopolítica e contribuem para aumentar as mobilizações em nível local contra o exercício do poder, mas também em nível global, na medida em que expõem outras realidades, muitas vezes, omitidas, “esquecidas” ou deturpadas pelos órgãos oficiais e principais veículos de mídia locais.

A internet, assim, é buscada pela democratização de expressão que possibilita uma intervenção direta dos atingidos em canais diversos, que têm a mediação da própria

⁵⁰ De um modo geral, sem restringir-se às produções do Comitê Popular Rio, as primeiras charges veiculadas, logo após a vitória do Rio de Janeiro à sede das Olimpíadas de 2016, destacavam a realidade da violência da cidade, como modo de criticar o resgate do maravilhoso empreendido pelo *marketing Rio 2016, viva sua paixão*, e de subverter criticamente as representações de poder, mediante utilização do logotipo da campanha de candidatura. Com os novos acontecimentos, começaram a surgir outras charges e fotografias de passeatas que abordam tanto a temática das remoções, quanto da especulação imobiliária, categorias que, longe de estarem separadas, se inter-relacionam. Observa-se, assim, a subversão do biopoder em expressão de potência da resistência.

resistência e não de um ou outro veículo com seus interesses mercantis e ideológicos. Dá voz ao sofrimento dos atingidos, às atitudes violadoras de direito do poder municipal, à fiscalização dos projetos e das ações do poder público, às reivindicações da resistência e aos eventos realizados. A este respeito, menciona-se a utilização da ferramenta “eventos” no *facebook* pelo Comitê Popular como algo positivo, tendo em vista que a criação de um evento na rede social possibilita que o convite para participação seja enviado para milhares de pessoas, que, por sua vez, podem sugerir o evento, por meio de convite no *facebook*, para outras pessoas e ainda compartilhar em seus perfis, contribuindo, com isso, para maior divulgação. A mobilização “A Cidade é Nossa – Ato contra a privatização do Rio de Janeiro” marcada para acontecer no dia 16 de março de 2013, por exemplo, tem 10.410 convidados na página desse evento no *facebook*. Destes, 995 haviam respondido ao convite, no dia 13 de março.

A atuação do Comitê na rede, entretanto, traz os problemas de atualização mencionados no tópico anterior. Aos comentários já realizados, acrescenta-se a discussão sobre a divulgação das atividades realizadas. A seção “Histórico de atividades” do *blog* do Comitê, por exemplo, traz informações apenas do ano de 2011 e de uma atividade que iniciou em 2011 e perdurou até fevereiro de 2012. Em pleno mês de março de 2013, ainda não foi realizada atualização das atividades de todo o ano de 2012 e das primeiras de 2013.

Esta falha se torna ainda maior se considerar-se a visibilidade nacional do Comitê Popular Rio, o que está diretamente associado (a) ao fato de integrar uma multiplicidade de grupos de resistência do Rio de Janeiro, e de (b) todas as cidades-sede de jogos da Copa terem um Comitê Popular organizado que culminou na criação da Articulação Nacional dos Comitês Populares, com publicação de portal e dossiês nacionais de violações.

3.2.4 A criação de narrativas

a) Violações de direitos



Figura 12: Luta popular
Fonte: Comitê Popular Copa RJ, 2011

A charge acima ilustra os principais sujeitos dos conflitos urbano-territoriais da atualidade do Rio de Janeiro. De um lado, a favela, ali representada como comunidade de luta, como comunidade unida em torno da luta pelo bem comum; de outro, o estado e o município que adotam o argumento olímpico para a derrubada de casas das favelas. Além de apontar para os conflitos, a charge representa ainda a luta popular como instrumento que irá parar o trator Olimpíadas-Estado-Município, que tem fins remocionistas.

As expressões da resistência evidenciam as violações de direitos humanos, com relatos de moradores, fotografias, dados numéricos, avaliações de urbanistas e arquitetos sobre os projetos urbanísticos que estão sendo propostos e implementados na cidade e de advogados sobre a conduta que está sendo adotada em relação às remoções. A construção do discurso de uma prática que viola o direito reforça a luta por justiça e, deste modo, exhibe-se como realidade que deveria envolver os demais moradores da cidade. Sendo assim, aproximam-se do saber técnico, do conhecimento científico, como forma de legitimar o discurso da resistência, de ter respaldo científico e, com isso, tratar um sofrimento particular de uma comunidade como uma questão que abrange a cidade, que afeta o território da cidade e compromete os fluxos e os diálogos futuros a serem estabelecidos em tais espaços. São os direitos de cidadãos que estão sendo atingidos e é o cotidiano da cidade que está sendo afetado.

b) Interesses mercadológicos: o caráter turístico das obras e os movimentos de valorização imobiliária

O Dossiê do Comitê Popular Rio (2012, p. 8) expõe que “em áreas de interesse do capital imobiliário, a máquina destruidora de casas populares, operada pela Prefeitura Municipal, atua de forma mais intensa”. A maioria das remoções estaria, assim, localizada em áreas de grande valorização imobiliária, como a Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá e Vargem Grande. “Os investimentos públicos realizados em transporte (BRTs) privilegiaram essas mesmas áreas, multiplicando as oportunidades de investimento e retorno financeiro na produção habitacional para classe média e alta e na produção de imóveis comerciais”. (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 8). As áreas beneficiadas pelos investimentos das Olimpíadas, entretanto, não serão ocupadas pelas classes populares, tendo em vista que a grande maioria dos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida está localizado nas áreas periféricas da cidade e não nas áreas beneficiadas. É a reorganização do lugar do pobre na cidade do Rio de Janeiro.

As remoções de famílias se caracterizam por promover processos de espoliação urbana nos quais os imóveis em posse das classes populares são adquiridos por outros agentes sociais econômicos a preços aviltados, e através de processos de revitalização ou reurbanização, transformados em novos ativos nos circuitos de valorização econômica, permitindo altos ganhos de capital, na forma de mais valia fundiária e/ou das novas atividades econômicas as quais vão dar lugar (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 9).

A comunidade Arroio Pavuna, localizada em Jacarepaguá, sofreu a primeira remoção no ano de 2006, no período dos preparativos da cidade para a realização dos Jogos Panamericanos de 2007, com a justificativa de construção de equipamento esportivo. A remoção de 68 famílias, entretanto, deu lugar a construção de um jardim de um condomínio de luxo ao lado da comunidade (COMITÊ POPULAR RIO, 2012).

No caso da Vila Autódromo, a comunidade foi informada do interesse da prefeitura de removê-la para viabilizar a construção de instalações esportivas, por meio de parceria público-privada,

onde a utilização privada de terra urbana abundante para a promoção de novos lançamentos imobiliários seria um dos vários benefícios para atrair a participação dos grupos privados. Ou seja, a retirada de uma comunidade de baixa renda, consolidada, tem sido colocada como prioritária pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para viabilizar mais um projeto de mercantilização da cidade (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 12).

O intuito inicial da prefeitura era cadastrar as famílias e removê-las até outubro de 2011 para assentamentos do Minha Casa Minha Vida. Entretanto, apesar do cadastramento ter sido iniciado, as denúncias de que o terreno de quase 20 milhões de reais, destinado ao reassentamento das famílias, era de propriedade de um doador da campanha para prefeito de Eduardo Paes, a aquisição do mesmo foi cancelada.

O que se vê, no atual contexto das disputas urbanas do Rio de Janeiro, são interesses mercadológicos sobressaindo os interesses comunitários, humanos. Outro exemplo desse processo pode ser percebido na situação do Morro da Providência, cujas obras têm claros interesses turísticos e vêm reforçando o caráter excludente das obras olímpicas. O Dossiê do Comitê Popular é enfático, a respeito do projeto de urbanização e implantação de teleférico e plano inclinado. “A intenção é tornar o lugar atrativo para os turistas, pois o morro possui uma vista invejável da cidade e possui uma dimensão histórica e simbólica importante pelo fato de ter sido a primeira favela do Rio de Janeiro”. (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 14-15). Para isso, complementa o Comitê Popular, “além do teleférico para facilitar o acesso dos

turistas, foi instalada uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) a fim de demonstrar para o mundo que o Rio de Janeiro não é uma cidade violenta”. (COMITÊ POPULAR RIO, 2012, p. 15). A Zona Portuária, como mostra a charge, também é alvo de interesses imobiliários.



Figura 13: Deixa que eu chuto
Fonte: Comitê Popular Copa RJ, 2012a

c) Vítima

Na grande mídia e no senso comum, é frequente a representação da favela pelo “discurso da ausência, nos termos de Silva (2003), pela sua característica de “não-cidade”, de território não constituinte da cidade e onde não ocorreria o efetivo exercício da cidadania (SILVA, 2003, p. 22). Tal pressuposto serve à elaboração de uma série de discursos, dentre os quais Silva (2003) destaca como principais: (1) criminalizante, que coloca todo morador da favela como “criminoso em potencial”, e (2) noção paternalista, que classifica o morador como “vítima passiva de um sistema injusto” (SILVA, 2003, p. 22).

A categoria de vítima já acompanha há um tempo as discussões sobre a favela. A favela pensada enquanto ausência evocaria a categoria de vítima pelo abandono do poder público, pelo modelo excludente que abre uma lacuna entre cidade e favela e limita a vida dos favelados de alguns serviços básicos. Enquanto território do crime, as vítimas passam a ser os moradores de classe média da cidade, expostos ao medo do crime e à insegurança, diante da convivência com a favela, e também os moradores “de bem” da favela que convivem com os confrontos violentos como marca de seu cotidiano.

No contexto em análise, a narrativa da vítima aparece intimamente associada às duas narrativas dos tópicos anteriores. São vítimas na medida em que têm seus direitos violados, na medida em que não são tratados como cidadãos portadores de direitos, mas como ameaça ao ordenamento urbano, como empecilho ao progresso, como segundo plano e como indivíduos dispensáveis. A noção de vítima estaria, assim, vinculada à narrativa do sofrimento provocado pelo Outro.



Figura 14: Moradores ameaçados
 Fonte: Comitê Popular Copa RJ, 2012b

As visitas realizadas pela Dhesca Brasil com o Comitê Popular Rio e outras entidades culminou na produção de materiais audiovisuais, com claros registros da situação em que se encontram as comunidades visitadas. No vídeo produzido na comunidade Restinga (2011), Lúcia, da Pastoral das Favelas, expõe que o objetivo da missão do grupo é “denunciar o sofrimento das pessoas e a arbitrariedade que a prefeitura está fazendo com o povo brasileiro”. O morador da então comunidade Restinga, Edilson, denuncia a conduta adotada pelo poder municipal para expulsar os moradores:

dez horas da manhã, eles chegaram com a máquina toda, polícia... aqueles policiais com aquelas armas a prova de choque... eles já chegaram desocupando o imóvel. Quem não queria sair, eles pegaram aquela escavadeira, eles derrubavam a porta do morador, subia os guardas municipais em cima, entravam pra tua casam tiravam você a força e derrubava.

O morador Michel ressalta os termos adotados pela prefeitura para a retirada dos moradores e comerciantes da comunidade: “quando veio tirar a gente daqui, falou que a gente era lixo, que ia remover o lixo da avenida das Américas”. Critica também o fato de ainda não terem recebido a indenização prometida pelo Secretário de Habitação: “só tá na promessa. Cumprir, ninguém cumpre”. Enquanto o carro da prefeitura aterra os últimos destroços de sua residência, Michel expressa seu sentimento: “eu me sinto um otário, porque quando o Brasil ganhou essa porcaria de Olimpíadas, eu tava na Linha Amarela com meu carro e fiquei buzinando igual a um bobão e agora eu estou pagando isso aí. Isso que é Copa do Mundo? Isso que é espírito olímpico?”. O depoimento desperta atenção por contemplar o poder do discurso positivo das Olimpíadas na geração de uma comoção na cidade e, posteriormente, a instabilidade do mesmo, diante dos primeiros impactos do megaevento no cotidiano dos moradores.

As vozes dos moradores e da representante da Pastoral das Favelas são registradas com as máquinas da prefeitura trabalhando em plano de fundo. É também realizado o registro dos destroços das antigas moradias. Toda a comunidade, um total de 150 famílias e 34 pequenos comércios, foi removida, em virtude da construção da BRT Transoeste.

Uma moradora do Metrô Mangueira – nome não identificado – destaca, logo na abertura do vídeo de registro dessa comunidade, a luta desigual, em seus próprios termos, entre favela e prefeitura, revelando o caráter autoritário e ameaçador da abordagem do poder municipal e a produção do medo na comunidade. A Relatora da ONU para a Moradia, Raquel Rolnik, orienta os moradores sobre seus direitos.

Acompanhado pelos moradores, os participantes da Missão percorrem a comunidade, registrando os destroços das moradias já demolidas. Trezentos e quarenta já haviam partido para outras localidades. A moradora ressalta uma família que partiu logo no início em virtude do temor do que pudesse acontecer. Outra moradora aborda que os entulhos e as casas abandonadas trazem problemas para os que ainda residem lá, como infiltrações. A mudança já havia sido realizada há mais de dois meses, segundo outra moradora. O subprefeito, entretanto, disse que os entulhos só seriam retirados, após a desocupação de toda a comunidade. A moradora critica a postura oficial, abordando que as demolições deveriam ter sido realizadas, apenas após a saída de todos, e avalia que tal atitude é uma maneira de deixar os moradores vulneráveis.

Raquel Rolnik avalia que a lógica de remoções tem atingido principalmente assentamentos informais, pela maior facilidade de realização das desapropriações, pelo pagamento de menores valores, pelo fato dos moradores não entrarem com ação judicial para discutir os valores e não haver formação de precatório. Ela complementa:

Onde estão sendo feitas as obras? Vamos olhar em volta do Maracanã. Precisamos de um estacionamento pro Maracanã. Aonde vai poder o estacionamento? Claro, na favela. [...] Vai em cima das favelas justamente porque é o lugar mais vulnerável. E onde está a população mais vulnerável é onde o direito à moradia deveria ser mais respeitado.

Diante do vasto material produzido pelo Comitê Popular Rio, optou-se ainda pela descrição detalhada do vídeo “O Legado Somos Nós: a história de Elisângela”, por percebê-lo como um bom exemplo do uso da narrativa da vítima. O vídeo, produzido pelo Comitê Popular, passou a circular pela rede em junho de 2012, narrando a história de Elisângela e sua filha Angel, ex-moradoras da comunidade Pavão-Pavãozinho.

No início do vídeo, Elisângela relembra sua primeira percepção diante do anúncio de que o Brasil sediaria a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016: “vai vir progresso pra todos”. Mas, depois, os acontecimentos conduziram-na a uma outra percepção. Desde o início dos preparativos da cidade para a sede da Copa e das Olimpíadas, oito mil pessoas já perderam suas casas e o produto audiovisual conta uma dessas histórias. Angel, filha de Elisângela, que morava na comunidade desde os seus sete ou oito anos, mostra-se contente em relação à vida que levava, antes de terem sua casa derrubada, expressa seu desejo de retornar para o Pavão-Pavãozinho e morar novamente com a mãe. O drama de mãe e filha teve início em janeiro de 2011, no momento em que Angel foi abordada por representantes do poder municipal que ameaçaram derrubar a casa, naquele exato momento da abordagem, mesmo diante da ausência da proprietária, sem nenhuma comunicação prévia, sem o estabelecimento de nenhum diálogo e nem qualquer acordo indenizatório.

Apesar de Angel ter ligado imediatamente para sua mãe, quando Elisângela chegou, se deparou com sua casa cheia de água, com os canos retirados e repletos de funcionários da prefeitura com marretas. As tentativas de negociação de um prazo para saída do imóvel, até pelo fato de elas não terem outro local para ir, foi inútil. A resposta foi dirigida para a filha Angel: “fala com sua mãe. Sua mãe é muito cabeça dura. Fala pra ela sair, vai ser melhor, senão ela vai acabar se machucando”. Nessa hora, Elisângela conta que teve muito medo pela pressão realizada – “se não sair por bem, vai sair por mal” – e pela presença de vários policiais e de guarda municipal. A narração é acompanhada pelas imagens dos destroços da casa e pelas lágrimas de Elisângela, registradas em close. Em seguida, ela caminha sob os destroços.

Após a demolição, mãe e filha foram separadas. A filha foi morar com a avó e, com isso, perdeu seis meses de escola. Depois de quase dois meses, diante de muita cobrança da moradora, foi oferecida uma casa em Campo Grande pra ela. Enquanto ela narra as condições da localidade, o vídeo as exhibe, com trilha sonora como *background*, mesma trilha que acompanha as cartelas informativas de fundo preto e letras brancas do vídeo. Não há nenhum comércio, nem escola e está localizado há mais de duas horas e meia de distância da moradia antiga. Elisângela não aceitou a nova casa.

Depois de insistentes e frustrantes tentativas de diálogo com a prefeitura, Elisângela resolveu abordar o então secretário de habitação, Jorge Bittar, em sua saída para o almoço. Apesar de ter tido a oportunidade de narrar sua história e da promessa dele de dar um retorno para ela, nada aconteceu. Mais de um ano depois, não houve pagamento de indenização, nem reassentamento, e elas continuam morando separadas.

Cartela do vídeo: “Apesar de histórias como a da Elisângela, a Prefeitura do Rio continua dizendo que todas as desapropriações estão sendo feitas de acordo com a lei e com respeito aos direitos humanos”. Em seguida, gravação de Jorge Bittar: “nada será definido sem o diálogo com os moradores. Nada. Não haverá imposições”. O prefeito Eduardo Paes complementa, em outra gravação: “o perito avalia e a prefeitura paga o valor adequado e justo. Aliás, a prefeitura tem pago um valor bastante adequado”. Diante das falas oficiais, Elisângela assume que também acreditava nesse discurso até uma realidade diferente aparecer para ela e seus vizinhos.

O meu sentimento sobre tudo que aconteceu, depois da demolição da minha casa e tudo, depois de um ano, é de indignação. Eu fico indignada, fico com raiva, porque, se você vê, eu tenho todos os documentos, todos os comprovantes de tudo que eu gastei, de tudo que eu investi na minha casa. Nada foi ganhado de graça. Tudo foi comprado, tudo foi com dinheiro suado de anos de trabalho. [...] O meu caso é parecido com o de milhões de famílias no Rio de Janeiro [...] Eu vou continuar lutando até o final. [...] Coloquei na justiça e tenho certeza que vou ganhar.

Depois das imagens de mãe e filha andando abraçadas pelas ruas, o vídeo encerra com o texto: “Mais de 20 mil pessoas ainda correm o risco de perder suas casas no Rio. Exigimos o fim das remoções forçadas, o cumprimento das nossas leis e a garantia do direito à moradia digna na nossa cidade”.

O vídeo tem o propósito de sensibilizar, de chamar atenção para o sofrimento de Elisângela, que é comum a diversas outras famílias, e também de denunciar as irregularidades dos processos de desapropriações. A trilha sonora, o choro, o sorriso da mãe e da filha juntas, as imagens dos destroços, a imagem panorâmica da comunidade, o vazio da nova localidade sugerida. Elisângela vai à luta, pega ônibus, vai em busca de uma resposta da prefeitura, cuida das atividades domésticas, é organizada com seus pagamentos, tem planos futuros com a filha e garante: “Eu amo minha comunidade, quero permanecer aqui e ninguém vai me tirar daqui”. A narrativa da vítima está intimamente vinculada às narrativas de luta por justiça e de afirmação identitária da favela.

Silva (2003, p. 22) ressalta que as noções do morador da favela como “criminoso em potencial” e “vítima passiva de um sistema injusto” sustentam, muitas vezes, “a produção de formulações e intervenções públicas limitadas e sem consistência”, como a ideia do resgate da cidadania, que, segundo o autor, traria implícita a noção de que já foram cidadãos e não são mais ou nunca o foram. O raciocínio, entretanto, completa Silva (2003, p. 22-23), “deveria ser invertido: exatamente pelo fato de ser cidadã é que ela deve ter seus direitos preservados e as

suas obrigações coletivas exigidas [...] A cidadania é uma condição *a priori* e não *a posteriori*".

Ao invés de “vítimas passivas de um sistema injusto” (SILVA, 2003, p. 22), seriam “pobres subversivos”, “sujeitos revolucionários” (ANSEL, 2011, p. 132), herois, “emergentes da experiência da subordinação”, contestadores dos regimes representacionais estabelecidos, que contraefetua o ditame. Tal figuração possível, comenta Ansel (2011), amplia as possibilidades de representação da favela, adicionando significações positivas ao repertório negativo do estereótipo do favelado, mas não deslocando necessariamente, como lembra Hall (1997) os sentidos negativos, e evidencia relações de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 12 de março de 2013, no capítulo da novela *Salve Jorge*, do horário de maior audiência da Rede Globo, a protagonista Morena, moradora do Complexo do Alemão comentava com as suas amigas da Capadócia que o local em que morava no Rio de Janeiro não era calmo como a região da Turquia. Seu cotidiano era marcado por “tiroteios de bandidos contra bandidos e de bandidos contra polícia”, nas palavras da personagem. Enquanto descreve, o telespectador assiste novamente trechos de cenas do primeiro capítulo da novela de Morena tentando proteger-se com o filho dos tiros trocados entre policiais e favelados. No mesmo episódio, os moradores do Alemão param suas atividades e fazem um corredor para verem Rene Silva⁵¹ correndo com a tocha olímpica. Os moradores vibram e Seu Clóvis aborda que o Alemão está nas Olimpíadas.

A ficção faz referência a fatos da realidade. As cenas escritas retomam os episódios de ocupação do Alemão pelas Unidades de Polícia Pacificadora, em novembro de 2010, e o desfile de Rene Silva com a tocha olímpica pelas ruas de Liverpool. É a inserção da favela no projeto das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016: o projeto de pacificação, a visibilidade midiática dos episódios violentos da cidade e a visibilização de favelados.

O turismo, o interesse dos estrangeiros pela comunidade, o teleférico, a gafeira, o *funk*, a legalização dos serviços de luz e gás - que, mesmo provocando um aumento nos gastos mensais é interpretado, pela personagem Lucimar, mãe de Morena, como algo positivo, em virtude dos benefícios da pacificação para a comunidade - as empadinhas de Adriana⁵², o site Voz da Comunidade, o bronzado da laje, os favores dos vizinhos são algumas das escritas da novela sobre o Alemão, que, por sua vez, aproximam-se de algumas das principais narrativas atuais sobre a favela. A construção da favela como espaço turístico, comunidade vibrante, pacificado e com serviços legalizados faz parte das estratégias comunicacionais de projeção da imagem do Novo Rio, que tiveram início com a seleção do Rio de Janeiro como cidade candidata à sede dos Jogos de 2016.

A inserção da favela no projeto Rio 2016 se dá de modo ambivalente, oscilando entre a favela como marca associada à cidade e a favela como território que prejudica a imagem do Rio Olímpico. Tais narrativas atravessam o *marketing* da candidatura do Rio à sede das

⁵¹ Rene Silva, morador do Complexo do Alemão, alcançou visibilidade pela sua cobertura da pacificação do Complexo em seu jornal Voz da comunidade. Além de consultor de Glória Perez, autora da novela *Salve Jorge*, o jovem também inspirou o personagem Sidney da trama.

⁵² Ficção e realidade se misturam aqui. A Adriana das empadinhas, personagem da novela, é a própria Adriana, moradora do Alemão e vendedora de empadinhas, interpretando ela mesma.

Olimpíadas, as políticas públicas implementadas nas favelas e as ações de remoções de famílias de favelados por diferentes áreas da cidade.

A candidatura do Rio de Janeiro recuperou símbolos do maravilhoso, da paixão e da alegria da cidade, das paisagens naturais que tanto atraem seus moradores e turistas de todo o mundo, dos corpos em movimento através do samba e da capoeira, da natural sensualidade das brasileiras, da celebração da mestiçagem, do caráter afetivo de lidar com as diferenças internas e externas, e aliou todos eles à cidade tecnológica e ao país potência. Emoção e racionalidade técnica foram evocadas para a construção de um discurso convincente ao Comitê Olímpico Internacional. Uma questão, todavia, se fazia imponente e desfavorecia a candidatura: a criminalidade urbana.

Para lidar com a mesma, os estrategistas da candidatura construíram o argumento do legado. Se o Rio de Janeiro enfrenta problemas com a violência e, simultaneamente, com desigualdades sociais, a chance de sediar as Olimpíadas é a grande oportunidade de alavancar a solução de tais problemas. Aos projetos em funcionamento e aos avanços percebidos no âmbito da segurança pública, somariam novas oportunidades, tendo em vista a capacidade das Olimpíadas de transformar uma cidade. Surge o conceito Rio da Renovação ou Novo Rio com ações de inserção social, melhorias de infraestrutura, da rede de transportes público, da segurança, da preservação ambiental, da construção de novos centros residenciais e de entretenimento e da criação de empregos temporários. O legado é também um discurso construído para a legitimação do megaevento esportivo e, deste modo, para a geração de apoio e comoção popular em torno do mesmo, pois surge como justificativa para as diversas intervenções urbanas que serão realizadas. A cidade seria transformada, mas os moradores seriam beneficiados.

Paralelo a isso, a atleta Barbara Leôncio ganha destaque nos produtos audiovisuais da candidatura, na cerimônia de escolha da cidade sede, em Copenhagen e, por conseguinte, na imprensa nacional e internacional. Sua história de superação emociona, e a sua emoção derrama as lágrimas do então presidente Lula. Assim como Leôncio que sorri, diante de suas dificuldades socioeconômicas, o Rio de Janeiro abriga também gari, pescador, guarda de trânsito e motorista que cantam alegremente a cidade, em um dia de trabalho.

É neste momento da candidatura que também começa a ser desenvolvido um dos principais discursos adotados como justificativa para as ações de desapropriações ou remoções forçadas: o risco ambiental, bem como o caráter positivo de tais ações para a cidade. Junto ao discurso do risco, são construídos, posteriormente, os argumentos do progresso e da realização das Olimpíadas. Todos eles trazem embutidos os discursos da vida e

do bem para a cidade. A exposição dos pobres à morte se daria pelo bem da vida coletiva e pela longevidade. Com isso, porém, estariam sendo renovados os mecanismos de gestão das classes populares.

Discursivamente, tem circulado o argumento da ação pelo bem do favelado. As ações de retirada da população pobre de suas casas teriam, segundo o argumento do risco, o propósito de garantir a vida delas, na medida em que as protegeria do risco de deslizamentos de suas casas. E no caso dos argumentos do progresso e das Olimpíadas, a abordagem é o beneficiamento dos mais pobres com as transformações urbanas planejadas para a cidade. O discurso da remoção para o bem do favelado ressemantiza os discursos históricos sobre o tema, na medida em que, discursivamente, o interesse do poder público não seria excluir tais territórios, mas integrá-los à cidade.

A cidade integrada é o discurso-síntese das políticas públicas atualmente implantadas nas favelas cariocas. As Unidades de Polícia Pacificadora visam a pacificação das favelas, melhorar a vida dos moradores e a circulação dos demais habitantes da cidade em tais territórios. O Morar Carioca tem a proposta de urbanizar todas as favelas cariocas, com melhorias de infraestrutura, saneamento básico e do deslocamento interno. Já o Porto Maravilha prevê a revitalização da Zona Portuária, o que inclui implantação de UPP e ações de urbanizações em favelas da região. Um olhar mais cuidadoso sobre os projetos revela a mudança de legislações para a viabilização das obras previstas, a execução de obras com fins mais turísticos do que de beneficiamento da população e a busca pela garantia da paz para os habitantes da cidade, mais do que os do morro.

Inalva Brito⁵³, moradora da Vila Autódromo, acredita que a mudança da atual reforma urbana para as históricas reformas da cidade, começando pela gestão do prefeito Pereira Passos, se restringe ao plano discursivo, pois, na prática, para aqueles que vivenciam os impactos das ações em seu cotidiano, a realidade é similar. Pessoas são expulsas de suas casas, sem o direito ao diálogo prévio sobre as mudanças que serão realizadas, sem acesso ao projeto urbano previsto para a região e sem participação na elaboração do mesmo, às vezes até sem informação antecipada do prazo para desocupação e sofrendo ameaças para que não entrem com ação judicial e obedeçam aos funcionários da prefeitura. Em suma, têm seus direitos de cidadãos desrespeitados.

Neste contexto, cabia aos atingidos construir narrativas para lidar com as violações de direitos sofridas e com o enfático discurso da cidade integrada e das ações de melhorias da

⁵³ Entrevista concedida a autora, em 04 de junho de 2012.

vida do favelado. As possibilidades eram inúmeras. Diante delas, moradores de favelas, acadêmicos, ONGs, movimentos sociais e lideranças populares uniram-se para lutar por um bem comum.

O problema da moradia foi construído como (a) objeto jurídico, na medida em que foram evocadas as legislações municipais, nacionais e internacionais que vigoram a respeito das questões territoriais e expostas as violações que estão ocorrendo com a população pobre; (b) objeto científico, uma vez que o saber técnico-científico foi acionado para o reforço da reivindicação, por meio dos laudos técnicos de áreas de risco, da elaboração de projeto de urbanização, da discussão histórica sobre a remoção, sobre a relação megaeventos, intervenções urbanas e violações de direito, e sobre a associação entre planejamento urbano e valorização imobiliária; e (c) objeto midiático, a partir da criação de *blog* e perfis nas redes sociais *Facebook*, *Twitter* e site *Youtube*, da organização de debates, do evento de lançamento do Dossiê de violações dos direitos, de manifestações populares e do registro imagético e audiovisual dos eventos realizados e de histórias de moradores afetados.

Através da rede, os atingidos adquiriram maior visibilização dos seus atos tanto local, quanto internacionalmente. Com isso, atraiu atenção da imprensa e de diferentes atores que, não só tiveram conhecimento acerca dos fatos, quanto puderam compartilhar o material de comunicação no ambiente *online*. As narrativas produzidas sobre o objeto de luta são: (I) Violação de direitos, associada à construção da moradia como objeto jurídico e científico; (II) Interesses mercadológicos, com denúncias de que (a) as áreas marcadas para remoções coincidem com interesses do poder público de transformá-las em locais turísticos, ou interesses imobiliários de valorização das áreas, e (b) de que regiões beneficiadas pelas obras olímpicas não serão desfrutadas pela população pobre; (III) Vítimas, por terem seus direitos violados, não serem respeitados, enquanto seres humanos e moradores da cidade. A narrativa da vítima está também intimamente associada à luta por justiça e à afirmação identitária da favela.

Recapitulando o modelo proposto por Lafuente e Corsín (2011) para atuação das *comunidades de atingidos*, avalia-se que o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas tem alcançado êxito nas estratégias comunicacionais adotadas para construir seu objeto de luta, com aproximações do campo jurídico, do conhecimento científico e midiático. É possível, todavia, realizar algumas mudanças que permitam uma maior visibilidade dos atingidos. O caminho para implementá-las é através da rede.

A internet é uma importante plataforma de autonomia política, com uma considerável capacidade de potencializar e articular os movimentos autônomos da sociedade. É um

instrumento de liberdade e autonomia, segundo Castells, em entrevista a Oliva (2008), que desestabiliza o poder que sempre esteve centrado no controle das pessoas, através da informação e da comunicação. A internet, entretanto, não se pode controlar. “Pode haver vigilância, mas não controle”⁵⁴ (CASTELLS apud OLIVA, 2008). Por esta razão, Castells enfatiza que “os poderes têm medo da internet”⁵⁵, lembrando que, em sua experiência em comissões de assessoria de governo e instituições internacionais nos últimos 15 anos, a primeira pergunta dos governos era: “como podemos controlar a internet?”⁵⁶

As *ciberguerras* entre Estado e sociedade civil internauta constroem novas configurações para a comunicação política. Os cidadãos estão criando novos mecanismos de subversão do poder do Estado com a criação de novos canais de circulação de suas vozes, das suas reivindicações e da vigilância das ações do poder público. Com isso, “nunca mais os governos poderão estar seguros de manter seus cidadãos na ignorância de suas manobras. Porque enquanto houver pessoas dispostas a fazer *leaks* e uma internet povoada por *wikis* surgirão novas gerações de *wikileaks*” (CASTELLS, 2010). O Comitê Popular Rio tem essa postura de vigilância e fiscalização das ações do poder público nesse momento de preparação da cidade para os Jogos Olímpicos de 2016. Cabe à Organização apropriar-se cada vez mais da rede para a circulação de tais informações, atuação que, por sua vez, aumentará a visibilização dos atingidos e a comoção de outros pela luta empreendida.

O objeto de luta do Comitê Rio compreende diversos elementos que geram notícia: acontecimentos dramáticos, de grande impacto visual e apelo emocional, fontes autorizadas – pesquisadores universitários com avaliações técnico-científicas das transformações urbanas – e figuras de relevância dialogando sobre o ocorrido, a exemplo da Relatora da ONU Raquel Rolnik e do deputado estadual, que concorreu ao cargo de prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Freixo, dois profissionais de atuação de destaque nacional, fato que deve ser levado em conta na elaboração das estratégias a serem realizadas. A tática do uso de personalidades, adotada na campanha “O Maraca é Nosso”, por meio da gravação de vídeos com depoimentos de Chico Buarque, Luana Piovani e outros, garantiu uma grande circulação dos vídeos pela rede. Uma ideia interessante para ser adaptada à questão das remoções.

O Comitê não tem atuação baseada na violência, tema que desperta interesse da grande mídia para as coberturas de movimentos sociais. Ao invés disso, seu discurso tem embasamento científico, legal e está acoplado a denúncias do modo de agir da prefeitura. O

⁵⁴ Texto original: “*Puede haber vigilancia, pero no control*”.

⁵⁵ Texto original: “*los poderes tienen miedo de Internet*”

⁵⁶ Texto original: “*¿cómo podemos controlar Internet?*”

desafio é tanto produzir acontecimentos que se convertam em cobertura midiática, quanto tornarem-se sujeitos ativos das coberturas realizadas sobre suas ações políticas. Seria o caso ainda de criar tentativas de inscrição em um regime de visibilidade midiática que não realiza constantes coberturas de movimentos sociais, e de, diante da participação em reportagens da grande mídia, tentar deixar rastros (vestígios) em suas falas (MENDONÇA, 2007), que possibilitem a leitura dos seus interesses e traga à tona as discussões sobre os direcionamentos de sentido, e as supostas transparência e objetividade da linguagem jornalística.

Certamente, não podemos exigir de um governo que ele diga a verdade, toda a verdade e só a verdade. Em contrapartida, é possível exigir dos governantes uma certa verdade quanto aos projetos finais, às escolhas gerais de sua tática, a um certo número de pontos particulares de seu programa: é a *parrhesia* (a livre palavra) do governado, que pode, que deve interpelar o governo sobre o que ele faz, sobre o sentido de sua ação, sobre as decisões que ele toma, em nome do saber, da experiência que ele tem, do fato de que ele seja um cidadão (FOUCAULT, 1984, p. 11).

O poder se exerce sobre sujeitos livres, com possibilidades diversas de condutas. Cabe aos *atingidos* a reafirmação ou a recusa do que são. Vítimas, marginais ou heróis? Vítimas do descaso público que se estende ao longo dos anos e das atuais violações de direitos; marginais em consequência das remoções e periferação dos mesmos; e heróis que lutam por justiça. Lutas culturais, políticas e identitárias.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

A DESTRUIÇÃO do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria do Rio. **Comitê Popular Rio**, Rio de Janeiro, 30 mar. 2011c. Disponível em: <<http://comitepopulario.wordpress.com/2011/03/30/a-destruicao-do-nucleo-de-terras-e-habitacao-da-defensoria-do-rio/>>. Acesso em: 23 mar 2012.

ALMEIDA, Aline Gama de; NAJAR, Alberto Lopes. Cidade Maravilhosa e Cidade Partida: notas sobre a manipulação de uma cidade deteriorada. **Rua: Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento**, n. 18, v. 1, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=127>>. Acesso em 30 jul. 2012.

ALFAGEME, Ana. Río combina pasión y economía. **El País**, Copenhague, 02 out. 2009. Disponível em: <http://deportes.elpais.com/deportes/2009/10/02/actualidad/1254468120_850215.html>. Acesso em: 23 jul. 2011.

ANDRADE, Rafael. Fotografia 2. **Folha.com**, 28 nov. 2011. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1572-violencia-no-rio-de-janeiro#foto-29439>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

ANSEL, Thiago Araujo. **Novos mediadores, representações da favela e produção cotidiana da identidade do favelado**. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ANÚNCIO da Brahma. **Veja**, São Paulo, ano 42, n. 40, p. 18-19, out. 2009.

APRESENTAÇÃO. **Comitê Popular Rio**, Rio de Janeiro, 2011a. Disponível em: <<http://comitepopulario.wordpress.com/apresentacao/>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

ARIAS, Juan. El noviembre negro de Río y lo que está detrás de esta guerra. **El País**. Rio de Janeiro, 28 nov. 2010. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/internacional/noviembre/negro/Rio/detras/guerra/elpeuint/20101128elpeuint_33/Tes>. Acesso em: 23 jul. 2011.

ASCOM SEGEG. - Sobre a UPP. Conceito UPP: a polícia da paz. **Upp**. Disponível em: <http://upprj.com/wp/?page_id=20>. Acesso: 08 jun. 2012

AUGÉ, Marc. **Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

BASTOS, Isabela. Segunda fase do Morar Carioca prioriza favelas perto de áreas olímpicas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 jan 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/01/27/segunda-fase-do-morar-carioca-prioriza-favelas-perto-de-areas-olimpicas-923628745.asp>>. Acesso em: 28 jul 2011.

BARÓN, Francho. Una gran fiesta en Copacabana. **El País**, Rio de Janeiro, 27 set. 2009. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/madrid/gran/fiesta/Copacabana/elpepiespmad/20090927elpmad_5/Tes>. Acesso em: 20 ago. 2010.

BARRIONUEVO, Alexei. For Brazil, Olympic Bid Is About Global Role. **The New York Times**, Nova York, 27 set. 2009a. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2009/09/28/world/americas/28brazil.html?_r=1&scp=1&sq=brazil+olympic+games+2016&st=nyt> Acesso em: 20 ago. 2010.

_____. Violence in the Newest Olympic City Rattles Brazil. **The New York Times**, Nova York, 20 out. 2009b. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2009/10/21/world/americas/21rio.html?_r=0>. Acesso em: 13 jan. 2011.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin**. São Paulo: Edusp, 1994.

BORGES, Jorge Luis. **Biblioteca de Babel**. Disponível: <<http://pt.scribd.com/doc/7542027/A-Biblioteca-de-Babel>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. **Planalto**. Brasília, 10 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 18 nov. 2012

_____. Decreto de 14 de Julho de 2008. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 6, Brasília, DF, 15 jul. 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/sn/2008/decreto-42130-14-julho-2008-577990-publicacao-100912-pe.html>> Acesso em: 22 set. 2010

_____. **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à sede dos jogos olímpicos e paraolímpicos de 2016**. Brasília: Comitê Rio 2016, 2009a. Disponível em: <http://www.rio2016.org.br/sumarioexecutivo/sumario/ptes/PorVolume/Volume_1_ptes.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2010.

_____. **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à sede dos jogos olímpicos e paraolímpicos de 2016**. Brasília: Comitê Rio 2016, 2009b. Disponível em: <http://www.rio2016.org.br/sumarioexecutivo/sumario/ptes/PorVolume/Volume_2_ptes.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2010.

_____. **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à sede dos jogos olímpicos e paraolímpicos de 2016**. Brasília: Comitê Rio 2016, 2009c. Disponível em: <http://www.rio2016.org.br/sumarioexecutivo/sumario/ptes/PorVolume/Volume_3_ptes.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2010.

_____. **Caderno de Legado Brasil**. Brasília: Comitê de Gestão das Ações Governamentais Federais para a Candidatura Rio 2016, 2009e.

BRASIL. Lei nº 12.035, de 1º de Outubro de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 out. 2009f. Edição extra e retificada no DOU de 13 out. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12035.htm> Acesso em 20 set. 2010.

_____. Caderno de Legado Rio 2016 reafirmam compromisso olímpico do Brasil. **Ministério do esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/snear/rio2016/default.jsp>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

BRAZILNOAR. Disponível em: <<http://festivalbrasilnoar.com/portugues/2007/12/6%C2%AA-edicao-barcelona-2006/>> Acesso em: 18 jun. 2011.

BRITTO, Thaís. Paes lança projeto de remoções no Morro da Providência. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 jan 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/01/16/paes-lanca-projeto-de-remocoes-no-morro-da-providencia-923516588.asp>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

BRUGGMANN, Jeb. **Comunicando a cidade**: como e por que o branding das cidades se transformou em um elemento da estratégia de seu desenvolvimento. 2012. Palestra realizada no III Fórum ABA Marketing in Rio Internacional, Rio de Janeiro, 2012.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CALVINO, Ítalo. **Cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANCLINI, Néstor García. Imaginários culturais da cidade: conhecimento/espetáculo/desconhecimento. In: COELHO, Teixeira. (Org.). **A cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CARNEIRO, Júlia Dias. Olimpíada é 'desculpa fantástica' para mudar o Rio, diz prefeito. **BBC**. 9 mar. 2012
Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120308_eduardo_paes_entrevista_jc.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2012

CARTA entregue ao COI alerta sobre remoções forçadas no Rio. **Comitê populario**. Rio de Janeiro, 19 nov. 2011c. Disponível em: <<http://comitepopulario.wordpress.com/2011/11/19/carta-entregue-ao-coi-alerta-sobre-remocoes-forçadas-no-rio/>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**, nº45, jul 1996. Disponível em: <http://www.novosestudos.com.br/v1/files/uploads/contents/79/20080626_as_cidades_como_atores.pdf>. Acesso em: 17 set 2011.f

CASTELLS, Manuel. La ciberguerra de Wikileaks. **La Vanguardia**, 11 dez 2010. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/opinion/articulos/20101211/54086305259/la-ciberguerra-de-wikileaks.html>>. Acesso em: 17 jul 2011.

CASTRO, Vitor. 'Morar Carioca'. **Observatório de favelas**. Rio de Janeiro, 27 jul 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=868>. Acesso em: 10 jul. 2011.

CELEBRATIONS in Rio, Disappointment in Madrid and Tokyo. **The New York Times**. 2 out. 2009. Disponível em: <<http://thelede.blogs.nytimes.com/2009/10/02/celebrations-in-rio-start-early/>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

CERTEAU, Michel de. Andando na cidade. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, Rio de Janeiro, n.23, p. 21-31, 1994.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

'CHORÃO', Lula troca tensão por lágrimas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 03 out. 2009a, Especial 2.

COCCO, Giuseppe. "MundoBraz": a brasilianização do mundo. Entrevista especial com Giuseppe Cocco. **Unisinos**, 2010. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_entrevistas&Itemid=29&task=entrevista&id=29146>. Acesso em 16 out. 2011.

COELHO, Luciana; RANGEL, Sérgio; MATTOS, Rodrigo. Gente Grande. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 03 out. 2009, Especial 01.

COIMBRA Guilherme. MP compara Prefeitura a nazistas na desapropriação de imóveis para Copa e Olimpíada. **UOL Esporte**, Rio de Janeiro, 22 jun 2011. Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2011/06/22/mp-compara-prefeitura-do-rio-a-nazistas-na-desapropriacao-de-imoveis-para-copa-e-olimpiada.jhtm>>. Acesso em : 06 jul 2011.

Comissão de Comunicação da Rede contra Violência. Prefeitura e UPP tomam praça na Providência para obras do teleférico. **Pela moradia**, 2011. Disponível em: <<http://pelamoradia.wordpress.com/2011/07/19/prefeitura-e-upp-tomam-praca-na-providencia-para-obras-do-teleferico/>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

COMITÊ POPULAR RIO. Dossiê Megaeventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 20 abr. 2012. Disponível em: <<http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

_____. Mapa remoções. In: Dossiê Megaeventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 20 abr. 2012. 1 imagem. Disponível em: <<http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

COMITÊ Rio convida para Debate! **Comitê Popular Rio**, Rio de Janeiro, 17 nov 2011d. Disponível em: < <http://comitepopulario.wordpress.com/2011/11/17/debate-copa-paixao-esporte-e-negocio/>>. Acesso em: 29 nov 2011.

COMUNIDADE Metrô Mangueira. **Relatório da Missão da Relatoria do Direito à Cidade** – Plataforma Dhesca. 2011. 1 imagem. Disponível em: <<http://www.sendspace.com/file/gbmoe3>>. Acesso em: 28 jul. 2011.

COMUNIDADE Estradinha. **Relatório da Missão da Relatoria do Direito à Cidade** – Plataforma Dhesca. 2011. 1 imagem. Disponível em: <<http://www.sendspace.com/file/gbmoe3>>. Acesso em: 28 jul. 2011.

COMUNIDADE Estradinha [2]. **Relatório da Missão da Relatoria do Direito à Cidade** – Plataforma Dhesca. 2011. 1 imagem. Disponível em: <<http://www.sendspace.com/file/gbmoe3>>. Acesso em: 28 jul. 2011.

COMUNIDADE Restinga. **Relatório da Missão da Relatoria do Direito à Cidade** – Plataforma Dhesca. 2011. 1 imagem. Disponível em: <<http://www.sendspace.com/file/gbmoe3>>. Acesso em: 28 jul. 2011.

DA FESTA ao trabalho. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 03 out. 2009, Opinião A2.

DEIXA que eu chuto. Postado por Comitê Popular Copa RJ, em 7 fev. 2012a.1 imagem. Disponível em: <http://www.facebook.com/photo.php?fbid=295032030556852&set=pb.220708154655907.-2207520000.1363231588&type=3&src=http%3A%2F%2Fphotosf.ak.fbcdn.net%2Fphotos-ak-ash4%2F395662_295032030556852_1907686214_n.jpg&size=600%2C380>. Acesso em: 18 mar 2012.

DHESCA BRASIL. **Relatório da Missão da Relatoria do Direito à Cidade** – Plataforma Dhesca. 2011. Disponível em: <<http://www.sendspace.com/file/gbmoe3>>. Acesso em: 28 jul. 2011.

EFE. Control sobre las favelas. **El País**, 28 nov. 2010. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://www.elpais.com/fotografia/internacional/Control/favelas/elpfotint/20101128elpepuint_22/les/> Acesso em: 23 jul. 2011.

ENTIDADES profissionais avaliarão Plano Popular da Vila Autódromo e proposta de remoção da Prefeitura para o condomínio Parque Carioca. **Comitê populario**, 11 mar. 2013. Disponível em: < <http://comitepopulario.wordpress.com/2013/03/11/entidades-profissionais-avaliarao-plano-popular-da-vila-autodromo-e-proposta-de-remocao-da-prefeitura-para-o-condominio-parque-carioca/>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

FONTES, Patrícia. **Banana is my Business: the forging of Brazil at Selfridges**. Londres, 2005. Dissertação (Mestrado), Goldsmiths College, University of London, 2005.

FOUCAULT, Michel. Uma estética da existência. **Le Monde**, 15-16 jul.1984. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/38761909/Foucault-Uma-estetica-da-existencia>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

_____. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em Defesa da Sociedade** – Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREITAG, Barbara. **Berlim e Rio de Janeiro com suas fronteiras e diversidades culturais**. 2011. Palestra realizada no Colóquio Internacional Fronteiras e Diversidades Culturais no Século XXI: desafios para o reconhecimento no Estado Global, Rio de Janeiro, 2011.

GEO-RIO identifica 373 casas em 32 áreas de risco em favelas e recomenda remoção urgente. **O Globo**, 18 jan 2009a. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/01/18/geo-rio-identifica-373-casas-em-32-areas-de-risco-em-favelas-recomenda-remocao-urgente-754037664.asp>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

GERBASE, Fabíola. Moradores do Morro da Providência protestam contra interdição de praça. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 jul 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/07/19/moradores-do-morro-da-providencia-protestam-contra-interdicao-de-praca-924939621.asp>>. Acesso em: 28 jul 2011.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

GONDIM, Linda M. P. Favela, aglomerado subnormal, comunidade, ocupação, assentamento precário – “diga lá, o que é, o que é?” In: SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; BITETI, Mariane de Oliveira; FERNANDES, Fernando Lannes (org.). **O que é a favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

GRANJA, Patrick. “Choque de ordem” de Paes é crime contra o povo. **A Nova Democracia**, n. 50, fev 2009. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-50/2053-qchoque-de-ordemq-de-paes-e-crime-contra-o-povo>>. Acesso em: 10 ago 2011.

_____. Vaias do povo para Paes e seu “choque de ordem”. **A Nova Democracia**, n. 62, fev 2010a. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-62/2679-vaia-do-povo-para-paes-e-seu-qchoque-de-ordemq>>. Acesso em: 23 set 2011.

_____. Unidades de Polícia Pacificadora: Mentiras no rastro da militarização. **A Nova Democracia**, nº 64, abr 2010b. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-64/2763-unidades-de-policia-pacificadora-mentiras-no-rastro-da-militarizacao>>. Acesso em 15 jan 2012.

_____. ‘Choque de ordem’ põe dezenas de trabalhadores no olho da rua. **A Nova Democracia**, nº 64, abr 2010c. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-64/2764-choque-de-ordem-poe-dezenas-de-trabalhadores-no-olho-da-rua->>. Acesso em 15 jan 2012.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Elogio da beleza atlética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HALL, Stuart. The spectacle of the 'other'. In: HALL, Stuart (org.). **Representation: cultural representations and signifying practice**. London: Sage/Open University Press, 1997.

HISTÓRICO de Atividades. **Comitê Popular Rio**, Rio de Janeiro, 2011b. Disponível em: <<http://comitepopulario.wordpress.com/historico-de-atividades/>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INTEGRAÇÃO e transformação social. **Cidade Olímpica**. Disponível em: <<http://www.cidadeolimpica.com/htm/hoje-amanha-sempre.php>> Acesso em: 27 jul. 2011.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Report of the 2016 IOC Evaluation Commission - Games of the XXXI Olympiad**. 2009. Disponível em: <http://www.olympic.org/Documents/Reports/EN/en_report_1469.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2010.

JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e corpografias urbanas: espetáculo e experiência na cidade contemporânea. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n.5, p. 47-57, abr./jun. 2008.

JAGUARIBE, Beatriz. **O choque do real: estética, mídia e cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

JAGUARIBE, Beatriz. Ficções do real: notas sobre as estéticas do realismo e pedagogias do olhar na América Latina contemporânea. **Ciberlegenda: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, n. 23, p. 6-14, 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/148/43>> Acesso em 07 jul. 2011.

_____. Imaginando a Cidade Maravilhosa: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/9054>>

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LAFUENTE, Antonio. Los cuatro entornos del procomún. **Digital. Csic**. Disponível em: <http://digital.csic.es/bitstream/10261/2746/1/cuatro_entornos_procomun.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

LAFUENTE, Antonio; CORSÍN JIMÉNEZ, Alberto. Comunidades de atingidos, o comum e o dom expandido, **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 21, p. 10-25, jun. 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/6257/4600>> Acesso em: 06 fev. 2012.

LAFUENTE, Antonio; FERNÁNDEZ-SAVATER, Amador. O saber para quem o necessita - Conversa com Antonio Lafuente. **GRIAL: Revista Galega de Cultura**, p. 40-47, jan./fev./mar 2011. Disponível em: <<http://digital.csic.es/handle/10261/36254>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

LEITE, Márcia Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 15, n. 44, out. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4148.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2012.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis**: uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LEU, Lorraine. Fantasia e Fetiche: Consumindo o Brasil na Inglaterra. **Revista ECO-PÓS**, vol.7, n.2, p.13-17, ago./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php?journal=revista&page=article&op=view&path%5B%5D=224>>. Acesso em 20 jul. 2011.

LOBO, Maria da Silveira. Porto Maravilha - O EIV do Professor Pancrácio. **Minha cidade**, Rio de Janeiro, abr 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.129/3842> >. Acesso em: 02 dez 2011.

LOGOMARCA da aspiração do Rio aos jogos 2016 é apresentada durante prêmio Brasil olímpico. **Rio2016**. Rio de Janeiro, 17 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.rio2016.org.br/pt/Noticias/Noticia.aspx?idConteudo=419>>. Acesso em: 18 jul. 2010.

LOGOMARCA Rio 2016. 1 figura. Disponível em: <<http://www.rio2016.org.br/pt/Noticias/Noticia.aspx?idConteudo=419>> Acesso em 1 mar. 2010.

LIMA, Camila Calado. Qual é o seu Brasil? Estratégias simbólicas de construção da brasilidade na campanha “Rio 2016, Viva sua paixão”. In: Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural, 2010, Teresina. **Anais do Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural**, 2010.

LUTA popular. Postado por Comitê Popular Copa RJ, em 24 out 2011.1 imagem. Disponível em: <<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=232590623467660&set=a.230084333718289.56729.220708154655907&type=3&theater>> Acesso em: 15 jan 2012.

MACUR, Juliet. Handicapping the 2016 Olympic Bids. **The New York Times**. 2 out. 2009. Disponível em: <<http://thelede.blogs.nytimes.com/2009/10/02/handicapping-the-2016-olympic-bids/>>. Acesso 17 abr. 2011.

MAGALHÃES, Mário. Em 2016, seremos todos meninos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 03 out. 2009, Especial 20.

MAGALHÃES, Alexandre. A gramática da ordem na cidade: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. In: **E-metropolis**: Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, Rio de Janeiro, ano 3, n. 8, mar. 2012. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/index.php?option=com_edicoes&task=artigos&id=23&lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2012.

MELO, Erick Silva Omena de; GAFFNEY, Christopher. Mega-eventos esportivos no Brasil: uma perspectiva sobre futuras transformações e conflitos urbanos. **Academia.edu**, 10 jul 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/648607/Mega-eventos_esportivos_para_quem>. Acesso em: 18 dez 2011.

MENDONÇA, Kleber. O Rio contra o crime: relatos de uma “guerra televisionada”. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v.19, n. 1, p. 124-145, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/11344>>. Acesso em 10 jul. 2012.

_____. **Ruínas discursivas: A ocupação midiática sem-terra como máquina de guerra nômade**. 2007. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

MOLLICA, Orlando de Magalhães. **A permanência do paisagismo e o “olhar paisagístico” na mídia brasileira**. 2005. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MORADORES ameaçados. Postado por Comitê Popular Copa RJ, em 1 mar. 2012b. 1 imagem. Disponível em: <http://www.facebook.com/photo.php?fbid=310382479021807&set=a.230084333718289.56729.220708154655907&type=3&src=http%3A%2F%2Fphotos-f.ak.fbcdn.net%2Fphotos-akash4%2F427501_310382479021807_1959379397_n.jpg&size=800%2C780>. Acesso em: 18 mar 2012.

MORAR Carioca vai urbanizar todas as comunidades até 2020. **Portal da Prefeitura do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=988601>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

MORRO da Providência em risco! **Comitê Popular Rio**, Rio de Janeiro, 28 maio 2011. Disponível em: <<http://comitepopulario.wordpress.com/2011/05/28/morro-da-providencia-em-risco/#more-278>>. Acesso em: 22 jun 2011.

MURAD, Mauricio. Uma grande oportunidade. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 03 out. 2009, Opinião A3.

MURRAY NETO, Alberto. Uma grande hipocrisia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 out. 2009. Tendências/Debates, Opinião A3.

NOGUEIRA, Italo. Plano para transporte ‘esquece’ parte do Rio. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 03 out. 2009, Especial 10.

NUZMAN festeja vitória política. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 03 out. 2009b, Especial 9.

OLIVA, Milagros Pérez. El poder tiene miedo de Internet. **El País**, 6 jan 2008. Disponível em: <http://elpais.com/diario/2008/01/06/domingo/1199595157_850215.html>. Acesso em: 17 jul 2011.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de; GAFFNEY, Christopher Thomas. Rio de Janeiro e Barcelona: os limites do paradigma olímpico. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, vol. XV, nº 895 (17), 5 nov 2010. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-895/b3w-895-17.htm#_edn6>. Acesso em: 17 set 2011.

O SALTO do Rio. Especial Rio Olimpíada 2016. **Veja**, São Paulo, ano 42, n. 40, p. 22-36, out. 2009.

PAIM, Cláudio. **A contribuição dos veículos de comunicação para valorização e melhoria do Estado do Rio de Janeiro**. 2012. Palestra realizada no III Fórum ABA Marketing in Rio Internacional, Rio de Janeiro, 2012.

PAIVA, Raquel. Novas formas de comunitarismo no cenário da visibilidade total: a comunidade do afeto. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/pagina.php?menu=8&mmenu=&ordem=2&grupo1=9D&grupo2=11&encontro=&tag=&ano=&mes=&pchave=&git=&pg=128>> . Acesso em: 20 fev. 2013.

PELEGRINI, Mariana Zibordi. A Cidade Maravilhosa no rádio carioca em 1920 e 19301. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom 2011, Recife. **Anais eletrônicos**. Recife: Intercom, 2011. Disponível em: <<http://geografias.net.br/papers/2011/R6-1205-1.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

PEREIRA, Pedro Barreto. **Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora**. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade**: favelas e políticas no Rio de Janeiro. Paz e Terra: São Paulo, 2002.

PEZÃO afirma que comunidades apoiam projetos de remoção. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 abr 2009c. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/04/14/peza0-afirma-que-comunidades-apoiam-projetos-de-remocao-755271332.asp>>. Acesso em: 26 jul 2011.

POE, Edgar Allan. **O homem da multidão**. Disponível em: <http://www.gabrieltorres.xpg.com.br/puc/homem_multidao.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012

PREFEITO do Rio assina acordo para seguir modelo de Barcelona para os Jogos. **IG ESPORTE**, 23 out 2009. Disponível em: <<http://esporte.ig.com.br/mais/2009/10/23/prefeito+do+rio+assina+acordo+para+seguir+modelo+de+barcelona+para+os+jogos+8923967.html>>. Acesso em: 24 nov 2011.

PRESIDENTE Lula reafirma confiança na economia brasileira. **Rio2016**. Rio de Janeiro, 10 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.rio2016.org/noticias/noticias/presidente-lula-reafirma-confianca-na-economia-brasileira>>. Acesso em: 18 jul. 2010.

PROPAGANDA do SporTV. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Esporte D3, out. 2009.

QUADRO comparativo planos Vila Autódromo. Postado por Comitê Popular Rio. Rio de Janeiro, em 16 ago. 2012. Disponível em: <<http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudromo-comparativo.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

RELATORA vê remoção forçada para Copa e PAC. **Estadão**, 05 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,relatora-ve-remocao-forcada-para-copa-e-pac,701838,0.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

REMOÇÃO de favelas tem o apoio dos leitores do Globo na internet. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 abr 2009b. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/04/12/remocao-de-favelas-tem-apoio-dos-leitores-do-globo-na-internet-755243167.asp>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

COMITÊ POPULAR RIO. Remoções. In: Dossiê Megaeventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 20 abr. 2012. 1 imagem. Disponível em: <<http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

RIO DE JANEIRO. **Projeto Porto Maravilha**. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2009.

_____. Secretaria Municipal de Habitação. Secretário participa de debate sobre o Morar Carioca na sede do IAB. **Portal da Prefeitura do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 05 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=1681351>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

_____. Secretaria Municipal de Habitação. Conheça o Programa. **Portal da Prefeitura do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2012a. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=1451251>>. Acesso em 19 out 2012.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Habitação. Habitação Morro da Providência. **Portal da Prefeitura do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2012b. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=2591642>>. Acesso em: 19 out 2012.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/alma_encantadora_das_ruas.pdf> Acesso em: 10 jul. 2012.

RIO 2016 – Jornal Nacional. Postado por oliverschultes, em 3 out. 2009. 1 Vídeo (3:30 min). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=RDePMeTJ0vE>>. Acesso: 01 mar. 2010.

ROCHA, Maria Alice; PAFFARO, Juliana. 40 graus em Londres. **UOL**. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/modabrasil/london_link/espacos/brasil_40_na_selfridges/index.htm>. Acesso em: 18 jun. 2011.

SARLO, Beatriz. **La ciudad vista: mercancías y cultura urbana**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

SAIBA mais sobre o Parceiro do RJ. **G1 RJ**, Rio de Janeiro, 29 mar. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/parceiro-rj/noticia/2011/03/saiba-mais-sobre-o-parceiro-do-rj.html>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

SCARPA, Guilherme. Carlos Saldanha anuncia continuação do filme 'Rio'. **Terra**. São Paulo, 07 jul. 2011. Disponível em: <<http://cinema.terra.com.br/noticias/0,,OI5227323-EI1176,00-Carlos+Saldanha+anuncia+continuacao+do+filme+Rio.html>>. Acesso em: 24 jul. 2011.

SGARIONI, Mariana; TONON, Rafael. Espaços em transformação. **Revista Continuum – Itaú Cultural**, n. 26, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001725.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2013

SEVCENKO, Nicolau. A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Jailson Souza. “A favela imaginária da classe média”. In: Revista **GLOB(AL)**, n. 1, out/nov 2003. Disponível em: <http://issuu.com/globalbrasil/docs/global_01>. Acesso em: 10 dez. 2012

SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; BITETI, Mariane de Oliveira; FERNANDES, Fernando Lannes (org.). **O que é a favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SÍMBOLO dos Jogos de 2016, Bárbara Leôncio completa 18 anos. **UOL**, São Paulo, 6 out. 2009. Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/atletismo/ultimas-noticias/2009/10/06/simbolo-dos-jogos-de-2016-barbara-leoncio-completa-18-anos.jhtm>> Acesso em: 10 jul. 2011.

SLOGAN Rio 2016. 1 figura. Disponível em: <<http://www.rio2016.org.br/pt/Noticias/Noticia.aspx?id Conteudo=706>> Acesso em: 1 mar. 2010.

SOVIK, Liv. O Brasil é o David Beckham do mundo: Bases para um estudo de corpo, publicidade e orgulho nacional. **Z Cultural: Revista virtual do Programa Avançado de Cultura Contemporânea**. Rio de Janeiro, ano IV, v.3, 2008. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/o-brasil-e-o-david-beckham-do-mundo-bases-para-um-estudo-de-corpo-publicidade-e-orgulho-nacional-de-liv-sovik/>> Acesso em: 15 ago. 2010.

_____. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

_____. A ginga brasileira e o marketing global. **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, v.6, n.17, p.127-142, nov. 2009. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/viewFile/220/181>> Acesso em: 10 ago. 2010

_____. **Os projetos culturais e seu significado social**. 2012. No prelo.

TABAK, Flávio. Em campanha, Paes tenta vincular sua imagem às transformações feitas por Pereira Passos. **O Globo**, 09 jul. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/em-campanha-paes-tenta-vincular-sua-imagem-as-transformacoes-feitas-por-pereira-passos-5433676>>. Acesso em: 09 jul. 2012.

TOLEDO, Mariana Peixoto. **Participação de instituições locais em projetos de revitalização urbana**: o caso do projeto porto maravilha na cidade do rio de janeiro 2012. Dissertação (Mestrado em Gestão Social) - Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

UOL Esporte. Rio-2016 lança slogan 'Viva Sua Paixão' no Réveillon de 2009. **UOL**. São Paulo, 30 dez. 2008. Disponível em:

<<http://esporte.uol.com.br/ultimas/2008/12/30/ult58u1329.jhtm>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

UPPSOCIAL. Programa. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.uppsocial.org/>>. Acesso em 12 jan 2012.

USBORNE, David. Olympic fears as Rio drug gangs shoot down police helicopter. **The independent**, 19 out. 2009. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/americas/olympic-fears-as-rio-drug-gangs-shoot-down-police-helicopter-1805244.html>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

VAINER, Carlos B. Pátria, Empresa e Mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano, 2000. Disponível:

<<http://dl.dropbox.com/u/7835523/Vainer%20%20P%C3%A1tria%20Empresa%20Mercadori%20a.pdf>>. Acesso em: 25 jan 2012

VAZ, Paulo; RONY, Gaelle. Experiência urbana e narrativas de crime. **E-compós**: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília, v. 11, n. 1, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/274/255>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

VILLAÇA, Nízia. As duas margens midiáticas do Rio de Janeiro. In: FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael. (Orgs.). **Comunicação, cultura e consumo**: a (des)construção do espetáculo contemporâneo. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2005. p. 255-272.

ZAHAR, André; NOGUEIRA, Italo. Rio fará muro em 11 favelas de área nobre. **Folha de São Paulo**, 02 abr 2009a. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u544553.shtml>>. Acesso em: 23 set 2011.

ZAHAR, André. Rio propôs cercar favelas com mureta baixa, mas Estado manteve muro de 3 metros. **Folha de São Paulo**, 04 abr 2009b. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u545908.shtml>>. Acesso em: 23 set 2011.

_____. Muro na favela Rocinha vai remover 415 famílias no Rio. **Folha de São Paulo**, 14 abr 2009c. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u550240.shtml>>. Acesso em: 23 set 2011.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. (orgs.). **Um século de Favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Filmes

BARBARA. Produzido por O2 Filmes. Postado por AroundTheRings, em 5 out. 2009. 1 Vídeo (00:42 min). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=x81f_7YFaSQ>. Acesso em: 10 jul. 2011.

CELEBRATION. Postado por gilbertogilmusic, em 2 out. 2009. 1 Vídeo (2:18 min). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch#!v=nNsP7UIY-qs&feature=fvw>> Acesso em: 01 mar. 2010.

LULA, 2009a. Discurso Lula - COI - Olimpíadas Rio 2016. Postado por Centauroweb, em 02 out. 2009. 1 Vídeo (00:10:24). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=A5zrPRusLcY>>. Acesso em: 5 abr. 2010.

LULA, 2009b. LULA comenta Rio Sede Olimpíadas 2016 – Coletiva 02/10/09 Parte 1. Enviado por satlo1, em 02 out. 2009. 1 vídeo (10:06min). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=FNVueWlkc_E>. Acesso em 05 abr. 2010.

LULA; NUZMAN, 2009. Lula se emociona e fala sobre Jogos Olímpicos no Brasil após vitória – 2016. Postado por RangelBastos, em 02 out. 2009. 1 vídeo (08:14min). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=xwhwqzgpcky>> Acesso em: 5 abr. 2010.

O LEGADO Somos Nós: A História de Elisângela. Produzido por Comitê Popular Rio, Rio de Janeiro, 22 jun 2012. 1 vídeo (09:29min) Disponível em : <<http://comitepopulario.wordpress.com/2012/06/22/video-o-legado-somos-nos-a-historia-de-elisangela/>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

PASSION. Produzido por O2 Filmes. Postado por VisitRio, em 1 jul. 2009. 1 Vídeo (2:24 min). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Z00jic-WtZI>> Acesso em: 01 mar. 2010.

PROJETO Rio 2016. Postado por timebrasil, em 2 out. 2009. 1 Vídeo (5:12 min). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=p9N4kqoFQGU>> Acesso em: 01 mar. 2010.

TÁTIL design. Processo de criação da marca dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Postado por: rio2016video, em 01 fev. 2011. 1 vídeo (05:32min). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=OvxgD1IZA1o>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

UNITY. Produzido por O2 Filmes. Postado por gabrielpvip2, em 2 out. 2009. 1 Vídeo (03:27 min). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=_XhIMZxIxHc> Acesso em: 01 mar. 2010.

VOZES DA MISSÃO – Vila Recreio 2. Produzido por DhescaBrasil e Witness. Postado por PriscilaWitness em 20 jun. 2011. 1 vídeo (04:43 min). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=FNWclXqyez>>. Acesso em: 14 jul. 2011.

VOZES DA MISSÃO – Morro da Providência. Produzido por DhescaBrasil e Witness. Postado por PriscilaWitness em 20 jun. 2011. 1 vídeo (04:21 min). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=M9WkHKQrh_M>. Acesso em: 14 jul. 2011.

VOZES DA MISSÃO – Restinga. Produzido por DhescaBrasil e Witness. Postado por PriscilaWitness em 19 jun. 2011. 1 vídeo (03:52). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=oa_iro4Xgzk>. Acesso em: 14 jul. 2011.

VOZES DA MISSÃO – Favela do Metô. Produzido por DhescaBrasil e Witness. Postado por PriscilaWitness em 19 jun. 2011. 1 vídeo (04:57). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=QWzPXxL7cQc>>. Acesso em: 14 jul. 2011.